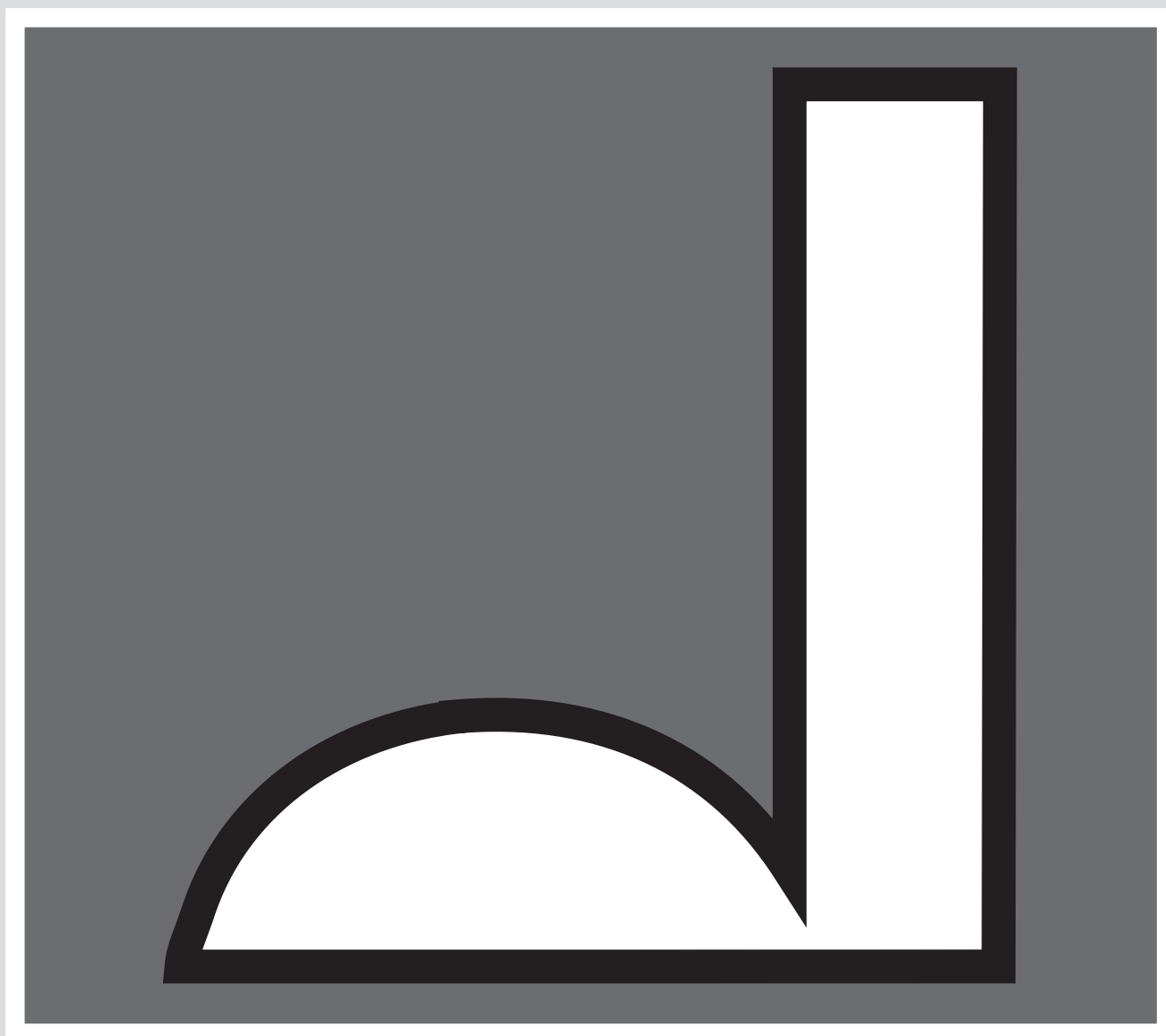




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 016 - QUARTA-FEIRA, 28 DE FEVEREIRO DE 2007 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

<p style="text-align: center;">Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL</p> <p style="text-align: center;">1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC</p> <p style="text-align: center;">2º Vice-Presidente Álvaro Dias – PSDB-PR</p> <p style="text-align: center;">1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB</p> <p style="text-align: center;">2º Secretário Gerson Camata – PMDB-ES</p>	<p style="text-align: center;">3º Secretário César Borges – PFL-BA</p> <p style="text-align: center;">4º Secretário Magno Malta – PR-ES</p> <p style="text-align: center;">Suplentes de Secretário 1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP 2ª - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE 3ª - João Vicente Claudino – PTB-PI 4ª - Flexa Ribeiro – PSDB-PA</p>
--	---

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 25	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30
LÍDER (vago)	LÍDER Ideli Salvatti – PT	LÍDER (vago)
VICE-LÍDERES (vago)	VICE-LÍDERES (vago)	VICE-LÍDERES (vago)
LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp	LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti	LÍDER DO PFL – 17 José Agripino
VICE-LÍDERES DO PMDB (vago)	VICE-LÍDERES DO PT (vago)	VICE-LÍDERES DO PFL (vago)
	LÍDER DO PTB – 4 Epitácio Cafeteira	LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio
	VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi	VICE-LÍDERES DO PSDB (vago)
	LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro	
	VICE-LÍDER DO PR (vago)	
	LÍDER DO PSB – 3 Renato Casagrande	
	VICE-LÍDER DO PSB (vago)	
	LÍDER DO PC do B – 1 (vago)	
	LÍDER DO PRB – 1 (vago)	
	LÍDER DO PP – 1 (vago)	
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Péres	LÍDER DO P-SOL – 1 (vago)	LÍDER DO GOVERNO (vago)
VICE-LÍDER DO PDT (vago)	LÍDER DO PRTB – 1 (vago)	VICE-LÍDERES DO GOVERNO (vago)

EXPEDIENTE

<p style="text-align: center;">Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p style="text-align: center;">Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p style="text-align: center;">José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p style="text-align: center;">Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p style="text-align: center;">Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>
--	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 14ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 27 DE FEVEREIRO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2007 (nº 7.569/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que modifica as competências e a estrutura organizacional da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica. 02960

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Fixação do prazo de quarenta e cinco dias para tramitação e abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2007, lido anteriormente. 02964

1.2.3 – Mensagem do Presidente da República

Nº 39, de 2007 (nº 81/2007, na origem), de 22 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Raul de Taunay*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Zimbábue, e, cumulativamente, o de Embaixador do Brasil junto à República da Zâmbia e na República do Malauí, desde que obtido os *agrément*s dos governos desses países. 02964

1.2.4 – Ofícios

Nº 65/2007, de 27 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Ciência e Tecnologia.... 02978

Nº 20/2007, de 26 do corrente, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação membros para compor a Comissão de Direitos Humanos e Participação

Legislativa – CDH. *Designação do Senador Inácio Arruda, como titular, e dos Senadores Sibá Machado e Augusto Botelho, como suplentes, para compor a referida comissão.* 02978

Nº 26/2007, de 27 do corrente, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, de indicação de membro para compor a Comissão de Educação. *Designação do Senador Francisco Dornelles para compor a referida comissão.* 02978

Nº 27/2007, de 27 do corrente, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 02978

1.2.5 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 30/2007, de 26 do corrente, comunicando a aprovação das Emendas nºs 1, 3, 4 (exceto o § 2º), 8, 11 (exceto o seu parágrafo 5º acrescido ao artigo 3º e da expressão “até a data prevista no inciso II do artigo 2º desta Lei”, 12, 13, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29 (exceto seu parágrafo 1º), 34 e 35, e a rejeição das de nºs 2, 5, 6, 7, 9, 10, 11 (parágrafo 5º acrescido ao artigo 3º e da expressão “até a data prevista no inciso II do artigo 2º desta Lei”, 14, 15, 17, 18, 27, 28, 29 (parágrafo 1º), 30, 31, 32 e 33, oferecidas ao Projeto de Lei nº 6.272, de 2005 (nº 20/2006, no Senado Federal) e envio, naquela data, do projeto à sanção. 02978

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Adoção pelo Presidente da República da Medida Provisória nº 355, de 2007, em 23 de fevereiro de 2007 e publicação no dia 26 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País. *Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.*..... 02979

Retirada, pelo autor, da Emenda nº 1-PLen, apresentada ao Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006, perante a Comissão de Assuntos Econômicos, em reunião daquele Órgão Técnico do dia 13 do corrente. O projeto retorna à Comissão de Educação, para exame do projeto e da emenda.... 02979

1.2.7 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2007, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, que estabelece normas para o provimento de cargos e empregos de agentes comunitários de saúde a que se refere o art. 9º da Lei nº 11.350. 02980

1.2.8 – Despachos da Presidência

Redistribuição às Comissões competentes dos Projetos de Lei do Senado nºs 25, de 2003; 121, 272, 282, 346 e 348, de 2005; e 328, de 2006..... 02983

1.2.9 – Discursos do Expediente

SENADORA IDELI SALVATTI – Considerações sobre os trabalhos realizados pelas Comissões do Senado Federal hoje pela manhã. Comentários sobre os resultados do Enem e do Saeb. Elogios pela edição do “decreto da inclusão social” pelo presidente Lula, que reduz a alíquota previdenciária para trabalhadores de baixa renda excluídos do sistema. 02985

SENADOR PAULO PAIM – Participação do Ministro da Previdência, Nelson Machado, na reunião conjunta das Comissões de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos e Legislação Participativa. A situação do agronegócio no Rio Grande do Sul. 02987

SENADOR FRANCISCO DORNELLES – Considerações sobre o sistema de defesa comercial do Brasil..... 02988

1.2.10 – Leitura de requerimentos

Nº 100, de 2007, de autoria da Senadora Ideli Salvatti e do Senador Sibá Machado, solicitando voto de aplauso para os cientistas brasileiros Miguel Nicolelis, Cláudio Melo, Sidarta Ribeiro e a todos que apoiaram o projeto do Instituto de Neurociência de Natal, inaugurado dia 23 próximo passado. 02990

Nº 101, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de louvor à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, pelo lançamento nacional da Campanha da Fraternidade 2007, em Belém/PA, no dia 21-2-2007, com o tema “Fraternidade e Amazônia” e lema “Vida e missão neste chão”..... 02990

Nº 102, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando a formação de comissão temporária, para discutir sobre a fiscalização da sanidade estrutural de edificações com mais de vinte anos de existência. 02990

1.2.11 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR CÉSAR BORGES – Críticas à obra de transposição das águas do Rio São Francisco. 02990

SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – Comentários a respeito dos programas sociais do governo federal. Os efeitos da cotação do dólar no agronegócio. 02993

SENADOR GILVAM BORGES – Considerações sobre a questão fundiária no Amapá. 02994

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Registro de publicação do Banco do Brasil intitulada “Estado Exportador – O despertar de Roraima para o comércio exterior”. A questão fundiária em Roraima. 02996

SENADOR GERSON CAMATA – Necessidade de apreciação urgente da proposta de criação do Fundo Nacional de Segurança e da maioria penal. A delegação aos Estados de competência para legislar sobre direito penal. 03001

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Comentários à matéria intitulada “Benefícios sociais afastam trabalhador do emprego formal”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**. 03002

SENADOR SIBÁ MACHADO – A Campanha da Fraternidade 2007, da CNBB, cujo tema é “Fraternidade e Amazônia” e o lema “Vida e missão neste chão”. O trabalho brasileiro na Antártica. 03003

SENADOR ALMEIDA LIMA – Apoio à delegação aos Estados de competência para legislar sobre direito penal. 03005

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Regozijo por acordo celebrado entre a empresa Vale do Rio Doce e garimpeiros de Serra Pelada. 03007

SENADOR ROMEU TUMA – Comentário sobre denúncia feita pelo Senador Alvaro Dias, a respeito do golpe do bilhete de loteria premiado. Considerações sobre o tema da campanha da fraternidade. Preocupação com estandardização da legislação sobre direito penal. Preocupação com a criminalidade praticada por menores de idade, por falta de abrangência da legislação. 03010

SENADOR MARCELO CRIVELLA, como Líder – Proposta de obrigatoriedade de laudo para edifícios com mais de 20 anos, para evitar tragédias como o desmoronamento da marquise do Hotel Canadá, no Rio..... 03013

SENADOR MÃO SANTA – Solicita inclusão de obras inacabadas do Piauí no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)..... 03014

SENADOR JOÃO RIBEIRO, como Líder – Comemoração do acordo em favor de garimpeiros de Serra Pelada. Solicitação de pressa na aprovação do Estatuto dos Garimpeiros. 03015

SENADOR MARCO MACIEL – Sugestão para a criação, pela organização das Nações Unidas (ONU), de órgão com sede no Brasil, para tratar da questão ambiental na América do Sul..... 03017

1.3 – ORDEM DO DIA**Item 1**

Medida Provisória nº 326, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de um bilhão de reais, para os fins que especifica. **Aprovada**, com o voto contrário dos Srs. Antonio Carlos Magalhães e José Agripino, após Parecer nº 77, de 2007 – PLEN proferido pela Sra. Kátia Abreu, tendo usado da palavra o

<p>Senador José Agripino, Sra. Ideli Salvatti, Srs. Osmar Dias, Alvaro Dias e Valdir Raupp. À promulgação. 03019</p> <p>Item 2</p> <p>Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 327, de 2006), que dispõe sobre o plantio de organismos geneticamente modificados em unidades de conservação; acrescenta dispositivos à Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e à Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005; revoga dispositivo da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003; e dá outras providências. Aprovado, com o voto contrário dos Srs. Sibá Machado, José Nery, Aloizio Mercadante e da Srª Serys Slhessarenko, tendo usado da palavra os Srs. Aloizio Mercadante, Osmar Dias, José Agripino, a Srª Kátia Abreu, os Srs. Jonas Pinheiro, Sibá Machado, José Nery, Marconi Perillo e a Srª Ideli Salvatti, após Parecer nº 78, de 2007 – PLEN, proferido pelo Senador Delcídio Amaral. À sanção. ... 03024</p> <p>Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)</p> <p>Parecer nº 35, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 4, de 2007 (nº 1.151/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Senhora <i>Maria Elizabeth Guimaraes Teixeira Rocha</i>, para exercer o cargo de Ministra do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Antônio Carlos de Nogueira. Aprovado. (votação nominal) 03042</p> <p>Item 3</p> <p>Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 329, de 2006), que autoriza o Ministério da Defesa a efetuar contratação de pessoal, por prazo determinado, imprescindível ao controle do tráfego aéreo. Aprovado, após usarem da palavra os Srs. Antonio Carlos Magalhães, José Agripino, Arthur Virgílio e Heráclito Fortes, tendo sido proferido o Parecer nº 79, de 2007 – PLEN, pelo Senador Edison Lobão. À sanção. .. 03044</p> <p>Item 4</p> <p>Medida Provisória nº 330, de 2006, que abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de empresas do Grupo Eletrobrás, no valor total de cento e seis milhões, setecentos e vinte e seis mil, setecentos e sessenta e nove reais, para os fins que especifica. Aprovado, tendo usado da palavra, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, após Parecer nº 80, de 2007 – PLEN, proferido pelo Senador Garibaldi Alves Filho. À promulgação..... 03050</p> <p>Item extrapauta (Incluído na pauta nos termos do Requerimento nº 105, de 2007, lido e aprovado nesta oportunidade)</p> <p>Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2007 (nº 84/2007, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para estabeleci-</p>	<p>mento de distribuição do Fundo Partidário. Aprovado, tendo usado da palavra os Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Inácio Arruda e José Nery, após Parecer nº 81, de 2007- PLEN, proferido pelo Senador Heráclito Fortes. À sanção. 03072</p> <p>Item 5</p> <p>Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, que acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios. Usa da palavra na segunda sessão de discussão, em primeiro turno, o Sr. Arthur Virgílio..... 03081</p> <p>Item 6</p> <p>Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera a redação da alínea d do inciso II do art. 93 da Constituição Federal (torna obrigatória a promoção por antiguidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente). Não houve oradores na primeira sessão de discussão, em primeiro turno. 03081</p> <p>Item 7</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2005, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências (disciplina a concessão de benefícios previdenciários decorrentes de doença e acidentes e dispõe sobre o ingresso do trabalhador autônomo no sistema previdenciário). Discussão adiada para reexame da Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do Requerimento nº 106, de 2007..... 03082</p> <p>Item 8</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2007, de iniciativa da Comissão Mista do Salário Mínimo, que dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo regime geral de previdência social e o índice de correção previdenciária. Discussão adiada a fim que seja ouvida a Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do Requerimento nº 109, de 2007..... 03083</p> <p>Item 9</p> <p>Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2007, de iniciativa da Comissão Mista do Salário Mínimo, que altera a Legislação Tributária Federal para reduzir a contribuição social incidente sobre a folha de salários e aumentar a incidente sobre a receita bruta. Discussão adiada a fim de que seja ouvida a Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do Requerimento nº 110, de 2007..... 03083</p> <p>1.3.1 – Leitura de requerimentos</p> <p>Nº 111, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Guerra e outros Srs. Senadores, solicitando a continuidade da tramitação do Projeto de Lei do</p>
--	---

Senado nº 131, de 2001, na Comissão de Assuntos Sociais. Aprovado	03084	Câmara nº 1, de 2006, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2003.	03093
1.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia		1.3.5 – Leitura de requerimentos	
SENADOR EDUARDO SUPPLY – Transcrição de correspondência do Professor Paulo Nogueira Batista, a respeito da tramitação do projeto de lei que estabelece um mandato para negociações comerciais do Brasil; às questões relativas à revitalização do Rio São Francisco; à análise e ao acompanhamento da economia nacional e internacional.	03085	Nº 116, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia as informações que menciona.	03093
1.3.3 – Leitura de requerimentos		Nº 117, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao tenista Gustavo Kuerten (GUGA) por sua volta a alguns dos principais torneios dos Estados Unidos da América e pelo exemplo de tenacidade que vem dando ao Brasil e ao Mundo.	03093
Nº 112, de 2007, de autoria do Senador César Borges, solicitando ao Ministro de Estado do Trabalho e do Emprego as informações que menciona.	03091	Nº 118, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando a retirada, em definitivo, do Requerimento nº 96, de 2007. Deferido	03094
Nº 113, de 2007, de autoria do Senador César Borges, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona.	03091	1.3.4 – Discurso encaminhado à publicação	
Nº 114, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando voto de repúdio às ações que integrantes de instituições que participam e coordenam a Campanha Por Um Brasil Livre de Transgênicos praticaram contra os membros da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio.....	03091	SENADOR PAPALÉO PAES – Considerações sobre a questão das hidrovias, particularmente importantes na região amazônica e no Amapá.	03094
Nº 115, de 2007, de autoria do Senador José Maranhão, solicitando a tramitação em separado do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2003, por entender que as matérias tratam de temas distintos.	03092	1.3.3 – Comunicação da Presidência	
1.3.4 – Leitura de Decisão da Comissão Diretora		Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quarta-feira, dia 28, às 14 horas, com Ordem do Dia designada.	03096
Deferimento do Requerimento nº 115, de 2007, de desapensamento do Projeto de Lei da		1.4. – ENCERRAMENTO	
		2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 27-2-2007	
		SENADO FEDERAL	
		3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA	
		4 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
		5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	

Ata da 14ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 27 de fevereiro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Papaléo Paes,
Romeu Tuma e Augusto Botelho

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 27/2/2007 07:32:04 até 27/2/2007 21:26:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PFL	DF	ADELMIR SANTANA	X	X	PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
Bloco-PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	X	PFL	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	X	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X	Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X	PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	X	PFL	SP	ROMEU TUMA	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X	PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X	Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	X
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	X	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	X	X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X	PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X					
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUP.ICY	X	X					
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	X					
PFL	MG	ELISEU RESENDE	X	X					
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	X					
Bloco-PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	X					
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X					
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X					
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X					
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X					
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X					
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X					
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X					
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X					
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X					
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X					
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X					
PFL	MT	JAYME CAMPOS	X	X					
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X					
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X					
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	X					
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X					
PMDB	DF	JOAQUIM RORIZ	X	X					
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	X					
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X					
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X					
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	X					
PFL	TO	KÁTIA ABREU	X	X					
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X					
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X					
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	X					
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X					
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVÉLLA	X	X					
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	X					
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X					
PFL	SE	MÁRIA DO CARMO ALVES	X	X					
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X					
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X					
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X					
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X					
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X					
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X					
Bloco-PSB	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	X	X					
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X					
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X					

Compareceram: 75 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 75 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projeto recebido da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 10, DE 2007

(Nº 7.569/2006, na Casa de Origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

(Em regime de urgência no termo do art. 64 § 1º, da Constituição Federal)

Modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os art. 2º e 6º da Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, passas a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A Capes subsidiará o Ministério da Educação na formulação de políticas e desenvolvimento de atividades de formação de profissionais de magistério para a educação básica e superior e para o desenvolvimento científico e tecnológico do País.

§ 1º No âmbito da educação superior, a Capes terá como finalidade subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para pós-graduação, coordenar e avaliar os cursos desse nível, no País e estimular, mediante bolsas de estudo auxílios e outros mecanismos, a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência de grau superior, a pesquisa e o atendimento da demanda dos setores público e privado.

§ 2º No âmbito da educação básica, a Capes terá como finalidade induzir e fomentar, inclusive em regime de colaboração com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, a formação inicial e continuada de profissionais de magistério.

§ 3º A formação continuada de profissionais do magistério poderá realizar-se utilizando, especialmente, recursos e tecnologias de educação a distância.

§ 4º A Capes estimulará a valorização do magistério em todos os níveis de ensino.

§ 5º As reuniões deliberativas do Conselho Técnico-Científico serão sempre públicas” (NR)

“Art. 6º

IV – o Conselho da Educação Básica.

..... “(NR)

Art. 2º Fica criados no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES os seguintes cargos de provimento efetivo:

I – 140 (cento e quarenta) cargos de Assistente em Ciência e Tecnologia; e

II – 270 (duzentos e setenta) cargos de Analista em Ciência e Tecnologia.

Art. 3º Fica criados, no âmbito do Poder Executivo Federal, para fins de estruturação da Capes, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS:

I – 3 (três) DAS-5;

II – 13 (treze) DAS-4;

III – 26 (vinte e seis) DAS-3;

IV – 8 (oito) DAS-2; e

V – 2 (dois) DAS-1.

Parágrafo único. Os cargos de que trata este artigo não poderão ser providos antes de 1º de janeiro de 2007, respeitado, em qualquer hipótese, o disposto no art. 5º desta Lei.

Art. 4º Os arts. 1º e 2º da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

§ 1º

I – estiverem em efetivo exercício no magistério da rede pública de ensino; ou

.....

§ 3º É vedada a acumulação de mais de uma bolsa de estudo ou pesquisa nos programas de que trata esta Lei.” (NR)

“Art. 2º

.....

III – até o valor de R\$900,00 (novecentos reais) mensais, para participantes de cursos de capacitação para o exercício das funções de formadores, preparadores e supervisores

dos cursos referidos no inciso I do **caput** deste artigo, inclusive apoio à aprendizagem e acompanhamento pedagógico sistemático das atividades de alunos e tutores, exigida formação mínima em nível superior e experiência de 1 (um) ano no magistério ou a vinculação em programa de pós-graduação de mestrado ou doutorado; e

.....”(NR)

Art. 5º O provimento dos cargos efetivos e em comissão criados por esta lei fica condicionado à comprovação da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, assim como à existência da autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme determina o § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 7.569, DE 2006

Modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Capes, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os Arts. 2º e 6º da Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A Capes subsidiará o Ministério da Educação na formulação de políticas e desenvolvimento de atividades de formação de profissionais de magistério para a educação básica e superior e para o desenvolvimento científico e tecnológico do País.

§ 1º No âmbito da educação superior, a Capes terá como finalidade subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para pós-graduação, coordenar e avaliar os cursos desse nível no País e estimular, mediante bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos, a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência de grau superior, a pesquisa e o atendimento da demanda dos setores público e privado.

§ 2º No âmbito da educação básica, a Capes terá como finalidade induzir e fomentar, inclusive em regime de colaboração com

Estados, Municípios e Distrito Federal, a formação inicial e continuada de profissionais de magistério, utilizando especialmente recursos e tecnologias de educação a distância.

§ 3º A Capes estimulará a valorização do magistério em todos os níveis de ensino.” (NR)

“Art. 6º

IV – o Conselho da Educação Básica;” (NR)

Art. 2º Ficam criados no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES os seguintes cargos de provimento efetivo:

I – cento e quarenta cargos de Assistente em Ciência e Tecnologia; e

II – duzentos e setenta cargos de Analista em Ciência e Tecnologia.

Art. 3º Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo Federal, para fins de estruturação da CAPES, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS:

I – três DAS-5;

II – treze DAS-4;

III – vinte e seis DAS-3;

IV – oito DAS-2; e

V – dois DAS-1.

Parágrafo único. Os cargos de que trata este artigo não poderão ser providos antes de 1º de janeiro de 2007, respeitado, em qualquer hipótese, o disposto no art. 5º.

Art. 4º Os arts. 1º e 2º da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art 1º.....

§ 1º

I – estiverem em efetivo exercício no magistério da rede pública de ensino; ou

.....

§ 3º É vedada a acumulação de mais de uma bolsa de estudo ou pesquisa nos programas de que trata esta lei.” (NR)

“Art. 2º

.....

III – até o valor de R\$900,00 (novecentos reais) mensais, para participantes de cursos de capacitação para o exercício das funções de formadores, preparadores e supervisores dos cursos referidos no inciso I do **caput** deste artigo, inclusive apoio à aprendizagem e

acompanhamento pedagógico sistemático das atividades de alunos e tutores, exigida formação mínima em nível superior e experiência de 1 (um) ano no magistério ou a vinculação em programa de pós-graduação de mestrado ou doutorado; e

..... “(NR)

Art. 5º O provimento dos cargos efetivos e em comissão criados por esta Lei fica condicionado à comprovação da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, assim como à existência de autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme determina o § 1º do art. 169 da Constituição.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 869, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Capes, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica”.

Brasília, 11 de outubro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Interministerial nº 231-A/2006/MP/MEC

Brasília, 11 de outubro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submetemos à deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que altera as Leis nºs 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Capes, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica.

2. O objetivo da proposta é permitir que a Capes, cujas atribuições atuais limitam-se à promoção da formação de pessoal para a educação superior, passe a incumbir-se, adicionalmente, da promoção de políticas voltadas para a formação de profissio-

nais de magistério da educação básica, em regime de colaboração com Estados, Municípios e o Distrito Federal.

3. A proposta visa a utilização da ampla experiência da Capes no campo da pós-graduação para a disseminação e qualificação dos programas de formação de professores e profissionais de magistério da educação básica, em articulação com Estados, Municípios e o Distrito Federal. A eficiência e o alto nível do trabalho da Capes na educação superior, reconhecidos pela comunidade acadêmica e pela população em geral, serão fatores de indução à excelência dos educadores no nível da educação básica.

4. Os desafios impostos para o estabelecimento de educação básica de qualidade no Brasil passam a valorização da escola, do magistério e o investimento no trabalho docente. São fatores fundamentais e urgentes para a reestruturação do sistema educacional brasileiro a melhoria da qualidade da educação básica e a criação de condições para sua universalização. É nesse sentido que se propõe a nova atuação da Capes.

5. O objetivo da proposta é institucionalizar programas de formação inicial e continuada, bem como o desenvolvimento de metodologias educacionais inovadoras, visando a qualificação de recursos humanos para a educação básica, mediante os quais será propiciada a efetiva integração entre a educação superior e a educação básica no País, permitindo assim significativa melhoria na qualificação dos docentes do ensino básico. Assim sendo, a Capes passará à condição estratégica de sistematizar e consolidar os programas governamentais voltados para a educação básica, criando as condições para sua potencialização e adequada atuação nas diversas regiões do Brasil. O benefício primordial será maior integração entre a educação superior e a educação básica do País. Essa nova perspectiva de maior integração na formação de pessoal docente proporcionará sinergias e maior produtividade no uso dos recursos destinados a cada um dos níveis educacionais, com benefícios para a generalidade dos estudantes brasileiros.

6. Cabe informar que para a reestruturação da Capes está sendo proposta a criação, a partir de janeiro de 2007, de cinquenta e dois cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS nos seguintes níveis: três DAS-5; treze DAS-4; vinte e seis DAS-3; oito DAS-2; e dois DAS-1, representando um acréscimo de 111,62 DAS-Unitários na estrutura da Capes. A estimativa do impacto orçamentário relativo aos cargos em comissão para os exercícios de 2007 e subseqüentes, incluindo gratificação natalina,

adicional de férias e encargos, é de R\$2.253.824,12 (dois milhões, duzentos e cinquenta e três mil, oitocentos e vinte e quatro reais e doze centavos) para cada exercício.

7. Está sendo proposta, também, a criação de quatrocentos e dez cargos de provimento efetivo para a Capes, conforme discriminado no anexo ao Projeto de Lei. Quanto ao impacto orçamentário, salientamos que a sua criação pura e simples não gera aumento de despesa, mas apenas o seu provimento, que não acontecerá imediatamente. Assim, quando os cargos efetivos criados tiverem seu provimento autorizado, o impacto orçamentário previsto para 2007 é de R\$2.879.984,46 (dois milhões, oitocentos e setenta e nove mil, novecentos e oitenta e quatro reais e quarenta e seis centavos), e de R\$8.637.793,39 (oito milhões, seiscentos e trinta e sete mil, setecentos e noventa e três reais e trinta e nove centavos) a partir de 2008 e o processo deverá respeitar a prévia existência de recursos orçamentários destinados a tal finalidade, de acordo com o disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

8. Em termos de custos administrativos, o aproveitamento da estrutura administrativa da Capes é significativamente mais econômico para a execução da nova finalidade, que a criação de uma outra autarquia ou estrutura independente. Nesse sentido, a proposta de criação de cargos efetivos e em comissão corresponde à quantidade necessária ao desempenho dos programas que serão absorvidos pela Capes.

9. Finalmente, a proposta contém a alteração dos artigos 1º e 2º da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, com vistas a ajustar essa legislação à nova situação que se cria com a modificação das competências da Capes, bem assim aprimorar os critérios de concessão de bolsas para professores envolvidos em programas de formação a distância.

10. São essas, Senhor Presidente, as razões que nos levam a submeter a Vossa Excelência a anexa proposta de Projeto de Lei.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva – Fernando Haddad.**

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Mu-

nicípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II – se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

LEI Nº 8.405, DE 9 DE JANEIRO DE 1992

Autoriza o Poder Executivo a instituir como fundação pública a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....
Art. 2º A fundação Capes terá como finalidade subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para a área de pós-graduação, coordenar e avaliar os cursos desse nível no País e estimular, mediante bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos, a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência de grau superior, a pesquisa e o atendimento da demanda dos setores públicos e privado.

.....
Art. 6º São órgãos de direção da fundação Capes:

- I – o Conselho Superior;
- II – a Diretoria, composta pelo Presidente e pelos Diretores;
- III – o Conselho Técnico-Científico.

LEI Nº 11.273, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2006

Autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e conti-

nuada de professores para a educação básica.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE autorizado a conceder bolsas de estudo e bolsas de pesquisa no âmbito dos programas de formação de professores para a educação básica desenvolvidos pelo Ministério da Educação, inclusive na modalidade a distância, que visem:

I – à formação inicial em serviço para professores da educação básica ainda não titulados, tanto em nível médio quanto em nível superior;

II – à formação continuada de professores da educação básica; e

III – à participação de professores em projetos de pesquisa e de desenvolvimento de metodologias educacionais na área de formação inicial e continuada de professores para a educação básica.

§ 1º Poderão candidatar-se às bolsas de que trata o **caput** deste artigo os professores que:

I – estiverem em efetivo exercício no magistério da rede pública de ensino; e

II – estiverem vinculados a um dos programas referidos no **caput** deste artigo.

§ 2º A seleção dos beneficiários das bolsas de estudos será de responsabilidade dos respectivos sistemas de ensino, de acordo com os critérios a serem definidos nas diretrizes de cada programa.

.....
(*Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de Educação.*)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O **Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2007**, que acaba de ser lido, terá tramitação com prazo determinado de 45 dias, nos termos do art. 64, §1º, da Constituição, combinado com o art. 375 do Regimento Interno.

A matéria será apreciada simultaneamente pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de Educação, podendo somente receber emendas perante a primeira comissão pelo prazo único de cinco dias úteis, de acordo com o art. 122, II, **b**, combinado com o art. 375, I, do Regimento Interno, findo o qual, sendo apresentadas emendas, as mesas deverão ser encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa a fim de serem publicadas no **Diário do Senado Federal** e em avulsos para serem distribuídos às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 39, DE 2007
(Nº 81/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, os arts. 39, § 1º, e 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Raul de Taunay, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Zimbábue, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na República da Zâmbia e na República do Malauí, desde que obtidos os **agrément**s dos governos desses países.

Os méritos do Senhor Raul de Taunay, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 22 de fevereiro de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 45 DP/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 15 de fevereiro de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com os artigos 39, § 1º, e 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação do Senhor Raul de Taunay, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Zimbábue.

2. Caso mereça a aprovação do Senado Federal, o Raul de Taunay poderá ser nomeado, também, para exercer os cargos de Embaixador do Brasil, cumulativamente, na República da Zâmbia e na República do Malauí, desde que obtidos os **agrément**s dos governos desses países.

3. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e **curriculum vitae** do Senhor Raul de Taunay que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, **Celso Luiz Nunes Amorim**.

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE RAUL DE TAUNAY

CPF.: 9820299187

ID.: 2651 MRE

23/03/1949	Filho de Jorge d'Escragnolle Taunay e Mary Elisabeth Penna e Costa d'Escragnolle Taunay, nasce em Paris/França (brasileiro nato, de acordo com o artigo 129, Inciso 1 da Constituição de 1946)
12/12/1972	Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
04/01/1974	CPCD - IRBr
14/01/1974	Terceiro Secretário em 14 de janeiro
31/01/1974	Divisão de Orçamento e Programação Financeira, assistente
30/08/1974	Departamento de Promoção Comercial, Terceiro Secretário, assistente
10/04/1975	Divisão de Informação Comercial, Terceiro Secretário, assistente
11/05/1975	Feira Internacional do Sesquicentenário da Bolívia, Diretor Geral
03/09/1975	Embaixada em Luanda, Terceiro Secretário, serviço provisório
12/07/1976	III Exposição Industrial Brasileira em Caracas, Diretor Geral
15/08/1976	Embaixada em Nova Delhi, Terceiro Secretário, serviço provisório
10/10/1976	Departamento Geral de Administração, assistente
10/12/1976	Consulado em Caiena, Encarregado do Consulado, serviço provisório
07/05/1978	Segundo Secretário, por merecimento, em 7 de maio
26/06/1978	Secretaria-Geral das Relações Exteriores, Coordenador
26/06/1979	Embaixada em Paris, Segundo Secretário
12/05/1981	Festival Internacional de Cinema de Cannes, Chefe de delegação
15/04/1982	Embaixada em Abu Dhabi, Encarregado de Negócios, serviço provisório
20/06/1982	Embaixada em Praga, Segundo e Primeiro Secretário
15/12/1982	CAD - IRBr
22/12/1982	Primeiro Secretário, por antigüidade, em 22 de dezembro
05/02/1984	Festival Internacional de Cinema de Karlovy Vary, Chefe de delegação

22/04/1984	Feira Internacional de Bens de Consumo de Brno, Diretor Geral
24/10/1984	Feira Industrial de Maquinaria de Brno, Diretor Geral
14/07/1985	Feira Internacional de Maquinaria Pesada de Bratislava, Diretor Geral
26/02/1987	Divisão de Visitas do Cerimonial, assessor
22/05/1987	Divisão de Formação e Treinamento, assessor
20/06/1987	Reunião do Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil\Paris, Chefe de delegação
18/01/1988	Departamento do Oriente Próximo, assessor
05/05/1989	Quinta Reunião África-América Latina sobre Dívida Externa/Cairo, Chefe de delegação
12/02/1990	Divisão da África II, Chefe, substituto
04/04/1990	Departamento da África, assessor
02/01/1992	Embaixada em Praia, Encarregado de Negócios, serviço provisório
15/11/1992	Embaixada em Luanda, Primeiro Secretário, serviço provisório
18/12/1992	Conselheiro, por merecimento, em 18 de dezembro
24/08/1993	Consulado-Geral em Milão, Conselheiro
10/10/1993	Meu Brasil Angolano, editora RECORD
15/12/1993	Adoções Transnacionais. A Discussão em Courmayeur, in Revista do Instituto Internacional Pais sem Fronteiras
29/06/1994	Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologias para Empresas, revista Millionaire International, edição de junho
20/08/1994	Embaixada em Tunis, Encarregado de Negócios, serviço provisório
30/09/1994	Feira Internacional Inter Marmomach, Diretor Geral
04/03/1995	Bolsa Internacional do Turismo de Milão, Diretor Geral
12/04/1995	As Perspectivas Econômicas Brasileiras, revista ECIP, Brasil-Itália
27/11/1995	Bolsa Internacional de Cooperação, Desenvolvimento e Investimentos/Milão, Diretor Geral
04/05/1996	Feira Internacional de Alimentação -CIBUS - Parma, Diretor Geral
10/10/1996	O Centenário da Morte de Carlos Gomes, revista do Museu Teatro da Scala de Milão
12/10/1996	Encontro Internacional da Associação de Emigrantes na Austrália e nas Américas de Villa Contarini, Piazzola Sul Brenta, Rubano\Itália, Chefe de delegação

- 06/11/1996 XXXII CAE - IRBr, O Fenômeno da Emigração Brasileira. Uma Contribuição às Práticas de Apoio e Proteção
- 01/04/1997 Consulado-Geral em San Juan, Conselheiro
- 05/10/1999 Assessoria de Relações com o Congresso, Chefe, substituto
- 07/01/2002 Embaixada em Maputo, Encarregado de Negócios, serviço provisório
- 14/08/2002 O Brasil, um Mosaico de Oportunidades, publicado pelo DPR nas revistas de bordo das companhias aéreas internacionais
- 18/12/2002 Ministro Conselheiro, por merecimento, em 18 de dezembro
- 14/09/2003 Embaixada em Roma, Ministro Conselheiro



DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior

REPÚBLICA DO ZIMBÁBUE



Perfil geográfico

Nome Oficial	República do Zimbábue
População	13,01 milhões (2004 est. OMS)
Território	390.580 km ²
Capital	Harare (1,6 milhões – 2006 est.)
Clima	Tropical. Estação chuvosa entre novembro e março.
Terreno	Planaltos. Um planalto principal central e uma importante região montanhosa ao leste do país. Menor altitude: 162 m, na fronteira sul com Moçambique. Maior altitude: Monte Inyangani, 2.592 m, na fronteira central com Moçambique.
Fronteiras	Ao sul: África do Sul. A oeste-sudoeste: Botsuana. A oeste-noroeste: Zâmbia. A norte e leste: Moçambique, a maior fronteira, com 1.231 km de extensão.

Perfil social	
Língua	Inglês (oficial); shona, falada por 60% da população, e sindebele, falada por 40%.
Expectativa de vida	37 anos para homens / 34 anos para mulheres (2004 OMS)
Principais grupos étnicos	(est. 2005) Shona (80-84%); Ndebele (8-10%); brancos (britânicos, sul-africanos e moçambicanos) 1%; asiáticos (indianos e chineses) 0,5%.
Analfabetismo	10% (2003 est. UNESCO)
Religião	Sincretismo cristão-animista 50%; cristianismo 25%; religiões autóctones 24%; islamismo e outros 1%.
IDH	151º lugar – 0,491 (2004 PNUD)
População abaixo da linha de pobreza nacional	34,9% (1990-2003, PNUD)

RELAÇÕES BRASIL- ZIMBÁBUE

As relações diplomáticas com o Brasil foram estabelecidas no dia da celebração da independência (18 de abril de 1980) e a Embaixada em Harare foi aberta em 1987. O Acordo Comercial entre os dois países foi celebrado em 1988, promulgado por decreto legislativo em 1991.

Em 1991, o Presidente Fernando Collor esteve em visita oficial a Harare. Por sua vez, Mugabe veio oficialmente a Brasília em setembro de 1999, quando foi firmado o Acordo de Cooperação Cultural, aprovado pelo Congresso Nacional (Decreto Legislativo 267/2000) e ainda não implementado, por depender da correspondente notificação do Governo zimbabuano sobre o cumprimento dos trâmites legais internos no país.

Em 2003, o Ministro Celso Amorim visitou Harare. Em 2004, a República do Zimbábue abriu sua Embaixada em Brasília.

Em 2006, à margem da Reunião de Alto Nível do G-20, no Rio de Janeiro, foram assinados acordos bilaterais de cooperação técnica e para o estabelecimento de Comissão Mista permanente.

POLÍTICA INTERNA

Robert Mugabe é o Chefe de Estado desde a criação do país, em 1980, e foi, mais uma vez, reeleito, em março de 2005. No triênio 2003-2006, observou-se a desagregação do partido opositorista.

O programa de reforma agrária, aprovado em 1998, só foi implementado a partir de 2002. Nesse ano, a proposta de emenda constitucional que permitiria a expropriação de terras sem compensação foi rejeitada. A Associação de Veteranos de Guerra, pró-Mugabe, iniciou então invasões sistemáticas a fazendas, o que desencadeou grave crise no setor produtivo. Perdura severa tensão no campo, com repreensões internacionais, em função do processo de reforma agrária.

Em 2005, foi implementada a "Operation Murambatsvina" (Operação Limpeza), lançada pelo governo para expulsar camelôs e erradicar as favelas da região urbana de Harare. Deixou mais de 700 mil pessoas desabrigadas em pleno inverno. O governo afirma ter já alojado sete mil dessas pessoas. Cerca

de três mil dessas famílias recebem rações alimentícias mensais providenciadas pelo Programa Mundial de Alimentos da ONU.

No momento, Mugabe tenta emendar a constituição para retardar as eleições presidenciais, programadas para 2008, para que coincidam com o pleito parlamentar, em 2010. Seu partido, o ZANU-PF, encontra-se enfraquecido por disputas sucessórias internas e acusações de corrupção.

O governo tencionava controlar o mercado telefônico, ao obrigar as operadoras de celulares a utilizarem unicamente a empresa estatal para a realização de chamadas internacionais. A questão está na Corte Suprema, ainda sem decisão final.

ECONOMIA

Enfrentando grave declínio econômico, o Zimbábue tem assistido à corrosão do valor da moeda local, à desaceleração da atividade dos setores produtivos e a crises de abastecimento de produtos sensíveis. Empresas paraestatais também têm enfrentado dificuldades, e o fornecimento de produtos sensíveis como combustíveis, energia elétrica e água potável continua ameaçado de suspensão.

A crise econômica tem paralisado o setor exportador do Zimbábue (principalmente tabaco, gêneros alimentícios e recursos minerais). A escassez de moeda forte, por seu turno, tem levado a que os principais itens da pauta de importações, (máquinas, equipamentos de transporte, bens manufaturados e combustíveis) entrem no país em volume cada vez menor. A indústria do turismo, que se desenvolvia rapidamente (o número de visitantes cresceu a taxa anual de 20% entre 1990 e 1999), também encolheu bastante a partir de 2000.

O governo do Zimbábue enfrenta grave déficit fiscal insustentável, uma taxa de câmbio sobrevalorizada e inflação crescente. Sua participação entre 1998-2002 na guerra na República Democrática do Congo drenou centenas dos milhões de dólares da economia. O apoio do FMI foi suspenso quando o país não cumpriu as metas acordadas com a instituição. O programa da reforma agrária do governo danificou o setor de agricultura, a fonte tradicional das exportações e do comércio exterior e criador de cerca de 400.000 empregos.

O déficit orçamentário foi estimado, em 2006, em 11,2% do PIB. O Zimbábue não tem mecanismos para aumentar a arrecadação, de modo que a previsão é de severo corte nos serviços à população, como nas já combalidas áreas da educação e saúde.

No entanto, prevê-se certa desaceleração do declínio econômico. A média da queda do PIB anual real entre os anos de 2002 e 2006 foi de cerca de 6%, ao passo que a expectativa para 2007 e 2008, é, respectivamente, de queda de 2,7% e de 1%. Acredita-se que haverá leve recuperação na produção de recursos minerais (ouro e platina) e produção agrícola.

A inflação aumentou de uma taxa anual de 32%, em 1998, a 383% em 2003, e a média para 2006 foi de cerca de 1.051%. Os analistas acreditam que a inflação, nos próximos anos, ficará "estabilizada" neste patamar, em oposição à previsão pessimista do FMI, de inflação anual na faixa dos 4.000%, em 2007.

POLÍTICA EXTERNA

Mugabe é líder regional renomado e respeitado pelo seu passado de envolvimento nos movimentos de libertação nacional da África Austral. Forjou um pacto de defesa com Angola, Namíbia e República Democrática do Congo (RDC), em 1998, e implementou uma operação de paz da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) na RDC, em clara oposição aos esforços sul-africanos de conseguir um cessar-fogo.

O Zimbábue mantinha relações internacionais cordiais com a comunidade internacional até recentemente. Retirou-se da Commonwealth (antes que dela fosse expulso), mas continua participando da União Africana e da SADC, além de ser signatário da Convenção de Lomé. Os países-membros da União Européia impuseram, desde 2001, sanções ao Zimbábue, que incluem o embargo da venda de armas, o congelamento dos fundos do Presidente e outras autoridades do governo em seu território.

A reação internacional negativa ao programa de reforma agrária possibilitou que Mugabe, mais uma vez, levantasse a bandeira do anti-apartheid e do pan-africanismo. Seus aliados são os "verdadeiros líderes africanos". Seus inimigos, os "aliados brancos de (Tony) Blair". Pesquisa realizada por revista de ampla circulação no continente africano ("New African"), em julho do 2005, apontou, dentre os "100 maiores africanos e afrodescendentes de todos os tempos", Robert Gabriel Mugabe, em terceiro lugar, superado apenas por Nelson Mandela e Kwame Nkrumah.

A África do Sul de Thabo Mbeki pratica a "diplomacia do silêncio" com relação a Mugabe e evita criticar o vizinho. São estreitas as relações com os países vizinhos e parceiros na SADC, embora o Zimbábue não tenha, até hoje, revelado especial empenho em fazer avançar a integração econômica regional.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-ZIMBÁBUE

O comércio bilateral é pequeno. No ano de 2005, os principais produtos de exportação brasileiros foram veículos automotores (81% do total exportado), seguidos de peças de maquinaria e inseticidas.

As importações brasileiras concentram-se em níquel e amianto. Em 2005, o níquel representou 56% do total importado. O resultado parcial de 2006 (janeiro a outubro) indica que 79,8% das importações foram de amianto.

Entre 2001 e 2003, as exportações brasileiras cresceram de US\$ 3,2 milhões para US\$ 4,18 milhões. Houve decréscimo nos dois anos seguintes e, em 2005, foram exportados apenas US\$ 1,75 milhões. Entre janeiro e outubro de 2006, constatou-se incremento em relação ao mesmo período do ano anterior, com um resultado de cerca de US\$ 2,5 milhões.

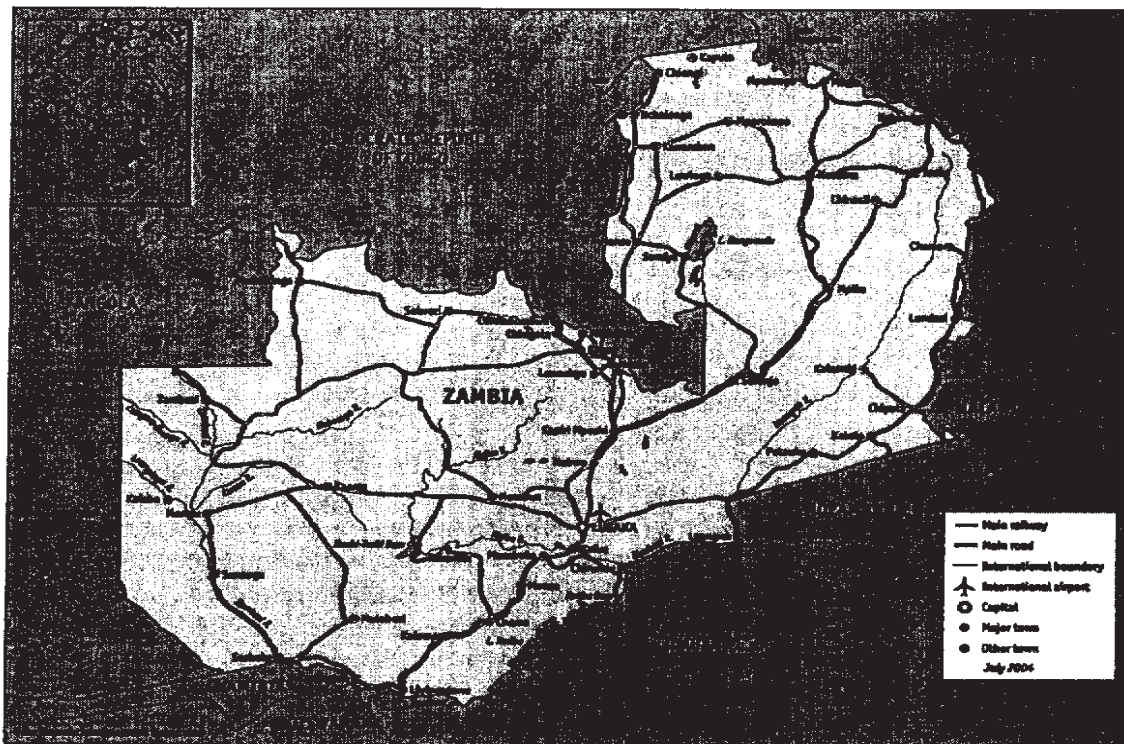
No que tange às importações, notou-se uma queda de 23% entre 2001 e 2004, de US\$ 6,3 milhões para US\$ 4,88 milhões. Em 2005, porém, as importações cresceram mais de 150% em relação ao ano anterior, alcançando US\$ 12,3 milhões. Os dados parciais de 2006 apontam para uma queda de 22% sobre os resultados de 2005.

(US\$ mil FOB)

	2001	2002	2003	2004	2005
Exportações Brasileiras	3.240	2.012	4.185	1.929	1.753
Importações Brasileiras	6.354	7.028	5.478	4.884	12.364
Saldo	9.594	9.040	9.663	6.813	14.117
Total do Comércio	-3.115	-5.016	-1.292	-2.955	-10.611

Fonte: MDIC/SECEX/Sistema Alice

REPÚBLICA DA ZÂMBIA



Perfil geográfico

Nome Oficial	República da Zâmbia
População	11, 668 milhões (2004 est. OMS)
Território	752.614 km ²
Capital	Lusaca (1,2 milhão de habitantes – 2005 est.)
Clima	Subtropical ameno. Estação chuvosa entre outubro e abril.
Terreno	Planaltos. Menor altitude: rio Zambezi 329 m, no sudoeste do país. Maior altitude: 2.301 m, na região de Mafinga Hills, fronteira com o Malauí.
Fronteiras	Namíbia, Botsuana, Zimbábue, Moçambique,

chinesa) ao porto de Dar-es-Salaam, na Tanzânia, e ao porto de Beira, em Moçambique, passando pelo Zimbábue.

A partir da década de 1980, o país passou a buscar papel de relevo nos organismos africanos de integração, como a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, na sigla em inglês) e o Mercado Comum do Sudeste Africano (COMESA, na sigla em inglês), que tem sede em Lusaca.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-ZÂMBIA

O comércio bilateral sofreu incremento significativo entre 2001 e 2004. No período, a soma das exportações e importações aumentou mais de 1.000%, passando de US\$ 1,25 milhão a US\$ 16,85 milhões. As exportações brasileiras sextuplicaram nesses quatro anos, ao passo que as importações de produtos da Zâmbia passaram de zero para US\$ 8,4 milhões.

No entanto, em 2005, constatou-se pequena queda nas exportações brasileiras, da ordem de 4,1%, e diminuição de quase 80% da importação de produtos zambianos para o Brasil. Em 2006, entre os meses de janeiro e agosto, mais uma vez houve retração das exportações e importações, de 15% para as exportações brasileiras (que caíram de US\$ 5 milhões para US\$ 4,2 milhões) e de 23% para a importação de produtos do país africano (reduzidas de US\$ 1,5 milhão para US\$ 1,1 milhão), em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Veículos automotores, em especial tratores, e seus acessórios (pneus) representam mais de 40% da pauta de exportações brasileiras para a Zâmbia. Em segundo lugar estão os bens de capital, particularmente máquinas para o setor agrícola, que ocupam mais de 22% da pauta desde 2003 e chegaram a 26%, em 2006 (entre janeiro e agosto). Outros produtos com alta participação na pauta são fios de alumínio, que representaram, em média, 20% da pauta, entre 2003 e 2006; geradores e motores, que chegaram a 8% das exportações em 2005; e ferramentas, as quais, entre janeiro e agosto de 2006, responderam por 6% da pauta.

A importação de produtos da Zâmbia concentra-se quase que exclusivamente em metais em forma bruta, dos quais se destacam o níquel e o cobalto.

(US\$ mil FOB)

	2001	2002	2003	2004	2005
Exportações Brasileiras	1.250	1.420	5.525	8.456	8.110
Importações Brasileiras	0	68	675	8.402	1.687
Saldo	1.250	1.352	4.850	54	6.423
Total do Comércio	1.250	1.488	6.200	16.858	9.797

Fonte: MDIC/SECEX/Sistema Alice

REPÚBLICA DO MALAUÍ



Perfil geográfico

Nome Oficial	República do Malauí
População	13,1 milhões (2006 est. EIU)
Território	118.484 km ²
Capital	Lilongwe (aprox. 400.000 habitantes)
Clima	Subtropical. Estação chuvosa entre novembro e abril.
Terreno	Planaltos de altitude, entre 600 m e 1.200 m acima do nível do mar. O Lago Malauí, situado na região leste do país, ocupa quase 20% do território e é o terceiro maior lago da África. Maior altitude: Monte Mulanje, 3.048 m, localizado ao sul do Lago Malauí.
Fronteiras	No Noroeste: Zâmbia. Ao Norte: Tanzânia. A leste, sul e oeste: Moçambique, a maior fronteira do Malauí.

Perfil social

Língua	Inglês e chicheua (ambas oficiais)
Expectativa de vida	39,8 (2004 OMS)
Principais grupos étnicos	Chewa, nyanja, tumbuka, yao, lomwe, sena, tonga, ngoní, ngonde, asiáticos e europeus.
Analfabetismo	35,9% (2004 est. PNUD)
Religião	Cristãos 79,9%, muçulmanos 12,8%, outros 3%, nenhuma religião 4,3%
IDH	166º lugar – 0,400 (2004 PNUD)

RELAÇÕES BRASIL – MALAUÍ

As relações do Brasil com o Malauí são exercidas a partir da Embaixada em Harare. O Embaixador George Ney de Souza Fernandes, que chefiou a Missão do Brasil na Zâmbia até dezembro de 2006, apresentou suas credenciais ao presidente Mutharika em janeiro de 2005. No momento, não há embaixador brasileiro designado para o Malauí, uma vez que se aguarda a designação de novo chefe para a Embaixada em Harare, que responde, cumulativamente, por Lilongüe. A maior parte dos contatos bilaterais dá-se, entretanto, no âmbito das Nações Unidas.

À época da apresentação de credenciais do Embaixador George Ney, foram discutidas possibilidades de cooperação e estreitamento de relações, especificamente nas áreas de combate ao HIV/AIDS, turismo, mineração e agricultura.

O Malauí situa-se na África Austral, região mais politicamente estável do continente e de grande dinamismo econômico, onde se concentram alguns dos principais parceiros africanos do Brasil, como África do Sul, Angola, Moçambique e Namíbia. A extensa fronteira entre o Malauí e Moçambique, bem como o grande número de refugiados moçambicanos que se instalaram naquele país, criam ambiente de alguma aproximação com a língua portuguesa e, eventualmente, com o Brasil.

POLÍTICA INTERNA

O Presidente Bingu Mutharika (originalmente registrado com o nome de Brightson Webster Ryson Thom) foi eleito em maio de 2004, após acirrada disputa, com 36% dos votos, para um mandato de 5 anos. Em fevereiro de 2005, o Presidente anunciou sua saída do partido Frente da União Democrática (UDF), o segundo principal do país, chefiado pelo ex-Presidente Bakili Muluzi. Mutharika formou novo partido, o Partido Democrático Progressista (DPP). Na prática, o gesto do Presidente significa um rompimento político com seu antecessor e tentativa de desvinculação de sua imagem da do ex-Presidente Muluzi. Mutharika acusou a administração Muluzi de ter deixado, como herança, uma dívida interna de US\$ 600 milhões.

Durante o último mandato de Muluzi, o FMI e vários países doadores suspenderam ajuda de mais de US\$ 75 milhões, em 2002, por suspeita de corrupção e desvio de fundos por parte do Presidente e seus colaboradores

mais íntimos. O ex-Presidente chegou a ser preso, mas a acusação de corrupção foi retirada.

O Secretário do Tesouro do Malauí anunciou a decretação da falência da "Corporação de Desenvolvimento do Malauí" (MDC), organismo estatal equivalente ao BNDES, encerrando, assim, a atuação de mais de 40 anos da entidade, criada nos anos 60, no Governo do ditador Hastings Banda. A medida faz parte do projeto de saneamento da economia local do Presidente Mutharika.

Em 6 de julho de 2005, data nacional do país, o Presidente cancelou as festividades e resolveu empregar o dinheiro previsto para a celebração na compra e distribuição de farinha de milho, que constitui a alimentação básica da população. 65% das pessoas vivem abaixo da linha da pobreza, com menos de um dólar norte-americano por dia.

ECONOMIA

A economia do Malauí é baseada na agricultura, responsável por quase a metade do PIB e pela quase totalidade das receitas de exportação. Algodão, açúcar e tabaco dominam as exportações do país, que é muito dependente do FMI, do Banco Mundial e da ajuda financeira internacional. Em meados da década de 1990, políticas governamentais consistentes contribuíram para um crescimento anual médio de 9%. O ritmo das reformas diminuiu, contudo, e o controle dos gastos governamentais enfraqueceu entre 1997/1998.

O Governo do Presidente Mutharika enfrenta o desafio de promover exportações, melhorar a educação e a saúde da população e equacionar problemas ambientais de erosão e desflorestamento. O país ainda se está restabelecendo dos efeitos da grave seca ocorrida em 2002 e que causou sensível redução da produção e falta de alimentos generalizada.

Em meados de 1999, o Malawi juntou-se aos países vizinhos (Moçambique, Tanzânia e Zâmbia) na criação do Corredor de Desenvolvimento de Mtwara, projeto que visa à promoção do comércio e do desenvolvimento na região.

Grande número de empresas petrolíferas possuem distribuição e atividades de *marketing* no país. O Malauí tem uma indústria de mineração nascente que apresenta considerável potencial. A eletricidade é fornecida pela paraestatal *Electricity Supply Commission of Malawi* – ESCOM (Comissão de Fornecimento de Eletricidade do Malauí).

POLÍTICA EXTERNA

Até o ano de 1994, e o final do Governo do Presidente Hastings Kamuzu Banda, o Malauí mantinha relações muito íntimas com o regime do *apartheid* na África do Sul. Após 1994, o país aproximou-se de todos os países da região e é hoje membro da ONU, UA, SADC, COMESA e da Convenção de Lomé IV. Mantém boas relações com os países ocidentais, de quem recebe importantes contribuições a título de ajuda para o desenvolvimento.

Recentemente, o Banco Mundial e o FMI anunciaram que o Malauí atingiu o "completion point", dentro da iniciativa para países altamente endividados (HIPC), que permite o cancelamento da dívida de origem multilateral. Com o aval do FMI, muitos doadores reaproximaram-se do país,

mas expressam preocupação com as desavenças entre o atual Presidente e seu antecessor, que parecem estar desviando a atenção do Governo do Malauí de problemas considerados graves, como a falta de segurança alimentar.

Os principais parceiros comerciais são a África do Sul e a União Européia.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-MALAUÍ

A média anual das exportações brasileiras entre os anos de 2001 e 2006 foi de, aproximadamente, US\$ 1,83 milhão, tendo o auge de exportação acontecido no ano de 2004, quando o total exportado foi de US\$ 4,2 milhões. As importações de produtos pelo Brasil alcançam a média anual de cerca de US\$ 2,41 milhões, no mesmo período.

Caldeiras, máquinas, aparelhos, instrumentos mecânicos e borrachas constituem quase 60% das exportações brasileiras para o Malauí. No mesmo período (2001-2006), quase a totalidade das importações de produtos do Malauí consistiu em tabaco e derivados.

(US\$ FOB)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Exportações Brasileiras	393.499	1.209.918	3.314.440	4.205.693	996.544	859.759
Importações Brasileiras	1.805.033	712	2.585.702	3.419.148	4.481.185	2.172.755
Saldo	-1.411.534	1.209.206	728.738	786.545	-3.484.641	-1.312.996
Total do Comércio	2.198.532	1.210.630	5.900.142	7.624.841	5.477.729	3.032.514

Fonte: MDIC/SECEX/Indicadores e estatísticas de Comércio Exterior (www.desenvolvimento.gov.br), consultado em 24/1/2006.

Aviso nº 126-C. Civil

Em 22 de fevereiro de 2007

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Raul de Taunay, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o

cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Zimbábue, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na República da Zâmbia e na República do Malauí, desde que obtidos os **agrément**s dos governos desses países.

Atenciosamente, **Erenice Guerra**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Interina

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Mensagem que acaba de ser lida vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 65/07-GLPSDB

Brasília, 27 de fevereiro de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a V. Ex^a, o Senador Sérgio Guerra para integrar como suplente a Comissão de Ciência e Tecnologia, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 20/2007 – GLDBAG

Brasília, 26 de fevereiro de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico, o Senador Inácio Arruda como Titular e os Senadores Sibá Machado e Augusto Botelho como Suplentes, na Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa.

Aproveito a oportunidade para apresentar-lhe minhas cordiais saudações. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência designa os Senadores para integrem a referida Comissão, nos termos do expediente que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 26/2007 – GLDBAG

Brasília, 27 de fevereiro de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Francisco Dornelles como suplente, na Comissão de Educação.

Aproveito a oportunidade para apresentar-lhe minhas cordiais saudações. – Senadora **Ideli Salvatti**,

Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência designa o Sr. Senador Francisco Dornelles como suplente para compor a Comissão de Educação, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 27/2007 – GLDBAG

Brasília, 27 de fevereiro de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Patrícia Saboya para integrar como suplente, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em substituição ao Senador Renato Casagrande.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.

– Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 30/07/PS-GSE

Brasília, 26 de fevereiro de 2007

Assunto: remessa de PL à sanção

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência a aprovação das Emendas de nºs 1, 3, 4 (exceto o § 2º), 8, 11 (exceto o seu parágrafo 5º acrescido ao artigo 3º e da expressão “até a data prevista no inciso II do artigo 2º desta Lei”), 12, 13, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29 (exceto seu parágrafo 1º), 34 e 35, e a rejeição das de nºs 2, 5, 6, 7, 9, 10, 11 (parágrafo 5º acrescido ao artigo 3º e da expressão “até a data prevista no inciso II do artigo 2º desta Lei”), 14, 15, 17, 18, 27, 28, 29 (parágrafo 1º), 30, 31, 32 e 33, oferecidas por essa Casa ao Projeto de Lei nº 6.272, de 2005, que “Dispõe sobre a Administração Tributária Federal; altera as Leis nºs 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.683, de 28 de maio de 2003, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.910, de 15 de julho de 2004, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de

24 de julho de 1991, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.098, de 13 de janeiro de 2005, e 9.317, de 5 de dezembro de 1996; e dá outras providências”.

2. Informo-lhe, outrossim, que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, Deputado **Osmar Serraglio**,
Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O Ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O Senhor Presidente da República adotou, em 23 de fevereiro de 2006, e publicou no dia 26 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 355, de 2007**, que “Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País.”

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

PMDB

Valdir Raupp

PFL

José Agripino
Kátia Abreu
Jayme Campos

Raimundo Columbo
Edison Lobão
Romeu Tuma

PSDB

Arthur Virgílio
Sérgio Guerra

Alvaro Dias
Marisa Serrano

PT

Ideli Salvatti
Eduardo Suplicy

Fátima Cleide
Flávio Arns

PTB

Epitácio Cafeteira

Sérgio Zambiasi

PDT

Jefferson Péres

Osmar Dias

PRB*

Marcelo Crivella

*Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

Bloco (PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)

Henrique Eduardo Alves
Henrique Fontana
Mário Negromonte
Luciano Castro
Jovair Arantes
Hugo Leal

Bloco (PSDB/PFL/PPS)

Antonio Carlos Pannunzio	Carlos Brandão
Leonardo Vilela	Emanuel
Arnaldo Madeira	Gustavo Fruet
Bruno Rodríguez	Jutahy Júnior

Bloco (PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN)

Márcio França	Miro Teixeira
Ademir Camilo	Renildo Calheiros

PHS*

Felipe Bornier

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO: 26-2-2007**
- Designação da Comissão: **27-2-2007 (SF)**
- Instalação da Comissão: **28-2-2007**
- Emendas: até **4-3-2007** (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **26-2-2007 a 11-3-2007** (14º dia)
- Remessa do processo à **CD: 11-3-2007**
- Prazo na **CD: de 12-3-2007 a 25-3-2007** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no **SF: 25-3-2007**
- Prazo no **SF: de 26-3-2007 a 8-4-2007** (42º dia)
- Se modificado, devolução à **CD: 8-4-2007**
- Prazo para apreciação das modificações do **SF**, pela **CD: de 9-4-2007 a 11-4-2007** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **12-4-2007** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **26-4-2007** (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência comunica ao Plenário que o Senador Flexa Ribeiro, autor da **Emenda nº 1 – Plen**, oferecida ao **Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006**, perante a Comissão de Assuntos Econômicos, foi retirada no âmbito daquele Órgão, em reunião realizada no dia 13 de fevereiro corrente.

Uma vez que o projeto já foi apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos, a matéria retorna à Comissão de Educação, para exame do projeto e da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, DE 2007

Estabelece normas para o provimento de cargos e empregos de agentes comunitários de saúde a que se refere o art. 9º da Lei nº 11.350.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 9º da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º

§ 1º Os órgãos ou entes da administração direta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios certificarão, em cada caso, a existência de anterior processo de seleção pública, para efeito da dispensa referida no parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006 considerando-se como tal aquele que tenha sido realizado com observância dos princípios referidos no **caput**.

§ 2º Certificada a inexistência do processo de seleção pública a que se refere o parágrafo 1º, Os órgãos ou entes da administração direta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios promoverão a seleção pública no âmbito de suas respectivas áreas.

§ 3º Nos processos seletivos públicos a que se refere o **caput** será adotada a seguinte distribuição de pontos:

I – 70% (setenta por cento) em razão de provas, que versarão exclusivamente sobre as matérias específicas das atividades de agentes comunitários de saúde, vedada a inclusão de questões sobre matérias do currículo do ensino fundamental ou outras não tratadas no curso introdutório a que se refere o inciso II do art. 6º;

II – 20% (vinte por cento), por títulos, em face do exercício da atividade de agente comunitário de saúde, na razão de 4% dos pontos para cada ano de exercício completo até a data da publicação do edital, até o limite de 5 anos; e

III – 10% (dez por cento), por títulos, em razão da conclusão do curso introdutório a que se refere o inciso II do art. 6º.

Art. 2º A certificação a que se refere o parágrafo 1º do art. 9º da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, com a redação dada por esta Lei, deverá ocorrer em 60 dias a partir da publicação da presente Lei.

Art. 3º Na hipótese prevista no parágrafo 2º do art. 9º da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, com a redação dada por esta Lei, o órgão, ente e ou entidade terá prazo de 120 (cento e vinte) dias para a realização do processo seletivo, findo o qual, serão assegurados aos agentes de saúde contratados sem processo seletivo os mesmos direitos que assistem aos demais, constantes do art. 8º da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, até que seja promovido o referido processo seletivo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 11.350, que dispôs sobre as atividades de agentes comunitários de saúde determinou a realização de processo seletivo para a contratação ou nomeação dos agentes no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Todavia, verifica-se uma lacuna naquela norma, na medida em que não há qualquer regulamentação da forma como devem ser realizados aqueles certames.

Este projeto visa a suprir essa lacuna, estabelecendo a distribuição de pontos para obtenção do resultado, nos seguintes percentuais:

I – 70% (setenta por cento) em razão de provas, que versarão exclusivamente sobre as matérias específicas das atividades de agentes comunitários de saúde, vedada a inclusão de questões sobre matérias do currículo do ensino fundamental ou outras não tratadas no curso introdutório a que se refere o inciso II do art. 6º;

II – 20% (vinte por cento), por títulos, em face do exercício da atividade de agente comunitário de saúde, na razão de 4% dos pontos para cada ano de exercício completo até a data da publicação do edital, até o limite de 5 anos; e

III – 10% (dez por cento), por títulos, em razão da conclusão do curso introdutório a que se refere o inciso II do art. 6º.

Com os 70% de matéria específicas, os processos seletivos serão voltados para as atividades dos agentes de saúde, evitando-se que matérias teóricas,

geralmente recomendáveis para processos seletivos comuns, sejam inseridas no conteúdo programático, o que traria para o exercício das atividades pessoas não enquadradas no perfil especial exigido para a carreira, ou seja, de alguém especializado nas atividades de saúde comunitária.

A prova de títulos permitiria a seleção de quem já tenha experiência, evitando-se, dessa forma, que a administração pública perca pessoas cuja rica experiência pode ser de valiosa contribuição para as finalidades do acompanhamento da saúde familiar.

Pretende-se, ainda, da eficácia à Lei nº 11.350, ao se estabelecerem prazos para seu cumprimento e efeitos jurídicos por seu descumprimento.

Desta forma, estaremos prestigiando não simplesmente os atuais agentes de saúde, mas, antes de tudo, todo o conhecimento prático que eles acumularam na difícil tarefa que hoje realizam cuidando da saúde das famílias mais carentes do Brasil.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2007. – Senador **Leomar Quintanilha**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.350, DE 5 DE OUTUBRO DE 2006

Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 297, de 2006, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º As atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, passam a reger-se pelo disposto nesta lei.

Art. 2º O exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, nos termos desta Lei, dar-se-á exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, na execução das atividades de responsabilidade dos entes federados, mediante vínculo direto entre os referidos Agentes e órgão ou entidade da administração direta, autárquica ou fundacional.

Art. 3º O Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações do-

miliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal, distrital, estadual ou federal.

Parágrafo único. São consideradas atividades do Agente Comunitário de Saúde, na sua área de atuação:

I – a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sócio-cultural da comunidade;

II – a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva;

III – o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;

IV – o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde;

V – a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; e

VI – a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida.

Art. 4º O Agente de Combate às Endemias tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor de cada ente federado.

Art. 5º O Ministério da Saúde disciplinará as atividades de prevenção de doenças, de promoção da saúde, de controle e de vigilância a que se referem os arts. 3º e 4º e estabelecerá os parâmetros dos cursos previstos nos incisos II do art. 6º e I do art. 7º, observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 6º O Agente Comunitário de Saúde deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:

I – residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público;

II – haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada; e

III – haver concluído o ensino fundamental.

§ 1º Não se aplica a exigência a que se refere o inciso III aos que, na data de publicação desta Lei, estejam exercendo atividades próprias de Agente Comunitário de Saúde.

§ 2º Compete ao ente federativo responsável pela execução dos programas a definição da área geográfica a que se refere o inciso I, observados os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Art. 7º O Agente de Combate às Endemias deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:

I – haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada: e

II – haver concluído o ensino fundamental.

Parágrafo único. Não se aplica a exigência a que se refere o inciso II aos que, na data de publicação desta Lei, estejam exercendo atividades próprias de Agente de Combate às Endemias.

Art. 8º Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias admitidos pelos gestores locais do SUS e pela Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, na forma do disposto no § 4º do art. 198 da Constituição, submetem-se ao regime jurídico estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, salvo se, no caso dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, lei local dispuser de forma diversa.

Art. 9º A contratação de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias deverá ser precedida de processo seletivo público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício das atividades, que atenda aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Parágrafo único. Caberá aos órgãos ou entes da administração direta dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios certificar, em cada caso, a existência de anterior processo de seleção pública, para efeito da dispensa referida no parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, considerando-se como tal aquele que tenha sido realizado com observância dos princípios referidos no **caput**.

Art. 10. A administração pública somente poderá rescindir unilateralmente o contrato do Agente Comunitário de Saúde ou do Agente de Combate às Endemias, de acordo com o regime jurídico de trabalho adotado, na ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I – prática de falta grave, dentre as enumeradas no art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;

II – acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

III – necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa, nos termos da Lei nº 9.801, de 14 de junho de 1999; ou

IV – insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurem pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em trinta dias, e o prévio conhecimen-

to dos padrões mínimos exigidos para a continuidade da relação de emprego, obrigatoriamente estabelecidos de acordo com as peculiaridades das atividades exercidas.

Parágrafo único. No caso do Agente Comunitário de Saúde, o contrato também poderá ser rescindido unilateralmente na hipótese de não-atendimento ao disposto no inciso I do art. 6º, ou em função de apresentação de declaração falsa de residência.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 51,
DE 14 DE FEVEREIRO DE 2006

Acrescenta os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 198 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 198 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 4º, 5º e 6º:

Art. 198.

§ 4º Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.

§ 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias.

§ 6º Além das hipóteses previstas no § 1º do art. 41 e no § 4º do art. 169 da Constituição Federal, o servidor que exerça funções equivalentes às de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias poderá perder o cargo em caso de descumprimento dos requisitos específicos, fixados em lei, para o seu exercício.”(NR)

Art. 2º Após a promulgação da presente Emenda Constitucional, os agentes comunitários de saúde e o agente de combate às endemias somente poderão ser contratados diretamente pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios na forma do § 4º do art. 198 da Constituição Federal, observado o limite de gasto estabelecido na Lei Complementar de que trata o art. 169 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Os profissionais que, na data de promulgação desta Emenda e a qualquer título, desempenharem as atividades de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias, na forma da lei, ficam dispensados de se submeter ao processo seletivo público a que se refere o § 4º do

art. 198 da Constituição Federal, desde que tenham sido contratados a partir de anterior processo de Seleção Pública efetuado por órgãos ou entes da administração direta ou indireta de Estado, Distrito Federal ou Município ou por outras instituições com a efetiva supervisão e autorização da administração direta dos entes da federação.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 14 de fevereiro de 2006.

Mesa da Câmara dos Deputados

Deputado **Aldo Rebelo** Presidente – Deputado **José Thomaz Nonô** 1º Vice-Presidente – Deputado **Ciro Nogueira** 2º Vice-Presidente – Deputado **Inocêncio Oliveira** 1º Secretário – Deputado **Nilton Capixaba** 2º Secretário – Deputado **João Caldas** 4º Secretário.

Mesa do Senado Federal

Senador **Renan Calheiros** Presidente – Senador **Tião Viana** 1º Vice-Presidente – Senador **Antero Paes de Barros** 2º Vice-Presidente – Senador **Efraim Moraes** 1º Secretário – Senador **João Alberto Souza** 2º Secretário – Senador **Paulo Octávio** 3º Secretário – Senador **Eduardo Siqueira Campos** 4º Secretário.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– O Projeto que acaba de ser lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Sobre a mesa, expedientes que passo a ler.

São lidos os seguintes:

DESPACHO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, DE 2003

Tendo em Vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”, e atendendo à solicitação do Presidente da Comissão, constante das fls. 22.

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente projeto de lei à(s) Comissão(ões) CCT e CAS, cabendo a esta última a decisão terminativa.

Senado Federal, 27 de fevereiro de 2007. – **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 2005

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”, e atendendo à solicitação do Presidente da Comissão, constante das fls. 11.

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente projeto de lei à(s) Comissão(ões) CCT e CAS, cabendo a esta última a decisão terminativa.

Senado Federal, 27 de fevereiro de 2007. – **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, DE 2005

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”, e atendendo à solicitação do Presidente da Comissão, constante das fls. 9.

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente projeto de lei à(s) Comissão(ões) CCT e CCJ, cabendo a esta última a decisão terminativa.

Senado Federal, 27 de fevereiro de 2007. – **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 282, DE 2005

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT”, e atendendo à solicitação do Presidente da Comissão, constante das fls.,

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente projeto de lei à(s) Comissão(ões), CCT e CCJ, cabendo a esta última a decisão terminativa.

Senado Federal, 27 de fevereiro de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 346, DE 2005**

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT.”, e atendendo à solicitação do Presidente da Comissão, constante das fls. 33.

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento interno do Senado Federal, redistribuir o presente projeto de lei à(s) Comissão(ões), CCT e CMA, cabendo a esta última a decisão terminativa.

Senado Federal, 27 de fevereiro de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, DE 2005**

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT.” e atendendo à solicitação do Presidente da Comissão, constante das fls.,

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento interno do Senado Federal, redistribuir o presente projeto de lei à(s) Comissão(ões), CCT, CAE e CDR, cabendo a esta última a decisão terminativa.

Senado Federal, 27 de fevereiro de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, DE 2006**

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2007, que “cria no Senado Federal a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT.”, e atendendo à solicitação do Presidente da Comissão, constante das fls. 12.

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente projeto de lei à(s) Comissão(ões), CCT e CAS, cabendo a esta última a decisão terminativa.

Senado Federal, 27 de fevereiro de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Há oradores inscritos.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Ilustre Presidente, solicito a V. Ex^a que me inscreva para uma comunicação inadiável. Entretanto, apesar de fazer a inscrição número um, eu gostaria de ser o número três e explico a V. Ex^a a razão. Neste momento, a bancada do Espírito Santo está elegendo o seu coordenador. Terei que me ausentar para participar da eleição, pois sou o candidato único – peço, inclusive, os votos dos companheiros –, e depois voltarei aqui para cumprir a determinação de V. Ex^a de fazer a comunicação inadiável, se eleito. Se perdedor, vou me recusar a fazer a comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Tenha certeza de que torcemos pela sua vitória. Consideramos V. Ex^a um eterno vencedor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – AP) – V. Ex^a é candidato único pelo aval que tem, eu sei, de toda a bancada. Se precisar do nosso voto, vamos lá também.

Sr. Presidente, serei, então, o orador número um, uma vez que o Senador Gerson Camata cedeu o primeiro lugar, para fazer a comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, primeira inscrita.

S. Ex^a dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

Está escrito, de ofício, o Senador Marco Maciel para uma comunicação inadiável.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Temos já os três inscritos; V. Ex^a poderá ficar como primeiro suplente. Entretanto, estou inscrito como orador em décimo segundo lugar e posso oferecer o lugar a V. Ex^a. Se V. Ex^a quiser fazer uso da palavra em meu lugar, farei a cessão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^ªs e Srs. Senadores, hoje pela manhã tivemos uma sucessão... Não posso usar a palavra sucessão, porque foram atividades que concorreram e ocorreram ao mesmo tempo aqui, em várias comissões. Está aqui o Senador Paulo Paim, que esteve muito atuante numa das comissões.

A Comissão de Assuntos Econômicos trouxe nada mais nada menos do que o Presidente do Banco Central e todo o **staff** para discutir a polêmica e a sempre controversa questão dos juros, que tem também a incidência na questão do câmbio. Foi uma reunião bastante concorrida a da Comissão de Assuntos Econômicos.

A Comissão de Relações Exteriores trouxe o ex-Embaixador do Brasil, nos Estados Unidos, Dr. Abdenur, para tratar ampliar o debate a respeito da política externa brasileira.

A Comissão de Educação trouxe o Ministro Fernando Haddad para debater os resultados dos processos de avaliação da educação no Brasil – Saeb e Enem. Foi também uma reunião bastante concorrida, com muita participação dos Parlamentares.

A Comissão de Assuntos Sociais e a de Direitos Humanos, que o Senador Paulo Paim preside, trouxe o nosso Ministro da Previdência, Nelson Machado, para debater a instalação do fórum nacional que vai discutir os rumos da Previdência para as próximas décadas. Foi também uma reunião com bastante participação.

Nós queríamos estar em todas ao mesmo tempo e sofremos muito, porque todos os assuntos eram extremamente relevantes e importantes. Eu gostaria de repercutir, pelo menos, questões das quais pude participar diretamente em duas dessas comissões.

Na Comissão de Educação, discutiram-se os resultados do Enem e do Saeb, os dois sistemas de avaliação que temos instalados. Agora, no Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), com a Prova Brasil, a avaliação é direcionada município por município, unidade escolar por unidade escolar, o que pode trazer uma radiografia muito mais detalhada e precisa a respeito das questões, dos problemas, das dificuldades e até dos sucessos que muitas das unidades escolares e dos sistemas municipais e estaduais de ensino vêm desenvolvendo em nosso País.

Eu tive a oportunidade de realçar, nos dados que o próprio Ministro apresentou em relação ao Enem, algo bastante relevante que é a questão do perfil dos que estão realizando este exame atualmente. O primeiro dado que chama a atenção, principalmente para nós mulheres, é que 62% dos que realizaram o último Enem são mulheres. Nós já vimos realçando como extremamente positiva essa ocupação dos bancos escolares pelas mu-

lheres. Hoje, em todos os níveis de ensino as mulheres são maioria. Isso é algo que chama a atenção e que é muito importante para nós, porque é a forma que temos de poder fazer a disputa dos espaços, seja no campo profissional, seja nas diversas esferas de poder, com a participação mais efetiva das mulheres.

A outra questão é que, dos aproximadamente 2,5 milhões que preencheram o questionário socioeconômico do Enem, mais de 80% fizeram todo o seu ensino médio em escolas públicas, mais de 83% são de famílias com até cinco salários mínimos, e – veja bem, Senador Paim – 70% dos que participaram do Enem disseram no questionário que fizeram o exame para ter maior possibilidade de entrar na universidade, ou seja, é o nosso querido ProUni, acertada política de ampliação das vagas para a população de menor renda poder acessar o ensino universitário. Então, estavam lá os dados.

Com relação ao Saeb, algo que também chamou bastante atenção é que os melhores resultados, as experiências mais positivas, inclusive com realce e destaque, foram detectadas em municípios menores, mais pobres, fora dos grandes centros urbanos, onde o papel da escola e do professor ainda é relevante e é o diferenciador. É claro que isso chamou a atenção para um questionamento que fiz ao Ministro Fernando Haddad – inclusive, ele teve oportunidade de realçar que foi esse mesmo o objetivo – de que, ao identificar as experiências bem-sucedidas e os problemas mais graves, esse processo de avaliação e de diagnóstico do Saeb pelo Prova Brasil estará servindo de base exatamente para uma série de iniciativas e de ações do Governo Federal, que deverão ser incluídas nas medidas que serão anunciadas pelo Presidente Lula no programa que vários já estão denominando de PAC da educação, ou seja, um programa de aceleração do desenvolvimento na área educacional no País.

Antes de falar da questão da Previdência, eu queria ouvir, com muito prazer, o Senador Paim e, depois, o Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Se eu pudesse, faria dois apartes, um sobre a Educação e outro sobre a questão da Previdência. Mas quero apenas dar um depoimento. Fiquei muito feliz, hoje de manhã, porque recebi uma ligação de Canoas. Tratava-se de Laura da Mata, uma índia cujo sonho era fazer universidade. Graças ao Enem/ProUni – ela ligou-me e pediu que eu agradecesse, à época, o Ministro-substituto Jairo Jorge, que hoje está na Ulbra, mas o mérito não é nem do Jairo Jorge, nem meu, é do programa – essa jovem índia vai entrar na universidade. Esse depoimento é um gesto simbólico sobre a importância do programa. Quando uma jovem índia, morando em Canoas, teria

acesso à universidade, se não fosse o Enem/ProUni? Parabéns a V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Muito obrigado, Senador Paim.

Senador Flexa, ouço V. Ex^a.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a relata com muita propriedade a manhã de trabalho que o Senado teve nas Comissões. Quero aqui fazer apenas duas observações, Senadora. Já é praxe a Nação brasileira, infelizmente, dizer que o ano só começa após o carnaval. Este ano de 2007 está sendo atípico. Parece que o ano só começará após a convenção do PMDB, porque, lamentavelmente, estamos entrando no mês de março, e o Presidente Lula ainda não definiu o seu Ministério para o segundo Governo. Hoje, tentei deslocar-me por três comissões de que faço parte e que tinham audiências públicas da maior importância, como V. Ex^a realçou aqui: a Comissão de Assuntos Econômicos, com o Presidente e toda a Diretoria do Banco Central; a Comissão de Relações Exteriores, com a vinda do ex-Embaixador Abdenur; a Comissão de Educação, com a presença do Ministro Fernando Haddad; a Comissão de Assuntos Sociais, de que não faço parte, mas estava lá o Ministro da Previdência. Mas eu questiono se, em todas as arguições que foram feitas, em discussões e debates, nós estamos falando para os Ministros das pastas; se esses Ministros serão realmente confirmados pelo Presidente, à frente das suas pastas, para que possamos, no Senado, ter um diálogo produtivo. Ou seja, quero saber se realmente nós estamos falando com o Ministro que vai dar a seqüência ou vai dar início ao segundo mandato do Presidente Lula.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Flexa Ribeiro, creio que a angústia de nomeação dos Ministros ou da troca de Ministros parece ser uma angústia da Oposição. O Presidente Lula tem dito, em alto e bom som, que está indo muito bem, e que os resultados estão aí visíveis. Ele vai tocando, e fará mudanças na hora que entender adequada. Inclusive, ele tem dito que vai fazer mudanças muito pontuais, porque na realidade, dos onze partidos que estão compondo a coalisão, só falta integrar o PDT. Portanto, é responsabilidade dele. Como foi ele que ganhou as eleições, com 58 milhões de votos, tendo um Ministério que lhe deu a condição de disputar e de ganhar com tanta diferença do seu adversário, creio que a Oposição pode ficar tranqüila, pois, quando chegar a hora de mudar, ele o fará.

Eu gostaria ainda, Sr. Presidente, de reportar-me à questão da Previdência. Realizamos um debate e eu não pude participar de tudo, mas houve algo no final que, do meu ponto de vista, Senador Paulo Paim, é o que marca o diferencial do Ministro que nós denomi-

namos de “Ministro dos nossos sonhos”, na área da Previdência, porque tem dito aquilo que nós queríamos ouvir há muito tempo, ou seja, que a questão do déficit da Previdência não é o que tentam nos impor, a toda hora, a qualquer preço e a qualquer custo. Não é. Toda a questão de refazer as contas tem uma clareza e um objetivo muito claro, que é o de definir quem vai pagar a conta efetivamente, que não são nem os trabalhadores e nem aqueles que contribuem, há muitos anos, com a Previdência. Até porque, na conta da Previdência foi incluída uma série de políticas de inclusão, de distribuição de renda, de valorização da pessoa humana pelo País, pelo Brasil, e não é justo, nem legítimo, que se fique debitando dos trabalhadores a conta daquele valor que não é, na essência, previdenciário.

Uma das idéias que o Ministro Nelson Machado fez questão de realçar é que, quando falamos de déficit da Previdência, o que temos de falar é do déficit dos milhões de brasileiros que não têm direito a Previdência; são nada menos que 28 milhões de brasileiros que trabalham, mas que não têm, por trabalharem na informalidade, por trabalharem em situações muitas vezes até desumanas, qualquer amparo previdenciário. Não contribuem, e não têm como contribuir.

No mesmo dia em que o Presidente constituiu um fórum nacional para debater questões relativas à Previdência, ele também assinou um decreto muito importante para reduzir a alíquota de contribuição desse segmento de brasileiras e de brasileiros que trabalham, que fazem da sua vida um cotidiano muito difícil, mas que estão totalmente à margem da Previdência.

Desses 28 milhões de brasileiros, temos certeza de que nem todos poderão ser incluídos, mas o próprio Ministro afirmou que a previsão do Ministério é de que cerca de 3,5 milhões poderão, nesse primeiro momento, aderir a essa contribuição reduzida. Em vez de pagarem 20% sobre o salário mínimo, pagarão 11%.

(Interrupção no som.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senadora Ideli Salvatti, eu gostaria de esclarecer que está havendo um defeito técnico no sistema de som que faz com que, ao aditarmos o tempo do orador, o microfone seja cortado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Tudo bem, Sr. Presidente, sei da gentileza de V. Ex^a.

Ao reduzir de 20% para 11% a alíquota de contribuição, esses 28 milhões de brasileiros – aproximadamente metade deles ganha menos do que o salário mínimo – poderão ter direito à Previdência, ou seja, estar cobertos, resguardados pelo sistema previdenciário brasileiro na quase totalidade dos benefícios desse sistema.

Em vez de contribuir – considerando o novo valor do salário, de R\$380,00 – com R\$76,00, passará a contribuir com R\$41,00, portanto, um valor mais adequado, mais compatível com a remuneração do trabalho desse grande contingente de brasileiros sem Previdência.

Esse é um decreto de inclusão social extremamente importante porque vem fazer o enfrentamento do verdadeiro déficit previdenciário, que são os milhões e milhões de brasileiros que não têm acesso à Previdência.

Tivemos a oportunidade de fazer esse debate, hoje pela manhã, com o Ministro Nelson Machado, o que nos trouxe muita alegria, Senador Paulo Paim, porque percebemos que a Previdência está no rumo correto: o da inclusão previdenciária; no rumo de fazer com que as contas da Previdência tenham o destinatário do pagamento da conta de quem tem a obrigação de pagar, que é o Brasil como um todo, para podermos realizar uma das políticas de inclusão social mais benéfica que se desenvolve no Brasil, há muitos anos, principalmente agora durante o Governo do Presidente Lula.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Desculpe-me por exceder o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senadora, a Mesa também pede desculpas a V. Ex^a, porque, na tentativa de antecipar o aditamento de tempo, está havendo uma falha no sistema de som que faz com que, no momento em que aditamos o tempo, o som desapareça. Peço desculpas a V. Ex^a e aos demais Senadores caso persista o problema.

Ao mesmo tempo, solicito aos senhores técnicos que fazem esse belíssimo trabalho para a Casa que tentem solucionar este grave problema.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, para uma comunicação inadiável.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos para o seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, que preside esta sessão, o Ministro Nelson Machado, atendendo a requerimento que encaminhamos, participou, hoje pela manhã, de uma audiência conjunta da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Direitos Humanos. Eu, que nem sempre venho à tribuna para elogiar Ministros, quero dizer que S. Ex^a foi brilhante mais uma vez.

O Ministro Nelson Machado, pela sua competência política e também técnica, disse, com muita ênfase, que a Previdência brasileira não está quebrada, que não há déficit, demonstrando que a responsabilidade social, no que compete à assistência, é uma coisa, e que, no sistema contributivo, com a arrecadação do empregado ao empregador, CPMF e outras fontes de recursos oriundas

da Constituição de 1988, tranquilamente, dá para dizer que a Previdência brasileira não é deficitária.

É muito bom ouvir isso de um Ministro da Previdência, já que, durante anos e anos – estou no Congresso há vinte anos –, sempre ouvi dizer que a Previdência estava falida. Isso é muito bom.

Também fiquei feliz pelo enfoque dado ao fórum denominado Fórum Nacional de Previdência Social, organizado pelo Senhor Presidente da República, naturalmente com o Ministro Nelson Machado, com mudanças a longo prazo.

O Ministro fez questão de enfatizar que não há necessidade nenhuma de alterações na Previdência para os próximos cinco, seis ou sete anos. Eu é que insisti no fim do fator previdenciário – já falava sobre isso aqui ontem e falei lá também – e insisti também para que nós, de uma vez por todas, retiremos a contribuição do empregador que hoje é sobre a folha e a transfiramos para o faturamento: desonera a folha, gera mais emprego e aumenta a arrecadação da Previdência e, por extensão, da própria seguridade.

Sr. Presidente, quero também falar rapidamente sobre o agronegócio no Rio Grande.

A agricultura brasileira tem sido marcada, na última década, por altos e baixos, e o Rio Grande do Sul tem acompanhado esse movimento com algumas pequenas ressalvas.

Em 2000, acompanhamos o crescimento do agronegócio brasileiro e colhemos aproximadamente 15 milhões de toneladas de arroz, milho, soja e trigo.

O mesmo crescimento foi observado em 2001, quando colhemos, no nosso Estado, a cifra de 19,6 milhões de toneladas.

Em 2003, seguindo os passos brasileiros, obtivemos a maior safra da história gaúcha até o presente momento: colhemos perto de 22 milhões de toneladas de produtos.

De lá para cá, apesar dos avanços tecnológicos e das intensas e avançadas pesquisas realizadas principalmente no setor agropecuário, temos amargado reduções na produção agrícola, fato provocado principalmente pelo clima, que vem, anualmente, castigando o Estado gaúcho.

Em 2006, o agronegócio gaúcho voltou a apresentar uma recuperação, anunciando um período favorável. Tanto que terminamos o ano com uma exportação próxima aos 20 milhões de toneladas.

Porém, o vento favorável que parece soprar em direção ao agronegócio brasileiro vem enfrentando a queda dos preços agrícolas internacionais, ocorrida nos últimos anos, e uma taxa cambial desfavorável aos nossos agricultores.

Por outro lado, Sr. Presidente, ficamos felizes com as expectativas de exportação para 2007. Segundo especialistas do setor, somente a safra de soja poderá alcançar 10 milhões de toneladas. Isso representará aumento de renda também nos setores de comércio, serviços, indústria e insumos do Rio Grande. Calcula-se que cada dólar gerado na agricultura representa três dólares nos segmentos ditos indiretos.

Outra boa novidade é a elevação da cotação da soja na bolsa de Chicago. Os contratos para o primeiro vencimento, em março de 2007, encerraram o pregão, na semana passada, ao valor equivalente a R\$35,78 por saca de 60 kg, uma esperança positiva para o produtor, que, em 2006, comercializou a saca por um preço médio de R\$21,00 e já inicia este ano com valores acima de R\$27,00.

Sr. Presidente, eu também não poderia deixar de comentar a importância da 17ª Abertura Oficial da Colheita do Arroz, ato simbólico que ocorre anualmente e que vai se realizar neste fim de semana, na cidade de São Gabriel, no nosso Rio Grande.

O nosso Estado é o maior produtor de arroz do País. A cultura emprega mais de 200 mil pessoas no setor, desde o processo de cultivo até o processo industrial de beneficiamento.

O Governo Federal, Sr. Presidente – adianto -, garantiu recursos para a comercialização de 1,75 milhão de toneladas do produto ao preço mínimo de R\$22,00.

Segundo o Instituto Rio Grandense do Arroz - Irga, a disponibilização de recursos por parte do Governo antes do início da colheita deverá garantir a sustentação do preço do produto.

A Emater prevê que sejam colhidas nesta safra 5,6 milhões de toneladas de arroz no Estado, o que representa, Sr. Presidente, uma queda de 16% em relação à safra 2005/2006.

As boas condições climáticas e a expectativa de que o clima continue colaborando com a agricultura é claro que são animadoras.

Sr. Presidente, também poderíamos destacar aqui a lavoura do milho, mas quero terminar, deixando como registro minha satisfação em saber que o Rio Grande do Sul foi o Estado escolhido pelo Ministério da Integração Nacional para abrigar o projeto piloto do programa Proágua Nacional, por ser o primeiro a cumprir todas as exigências do programa e as normativas do Banco Mundial.

Com os recursos do Proágua, serão implementados projetos de irrigação, construção de barragens e outros mecanismos necessários para pôr fim aos problemas de abastecimento de água e contenção de cheias no meu Estado.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) - Estou terminando, Sr. Presidente.

Meu desejo, enfim, é de que os bons ventos soprem para a safra gaúcha de grãos em 2007 e para a economia do Estado, com repercussão positiva para todo o nosso País.

Sr. Presidente, agradeço pela tolerância. Dei uma acelerada, porque percebi que estava ultrapassando o tempo, apesar da boa vontade de V. Ex^a.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra, como orador inscrito, ao nobre Senador Francisco Dornelles, por cessão do Senador Pedro Simon.

S. Ex^a terá dez minutos para seu pronunciamento.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer algumas considerações sobre o sistema de defesa comercial do Brasil.

O País está sendo inundado por quantidade enorme de produtos que aqui chegam com preços inferiores aos praticados no mercado de origem ou com grande grau de subsídios. Essas práticas desleais de comércio estão causando sérios danos à produção nacional e estão praticamente destruindo importantes setores de nossa indústria, como é o caso da indústria têxtil, de confecções, brinquedos, eletrônicos e produtos siderúrgicos.

As medidas **antidumping**, os direitos compensatórios e as medidas de salvaguarda são institutos próprios do comércio internacional. Países apontados como baluartes do liberalismo econômico, como é o caso dos Estados Unidos e dos países da União Européia, não hesitam em aplicar essas medidas na defesa de seus interesses comerciais.

Os Estados Unidos, por intermédio da Comissão de Comércio Internacional e do Departamento de Comércio, têm aplicado uma série de medidas protecionistas às exportações brasileiras. Aplicam também, com frequência, direitos provisórios para impedir que o tempo de duração do processo cause dano irreparável à empresa domiciliada no país, autora da demanda protecionista.

A Comissão de Comércio Internacional dos Estados Unidos, constituída por especialistas em comércio internacional, com mandato fixo, determina o dano ou ameaça de dano à empresa ou à indústria nacional. O Departamento de Comércio examina a existência e determina a margem de **dumping** ou o montante de subsídios.

O Brasil, embora tenha tido grande volume de suas exportações atingidas por medidas protecionistas impostas por países desenvolvidos, levou algum tempo para criar mecanismo de defesa comercial e muito

oscilou na aplicação dessas medidas, transmitindo, muitas vezes, a impressão de que a defesa comercial não era um instituto próprio do comércio internacional, mas uma agressão a países que adotavam práticas desleais do comércio.

O sistema de defesa comercial do Brasil está razoavelmente organizado. Integra a estrutura do Ministério do Desenvolvimento e conta com a presença de técnicos da mais alta competência. Entretanto, Sr. Presidente, atua com lentidão, sendo extremamente hesitante em relação a aplicação de direitos provisórios.

Sofre também a influência da presença de representantes de outros ministérios, que integram o colegiado de defesa comercial e que examinam as pendências comerciais, olhando mais para as políticas dos Ministérios que representam e menos para os princípios que regem o comércio internacional.

A última palavra sobre a imposição ou não de direitos compensatórios, medidas de salvaguarda ou **antidumping** no Brasil cabe a dois colegiados constituídos por representantes de diversos ministérios.

Com frequência, Sr. Presidente, a entrada no Brasil de um produto altamente subsidiado interessa à política do Ministério da Fazenda, pelas consequências que tem sobre a contenção dos preços internos. Outras vezes, o representante do Ministério das Relações Exteriores, mais preocupado com as relações diplomáticas, se recusa a apoiar a imposição de uma medida de defesa comercial, em decorrência de possíveis implicações políticas que a medida possa trazer. Em outros casos, o representante do Ministério da Agricultura não concorda com a aplicação de direitos compensatórios sobre determinados produtos industriais importados com subsídios, sob fundamento de que a agricultura é beneficiada pelo preço subsidiado.

O Sistema de Defesa Comercial do Brasil lembra hoje o que ocorria no campo tributário há 50 anos. Naquela época, caso um auditor fiscal autuassem um contribuinte, este podia apresentar um recurso que chegava até o Ministro da Fazenda, que levava, às vezes, anos para decidir. Hoje os Conselhos de Contribuintes e as Câmaras de Recursos Fiscais, constituídos por técnicos do Ministério da Fazenda e representantes dos contribuintes, julgam todas as pendências tributárias com base exclusivamente na legislação em vigor e sem qualquer interferência do Ministro da Pasta.

O crescimento do nosso comércio internacional e o acirramento das práticas desleais de comércio requerem um sistema de defesa comercial que atue com maior agilidade.

Um órgão, semelhante à Comissão de Comércio Internacional dos Estados Unidos ou pelo menos ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda,

integrado por especialistas em legislação comercial e com mandato fixo, deve ser urgentemente constituído, substituindo os dois colegiados, compostos por representantes de diversos ministérios, que julgam as pendências comerciais menos com base na legislação do comércio internacional e mais com base na política dos Ministérios que representam, causando, com frequência, enormes perdas ao setor privado do País.

Devem ser também adotados procedimentos semelhantes aos existentes nos países de maior desenvolvimento para a imposição de direitos provisórios, a fim de permitir que a empresa brasileira atingida pelas práticas desleais de comércio possa resistir ao tempo de duração do processo de investigação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou procurando diálogo com representantes do Ministério de Desenvolvimento, bem como com especialistas em comércio internacional, com o objetivo de coletar dados que permitam a apresentação de projeto modificando a atual sistemática de defesa comercial do País, para que se possa atuar com maior agilidade na defesa do setor privado brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora) – Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa, em meu nome e em nome do Senador Sibá Machado, um requerimento de voto de aplauso para três cientistas brasileiros – os Professores Miguel Nicolelis, Cláudio Melo e Sidarta Ribeiro – e para todos os que apoiaram o Projeto do Instituto de Neurociência de Natal, que foi inaugurado semana passada. Esse instituto é extremamente importante por tratar-se de neurociência de ponta e, portanto, de uma área de educação científica extremamente relevante para o País.

Inclusive, tive a oportunidade de ler uma extensa entrevista com o Professor Miguel Nicolelis publicada na **Carta Capital** há poucas semanas.

Realmente, o trabalho que esse Instituto de Neurociência da Cidade de Natal vai desempenhar no País é muito importante. Então, estou encaminhando esse requerimento. Apenas gostaria de deixar o registro.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti. Serão cumpridos os efeitos do Regimento. Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 100, DE 2007

Requeiro, nos termos da lei, Voto de Aplauso para os cientistas brasileiros Miguel Nicoletis, Cláudio Melo, Sidarta Ribeiro e a todos que apoiaram o projeto do Instituto de Neurociência de Natal, inaugurado dia 23 p. passado. Os três principais pilares do instituto são promover a neurociência de ponta, educação científica a jovens e atendimento médico à população carente de Natal e Macaíba/RN.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2007. – Senadora **Ideli Salvatti**.

REQUERIMENTO Nº 101, DE 2007

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Louvor à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, pelo lançamento nacional da Campanha da Fraternidade 2007, em Belém/PA, no dia 21-2-2007, com o tema “Fraternidade e Amazônia” e lema “Vida e missão neste chão”.

Requeiro, ainda, que o voto de louvor do Senado seja comunicado ao Presidente da CNBB e Arcebispo de Salvador, Cardeal Geraldo Majela Agnelo; ao Secretário-Geral da CNBB e Bispo Auxiliar de São Paulo, Dom Odilo Pedro Scherer, e ao Arcebispo de Belém, Dom Orani João Tempesta.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2007. – Senador **Flexa Ribeiro**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os Requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 102, DE 2007

Requeiro, nos termos do artigo 74, inciso I, combinado com o artigo 235, inciso III, alínea **a** item 4, do Regulamento Interno do Senado Federal, a formação de comissão temporária, para discutir sobre a fiscalização da sanidade estrutural de edificações com mais de vinte anos de existência.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2007. – Senador **Marcelo Crivella**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do disposto no art. 255, inciso II, alínea **c**, item 6, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges, por permuta com o Senador Cristovam Buarque.

Antes, pela ordem, concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, enquanto o Senador César Borges se aproxima do microfone, eu gostaria de relatar a V. Ex^a um pouco da prestação de contas da viagem que fiz ao continente antártico, na missão da Marinha brasileira, um dos programas mais importantes na área de pesquisa.

Essas atividades são desenvolvidas na Estação Antártica Comandante Ferraz, na Baía do Almirantado, Ilha Rei George, em três refúgios localizados nas Ilhas Elefante, Nelson e Rei George, e a bordo do Navio de Apoio Oceanográfico Ary Rongel, que substituiu o Barão de Teffé. Esse apoio logístico é prestado pela Marinha do Brasil, Ministério da Defesa.

O Programa Antártico Brasileiro é uma das grandes conquistas nacionais. A pesquisa realizada por brasileiros na região antártica tem colocado o Brasil em evidência na comunidade científica internacional, proporcionando condições ao País de participar das discussões sobre o destino daquele continente. Mas, principalmente, tem trazido para o País conhecimentos fundamentais sobre fenômenos naturais que afetam direta ou indiretamente a nossa população e que têm a sua origem nas regiões polares.

Como brasileiro, Sr. Presidente, tendo tido essa oportunidade – sei que vários outros Parlamentares já estiveram naquele continente, pesquisadores, estudantes –, quero dizer a V. Ex^a que foi muito importante ter conhecido um programa tão especial, que tem contribuído, nestes 25 anos de existência, para promover pesquisas fundamentais e para entender e preservar o meio ambiente.

Sr. Presidente, fica aqui o registro. É importante agora que possamos canalizar um mínimo de recursos para que a Marinha do Brasil continue esse brilhante trabalho da presença brasileira naquele continente ainda tão desconhecido do mundo científico, do mundo político.

Muito obrigado pela atenção de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Feito o seu brilhante registro, concedo a palavra, por dez minutos, ao Senador César Borges, por permuta com o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo Federal acaba de fazer um corte de R\$16 bilhões no Orçamento da União de um total previsto de R\$22 bilhões de investimento, que foram aprovados pelo Congresso Nacional, desprezando inteiramente aquilo que foi debatido aqui ao longo de quase um ano, como no ano passado, para confeccionar a Lei Geral de Gastos do País, o Orçamento Geral da

União, que é o nosso papel precípuo. Pois bem, despreza o Governo e contingencia em R\$16 bilhões.

Agora, lamentavelmente, Sr. Presidente, o Governo insiste em dizer que vai ter R\$6 bilhões para realizar uma malfadada obra que é repudiada no meu Estado, em Alagoas, em Sergipe. Trata-se da transposição do São Francisco.

Mais uma vez, a população ribeirinha desses Estados se levanta contra a ameaça que paira sobre o nosso querido rio São Francisco. Essa é uma posição unânime na Bahia, em Sergipe e em Alagoas.

Aliás, Sr. Presidente, eu diria que não chega a ser unânime na Bahia porque, por incrível que pareça, a questão, que não é partidária e não pode ser, que não é ideológica e não pode ser, que é de interesse estadual e regional, naquele Estado conta com um apoiador, o Governador Jaques Wagner, que coloca sua posição político-partidária de defensor das iniciativas do Governo Federal, de defensor do Presidente Lula, e assume o papel de articulador das ações do Governo Federal no Nordeste no sentido de defender a obra, contra a posição do povo da Bahia, que se ergue em manifestações em várias cidades ao longo do rio São Francisco, como ocorreu há poucos dias em Ibotirama, e ontem, em Juazeiro, cidade ligada a Petrolina por uma ponte interditada durante várias horas pela população.

Novamente, o Bispo de Barra, Dom Luiz Flávio Cappio, veio a Brasília e trouxe uma carta ao Presidente, solicitando que o Governo Federal não insista na obra, mas, sim, priorize a tão necessária revitalização do rio São Francisco.

Sr. Presidente, na Bahia, é o Governador Jaques Wagner quem assume essa posição. E até quero ressaltar a posição diferente do Governador Marcelo Déda, do mesmo Partido do Governador Wagner. O Governador de Sergipe, que também é do PT, já se posicionou contrário à obra e disse que ficará com o povo de Sergipe e com os interesses do seu Estado, independentemente das posições do Governo Federal, do Partido dos Trabalhadores e do Presidente Lula, porque seu dever essencial é com o povo do seu Estado. Na Bahia, é lamentável a posição do Governador Jaques Wagner, pois o que desejamos é que o Governador defenda os interesses do nosso Estado. Sempre rezeamos que o Governador do PT viesse a defender os interesses do Governo Federal e do seu Partido, e não os interesses do Estado da Bahia.

Hoje, todos os jornais da Bahia abordam a questão do rio São Francisco. A **Tribuna da Bahia** publicou: “Bahia se une contra a transposição”.

A Bahia se une realmente. Sei que diversos correigionários do Governador Jaques Wagner e pessoas do Partido dos Trabalhadores que vivem a situação do rio

São Francisco, sabedores das dificuldades desse rio, vão se unir. O Governador ficará, lamentavelmente, isolado na posição de defender a malfadada transposição que deseja o Governo Federal fazer de qualquer forma.

A obra não tem viabilidade ambiental, técnica ou econômica. Nenhum órgão financiador nacional ou internacional aplicará R\$1,00 nessa obra, pois ela não possui viabilidade. Perguntem se o Banco Mundial apoiará e financiará uma obra como essa. Não financiará. Nem o BNDES. Enquanto isso, há obras importantíssimas a serem realizadas na revitalização do rio São Francisco.

Agora, em Minas Gerais, o rio, que estava morrendo, com uma vazão mínima, recuperou seu caudal graças às chuvas nas cabeceiras. A chuva está, inclusive, criando uma série de dificuldades nas cidades ribeirinhas. O Governo deveria estar preocupado em revitalizar o rio e proteger essas cidades, que estão desassistidas e ilhadas, como é o caso de Malhada, Bom Jesus da Lapa e Ibotirama, com centenas e milhares de desabrigados. Mas o Governo insiste em dizer que quer fazer a transposição.

O **Correio da Bahia** também publica que entidades vão protestar em Brasília. Entidades dos demais Estados da bacia do rio São Francisco – Bahia, Minas Gerais, Sergipe, Alagoas e Pernambuco – estão planejando fazer um acampamento permanente em Brasília a partir do próximo dia 12. O objetivo é realizar uma série de manifestações no Distrito Federal e só sair de lá quando o Governo Lula aceitar suspender o processo de licitação da obra e reabrir o diálogo a respeito da revitalização do rio, reclamada pelas organizações.

Todos os jornais baianos trazem essas posições. Como eu já disse, o Bispo de Barra fez uma greve de fome, cuja suspensão, na época, foi intermediada pelo atual Governador Jaques Wagner, que assumiu o compromisso de rediscutir o projeto, que não foi rediscutido. Simplesmente, o que fez o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Integração Nacional, algo combatido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, e pelo Frei Luiz Cappio, do Município de Barra? Derrubou as medidas judiciais existentes, as liminares que proibiam a obra, e tenta, a qualquer custo, realizá-la. E sabemos que ela é prejudicial não apenas aos interesses desses Estados – Bahia, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Minas Gerais –, mas também aos do País, porque recursos serão desperdiçados em uma obra faraônica que não será concluída, porque é inviável tecnicamente.

Concedo um aparte, com satisfação, ao Senador Sibá Machado, até para enriquecer o debate.

O **Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador César Borges, longe de mim querer desafiar o conhecimento de V. Ex^a sobre a matéria e muito menos sobre a região em que o projeto se localiza. Resolvi

conhecer pelo menos um pequeno trecho do rio São Francisco. Visitei sua foz, do oceano até a Hidrelétrica de Xingó. Concordo com o fato de que a forma como se trabalha a construção da infra-estrutura do País seja para o benefício imediato de milhões de pessoas ou de empresas e negócios, o que, às vezes, me chama muito a atenção. Nesse sentido, acompanhei de perto o debate sobre Tucuruí, sobre a hidrelétrica do rio Xingu, sobre as hidrelétricas do rio Madeira, sobre os gasodutos propostos. Ao observar as praias do Nordeste, percebi que se constroem prédios à beira mar, como é o caso da cidade do Recife, criando um impacto violento para a entrada do ar que chega do oceano. A cidade fica atrás dos prédios, de maneira a não receber a brisa marítima. Tudo isso nos preocupa muito. Visitei o rio Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro – já disse isso ano passado, quando o debate estava mais acalorado –, e vi o resultado de uma transposição feita, se não me falha a memória, na década de 20 do século passado. Com quase um século de existência, é isso que salva hoje a cidade do Rio de Janeiro, pois 96% da população toma água desse rio, que é transportada a uma altitude de 50 metros de sua cota, com uma queda de 400 metros, gerando energia elétrica e contribuindo para o abastecimento da cidade. Confesso ainda que não tenho detalhes do que seja o projeto, mas penso que o Governador Jaques Wagner o conhece bem e tem um ponto de vista favorável à sua execução. Hoje, analiso da seguinte forma: se for para meia dúzia de pessoas se beneficiarem de um investimento tão grande, também sou contra. Mas é um benefício para atender àquele conjunto da população. Colocaram no projeto todos os problemas que V. Ex^a lembra aqui, e muitas pessoas lembrarão, que é a questão de salvar o rio, evitar o seu assoreamento, evitar o seu mau uso etc. Com certeza, estamos juntos nessa crítica e nesse ponto de vista. Porém, quero dizer a V. Ex^a que fiquei muito bem impressionado porque há várias hidrelétricas construídas no rio São Francisco que geram – vou concluir, Sr. Presidente – energia elétrica para boa parte daquelas cidades do Nordeste. Então, a transposição vem, no meu entendimento, colaborar com aquilo que já é feito ao longo do curso do rio São Francisco; se não me falha a memória, são três grandes usinas hidrelétricas que somam 1,5 *gigabytes* de produção de energia. Só de Xingó são 500 *megabytes*. Portanto, acredito que seja um empreendimento em que podemos pensar com cautela sim. Não pode ser feito como muitas obras foram realizadas no passado, mas podemos colaborar muito para que esse projeto tenha um grande êxito.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Realmente, V. Ex^a precisa aprofundar

um pouco seu conhecimento sobre o rio São Francisco. As hidrelétricas estão lá gerando energia. Entretanto, a transposição não vai gerar energia; vai consumir. E a água não vai para o abastecimento humano; vai para uso econômico e vai através de canal a céu aberto.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Para concluir, Sr. Presidente, apesar de que, se V. Ex^a me permitir, darei um aparte ao Senador Garibaldi Alves.

Mas só queria lhe dizer, Senador Sibá, que, com relação ao abastecimento humano, ninguém é contra. E nesse caso não é uma transposição; é levar água do rio para o abastecimento humano na Paraíba, em Campina Grande, no Rio Grande do Norte, desde que aquele Estado já tenha esgotado as suas possibilidades hídricas, que hoje são bem maiores do que na bacia do rio São Francisco, pois há açudes no Rio Grande do Norte que não são utilizados porque não há inversões para o abastecimento humano.

Nós não somos contra que se faça uma adutora e se leve água. Mas não é por adutoras; é através de canais a céu aberto, talvez de rios existentes, o que propiciará que a evaporação leve boa parte da água. Vai ser consumida uma energia que nós não temos. Quem vai pagar esse custo para o desenvolvimento econômico? Se V. Ex^a quiser, nós temos condições de prestar essas informações com mais detalhes.

O que me estranha é que o Governador Jacques Wagner se posicione contra o povo do seu Estado para ficar a favor de um projeto do Presidente Lula.

Concedo o aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador César Borges, eu queria dizer ao Senador Sibá Machado, no discurso de V. Ex^a, que está na tribuna, que, se S. Ex^a quiser informações, eu também tenho. Porque o Senador César Borges vai lhe dar algumas informações, mas eu lhe darei outras, Senador Sibá. Na verdade, eu não vim hoje aqui divergir do Senador César Borges. O Governo Federal, ao que eu sei, já tomou a decisão e vai promover a transposição. E V. Ex^a, Senador Sibá, tem inteira razão quando diz que a transposição vai realmente matar a sede de milhares de nordestinos. Quanto ao apoio político à transposição, o Senador César Borges precisa saber que o quadro mudou muito. Além do Governador da Bahia, Jaques Wagner, temos hoje também o apoio do Governador de Alagoas, Teotônio Vilela Filho, que era aqui um intransigente opositor, ou intransigente defensor da não-realização das obras. O Senador César Borges, que é um homem inteligente, obstinado, vai reconhecer que agora as águas já estão chegando, quer dizer, a

obra já está decidida. E o que podemos desejar é que os recursos sejam alocados não apenas para a transposição das águas, como também para a revitalização dos rios. Isso está ocorrendo. Alagoas, por exemplo, recebeu recursos da ordem de R\$700 milhões; assim também a Bahia. Então, Senador César Borges, lamento dizer que V. Ex^a pode não ter perdido a guerra, mas essa batalha, V. Ex^a já perdeu.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Garibaldi Alves Filho, poderia dar os estudos do Professor Abidon, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para o Senador Sibá Machado. Ele é do Rio Grande do Norte e é totalmente contrário a esse projeto, porque há projetos bem melhores com custos mais baixos para todo o Nordeste. E esse só atenderá a uma pequena parcela do Nordeste.

Entretanto, Senador Garibaldi Alves Filho, quero destacar o seguinte: o Governo decidiu, mas não estamos num império, não.

Nós não temos um imperador, não; temos um Presidente da República que tem que ouvir as populações e que vai sofrer oposição do povo de Estados importantes.

E, para encerrar, Sr. Presidente, quero mostrar uma declaração do agricultor Perpétuo Bispo da Silva: “Esse projeto só vai servir mesmo para encher os bolsos dos grandões e tirar de nós a esperança de produzir com água irrigada. Não tem cabimento que nós, que moramos a 2 km do rio, não tenhamos água para plantar e matar a fome de nossos filhos. E essa mesma água vá ser levada para 2 mil km de distância. Isso é um abuso, um crime que estão cometendo contra a gente e não vamos ficar de braços cruzados.”

Não são minhas essas palavras, mas do agricultor Perpétuo Bispo da Silva, com as quais encerro meu pronunciamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador César Borges.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gilvam Borges. (Pausa)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É só para dizer a V. Ex^a que aceito os documentos dos estudos do Senador César Borges, também o do Senador Garibaldi Alves, que me parece bastante complementar, para que possamos continuar o bom debate aqui na Casa.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – RR) – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como estou no exercício da Liderança do PDT, quero me inscrever para falar em nome da Bancada do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a poderá fazer uso da palavra neste momento.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – RR) – Prefiro aguardar o próximo orador e falar em seguida, se for possível; se não, falo já.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Se V. Ex^a assim quiser, pode fazer uso da palavra neste momento.

Para mantermos a alternância entre um orador inscrito, uma Liderança e uma comunicação inadiável.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem abordei aqui, em nome da Liderança do PDT, uma reportagem da **Folha de S.Paulo** de domingo sobre trabalhadores na Região Nordeste que não querem o registro em carteira para não perder os benefícios do Bolsa-Família nem, principalmente, a aposentadoria especial a que terão direito caso não sejam registrados. E falei de um projeto que o Governo encaminhou para o Congresso, dizendo mais ou menos o seguinte: o trabalhador que for registrado por 120 dias no ano não perderá o direito à aposentadoria especial. O Governo comete um equívoco grande, pois está, na verdade, aumentando a possibilidade de o déficit da previdência crescer, já que afasta do registro em carteira milhares de trabalhadores. Na verdade, o que o Governo está dizendo, com esse projeto, é que o trabalhador só pode trabalhar 120 dias no ano, mais não pode porque perderá o direito à aposentadoria especial.

Pesquisa divulgada nesses dias mostra que outro problema está ocorrendo: dos 4,6 milhões de empregos criados no mandato anterior do Presidente Lula, apenas 10%, ou seja, 460 mil empregos formais foram criados para trabalhadores que procuravam o primeiro emprego e 15% apenas para trabalhadores entre 16 e 24 anos. Com isso, revela-se um fato que deve chamar a atenção da sociedade, mas, principalmente, deste Senador e do Governo. Não estão sendo ofertados os empregos necessários para absorver, no mercado de trabalho, a camada de jovens que procuram o primeiro emprego. Não estão sendo ofertadas as vagas para quem não tem experiência. Quem procura o seu primeiro emprego ou quem não obteve, ainda, uma oportunidade para desenvolver uma atividade e com ela adquirir experiência, não está encontrando trabalho.

Nessa mesma pesquisa, revela-se uma outra realidade bastante preocupante. Embora o número de empregos tenha sido considerado razoável por alguns – pouco menos de cinco milhões de empregos, o que fica a menos da metade do que a promessa feita pelo próprio Presidente Lula –, o que se constata é que os empregos que estão sendo ofertados são empregos para baixos salários. Tanto é que os trabalhadores da classe média perderam espaço, estão sendo dispensados, estão sendo demitidos para a contratação de trabalhadores com salários menores.

Se essa é uma realidade constatada nos números, é preciso que demos atenção a esse fato. A política de geração de empregos do Governo não está correta porque, primeiro, afasta a possibilidade de o jovem encontrar trabalho se não tiver experiência. Segundo, porque não estimula o registro em carteira, o trabalho formal, e coloca na informalidade mais de 50% dos trabalhadores brasileiros em idade de trabalho ou de estarem exercendo uma profissão definitiva.

Isso ocorre, primeiro, porque o Governo, ao colocar em prática seus programas assistencialistas, não está pensando em torná-los programas eventuais, mas os torna permanentes, e eles não são solução permanente. Como eu disse ontem – e repito –, não podemos criar uma geração de pessoas que acredita que não é preciso trabalhar para oferecer o sustento a sua família.

Se o Governo e a sociedade entendem que há gente que precisa de uma ajuda emergencial, não pode o Governo se afastar do compromisso e da responsabilidade de, com políticas públicas, direcionar-se para a geração de empregos. É bom lembrar que, hoje, esteve aqui no Senado o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, defendendo a política cambial do Governo. Não há como criarmos empregos se não dinamizarmos os setores produtivos, que hoje estão saturados, no limite das suas forças, em função da política cambial que vem sendo desenvolvida pelo Governo.

Se há indicadores positivos que são resultado dessa política cambial, há outros que alertam o Governo para uma realidade muito mais dura. Mas o Governo não quer enxergar. A agricultura, hoje, vive momentos muito especiais porque está se recuperando de uma crise sem precedentes ocorrida há três anos, quando se afundou em prejuízos. Mas se o dólar continuar despencando e se baixar ou furar a barreira dos R\$2,00, a agricultura afundará junto. Não há como um produtor de qualquer cultura sobreviver se o dólar despencar para menos de R\$2,00.

É bom que se faça esse alerta para que o Governo pense no que fazer para corrigir esse problema que se agrava, porque a agroindústria e outros setores da indústria, os exportadores e aqueles que pro-

duzem para o mercado já estão sentindo dificuldades, porque os preços no mercado internacional acabam nos tirando da competição exatamente porque, com o dólar fraco em relação ao real, o produto brasileiro fica muito caro em relação a seus concorrentes no mercado internacional.

Estamos perdendo um bom momento. Estamos perdendo um momento especial para promover o crescimento da economia brasileira e, com isso, a geração de empregos.

Ano passado, Sr. Presidente, o crescimento não passou de 2,8%. Para este ano, a meta já é bastante tímida. Para abrigar os trabalhadores e absorver principalmente a camada de jovens que ingressam no mercado de trabalho, a economia deveria crescer em torno de 5%, mas o Governo estabelece 3,5% e acha que pode superar. Mas isso é insuficiente para compensar o crescimento pífio da economia nos últimos anos, sobretudo porque, com esta política cambial, com esta política monetária, com este monte de dólares na reserva, que nesta semana chega a US\$100 bilhões, dificilmente teremos sucesso nos setores produtivos neste ano. Tais setores já estão patinando, apesar de termos um cenário amplamente favorável para todas as *commodities*, diga-se de passagem, ou em função do avanço do biocombustível, da necessidade de os Estados Unidos incorporarem seis milhões de hectares para plantar milho e, dessa forma, perder no plantio de soja. E vamos perder a oportunidade de alavancar a economia brasileira e gerar empregos de qualidade. Se estamos gerando empregos em quantidade razoável, como eu disse, não estamos gerando empregos de qualidade, que exigem qualificação, porque não obtemos por parte do setor produtivo uma margem de lucro que permita avançar em tecnologia e promover o crescimento tecnológico e de qualidade das empresas nacionais.

É o alerta que deixo, Sr. Presidente: ou o Governo faz uma revisão profunda da sua política monetária ou o País não crescerá o suficiente para absorver o imenso contingente de jovens que tenta ingressar no mercado de trabalho, mas não consegue, porque deles é exigida experiência que, evidentemente, não têm.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Osmar Dias.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gilvam Borges, como orador inscrito. V. Ex^a dispõe de dez minutos. Em seguida, pela Liderança do PTB, ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todo estudante brasileiro do ensino fundamental sabe que o Brasil é

dividido em 26 Estados e um Distrito Federal. Sabe – ou deveria saber –, que os Estados são as unidades mais importantes da organização político-administrativa do País e que o Distrito Federal é a sede do Governo Federal.

Muito bem. Mas nem sempre foi assim. E, mesmo longe de querer me alongar, é preciso que se elaborem algumas considerações a respeito de como essa geografia vai desaguar na nossa História.

Vamos à criação do meu Estado.

O Amapá é um dos mais novos Estados brasileiros. Suas terras foram transformadas em território nacional em 1943, depois de terem sido separadas do Estado do Pará. Quarenta e cinco anos mais tarde, em 1988, o então Território do Amapá foi transformado em Estado.

O Amapá é conhecido também como o Estado mais preservado. Menos de 1% de sua área de 143.453 Km² foi desmatada. Ele ainda conserva quase 70% de sua cobertura vegetal protegida. São reservas extrativistas, estações ecológicas, parque nacional e áreas indígenas.

A transformação do Amapá em território federal se deu pelo Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, passando à condição de Estado com a promulgação da Constituição de 1988. O problema que me traz a esta tribuna, Sr. Presidente, é que grande parte das terras do Amapá continuou vinculada ao patrimônio da União.

A transformação do antigo território federal em Estado foi acompanhada pelo repasse do domínio das terras da União.

Essa desorganização territorial prejudicou o desenvolvimento, especialmente o agrário, do Amapá.

E por quê? É simples. É da terra que brotam os vegetais, os frutos e as raízes, que vão à mesa e matam a fome. É da terra que nasce o rio, que mata a sede. É na terra que os homens constroem suas casas, reeditando o porto seguro mítico e transcendental. É na terra que se edificam escolas, hospitais, teatros, cinemas e bibliotecas.

Tudo passa pela terra. Por isso, a questão fundiária no Amapá está inviabilizando o desenvolvimento da agricultura no Estado. Não se sabe se esse ou aquele terreno são do Município, do Estado ou da União. Isso breca políticas desenvolvimentistas e, pior ainda, como não existe título de propriedade da terra, o financiamento público não estará acessível.

Apenas um milhão e seiscentos mil hectares de terras do Amapá são legalizadas como terras do Estado. Isso quer dizer, Sr. Presidente, que 11% das nossas terras são nossas, e o restante ainda é da União.

A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, por exemplo, possuem diversas linhas de financiamento

para pessoas físicas e jurídicas, privadas e públicas, mas nenhuma delas está acessível para quem não dispõe de documento comprovando ser proprietário da terra.

A solução todavia, Sr. Presidente, está próxima. A Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, faculta ao Presidente da República autorizar a doação de terras de propriedade da União para outras pessoas jurídicas de direito público (Estados, Municípios, Fundações e Autarquias), bem como a celebração de outras modalidades de atos jurídicos, como a cessão, o aforamento e a permissão de uso.

Ainda especificamente quanto ao Estado do Amapá – que se localiza integralmente na zona da Amazônia Legal –, a Lei nº 6.431, de 11 de julho de 1977, combinada com o Decreto nº 3.673, de 28 de novembro de 2000, dá sustentáculo para que o Ministério do Estado do Desenvolvimento Agrário efetue a doação das terras situadas nas áreas declaradas como de interesse para a segurança e o desenvolvimento nacionais.

Melhor de tudo: o Presidente Lula garantiu que vai resolver a questão. Em visita ao nosso Estado, Sua Excelência ficou perplexo com a teia caudalosa do problema fundiário no Amapá, e nós que formamos a base do Governo, assim como a imensa maioria de brasileiros que o reelegeu, confiamos inteiramente na palavra, no empenho e no poder do nosso Presidente da República.

Regularizar essas terras é importantíssimo para que o próprio Governo possa fazer um plano de desenvolvimento agrário e para que as pessoas que residem, que têm posse em propriedade no interior do Estado, possam regularizar seus títulos e até para estabilizar, incrementar e estruturar a agricultura familiar.

Queria, portanto, Sr. Presidente da Mesa, Sr^{as} e Srs. Senadores, dizer que a mim me causaria extrema alegria se eu pudesse ser o porta-voz, para os amapaenses que sofrem com o problema, desse decreto presidencial que, mais do que resolver uma questão de justiça, de ordem jurídica, estará assinando a carta de alforria do Amapá rumo ao desenvolvimento.

Sr. Presidente, um decreto não pode ser considerado uma ação leviana ou irresponsável. Um simples decreto, uma palavra ou uma assinatura pode mudar, revolucionar. O Presidente Lula esteve às margens do grande rio Amazonas, e ali se comprometeu conosco, porque se trata de um direito nosso. Ainda estamos estrangulados na nossa economia, principalmente na questão fundiária, pois não acessamos os financiamentos no Banco da Amazônia, no Banco do Brasil, na Caixa Econômica. E isso é um absurdo, porque um País como o nosso necessita se fortalecer para nos garantir um direito que nos é assegurado pela lei.

Um simples decreto do Presidente da República!

Espero que Sua Excelência retorne ao Amapá para ali assinar a liberação de todas as terras, a fim de que o nosso Estado e os Municípios que o compõem busquem as linhas de financiamento para termos desenvolvimento ali às margens do grande rio Amazonas.

Concedo, Sr. Presidente, com a permissão de V. Ex^a, um aparte ao Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Gilvam, V. Ex^a retrata o nosso Estado de Roraima, que está na mesma situação do Amapá. Só que há menos terras em propriedade do povo de Roraima: nós temos menos de 10%, enquanto V. Ex^a tem mais de 11%, quase 12%. Apenas para ilustrar a injustiça que ocorre com os povos do Amapá e de Roraima, este ano que passou, 2006, o FNO devolveu quase R\$80 milhões do Basa que poderiam ter sido investidos e não o foram, justamente pelo motivo que V. Ex^a está citando: falta de garantia real, tanto para os pequenos produtores (agricultura familiar), como para os grandes produtores. Então, nós precisamos que essa correção seja feita. Espero, ou melhor, tenho certeza de que o Presidente Lula, quando resolver o problema do Amapá, vai estender a solução a Roraima. V. Ex^a faz um discurso muito oportuno que vem ao encontro das necessidades dos amazônidas, que vivemos, lutamos e pagamos para ser brasileiros. Muito obrigado.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Para encerrar, Sr. Presidente, o Amapá cobra a urgência, cobra o compromisso, cobra a necessidade e deixa registrado aqui, no Senado Federal, o convite a Sua Excelência, o Presidente Lula, para que retorne ao Amapá num curto prazo de tempo, para que possamos saldar essa dívida. Nós precisamos nos desenvolver, e só podemos fazê-lo com investimento.

Agradeço a paciência de V. Ex^a e deixo registrado que o Presidente Lula precisa retornar lá conosco. Vou pedir uma audiência amanhã mesmo com Sua Excelência, para que nós possamos agendar a visita. Precisamos trabalhar com urgência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Gilvam Borges, e, como representante também do Estado do Amapá, parabenezo V. Ex^a, que trouxe a esta Casa um tema da mais alta relevância que atinge diretamente os ex-Territórios recentemente transformados em Estados.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, como Líder do PTB.

V. Ex^a terá cinco minutos para o seu pronunciamento, Senador.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pela Liderança do PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero fazer um

registro de uma publicação do Banco do Brasil, que é animadora para o meu Estado.

Finalmente, Senador Romeu Tuma, uma publicação que realmente anima a nós todos de Roraima. O título da reportagem é “O despertar de Roraima para o comércio exterior”. E tem uma frase do nosso hino de Roraima: “Tua flora, o minério e a fauna são riquezas de grande valor”.

Senador Gilvam Borges, o Estado mais setentrional do Brasil não é mais o Amapá; agora é Roraima. Agora, com modernas técnicas, viu-se que não é mais o Oiapoque, como ainda se insiste em dizer o ponto mais setentrional, mas o Monte Caburaí, em Roraima.

Lerei a íntegra da pequena reportagem:

O Estado mais setentrional do Brasil tem a maior parte da sua área de 224.000 km², no hemisfério norte e um clima quente e úmido. Parte considerável de seu território integra à região amazônica e faz fronteira com a Venezuela e a Guiana.

Roraima apresenta-se como promissora fronteira agrícola brasileira. As condições climáticas são favoráveis para o desenvolvimento de uma agricultura intensiva durante todo o ano. Levantamentos feitos pela Embrapa mostram que há 4,5 milhões de hectares de cerrado [cerrado, é bom que se diga porque, quando se fala em Amazônia, sempre se pensa que só existem florestas em Roraima, mas, Senador Joaquim Roriz, lá existem cerrados que chamamos de lavrados, que são vegetações parecidas com as do cerrado daqui do Centro-Oeste] constituído de savanas ou “lavrados” (na linguagem local). O relevo dos lavrados proporciona o preparo do solo e o plantio mecanizado com baixo custo. Dessa área, cerca de um terço pode ser aproveitado para culturas de soja, milho e arroz, utilizando-se de tecnologia e insumos de última geração. Nos relatórios de diversas colheitas já realizadas de soja, já realizadas, constata-se que o ciclo produtivo no cerrado de Roraima é de 110 dias, um dos melhores do Brasil. No Centro-Oeste, por exemplo, esse ciclo é de 140 a 150 dias.

No agronegócio, há mercado externo com potencial de 60 milhões de pessoas para o consumo, principalmente de soja, constituído pelas populações da Venezuela, da Guiana, países do Caribe e da América Central. O escoamento é viável por meio da rodovia federal BR-174, asfaltada, que liga Manaus à fronteira da Venezuela, passando por Boa Vista [capital do nosso Estado]. Outra forma de escoamen-

to da produção é pela hidrovía, que, de Boa Vista, alcança o Porto de Itacoatiara (AM) [um importante porto exportador de soja].

Exportações.

Fonte importante de exportação é extraída da floresta nativa. A madeira beneficiada representa 61% do montante de vendas externas do Estado. O principal mercado de madeira compensada é a vizinha Venezuela, aonde chega com preços competitivos, em decorrência da proximidade e das condições favoráveis de transporte.

As pastagens naturais dos lavrados roraimenses proporcionam criação extensiva de bovinos. Nota-se ainda a importância da pecuária, ao constatar que 27% das exportações, em 2004, foram de couros de peles de bovinos.

Em 2004, as exportações de Roraima foram de US\$ 5,3 milhões, sendo que 85% corresponderam à venda de couro de bovinos e madeira beneficiada. Se comparadas com 2003, as exportações do Estado tiveram incremento de 37,6% em 2004. No mesmo período, as exportações totais do Brasil cresceram 32%, demonstrando que as vendas externas de Roraima foram acima da média nacional. Acima, também, da média da região norte, que chegou a 27%.

Em 2004, para incentivar as vendas para o exterior de bens e serviços, ocorreu a inserção de Roraima no Programa Estado Exportador do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Na primeira fase, o projeto objetivou o incremento das exportações e foram realizados mapeamentos e diagnósticos de gargalos do setor produtivo. As exportações roraimenses superaram a meta estabelecida de incremento de 20%.

A boa produtividade aliada à eficiente rede viária tornam Roraima um potencial pólo exportador, com excepcionais possibilidades de desenvolvimento e condições de alcançar os mercados caribenho e venezuelano em pouco espaço de tempo e com preços competitivos.

Sr. Presidente, faço esse registro e peço a transcrição de toda essa matéria da revista **Comércio Exterior**, inclusive das tabelas em anexo, para que façam parte do meu pronunciamento, a fim de mostrar como realmente o meu Estado tem um potencial de crescimento. Lamentavelmente, o Governo Federal não colabora; ao contrário, atrapalha. Tudo o que é possível fazer para não permitir que o meu Estado se desenvolva o Governo Federal faz. Já demarcou 36

reservas indígenas, cada qual maior que a outra, que ocupam mais de 57% em todo o território do Estado. Agora, vai demarcar mais uma, na chamada Trombeta-Mapuera. E essas áreas não são de reserva indígena; estão sob o domínio do Incra, porque, quando éramos Território federal, as terras foram arrecadadas pelo Incra. Isso gera uma insegurança muito grande, Senador Jayme Campos, num produtor que vai, por exemplo, do centro-oeste ou do sul, porque ele vai comprar terras, mas não tem a segurança de que aquela terra vai continuar com ele. Então, se o Governo Federal fizesse uma coisa simples, ou seja, se passasse as terras que estão sob o domínio do Incra para o Estado titular, para o Estado fazer um programa de desenvolvimento, imagine o progresso que iríamos ter.

Sr. Presidente, pediria a tolerância de conceder um aparte ao meu colega de Bancada, Senador Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Hoje estamos vendo a importância dos ex-Territórios. Querem alargar as fronteiras econômicas e estão sendo praticamente impedidos de que isso aconteça. Desculpe-me, Senador.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Mozarildo, é só para lembrar que, na posição geográfica de Roraima também, nós estamos a apenas 500 quilômetros do Oceano Atlântico pela Guiana Inglesa, só que essa estrada não está asfaltada como a da Venezuela, que é toda asfaltada: vai-se da nossa fronteira até o mar sem encontrar um buraco. Diga-se de passagem que todo mundo que está voltando de lá agora está me dizendo isso: não há nenhum buraco e, geralmente, são em autopistas duplas, quer dizer, para escoar produto é muito bom. Porém, a ex-Guiana Inglesa está só a 400 quilômetros da nossa fronteira para chegar no mar. Já existe a estrada, que não é asfaltada, mas, se a gente começar a produzir, tornar-se-á viável também o asfalto dessa estrada. Então, o problema principal de Roraima é a situação fundiária neste momento. Eu espero que o Presidente Lula mostre um caminho que tome uma atitude como essa que prometeu no Amapá, de passar as terras para resolver o problema fundiário de Roraima, principalmente porque perdemos uns R\$800 milhões, que voltaram nos últimos dez anos de dinheiro do FNO que poderia ter sido investido nas propriedades de Roraima, nos pequenos e médios produtores. Muito obrigado.

O Sr. Jayme Campos (PFL – MT) – Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Augusto Botelho. V. Ex^a colocou muito claramente um ponto só, mas é o crucial para o desenvolvimento do nosso Es-

tado, que é a questão fundiária, isto é, a questão das nossas terras. Senador Gilvam, fomos emancipados da situação de território federal para Estado, mas a União – quer dizer, a madrastra – teima em nos ter como filhotes, não quer que realmente nós nos emancipemos, não dá o direito de nós realmente caminhar com os nossos pés, não passa simplesmente sequer as terras para o Estado. Então, somos dois Estados virtuais, porque não somos donos das nossas terras.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Jayme Campos.

O Sr. Jayme Campos (PFL – MT) – Senador Mozarildo Cavalcanti, estou percebendo a preocupação de V. Ex^a em relação à política fundiária neste País, sobretudo no seu Estado. Essa preocupação existe não apenas nos Estados de Roraima e do Amapá, mas também no Estado de Mato Grosso. Definimos, literalmente, que o Incra, hoje, transfira para os Estados a responsabilidade da condução da política fundiária. Lamentavelmente, o Incra, neste País, é um dos órgãos mais entravados que já conheci nos últimos anos. A preocupação de V. Ex^a é pertinente. O Estado de Mato Grosso, assim como todos os Estados da Federação, também vive momentos de dificuldade, sobretudo quanto à questão da agricultura, pois o Estado está atravessando um momento de crise, na medida em que o dólar, a cada dia que passa, naturalmente está sufocando o nosso agronegócio. Certamente, a nossa maior preocupação diz respeito à questão das reservas indígenas e da política fundiária. Para que V. Ex^a tenha conhecimento e noção da situação, quase 14% do território mato-grossense são destinados a reservas indígenas, e aproximadamente de 20% a 25% do território mato-grossense também sofrem com problemas fundiários. Certamente devemos nos preocupar com essa situação e buscar soluções para os problemas agrários de todo o território nacional, sobretudo das regiões afetadas, como é o caso do seu Estado e do Estado de Mato Grosso. Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Agradeço a V. Ex^a e incorporo, com muito prazer, o seu aparte ao meu pronunciamento.

Precisamos unir o Centro-Oeste e, principalmente, o Norte, que são as duas regiões mais pobres do Brasil. Até diria que o Nordeste está na nossa frente, porque é mais antigo, mais organizado, mais articulado e tem políticas mais avançadas do que as nossas. Portanto, nós, das regiões Centro-Oeste e Norte, precisamos nos unir para cobrar as soluções dos nossos problemas. V. Ex^a disse, Senador Romeu Tuma, com muita propriedade, que os Territórios Federais foram criados com base na visão de Getúlio Vargas de desenvolver aquelas regiões fronteiriças e realmente dar condições para

que aquelas terras continuassem nossas. Foi de fato a visão de um estadista. E eles só foram emancipados para a situação de Estado na Constituinte e por uma luta nossa, de representantes do próprio Território de Roraima e do Território do Amapá. Eu me incluo como constituinte naquela época.

Até hoje, de 1988 até agora, temos estado, o tempo todo, brigando para resolver um problema elementar, que é passar as terras para nós. Mas a União não as passa. Por incrível que pareça, não conseguimos sequer que a Justiça dê uma decisão. Eu e o Senador Augusto Botelho ingressamos com ação no Supremo Tribunal Federal para decidir um conflito federativo, porque trata-se de um conflito federativo, e não temos uma solução. Espero que haja uma solução – se não legislativa, pelo menos judicial – para essa questão, que tem de ser resolvida, porque nem Roraima nem o Amapá podem continuar assim.

Termino este pronunciamento, dizendo que precisamos pensar em fazer uma redivisão territorial do País. Não podemos continuar com Estados gigantescos como o Amazonas, que, sozinho, é maior do que os sete Estados do Sul e do Sudeste, e o Pará, que equivale a cinco ou sete Estados do Sul e do Sudeste. O dinheiro do Brasil, no entanto, vai todo para o Sul e o Sudeste – BNDES, União e outros.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senador Mozarildo Cavalcanti, peço a palavra a V. Ex^a.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Passo a palavra ao Senador Gilvam Borges com muito prazer.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Como esse pronunciamento já foi concluído, queria combinar com V. Ex^a que, na próxima vez, me concedesse um aparte.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Se V. Ex^a quiser, concedo-o agora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Senador concede-lhe o aparte agora.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Eu o farei em outra oportunidade, Senador. Obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Então, aguardarei o próximo pronunciamento e darei prioridade ao aparte de V. Ex^a.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex^a e solicito a transcrição desse artigo na íntegra, como parte do meu pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

O despertar de Roraima para o comércio exterior

*"Tua flora, o minério e a fauna são riquezas de grande valor".
(trecho do hino de Roraima)*

O Estado mais setentrional do Brasil tem a maior parte de sua área de 224.000 km² no hemisfério norte e um clima quente e úmido. Parte considerável de seu território integra a região amazônica e faz fronteira com a Venezuela e Guiana.

Roraima apresenta-se como promissora fronteira agrícola brasileira. As condições climáticas são favoráveis para o desenvolvimento de uma agricultura intensiva, durante todo o ano. Levantamentos feitos pela Embrapa mostram que há 4,5 milhões de hectares de cerrado constituído de savanas ou "lavrados" (na linguagem local). O relevo dos lavrados proporciona o preparo do solo e o plantio mecanizado com baixo custo. Dessa

área, cerca de um terço pode ser aproveitado para culturas de soja, milho e arroz, utilizando-se de tecnologia e insumos de última geração. Nos relatórios de diversas colheitas já realizadas de soja, constata-se que o ciclo produtivo no cerrado de Roraima é de 110 dias, um dos melhores do Brasil. No Centro-Oeste, por exemplo, esse ciclo é de 140 a 150 dias.

No agronegócio, há mercado externo potencial de 60 milhões de pessoas para o consumo, prin-

cipalmente de soja, constituído pelas populações da Venezuela, Guiana, países do Caribe e América Central. O escoamento é viável por meio da rodovia federal BR 174, asfaltada, que liga Manaus à fronteira da Venezuela passando por Boa Vista. Outra forma de escoamento da produção é pela hidrovía que de Boa Vista alcança o porto de Ita-coatiara (AM).

Exportações

Fonte importante de exportação é extraída da floresta na-

Comparativo das exportações (US\$ milhões FOB)			
Discriminação	2003	2004	Variação (%)
Brasil	73.084,2	96.475,2	32,01
Região Norte do Brasil	4.149,4	5.271,9	27,05
Roraima	3,8	5,3	37,63

Fonte: MDIC

tiva. A madeira beneficiada representa 61% do montante de vendas externas do Estado. O principal mercado da madeira compensada é a vizinha Venezuela, aonde chega com preços competitivos em decorrência da proximidade e das condições favoráveis de transporte.

As pastagens naturais dos lavrados roraimenses proporcionam a criação extensiva de bovinos. Nota-se a importância da pecuária ao constatar que 27% das exportações do Estado, em 2004, foram de couros/peles de bovinos.

Em 2004 as exportações de Roraima foram de US\$ 5,3 milhões sendo que 85% corresponderam à venda de couro de bovinos e madeira beneficiada. Se comparadas a 2003, as exportações do Estado tiveram incremento de 37,6% em 2004. No mesmo período as exportações totais do Brasil cresceram 32% demonstrando que as vendas externas de Roraima foram acima da média nacional. Acima, também, da média da região norte que chegou a 27%.

Em 2004, para incentivar as vendas para o exterior de

Descrição	Valor (US\$ mil)
Couros/peles de bovinos	1.428,0
Madeiras beneficiadas em folhas	3.180,0
Madeiras compensadas	1.200,0
Folhas p/ folhas: madeiras	1.000,0
Madeira de não compensada	1.000,0
Consumo de bordo - combustíveis e lubrificantes	1.000,0
Madeira de cedro, serrada/cortada em folhas	1.000,0
Cervejas de malte	1.000,0
Madeiras tropicais, serradas/cortadas	1.000,0
Água incl. mineral/garraf. álcool. açúcar/roupa	1.000,0
Outros	1.000,0
Total	14.308,0

Fonte: MDIC

bens e serviços, ocorreu a inserção de Roraima no programa Estado Exportador, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Na primeira fase, o projeto objetivou o incremento das exportações e foram realizados mapeamentos e diagnósticos de gargalos do setor produtivo. As exportações roraimenses superaram

a meta estabelecida de incremento de 20%.

A boa produtividade aliada à eficiente rede viária tornam Roraima um potencial pólo exportador, com excepcionais possibilidades de desenvolvimento e condições de alcançar os mercados caribenho e venezuelano em pouco espaço de tempo e com preços competitivos. ■

Principais destinos das exportações em 2004	
Pais	US\$ mil
Venezuela	2.448,0
Itália	1.326,2
Países Baixos (Holanda)	521,2
Estados Unidos	173,5
China	148,8

Fonte: MDIC

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a será atendido, conforme o Regimento.

Para uma comunicação inadiável, concedo a palavra ao Senador Gerson Camata, sem prejuízo dos demais inscritos.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, volto ao tema sobre o qual há uns 15 dias o Senado tem se debruçado, para que não percamos a memória da morte do João Hélio, aquele menininho do Rio de Janeiro. Que o martírio, o esquartejamento desse jovem, como o esquartejamento de Tiradentes, produza algum fruto para o povo brasileiro. Ele foi martirizado, e que o martírio, o sangue inocente que foi derramado pelo menino, sirva para que nós possamos tirar algumas lições.

E tenho duas preocupações, Sr. Presidente.

A primeira sobre a proposta de criação do Fundo Nacional de Segurança, do Senador Antonio Carlos Magalhães, que deu entrada no Senado. O projeto foi remetido para a Comissão de Constituição e Justiça, e temos que correr para aprová-lo aqui e o mandarmos para a Câmara. Nós não podemos permitir que, numa hora dessa e num momento desse, a resposta à população seja dada daqui a oito anos: “Ah, daqui a oito anos, vamos aprovar esse fundo”. Não podemos. Esse fundo é urgente, é necessário; o Governo da União, os Estados e os Municípios têm de se debruçar mais sobre o problema da segurança.

Em segundo lugar, vejo tentativas protelatórias para não se votar a diminuição da idade penal. Eu mostrei ontem aqui uma reportagem do jornal **A Tribuna**, do Espírito Santo. Só três países, no mundo, têm maioria aos 18 anos: o Brasil, a Colômbia e o Peru. Todos os demais países baixaram ou já tinham essa idade um pouco mais baixa. Por quê? É claro que, em 1940, quando se instituiu a maioria aos 18 anos, apenas 27% da população brasileira era alfabetizada, quer dizer, 27% de nós íamos à escola. Não havia jornal, não havia rádio, não havia televisão. Os meios de informação à nossa disposição eram muito poucos. Hoje, uma criança de 16 anos tem mais discernimento, mais conhecimento, mais critério para separar o bem do mal do que tinha um cidadão de 25 anos, 30 anos, em 1940, pela quantidade de informação que ele recebia.

Disse aqui ontem, Sr. Presidente, que a Igreja Católica põe como idade para se distinguir o bem do mal os 7 anos. Ou seja, aos sete anos, o menino é levado ao padre, como católico, se confessa e tem o direito de

praticar a Primeira Comunhão. Aos sete anos! Ora, se a Igreja Católica reconhece que é aos 7 anos, poderia sê-lo aos 14 ou aos 16 anos!

Pois bem, agora, querem protelar. “Ah, não pode, porque tem que discutir por mais 30 dias!”. Deram entrada a esses seis projetos em 1999. Faz nove anos que estão tramitando aqui! Se em nove anos não decidimos nada, com 30 dias é que vamos decidir se é importante ou não? Nove anos! Além disso, se aprovarmos aqui e agora, daqui a uns quatro anos é que vai ser aprovado na Câmara. Não podemos retardar mais, deixar para depois um assunto tão importante, Sr. Presidente.

Há algo mais que quero dizer aqui. Já que não tomamos decisões, já que nos acovardamos, vamos passar essa competência para os Estados. Que se passe para os Estados e que as assembléias tomem suas decisões. Numa assembléia em que o maior crime a ser tratado é o tráfico, como nos Estados fronteiriços com a Bolívia...

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Nobre Senador, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Não posso porque estou fazendo uma comunicação inadiável e sou proibido, pelo Regimento Interno, de conceder aparte; senão teria o maior prazer em conceder-lhe.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a está fazendo uma comunicação inadiável.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, então o Estado que faz limite com a Colômbia poderia aprovar uma lei, porque o tráfico ali é um problema mais grave. Se o problema mais sério em outro Estado é contrabando, ele aprova uma lei mais grave para contrabando. Se outro Estado tem muito crime na faixa etária de 16 anos, ele aprova uma lei especial. A Constituição permite, Sr. Presidente. O art. 22, inciso I, da Constituição Federal diz que só a Constituição pode legislar sobre Direito Penal. Entretanto, diz o parágrafo único do mesmo artigo: “Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo”. Os Estados já o podem fazer. Só precisamos editar uma lei complementar - que é rápido aqui -, como quer o Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral. Fazemos essa delegação para os Estados.

Tenho certeza de que as assembléias, mais pressionadas pela população, mais próximas do povo, mais obrigadas a tomar decisões consentâneas com aquilo que se quer dos Deputados estaduais, seriam rápidas em certas decisões das quais covardemente nos ausentamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, por permuta com o Senador Heráclito Fortes.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Tem a palavra V. Ex^a pela ordem.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há espaço ainda para inscrever-me para uma comunicação inadiável?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não; já há três inscritos.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Não comporta nenhum suplente?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Já há um suplente, que é o Senador Flexa Ribeiro. Mas vamos anotar aqui o nome de V. Ex^a.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Agradeço a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL - SP) – Senador Antonio Carlos Magalhães, é um prazer tê-lo aqui. Disseram-me que V. Ex^a veio do meu Estado às duas horas da manhã. Se eu soubesse, teria vindo com V. Ex^a.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Enquanto o Senador Antonio Carlos se dirige ao microfone, quero parabenizar o Senador Gerson Camata, primeiro, pelo pronunciamento, porque julgo que S. Ex^a trouxe aqui uma novidade muito boa para todos nós; depois, porque S. Ex^a acaba de ser eleito, por unanimidade, coordenador da Bancada do Estado do Espírito Santo. Deixo aqui, portanto, um grande abraço pela nova missão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado, Senador.

Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a tem a palavra por dez minutos, como orador inscrito, por permuta com o Senador Heráclito Fortes.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o lema deste Governo, desde o começo, tem sido: “O bom é não fazer nada e descansar depois”. Como não trabalha, parece não querer que o brasileiro trabalhe. Talvez por isso, por má-fé ou incompetência, usa mal os instrumentos da política social que tem à disposição, postos em suas mãos por nós, legisladores, e em particular por mim, com os recursos de combate à pobreza.

As conseqüências têm sido as piores possíveis. Vejam a extensa matéria da Folha de S. Paulo: “Benefícios sociais afastam trabalhador do emprego formal”.

É triste ver homens e mulheres com pouco mais de 20 anos de idade recusarem trabalho por medo de perderem o Bolsa-Família ou a aposentadoria sob regime especial.

Essa questão da aposentadoria é inacreditável! O trabalhador rural que trabalha com a carteira assinada aposenta-se aos 60 anos. Já o cidadão que trabalha sem carteira assinada (ou simplesmente não trabalha) se aposenta pelo regime especial, sem contribuir com um centavo sequer, aos 55 anos de idade. Isso é o Brasil.

É claro que o Governo deve proteger os brasileiros que, tendo trabalhado uma vida inteira, o fizeram na informalidade. Não estou criticando a aposentadoria em regime especial, mas o mau uso que o Governo faz desse importante instrumento que deveria ser de justiça social.

Da mesma maneira, as famílias carentes devem ser assistidas com recursos que lhe garantam condições mínimas de sobrevivência. Para isso, eu propus, e o Congresso aprovou, o Fundo de Combate à Pobreza. Eu o propus, muita gente reagiu, mas o Presidente Lula gostou, porque isso ajudou a dar-lhe a vitória na última eleição. Ele soube usar o programa. Não há dúvida disso.

Entretanto, o abuso está de tal maneira que pessoas que não precisam do Bolsa-Família – vereadores, esposas de vereadores, políticos que caem na cantilena do PT – recebem o benefício, têm esse presente. Na Bahia, foram mais de 1,5 milhão de pessoas.

Não podemos assistir passivamente a legiões de brasileiros praticamente abdicarem de tentar sair do nível de pobreza em que se encontram para viver de esmolas governamentais: R\$60,00, R\$70,00.

Vamos criar empregos, vamos dar trabalho a quem precisa, vamos fazer com que a Petrobras entenda – e agora entendeu – que não pode, porque é nacional o produto, pagar mais de 60% pelas plataformas P-55 e P-57. Resultado: tornou-se sem efeito a licitação.

Agora, os malandros, para não permitirem que se vá ao estrangeiro comprar mais barato e que se utilizem esses recursos inclusive no campo, que precisa de apoio, inclusive do biodiesel, querem fazer de navios velhos, de sucatas, plataformas para a Petrobras.

Ah! Sr. Presidente, o Fundo de Combate à Pobreza e os programas sociais devem ter o rito de melhoria permanente. O cidadão tem de ter acesso ao trabalho. A família deve poder educar seus filhos e prepará-los para uma vida produtiva. Programas sociais não são criados para perpetuar a dependência do cidadão carente ao Estado.

O Fundo de Combate à Pobreza que aprovamos para contribuir com a erradicação da miséria no País não para eternizá-la. E o que estão fazendo é eterni-

zar a pobreza, com uma política social que não tem nenhum cabimento.

Dia desses, o Ministro Patrus Ananias disse que o Brasil tem uma dívida histórica com a população carente. É o óbvio! Todos nós temos uma dívida enorme com a população carente. Ele principalmente, e nós Legisladores... É isso que temos de modificar no Brasil. Esperava-se que, quando chegasse um trabalhador à Presidência, isso fosse mais fácil; ao contrário, isso hoje é muito mais difícil. Mas ele se engana, Patrus Ananias se engana, pensa que a dívida será paga apenas dando dinheiro indefinidamente para que essa gente sobreviva sem perspectivas ou até mesmo sem esperança, que é realmente o que há de mais útil para o ser humano; ter esperança de melhorar para sobreviver melhor.

Dê o dinheiro, sim! Pois, como dizia Betinho, “quem tem fome tem pressa”. Mas é preciso, principalmente, dar condições para que a população assistida melhore de vida, progrida, torne dispensável essa ajuda e sacie sua fome sem a ajuda do Governo, por meio do trabalho.

Até mesmo o MST, esse movimento à margem da lei e discretamente apoiado por setores do Governo, já advertiu que “a fome não se resolve apenas com distribuição de renda e alimentos, mas, principalmente, com a geração de emprego”.

E, por falar em MST, quero comunicar a V. Ex^a que o Secretário de Estado da Bahia que cuida dessa área do MST, Sr. Valmir Assunção, declarou hoje que está com o MST e que vai participar das invasões no Governo Jaques Wagner.

Sr^{as} e Srs. Senadores, não podemos aceitar que homens e mulheres sigam indefinidamente apenas sobrevivendo de programas sociais, programas sociais absurdos.

Não podemos admitir que todas essas pessoas tenham como objetivo de vida somente receber uma aposentadoria especial.

Elas merecem muito mais do que isso!

Essas pessoas também têm fome de dignidade!

E o Governo não lhes dá dignidade nem lhes oferece os meios para viverem dignamente. E essa fome, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo não parece ter interesse em saciar!

Por outro lado, há uma inércia neste País. Vejam esta matéria do jornal O Globo: “De isento do IR a taxado no topo”. Diz a matéria que quem ganhava oito mínimos em 96 não pagava imposto, e hoje essa mesma pessoa está na alíquota máxima, de 27,5%. É a classe média pagando imposto de renda de 27,5%, e o Brasil silente, calado, porque as organizações paragovernamentais fornecem recursos para calar a boca de seus dirigentes, que precisam estar com o Governo

para receber, através de ONGs ou de outros meios, recursos para a sobrevivência deles e não a do povo. É assim que vive este Governo: quem não pagava nada agora paga 27,5% de Imposto de Renda.

Por outro lado, os exageros vão a tal ponto que, no mesmo jornal, lê-se que o Governo Lula gastou, somente em passagens aéreas, R\$1,8 bilhão. Sabemos que ele gosta de voar, mas não é possível que esse Governo voe tanto, voe fazendo cera, voe para não fazer nada, voe para desmoralizar o Erário com gastos de R\$1,8 bilhão. Não contente com o Aerolula, ele permite a seus companheiros que gastem o dinheiro do povo, através dos Ministérios, de maneira extorsiva, de maneira criminosa, de uma maneira que de certo modo nos entristece.

Vamos fazer deste Brasil um grande país. O Presidente conta conosco para isso. Ele não precisa mendigar para fazer Ministério. Ele teve uma votação expressiva, que não foi do seu Partido e muito menos dos seus aliados. Os seus aliados e o seu Partido foram aqueles dos “mensalões”, dos “sanguessugas”, dos “valeriodutos”. Não, foi ele próprio. Embora tenha grandes pecados, os votos foram dele. E quem ganha uma eleição com tantos milhões de votos de diferença poderia dar ao Brasil um exemplo, fazer um grande Governo, de homens responsáveis e sérios, e dizer: “Eu cumpri o dever com a minha terra. Eu cumpri o dever com o Brasil. Vim de torneiro-mecânico para me tornar um estadista e não apenas um Presidente que compra consciências por meio de trocas de partido, por meio da indignidade da política pública”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado a V. Ex^a. Cumprimento-o pelo discurso.

Com a palavra o Senador Sibá Machado, como orador inscrito, por dez minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, há exatos 43 anos, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil promove, no tempo da quaresma, a Campanha da Fraternidade. Desde sua primeira edição, em 1964, a Campanha da Fraternidade se consolidou não apenas como um evento de cunho religioso, mas também, e principalmente, como uma iniciativa de caráter social e humanitário, uma vez que o combate à exclusão tem sido seu objetivo maior.

Para mim, é motivo de grande alegria e contentamento saber que, no ano de 2007, a Campanha da Fraternidade enfoca a região amazônica, na qual vivo desde 1979. Com o tema “Fraternidade e Amazônia” e o lema “Vida e missão neste chão”, a CNBB chama a atenção da sociedade para os inúmeros problemas econômicos, sociais e ambientais com os quais convive, diariamente,

o povo daquela região. É, sem sombra de dúvida, uma ocasião ímpar para que toda a sociedade brasileira discuta a difícil realidade da maior região de nosso País.

É impossível tratar do desenvolvimento da Amazônia e, por extensão, do desenvolvimento do País, sem estabelecer um paradigma que seja capaz de conciliar o progresso econômico, o bem-estar da população amazônica e a preservação do meio ambiente.

Vivemos um momento crucial, em que o progresso obtido às custas da destruição da natureza não é mais alternativa possível. Ao contrário, é preciso implantar, com urgência, programas de desenvolvimento sustentável.

Entrosar o crescimento econômico e a preservação da natureza, tendo como pilar central o respeito aos povos da Amazônia, é a máxima que permeia todas as ações da Campanha da Fraternidade do ano de 2007. Sendo assim, a CNBB nos propõe conhecer melhor a realidade em que vivem os povos amazônicos e as agressões que sofrem no seu dia-a-dia, para que possamos lançar um novo projeto de desenvolvimento para a região, à luz dos valores humanos e evangélicos.

A região amazônica precisa ser prioridade no Brasil. Não nos esqueçamos de que a Amazônia representa cerca de 59% do território nacional, além de contar com cerca de 20% de toda a reserva de água doce do planeta e além de contar com 34% de toda a área de florestas do mundo. A Amazônia é um patrimônio de todos os brasileiros e precisa ser tratada como tal!

A Campanha da Fraternidade deste ano possui a grande virtude de trazer ao debate os inúmeros problemas e as enormes mazelas que afligem a região e os povos que nela habitam. É contundente o desrespeito às populações indígenas, o desmatamento para a ampliação da fronteira agrícola, as queimadas criminosas, a produção de carvão com árvores da floresta nativa, a retirada insana de madeira e a violência que marca o conflito fundiário.

A origem comum de tantos e tão graves problemas é o modelo de exploração econômica irracional que vem sendo implantado naquela região há muito tempo, à margem da lei e à revelia das autoridades locais e nacionais.

Infelizmente, o poderio econômico tem prevalecido sobre a necessidade imperiosa de preservação do meio ambiente e de promoção do desenvolvimento integral da população mais pobre da Amazônia. É preciso dar um basta a essa situação!

O novo paradigma amazônico passa, necessariamente, pelo apoio às inúmeras comunidades daquela região. O povo amazônico sabe como explorar a floresta sem destruí-la. Mais do que isso, o povo amazônico tem interesse em preservar a floresta, ao contrário daqueles que hoje usam o "correntão" e a motosserra como

estratégia de enriquecimento. Entretanto, as comunidades carecem de apoio para viabilizar o extrativismo e a exploração florestal sustentável.

É preciso ter em mente que a defesa da Amazônia e a promoção do desenvolvimento sustentável beneficiarão não só a população local, mas também todo o povo brasileiro e toda a comunidade mundial. Por intermédio da Campanha da Fraternidade, a CNBB é mais uma entidade a denunciar a destruição da Amazônia e o esgotamento do modelo de exploração que vem sendo utilizado.

A adoção de um novo modelo que privilegie as populações locais e a exploração racional do meio ambiente é o único caminho a ser seguido. Os mais recentes estudos sobre o aquecimento global e a emissão de gás carbônico fazem da preservação da Amazônia uma questão vital não só para o futuro do Brasil, mas também para o futuro de toda a humanidade.

Temos de atentar para o fato de que a preservação do ecossistema amazônico será muito mais vantajosa para o Brasil do que sua exploração pedratória.

O mundo já acordou para a necessidade de conservação ambiental e começa a valorizar produtos ecologicamente corretos, ao tempo em que rejeita aqueles vindos de áreas devastadas. Os compradores estrangeiros tendem a pagar cada vez melhor por produtos extraídos legalmente e portadores de certificação ambiental, tendência que começa a ser seguida pelo mercado doméstico.

Não há outro caminho a seguir que não passe por um grande projeto de desenvolvimento sustentável, com respeito ao meio ambiente e ao povo da Amazônia. Nesse contexto se encaixa perfeitamente a Campanha da Fraternidade promovida pela CNBB. Está mais do que na hora de trazermos a questão amazônica para o centro dos debates nacionais com o envolvimento de toda a sociedade. Só assim poderemos encontrar soluções viáveis para os inúmeros conflitos que marcam aquela região bem como traçar estratégias e elaborar planos para o seu desenvolvimento.

Está de parabéns a CNBB por ter a coragem de denunciar todos os problemas enfrentados pela Amazônia, especialmente o desmatamento da floresta e o desrespeito aos povos que lá habitam. Debater a questão é a melhor forma de assegurarmos um futuro próspero para seus habitantes. Esse futuro passa necessariamente pelo desenvolvimento sustentável. Não há outra possibilidade no mundo moderno.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, a respeito deste tema.

Quero aproveitar a ocasião, porque ainda me restam alguns minutos, para fazer um paralelo à citação que fiz ainda há pouco. Recebi um convite da Marinha brasileira, que muito me felicitou, para visitar o continente Antártico.

Sei que várias Sr^{as} e Srs. Senadores já estiveram por lá, tendo tido o prazer e a oportunidade de conhecê-lo.

Chamam-me a atenção vários cenários, Sr. Presidente. Um deles refere-se a um fato sobre o qual os pesquisadores brasileiros foram enfáticos: há uma margem de dois quilômetros de gelo derretido que não se recompõe mais. Os efeitos do aquecimento do globo já são vistos. Não é preciso mais nenhuma medida por meio de aparelhos; basta bater o olho que vemos o quanto o gelo, que há milhões de anos foi formado, já derreteu. A vida está em risco.

Parabenizo, mais uma vez, os pesquisadores brasileiros, porque, enquanto diversos outros países, inclusive os Estados Unidos, se preocupam muito mais com a pesquisa na área de geologia, procurando petróleo, gás, ouro, ferro e tantos outros minerais, a pesquisa brasileira se atém muito mais à parte biológica, para entender melhor o complexo daquela vida. Inclusive, há registros de algumas patentes para uso medicinal e combate a diversas doenças humanas. Isso, Sr. Presidente, deixa-me muito feliz.

A base brasileira de Comandante Ferraz é uma das mais bem equipadas que ali estão, apesar das dificuldades que a Marinha enfrenta. Coloco-me à disposição, naquilo que me for possível, para ser um defensor dessa causa. Acho que devemos, aqui no Senado, abraçá-la melhor.

Outro cenário que muito me chamou atenção foi o fato de o Governo Chileno incentivar a ida de jovens casais para residir naquela região, a fim de irem cravando a bandeira chilena, dizendo que ali é território chileno. Ao mesmo tempo – não pude visitar –, tomei conhecimento de que o governo norte-americano também incentiva pessoas a residirem naquela parte do mundo, onde se encontram cerca de três mil pessoas.

Em 2012, se não me falha a memória, deve haver uma revisão do tratado internacional para que não se permita que determinado país possa se intitular proprietário daquela parte do mundo. Agora, os países que lá mantêm pesquisa, como o Brasil, poderão lá permanecer. No futuro, se a Antártica vier a ser repartida em pedaços, somente os países que mantêm ali as suas bases de pesquisa poderão participar.

Mas espero que o bom senso do Planeta leve à condição, Sr. Presidente, de que nenhum Governo, nenhum país se atreva a propor que se partilhe a Antártica em pedaços, porque, com certeza, haverá um avanço sobre o degelo naquela região, a mudança climática será brutal e ainda não se sabem direito as conseqüências disso, salvo agora o relatório da própria ONU, que leva em consideração o aquecimento em até 4º Celsius para o ano 2050, quando nossos filhos e netos poderão viver uma realidade brutal.

Sr. Presidente, agradeço, mais uma vez, ao Comandante Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho e a toda a Marinha brasileira pelo trabalho que é realizado naquele continente. Sabemos já que o comandante será substituído no Comando da Marinha pelo Almirante Júlio Soares de Moura Neto e espero que essa corporação continue com a grandeza e o brilhantismo brasileiro em outras partes do Planeta e no caso na Antártica.

Eu queria, neste momento, fazer esta ressalva e apresentar este relatório de viagem, Sr. Presidente. Trata-se de uma viagem muito curta, que leva cinco dias, no total, entre a ida e a vinda, mas o tempo que se fica mesmo no continente antártico é muito pouco, salvo no caso do nosso Senador Augusto Botelho, que, por um problema do clima, teve o avião retido e dormiu duas noites lá, numa temperatura de menos de dez graus negativos. Não cheguei a ter a oportunidade de fotografar as baleias, mas soube que S. Ex^a e a Senadora Patrícia o fizeram. Trago na bagagem apenas as fotos dos pingüins.

Muito obrigado pela atenção e pelo tempo que me concedeu além do regulamentar, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a será atendido na forma regimental. Aproveitamos para, na pessoa de V. Ex^a, homenagear a Marinha brasileira.

Concedo a palavra ao nobre Senador Almeida Lima para uma comunicação inadiável.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pretendi, ao Senador Gerson Camata, dar uma explicação diante da proposta que apresentou e que vem ao encontro da sugestão apresentada pelo Governador Sérgio Cabral, ex-Senador – até o último dia 31 de dezembro, representando o Estado do Rio de Janeiro. Trata-se da descentralização da competência para legislar sobre direito criminal.

Tive a oportunidade, na tribuna e em artigo de minha lavra, de fazer uma explanação acerca da Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 2003, que apresentei a esta Casa quando aqui cheguei, naquele ano. Na ocasião, eu dizia aos meus nobres Pares e à sociedade brasileira que, antes mesmo de qualquer reforma, precisávamos estabelecer uma pauta para a reforma do Estado brasileiro, mostrando que esta é a reforma mais importante, diante dos graves problemas que temos enfrentado. De lá para cá, a experiência só fez aumentar a minha posição diante da problemática vivida pelo povo brasileiro. Se nós não restabelecermos a organização do Estado brasileiro, não seremos, positivamente, conseqüentes em nenhuma dessas áreas,

sobretudo as sociais, como a segurança pública, em que estamos tendo problemas.

Pois bem, louvo a atitude do Governador Sérgio Cabral e do Senador Gerson Camata, que defendem a estadualização da lei criminal. Essa é uma idéia não apenas deles, não apenas minha, mas de inúmeros brasileiros, e já foi transformada em proposta de emenda à Constituição, apresentada aqui por mim, quando cheguei, em 2003. Ora, são inúmeras as razões que justificam uma proposta dessa natureza, e uma delas, dita há poucos instantes pelo Senador Gerson Camata, é que o Congresso Nacional, em nome da União, não legisla; legisla muito pouco, e, quando faz, o faz depois de um procedimento que dura quatro, cinco, seis, oito, dez, doze anos, enquanto a sociedade está à mercê de novas leis, de novos instrumentos para acompanhar, digamos, a modernidade, as mutações sociais, as mudanças.

Portanto, é preciso que se diga claramente que inconstitucional não é a tese da legislação estadual sobre direito penal. Inconstitucional é o que estabelece o art. 22 da Constituição, que dispõe: “Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho”. E mais toda a legislação que arrola em 27 incisos.

É inconstitucional porque fere o princípio estabelecido no art. 1º da Constituição Federal, o princípio maior, que diz que o Brasil é uma República Federativa. Ora, como é uma República Federativa, se toda a competência para legislar compete à União, a cargo do Congresso Nacional, que não se desincumbe de sua missão com a celeridade necessária e que a sociedade está a exigir?

Ora, nossa proposta, apresentada em 2003, visa exatamente alterar o que dispõe o art. 24, que diz que “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:...”. Nesse ponto, é preciso que se inclua direito penal. Além da matéria legislativa a que se refere, é preciso que se inclua direito penal, da mesma forma como defendi processo penal, direito civil e processo civil, por entender que todas essas matérias não dizem respeito ao interesse específico da União, sobretudo porque representamos uma Federação de Estados e Municípios. Portanto, não há que se falar em inconstitucionalidade na proposta, na sugestão apresentada pelo Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, e há poucos instantes referida pelo Senador Gerson Camata. É extremamente constitucional, e não como decorrência de uma lei complementar, como S. Ex^a mesmo citou. Não. Mas como decorrência de uma alteração do art. 22, que estabelece para a União competência legislativa, sobretudo não

reservando a Estados e Municípios nenhuma competência para legislar.

Eu soube, não assisti, que um Parlamentar, salvo engano Senador, esteve em um programa de televisão, em um debate, dizendo que isso era inconstitucional, porque só é possível em confederações. Isso é um acinte, é uma agressão ao Direito Constitucional, é uma agressão à teoria geral do Estado. É uma agressão. Não há história de estado-membro ter competência para legislar, a não ser nos casos em que o país se organiza em confederação. Coisíssima nenhuma! Os Estados Unidos da América não são uma confederação, mas uma federação de estados. E tantos outros se constituíram em federação de estados, transferindo para os entes federados a competência para legislar sobre inúmeras matérias.

O que precisamos, já que não fazemos, e não fazemos não por incompetência, mas porque a Constituição diz que cabe à União, pelo Congresso Nacional, legislar sobre tudo. Nós não temos condições, não é competência constitucional. Temos. Competência intelectual todos temos. O que precisamos e não temos são condições reais, de fato, para legislar, atendendo às carências e à necessidade do povo, a tempo e a hora, diante de suas necessidades.

Concedo o aparte ao nobre Senador Renato Casagrande.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – Obrigado, Senador Almeida Lima. Apenas uma questão. Estou totalmente aberto a esse debate, que não é novo, mas que se coloca com mais intensidade neste momento com relação à transferência para os Estados do poder de legislar sobre a área de segurança pública, do combate à criminalidade. É um tema que precisamos debater. Minha preocupação maior é com relação à susceptibilidade sofrida pelas Assembléias Legislativas dos Estados, que é maior do que sofremos aqui, causando ou podendo causar uma mudança de legislação com base em fatos que possam chocar a sociedade sem um debate mais profundo da necessidade ou da viabilidade dessas mudanças. Esse é o questionamento que precisamos fazer para que não haja em Estados brasileiros legislações tão distintas e diferentes que provoquem algumas distorções na legislação nacional em cada Estado. Os Estados ficarão mais susceptíveis às mudanças da legislação com base em uma conjuntura, um momento, uma fotografia, e isso pode não representar a realidade daquele Estado ou da população brasileira. Essa é a minha única preocupação, Senador.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Utilizando em meu favor o argumento que V. Ex^a, em tese, pelo que percebo, é reticente, eu não diria o

contrário, já que deixa uma interrogação, em favor dos argumentos que defendo...

(Interrupção do som.)

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – ...Ou seja, a susceptibilidade a que V. Ex^a se refere e a que está sujeito o Parlamentar estadual na Assembléia Legislativa, diante até de uma comoção social no Estado. Essa é que é importante. Não podemos, como legisladores, nos distanciar do povo. Se nós somos os representantes do povo, devemos legislar de acordo com os seus interesses. No entanto, cabe ao Parlamentar ter a independência, a compreensão e a consciência necessárias para estabelecer uma posição equidistante nos momentos de clamor social.

Ora, nesse caso, parto para outro argumento. Somos um País continental tanto quanto os Estados Unidos da América. Por que só devemos copiar o que não presta lá de fora? Por que temos vergonha de copiar o que serve? A proposta que o Governador Sérgio Cabral e nós defendemos não é uma cópia de lição da legislação americana. Não é. Há uma diferença muito grande, sobretudo porque lá ainda existe uma descentralização maior, que parte não apenas para os Estados, para os Condados, mas também para os Municípios, no sistema de reformatório penal, no qual cada cidadela pode legislar, normatizar e administrar de forma diferente de outra.

Recordo que antes da Constituição de 1988, Sr. Presidente, dizia-se que o pequeno Município brasileiro não tinha capacidade intelectual, na sua Câmara Legislativa, para elaborar a sua lei orgânica. Até então, antes do advento da Constituição de 1988, não se dava autonomia aos Municípios para esse fim. Os Municípios do Estado de Sergipe não tinham autonomia para estabelecer a sua lei orgânica. Havia uma lei estadual, uma única lei para todos os Municípios. Com o advento da Constituição, essa matéria foi descentralizada, e todos os Municípios brasileiros tiveram competência para fazer as suas leis orgânicas.

Ora, num País com uma dimensão continental como o Brasil, com uma área territorial tão extensa quanto a americana, com uma diversidade cultural tão grande, com problemas tão díspares – a criminalidade vivenciada pelo Rio de Janeiro ou por São Paulo não é a mesma de um Município do Estado de Roraima ou do Estado de Sergipe... Isso é uma incongruência, é não querer admitir a realidade, é pretender centralizar tudo em Brasília.

Tenho dito e vou repetir: o brasileiro será muito mais feliz no dia em que não depender de Brasília. E tenho certeza absoluta de que o brasiliense também agradecerá, no dia em que o brasileiro puder resolver os seus problemas lá no Município, lá no seu Estado,

em que não depender do Congresso Nacional e em que não depender de ministério nenhum.

Precisamos descentralizar, e a fórmula é alterar o art. 22 da Constituição Federal, que diz que compete à União, privativamente, legislar sobre... E seguem-se 27 itens. O primeiro item, o item I, já engloba toda a legislação: direito civil, penal, processo civil, processo penal, tributário, eleitoral, marítimo... Enfim, toda a legislação.

E quando se pretende uma reforma nesta Casa, passam-se 4, 6, 8, 10 anos e não conseguimos resolver o problema.

Portanto, Sr. Presidente, encerro o meu pronunciamento dizendo que não podemos encarar essa questão de forma apriorística, com defensivos. Vamos discutir, vamos tratar do assunto no plenário e nas comissões, vamos enfrentar os argumentos; vamos mostrar que o que é bom lá fora precisamos trazer para a nossa realidade e aprimorar, e não apenas nos distanciarmos. Entendo que aquilo que é bom para o Estado de São Paulo pode não ser bom para o Estado de Sergipe. E não apenas na legislação criminal, mas em uma série de leis que hoje são de competência do Congresso Nacional e deveriam ser de competência das Assembléias Legislativas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Romero Jucá, pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar, no momento oportuno, a palavra pela Liderança do Governo, para fazer um breve comunicado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a pode usá-la agora, se quiser. V. Ex^a veio com tanta urgência que fiquei preocupado!

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente Romeu Tuma, e quero saudar as Sr^{as} e os Srs. Senadores!

Gostaria apenas de fazer um registro rápido, mas que considero extremamente importante para toda a Região Norte e para milhares de pessoas que ainda vivem, de alguma forma, relacionadas ao garimpo.

É que, há muitos anos, há uma luta grande dos garimpeiros de Serra Pelada – e o Senador Romeu Tuma conhece bem essa situação e essa região – para que eles pudessem voltar a atuar em determinadas áreas já definidas, e os garimpeiros antigos pudessem ser indenizados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Principalmente o residual.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Exatamente. O residual do resultado do garimpo.

Há anos isso tem sido objeto de demanda. Eu, o Senador Edison Lobão, o Senador João Ribeiro temos apoiado essa ação dos garimpeiros de Serra Pelada aqui no Senado. É importante que isso fique aqui registrado.

Por conta disso tudo, Sr. Presidente Romeu Tuma, hoje, pela manhã, foi assinado um acordo, e o Ministro Silas Rondeau, das Minas e Energia, deferiu o alvará de pesquisa para a antiga área ser novamente utilizada pela Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada.

Então, a Cooperativa Coomigasp está autorizada por meio de cessão da Companhia Vale do Rio Doce. Havia uma pendência entre a Vale do Rio Doce e os garimpeiros de Serra Pelada, questão essa que foi equacionada pela posição firme do Governo brasileiro: o Presidente Lula definiu pessoalmente o apoio a esses garimpeiros, a essa solução.

O Ministério das Minas e Energia, competente-mente comandado pelo Ministro Silas Rondeau, também atuou de forma forte. Houve uma negociação, houve apoio político parlamentar e hoje demos um passo importante rumo à solução que é exatamente o alvará de pesquisa e a transferência dos direitos minerários da Vale do Rio Doce para a Coomigasp.

É importante dizer também que o entendimento não foi feito só com a cooperativa, mas também com o sindicato dos garimpeiros. E essa questão toda poderá levar a uma exploração racional do resíduo e de parte da área que hoje estava paralisada. Então, eu quero parabenizar todos os garimpeiros de Serra Pelada.

No meu Estado, Roraima, residem hoje mais de três mil garimpeiros que atuaram em Serra Pelada. Conseguimos, junto ao Ministério das Minas e Energia, realizar o cadastramento desses garimpeiros em Boa Vista, o que possibilitou apurar quantas pessoas pertencem a essa categoria. Por isso eu quero, com muita alegria, registrar esse importante passo. É claro que outras ações precisam ser feitas, mas sem dúvida nenhuma é um momento, é um dia importante em que se faz justiça à classe garimpeira especialmente os garimpeiros de Serra Pelada em nosso País.

Mencionei anteriormente que o Senador Edison Lobão e o Senador João Ribeiro foram muito importantes. O Senador Edison Lobão atuou na proposta de decreto legislativo que resultou nesse processo de negociação.

Concedo um aparte ao Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Romero Jucá, eu me regozijo com V. Ex^a por tratar deste assunto da tribuna do Senado Federal. Em verdade, temos cerca de 60 mil garimpeiros que, ao longo dos últimos 20 anos, atuaram em Serra Pelada. Dali tiveram que sair seja pela carência do ouro explorado manual-

mente, seja pelas contingências de domínio da própria área. Essa última parte pode ser resolvida, como disse V. Ex^a, por um decreto legislativo de nossa autoria, aprovado no Senado e, em seguida, na Câmara, promulgado por mim mesmo quando estive na Presidência do Senado Federal. Etapa por etapa pode ser vencida pelos garimpeiros. Todavia, até o momento, eles não tiveram ainda resolvidos todos os seus problemas afetos ao Ministério das Minas e Energia e, basicamente, ao Departamento Nacional de Produção Mineral. Hoje foi possível assinar um protocolo com a presença de V. Ex^a, do Senador João Ribeiro e de outros Parlamentares com o Ministro presidindo a reunião, que seguramente levará os garimpeiros de Serra Pelada de volta ao seu território, ao seu domínio, à sua forja de atividade. Quero cumprimentar V. Ex^a por se agregar a essa luta tão nobre dos garimpeiros do nosso País, que agora terão o seu estatuto e autorização de lavra na Serra Pelada e no Brasil inteiro.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Agradeço as palavras do Senador Edison Lobão, que enriquece o nosso posicionamento. Ele foi um dos artífices dessa solução.

Registro também que o Governo brasileiro, o Governo do Presidente Lula já encaminhou à Câmara dos Deputados o Estatuto do Garimpeiro, que vai profissionalizar o trabalho do garimpeiro, dar-lhes direitos previdenciários. Os garimpeiros, por gestão do Ministério e de Líderes da Câmara, já estão em contato com o Presidente Arlindo Chinaglia, pedindo prioridade para a votação do Estatuto do Garimpeiro. Essa matéria, ao chegar no Senado, terá, da Liderança do Governo e, tenho certeza, de todas as Sr^{as} e Srs. Senadores, a prioridade necessária, para que possamos aprová-la rapidamente. Para isso, contamos com o forte apoio do Senador Edison Lobão e de todos os Srs. Senadores, que sabem, com a sensibilidade social e econômica, da importância do trabalho de um garimpo regularizado, em condições modernas para a economia, principalmente da Região Norte e da Região Centro-Oeste.

Peço, Sr. Presidente, a transcrição da matéria da Folha On-line: “Acordo entre Vale e garimpeiros viabiliza a extração de ouro em Serra Pelada”.

Novamente, parabenizo todas as Sr^{as} e os Srs. Parlamentares envolvidos na questão e todos os garimpeiros. Como disse o Senador Edison Lobão, mais de 60 mil garimpeiros serão atendidos e, de certa forma, beneficiados com a decisão de hoje. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA ONLINE

27/02/2007 - 14h32

Acordo entre Vale e garimpeiros viabiliza extração de ouro em Serra Pelada

PATRÍCIA ZIMMERMANN
da Folha Online, em Brasília

Um acordo entre a Companhia Vale do Rio Doce e a principal cooperativa de garimpeiros de Serra Pelada --a Coomigasp-- assinado hoje no Ministério de Minas e Energia vai permitir a retomada da exploração de ouro na região Sudoeste do Pará, que ficou conhecida como o maior garimpo a céu aberto do mundo na década de 80.

Pelo acordo, a Vale abre mão da concessão de 100 hectares na área do antigo garimpo para a Coomigasp fazer a exploração do ouro. A cooperativa, por sua vez, cede em favor da Vale uma área de 49 hectares para a exploração de calcário.

Entretanto, a exploração de ouro na região ainda poderá levar cerca de dois anos para ser retomada de fato, e não será mais feita por meio de garimpo manual, como no passado.

As reservas garimpáveis já teriam se esgotado e a exploração a partir de agora demanda uma intervenção com máquinas, com base em pesquisas geológicas.

Parceria

Após cumprir os trâmites legais junto ao DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), que é responsável pela concessão de direitos de exploração, a cooperativa deverá contratar uma empresa ou fazer uma parceria para a mineração industrial em Serra Pelada.

Cinco empresas entre japonesas, canadenses e americanas já teriam manifestado interesse no negócio, segundo o presidente do Sindicato dos Garimpeiros de Serra Pelada, Raimundo Benigno.

Durante a solenidade que formalizou o acordo hoje, o gerente de Direitos Minerários e Meio Ambiente da Vale, Fernando Greco, destacou que é do interesse da companhia o acordo com os garimpeiros, pois ele favorece um clima de tranqüilidade na região. "É importante ter uma situação apaziguada", disse, numa referência aos históricos conflitos envolvendo os garimpeiros na região.

Mas a possibilidade de exploração da reserva de calcário cedida pela cooperativa também pode render ganhos econômicos à empresa, já que ela utilizaria o calcário na produção de ferro-gusa.

A região cedida pela Vale é apenas uma pequena parte da sua área de concessão para a exploração de ferro na região, que de 10 mil hectares.

Próximos passos

Antes de iniciar a exploração em Serra Pelada, a cooperativa precisa obter junto ao DNPM um alvará de pesquisa para realizar estudos de viabilidade na região, que deve ser liberado ainda nesta semana. Levantamentos geológicos preliminares apontam para a existência de 20 toneladas de ouro na reserva.

A Vale, que já possui pesquisa sobre a reserva, irá ceder os estudos aos garimpeiros. Após atualizar os estudos, a cooperativa deverá apresentar ao DNPM um licenciamento ambiental e um plano de exploração da reserva para a obtenção da concessão de lavra, que lhe dará o direito de exploração.

"Hoje é o dia da redenção", afirmou Benigno, ao comemorar o acordo, que segundo ele, vai beneficiar cerca de 67 mil trabalhadores que trabalharam no garimpo de Serra Pelada que estão cadastrados junto às cooperativas.

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento Interno.

Seguindo a ordem de inscrição, tem a palavra o Senador Romeu Tuma, por dez minutos, por cessão do Senador Osmar Dias.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Queria, preliminarmente, cumprimentar os Senadores Romero Jucá e Edison Lobão pela realização do acordo entre a Vale e os garimpeiros de Serra Pelada, Sr. Presidente.

Aqui havia sempre uma desesperada presença dos antigos garimpeiros de Serra Pelada. Quem lá esteve e acompanhou a vida desses garimpeiros durante longo período sabe o sofrimento e a amargura por que passaram. Há um residual muito grande nessa área, que dificilmente poderá ser mecanizada. Então, com o acordo dos garimpeiros e com a criação do Estatuto – e cumprimento o Presidente Lula –, fica definitivamente reconhecido que garimpeiro não é bandido. Trata-se da esperança e da busca de enriquecimento, que em 99% dos casos não acontece.

O que tem de ser feito é, realmente, colocar a polícia, para evitar a exploração do garimpeiro e o contrabando de pedras, que infelizmente vem acontecendo em garimpos brasileiros, em Rondônia e em outras cidades do norte do País. De forma que, hoje é um dia importante para esse grupo de garimpeiros que estão permanentemente presentes no Senado; são mais de cinco ou seis anos na tentativa desse acordo, que hoje o Senador Romero Jucá anuncia da tribuna.

Não está aqui o Senador Alvaro Dias, mas vi ontem, pela televisão, a denúncia que S. Ex^a fez sobre o conto do bilhete premiado. O bilhete premiado, ao tempo em que eu era delegado novo, Senador Augusto Botelho, era uma história em que a bandidagem não agia com muita violência. Depois do início do terrorismo, foram aprendendo, nos presídios, a praticar outras ações criminosas – como o furto de veículos ou os assaltos – sem respeito à vítima, com agressividade, com o uso de arma de fogo, para conseguirem atingir seu objetivo, que era o produto do furto ou do assalto.

Então, naquele tempo havia o conto do vigário e o conto do bilhete premiado. O sujeito vendia o bilhete premiado, e o otário caía, sem perceber que estava sendo vítima.

Hoje, não, a estrutura é criminosa dentro da própria exploração do bilhete nas loterias do Governo. O bilhete premiado ganha quinhentos e oitenta vezes? É um recorde mundial, não é, Senador? Não sei se

alguém já nasceu com tanta sorte ou se a lua brilhou tanto para quem ganhou quinhentos e oitenta vezes, mas acho que essa denúncia é muito séria.

O Coaf foi criado para investigar movimentações financeiras suspeitas. A investigação demorou oito anos, segundo a informação jornalística, e o Senador Alvaro Dias deve ter repetido aqui. Mas ela tem de ter uma velocidade maior; tem de haver uma estrutura de acompanhamento mais rápido da movimentação financeira que não corresponde à realidade, para se buscar a lavagem de dinheiro, que é tão importante na área do crime. O crime organizado vive, sem dúvida nenhuma, do resultado da lavagem de dinheiro.

Também quero fazer referência à Campanha da Fraternidade, tema levantado pelo Senador Sibá Machado. V. Ex^a deve saber melhor do que eu: quem nasce no Amazonas é amazônida ou amazoniense? O Houaiss diz que é amazoniense, e sempre ouvi falar que era amazônida. Então, podemos falar das duas formas sem nenhum prejuízo.

A Campanha da Fraternidade é voltada para a região amazônica hoje. E os representantes dos ex-territórios foram contundentes hoje, ao buscar a atenção do Governo para o programa fundiário dessas regiões. A acredito que a Cnbb, ao levantar esse problema, voltou-se para os relatórios que a ONU apresentou, com respeito ao aquecimento da Terra.

Teríamos de plantar um bilhão de árvores, para compensar o que já foi destruído, que provocou essas mudanças de clima tão terríveis no mundo. Agora, falava o Senador Siba Machado, que veio da viagem com a Marinha, que mais de dois quilômetros de geleira foram derretidos e são irrecuperáveis, o que pode aumentar, sem dúvida, a altura dos nossos mares, provocando grandes prejuízos aos moradores que estão ao nível do mar.

Há uma coisa que vou estudar, Senador Almeida Lima, com todo respeito a V. Ex^a, pois sei que é um jurista competente, que discute com a lei na mão: tenho grande preocupação de delegar aos Estados a legislação sobre direito penal. Considero isso um risco muito grande em uma hora em que a criminalidade cresce com uma violência inexplicável.

Se estabelecermos diferença entre os Estados quanto à aprovação imediata dos maiores de dezesseis anos e menores de 18 anos como criminosos comuns, poderemos mudar a geografia do crime, porque o Estado que punir como criminoso comum o menor entre dezesseis e dezoito anos receberá uma porção maior de infratores do que o outro que não o fizer. Chamá-los de infrator... Penso que são criminosos mesmo esses menores que matam, que estupram, enfim, que violentam, sem nenhum respeito à figura humana.

O Estado tem obrigação hoje e deve legislar, o que é importantíssimo para o sistema de segurança e para as suas polícias. Ele tem de legislar, por exemplo, sobre o sistema carcerário, para tentar evitar as fugas dos presídios. Isso é algo do qual, sem dúvida, não podemos mais abrir mão. Os Governadores não podem ficar à porta do Governo Federal, pedindo mais segurança, guarda nacional, algo que não tem o valor esperado por aqueles que conclamam a presença dela. Não posso dar exemplo, nem conselho ao Presidente Lula, que é um homem experiente e vivido e tem, ainda, o Ministro Márcio Thomaz Bastos ao seu lado. Mas, Senador, se V. Ex^a fosse Governador do seu Estado, teria de pedir dinheiro, para criar um grupo especial para gerenciamento de crise, a fim de que os policiais do seu Estado pudessem adquirir conhecimento e agir na hora necessária, numa ação especial. Não adianta levar contingente do Piauí, de Roraima e de Rondônia para agir em São Paulo ou no Rio de Janeiro, porque os policiais vão ficar confusos.

Agora existe um exemplo terrível de identificação de tortura de membros da guarda, quando tomaram conta de um presídio. O Estado tem que assumir, e o Governo Federal têm que passar as verbas dos fundos existentes. Que não seja ele o usuário dessas verbas, para criar novos programas que às vezes não trazem o resultado efetivo. A expectativa é da sociedade, que hoje é prisioneira do medo, Senador.

Ouçõ V. Ex^a, Senador Almeida Lima.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Nobre Senador Romeu Tuma, agradeço a V. Ex^a ter trazido o tema à baila, mais uma vez. Devo dizer o seguinte: é importante que essa discussão aconteça.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não tenho dúvida disso.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) Na questão da imputabilidade da idade penal, particularmente entendo e devo apresentar uma proposta de emenda aos seis projetos que estarão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na reunião de amanhã, pela manhã, no sentido de que ela seja reduzida de 18 para 16 anos e que, entre 16 e 12 anos, se estabeleça uma imputabilidade parcial, ou seja, uma imputabilidade a critério do Juiz, baseado em laudos de profissionais, a exemplo de psicólogos, pedagogos, assistentes sociais.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Almeida Lima, estou encantado com o seu aparte, mas esse exame criminológico foi afastado, o exame da capacidade comparativa com a idade real e a idade do infrator, tudo isso foi apagado do mapa. Essa proposta de V. Ex^a reconduz àquilo que é importante para

que o Juiz possa decidir. Desculpe-me, mas só queria entusiasticamente concordar com V. Ex^a.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Agradeço a V. Ex^a, e sabe por que razão? Porque inclusive esse é um dos anteparos àquelas justificativas já ditas e que serão ditas novamente. Se essa proposta reduzir a criminalidade, a idade penal de 18 para 16 anos, a bandidagem, agora, vai fazer uso de menores de 16, e não mais de menores de 18 anos. Ora, como essa imputabilidade passará a ser relativa, abaixo de 16 anos e acima de 12, de acordo com esse laudo criminológico, onde se vai atestar a consciência do agente penal, daquele que agiu de forma criminosa, delituosa, se ele tinha compreensão, consciência ou não do crime que estava praticando, isso vai dar uma liberdade ao subjetivismo do juiz. E ele é preparado para isso, devidamente orientado e assistido por um corpo técnico – e a Justiça já possui isso em todo o País –, capaz de resolver o problema. Em relação à estadualização, devo dizer que concordo plenamente. E quando V. Ex^a fala na questão do sistema penitenciário, o art. 24 diz que compete concorrentemente à União e aos Estados legislar sobre direito penitenciário. Mas acontece que a União estabelece os princípios e, na verdade, não são princípios, já legisla sobre tudo, não comporta mais nada de forma concorrente para os Estados legislarem. Então, o que vejo é a população e os Governadores com os braços atados da seguinte maneira: a segurança pública é competência dos Estados, não é da União nem dos Municípios, mas não tem competência para criar os instrumentos. É como se dissesse assim, nobre Senador Romeu Tuma ou Senador Almeida Lima: estão aqui os ingredientes para que V. Ex^a confeccione aqui um bom pão italiano. Eu digo: para eu fazer uma boa massa, quem vai escolher os ingredientes sou eu e não V. Ex^a. Como é que vocês querem que eu resolva o problema da segurança pública se não tenho o direito de legislar? Se não tenho o direito de mandar para uma Assembléia Legislativa um projeto de Código Penal? Quer dizer, vou combater a bandidagem, vou promover segurança pública de acordo com a legislação que você me oferece? Isso é injusto! Portanto, os Governadores estão certos. Eles não podem ser crucificados como estão sendo hoje, quando quem deve ser crucificado mesmo é o Congresso Nacional, pela sua maioria, pelo corpo majoritário, que, em outras palavras, é o Poder Executivo que tem maioria para dizer se a idade penal deve ser 18 anos ou 16 anos; se deve haver progressão na aplicação da pena ou não; se tem que fazer penitenciária de segurança máxima ou não; se terá de segurar aquele preso violento e perigoso ou não. O Estado não legisla sobre nada disso. Portanto,

nobre Senador, essa é uma questão que precisa ser muito bem discutida. E agradeço a oportunidade que V. Ex^a me concede.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Recebo bem o aparte de V. Ex^a e recebo como crítica ao Legislativo. A demora no cumprimento da legislação, da aprovação das leis é culpa nossa mesmo. Há necessidade de que os Presidentes das duas Casas tenham essa sensibilidade.

Senador Marcelo Crivella, já vou conceder um aparte a V. Ex^a.

Senador Almeida Lima, o Governador José Serra pediu que nós, representantes de São Paulo, estivéssemos aqui amanhã, quarta-feira. Virão os quatro Governadores do Sudeste: José Serra, Aécio Neves, Sérgio Cabral – nosso colega e amigo – e Paulo Hartung, que tão bem representou o Espírito Santo nesta Casa, a fim de apelarem para a aprovação dos dez projetos que já saíram desta Casa para a co-irmã, a Câmara. Eles não querem legislar, eles querem ter a legislação para usar e poder trabalhar com a sua polícia na defesa dos interesses da população.

Senador Marcelo Crivella, por favor.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Senador Tuma, V. Ex^a traz a esta Casa um debate que, eu diria, é hoje, senão o mais importante, o segundo mais importante neste País. V. Ex^a, com a lucidez dos anos de experiência que teve combatendo a criminalidade neste País – criminalidade sofisticada que é mais complicado –, trata do assunto na sua amplitude. V. Ex^a falou da prevenção, da investigação, do julgamento e, finalmente, da detenção nos presídios, que, hoje, são medievais. As pessoas ali são barbarizadas, vegetam e muitos ficam presos mesmo depois de cumprirem a pena, por uma falência total desse sistema. Quero parabenizá-lo. V. Ex^a também tem a percepção de que, mesmo baixando a maioridade penal, aos 18 anos, quando ela se inicia, não cai. O jovem de 18 anos continua praticando os mesmos crimes proporcionalmente à faixa etária. O crime é o mesmo aos 16 anos, aos 17 anos e aos 18 anos. Talvez se fizermos legislações diferentes, se apertarmos a legislação no Rio de Janeiro e ela não for muito dura na Bahia, haverá uma migração do crime para lá, porque, hoje, há facilidade para essas coisas. Mas de tal maneira que o debate que V. Ex^a hoje fomenta, com os apartes tão ricos, tão lúcidos, é fundamental. O Rio de Janeiro lhe agradece, porque somos hoje um Estado, eu diria, traumatizado, porque se cometem no Rio de Janeiro 117 mil furtos por ano; assalto, furto com arma, 111 mil; são 56 mil furtos...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Aí já é qualificado.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Pois é, já é qualificado; 56 mil furtos e roubos de carros; 7 mil homicídios; 5 mil estupros e mais de 300 ônibus são incendiados por ano, uma média de um por dia. De tal maneira que o Estado do Rio de Janeiro agradece e conta com a experiência de V. Ex^a, para que possamos encontrar caminhos para resolver esse flagelo nacional que tanto nos abala. Parabéns, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Crivella, agradeço a V. Ex^a. Tenho conversado com chefes de polícia de vários Estados. Sentimos a necessidade de uma colaboração direta, entre nós que tivemos a nossa vida dentro da segurança pública, pois o crime se diferencia pela sua violência, pela sua indiferença com a vida humana. Seria importante que cada um trouxesse essa experiência, mas usando sempre a atividade do Estado.

V. Ex^a é um homem religioso, formado dentro do espírito cristão. Aqui, discutimos muito sobre o menor infrator ou criminoso – como o queiram chamar – e esquecemos o menor abandonado, que pode cair rapidamente para o crime. E não há nenhuma gestão para que ele seja protegido ou afastado da possibilidade de engrossar a criminalidade dos menores, que vem crescendo assustadoramente.

Se, antes, os maiores usavam os menores pela sua inimputabilidade, para que esses assumissem a responsabilidade do crime, hoje, os menores são chefes de quadrilha também, praticando crimes violentos e quase inaceitáveis. E nada pode ser feito, porque, infelizmente, a legislação não tem uma abrangência maior.

Quando se fala em diminuir a idade, temos de pensar no sistema penitenciário a ser usado, porque não se pode pegar um menor e colocá-lo em qualquer presídio. V. Ex^a conhece vários países, visitou vários presídios, visitou presos e sabe do tratamento de cada um. Aqui, é depósito. Se um menor for colocado dentro de um depósito desses, não sabemos o que vai acontecer. O presídio-escola, onde se pode tentar recuperá-lo e oferecer-lhe um futuro, é uma das prioridades em que temos de pensar, também.

Hoje, os presídios são feitos por atacado, de modo que eles ficam quase impraticáveis para quaisquer políticas de recuperação, pelo custo. Assim, é preciso fazer-se uma política séria, definida e programá-la por alguns anos. Não adianta querer fazê-la de hoje para amanhã.

Desculpe-me, Sr. Presidente.

Encerro, agradecendo a V. Ex^a e os apartes que recebi dos Srs. Senadores.

O Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL-SP)

– Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

Com a palavra, pela Liderança, o Senador Marcelo Crivella.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ.Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, senhoras e senhores presentes ao plenário, como é do conhecimento de todos, mais uma vez, no Rio de Janeiro, tivemos a desagradável e inusitada notícia de uma tragédia por causa da queda de uma marquise.

Essa marquise tinha 15 metros de comprimento e 2,4 metros de largura, e as quatro vigas que a suportavam, segundo o laudo técnico, estavam, apenas oito centímetros engastadas na viga que suportava essa marquise. As marquises têm ferragens negativas – o momento é negativo – e, portanto, ficam mais expostas à chuva. O laudo também diz que os ferros de carbono 24, de fabricação de 50 anos atrás, que o Brasil não usa mais, já haviam perdido mais da metade da secção por desgaste de chuva e ar, por oxidação.

Mas o grave, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores presentes, é que muitos, centenas, milhares de prédios, nas grandes cidades brasileiras, são dessa época. Assim, fiz um requerimento, Senador Botelho, e espero contar com o apoio dos meus Pares, para que o Senador Renan possa nomear uma comissão, com a finalidade de fazermos algumas audiências públicas e elaborarmos uma lei que possa exigir que prédios com mais de 20 anos obtenham um laudo de sanidade estrutural; que uma empresa dessas possa garantir que sua estrutura – fundação, colunas, vigas, lajes, especialmente marquises – esteja sólida.

A intenção, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é evitar novas tragédias. O concreto tem uma validade. As pessoas acham, quando compram um apartamento, pela solidez das peças e pela robustez do concreto, que aquilo é eterno, mas não é. O concreto é uma rocha artificial. As Pirâmides do Egito duraram muito, porque eram rochas naturais, em grandes blocos. Depois que o homem resolveu picar as pedras, fazer fôrmas de madeira e colar essas pedras com cimento, dando-lhes a forma que necessitasse e com a esbeltez necessária para atender às exigências econômicas de um mercado competitivo, que é o mercado imobiliário, ficamos com edifícios cada vez mais altos, mas com prazos de vida

menores. Hoje, os prédios não são como as Pirâmides do Egito. Eles têm uma validade de 30 anos.

Eu acho que poderíamos, sim, estudar esse assunto e pedir que proprietários e condomínios de edifícios com mais de 20 anos de construção pudessem fazer uma análise das suas fundações, das suas colunas, das suas vigas, das suas lajes e, sobretudo, das suas marquises, para que evitemos novas tragédias como essa.

Lembro que essa marquise, além de ter 50 anos, de estar mal-escorada e ter um projeto de engenharia de 50 anos atrás – eu não digo ser errado, pois era um projeto de engenharia elaborado sob os conhecimentos científicos daquela época, com os equipamentos que havia nos laboratórios das universidades de engenharia daquela época e com um aço que tinha uma resistência própria para aquela época –, acabou sobrecarregada. Imaginem uma marquise de 30m² – 15mx2,4m –, com 30cm³ de entulho em toda sua área, pesando 1,6mil kg/m³. Portanto, estava sobrecarregada com mais de 10 toneladas e caiu, dobrando sobre a ferragem positiva, fechando a porta do hotel e, lamentavelmente, matando duas senhoras que se encontravam no local.

Sr. Presidente, esse é o apelo que faço, tendo em vista evitarmos novas tragédias no futuro. Os prédios das regiões metropolitanas brasileiras estão envelhecendo. Não há legislação que cuide disso. Não há obrigação, nem tecnologia, porque não há exigência para que esse serviço seja executado, e bem executado. Sei que é possível, hoje, com os instrumentos de que a ciência dispõe, analisar a resistência do concreto e verificar como está a ferragem embutida nas peças de concreto. Então, é necessário pensarmos e legislarmos a respeito dessa questão, a fim de contribuir com a sociedade brasileira e evitar novas tragédias.

Sr. Presidente, é o requerimento que apresento a este Plenário, encaminhando um apelo à Presidência da República, para que, rapidamente, possamos dar um passo importante na prevenção dessas tragédias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Marcelo Crivella, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra, por ordem de inscrição, ao Senador Mão Santa, por dez minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, que preside esta sessão de 27 de fevereiro; Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores

aqui presentes; brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos acompanham pelo sistema de comunicação do Senado Federal, todos nós que representamos a Nação desejamos que este País seja rico.

Senador Valter Pereira, hoje, vamos falar de riquezas. Um economista tradicional, Adam Smith, escreveu o livro **A Riqueza das Nações**. Hoje, Friedman escreve **O Mundo é Plano**. É a globalização! Enfim, todos queremos ser ricos.

Senador Valter Pereira, no Rio de Janeiro, todo mundo quer saber quem vai ganhar o campeonato, se o Flamengo ou o Madureira. Nos anos 50 – não sei se o Senador Valter Pereira tinha nascido –, meu time era, e é até hoje, o Fluminense; acho que, naquele tempo, só eu e o Chico Buarque torcíamos por ele, e sua torcida está diminuindo. Mas me lembro que, nos anos 50, o time era: Castilho, Píndaro, Pinheiro, Jair, Edson, Bigode, Telê, Didi, Carlyle, Orlando e Quincas – o Veludo era o reserva do Castilho. O Fluminense foi campeão nos anos 50, época em que o Brasil perdeu a Copa para o Uruguai. Mas, naquele tempo, Senador Efraim Morais, todo mundo sabia: o Canto do Rio, um time de Niterói, sempre ficava em último lugar. Havia doze times disputando o campeonato carioca, mas o último lugar, todos nós sabíamos, era do Canto do Rio.

E, agora, é o campeonato da riqueza do mundo. Graças a Deus, o Canto do Rio é o Haiti! O Haiti está atrás. O Brasil não é o último, Senador Sibá, pois o Haiti salva o Brasil de ser o lanterninha, de ser o Canto do Rio dos meus anos. Essa é a realidade, o resto é propaganda, é demagogia, é mentira. Goebbels dizia: “Repita uma mentira, que ela se torna verdade!”.

Senador Magno Malta, tudo é mentira. O Canto do Rio dos anos 50, aquele time que estava sempre em último lugar – meu Fluminense era o primeiro –, é o Haiti, e é por isso que o Brasil não é o lanterninha do campeonato da riqueza do mundo pregada por Adam Smith e por Friedman, que, hoje, escreve sobre globalização. O Brasil é o penúltimo.

O jornal **O Globo**, que, a exemplo da televisão, recebe muito dinheiro do Governo, diz o seguinte: “Projeções mostram Brasil na lanterna da AL”. AL não é Alagoas, não! Ó Renan, AL é América Latina! No campeonato das riquezas, Senador Cícero Lucena, graças a Deus, há o Haiti para ocupar o último lugar!

Senador Efraim, não entendo muito as coisas, não, mas procuro aprender. É uma ilha ali, não é? De um lado, há a República Dominicana, e, do outro, está o Haiti. O Haiti está lá atrás, e a República Dominicana cresce quase 10%. Essa é a verdade.

Crescimento do País em 2006 fica em 2,7%, segundo o mercado e a Cepal. A Cepal é onde o Fernando Henrique foi estudar no Chile, assim como José

Serra. A Cepal, que estuda os problemas econômicos da América Latina, dá o atestado: o Brasil aparece na frente só do Haiti. Essa é a verdade.

Em verdade, eu vos digo: tudo é farsa, a desgraça está aí.

Para a segurança pública no Brasil, Senador Valter Pereira, qual é a nota que V. Ex^a dá, para essa barbárie?

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Eu acho que zero.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agora, baixou o espírito de Ramez Tebet em V. Ex^a! É zero.

Quanto à Educação, o Piauí salvou, pois uma escola privada, o Instituto Dom Barreto, ficou em primeiro lugar. Mas essa é uma escola privada; já as do Governo...

Senador Valter Pereira, Senador Sibá Machado, Presidente Lula da Silva, com todo o respeito, o velho Pedro II ia assistir às aulas do Colégio Pedro II, escola pública padrão. Era um ícone a escola pública Pedro II. Ó Magno Malta, essa escola vai fazer 170 anos! Os livros do País todo... Estudei muito o livro de Valdemiro Potti, Biologia Geral, Botânica e Zoologia. O Presidente Lula da Silva já assistiu a alguma aula numa escola pública do Brasil? É a diferença! É aí. É aí. Piorou, piorou.

E a Saúde? A Maternidade da Universidade de Brasília não tem médico neonatologista!

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Concedo até o tempo integral a V. Ex^a, do nosso PMDB.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Mão Santa, V. Ex^a me indagou a nota que eu daria para a segurança pública, e eu disse que era zero. No entanto, é preciso fazer uma ressalva. A segurança pública no Brasil, hoje, efetivamente, está na pior fase de sua história. A violência nunca campeonou com tanta celeridade e com tanta capilaridade como nos dias atuais, mas é preciso que façamos justiça aos homens que fazem a segurança pública, aos policiais que são vítimas também da violência. Todos os dias, tomamos conhecimento de alguns que tombam no cumprimento do dever, às vezes trabalhando em condições precárias, trabalhando sob forte emoção e grande risco, mas cumprindo sua missão. É bem verdade que há as ovelhas negras. Em todos os campos da atividade humana, existem essas espécies. No entanto, precisamos render homenagens àqueles que ainda têm coragem de se inscrever nas Polícias Civil, Militar e Federal, ora como delegados, ora como agentes. Felizmente, ainda existe uma grande maioria de militantes dessas corporações que traduz um pouquinho de segurança,

embora a segurança pública, até o presente momento, não tenha sido prioridade nacional. Faço essa ressalva, para que, amanhã, ninguém interprete nossa crítica à segurança pública como uma crítica aos homens que fazem a segurança pública.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Continua zero a nota de Valter Pereira...

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Para a política de segurança pública, minha nota continua zero.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Quero dar o caminho, a luz ao PT. Norberto Bobbio, estadista que foi Senador Vitalício, homem acreditado, que morreu recentemente, disse que o mínimo que se tem de exigir de um governo é segurança à vida, à liberdade e à propriedade. É por isso, pela falta dessa inspiração de Norberto Bobbio, que Valter Pereira dá nota zero para a segurança pública deste País. É uma verdade. Essa é a realidade.

Atentai bem para o crescimento dos países da América Latina! Segundo a edição de **O Globo** de hoje, a República Dominicana, que fica do lado do Haiti, cresce 10,7%; a Venezuela, de Chávez, cresce 10,3%. Senador Magno Malta, encher um tanque de gasolina lá custa o equivalente a R\$5,00. O povo do Estado de Augusto Botelho vai comprar gasolina na Venezuela. Argentina, Uruguai e Paraguai cresceram 8,5%; a China cresceu 10,7%; o Japão, 11%; e o Brasil foi salvo pelo Haiti.

Mas, com tudo isso, com toda essa propaganda em torno do PAC, o que eu queria, Senador Magno Malta, era pedir ao Presidente da República gratidão para com o povo do Piauí. Eu não queria o PAC, mas queria que ao menos ele agradecesse ao Piauí, cujo governante é do PT e foi consagrado nas urnas.

Existe o porto Luís Correia, Senador Magno Malta, e faltam US\$10 milhões para acabá-lo. E ele foi lá, tomou banho e prometeu concluí-lo. E quanto à estrada de ferro que liga Teresina, Parnaíba e Luís Correia? Nosso Senador Alberto Silva foi atraído para lá, pois prometeram a ele concluir essa obra.

Havia uma ponte, Senador Magno Malta – V. Ex^a conhece Teresina –, que era para ser construída, a fim de comemorar os 150 anos de Teresina. Atentai bem, Senador Magno Malta, Teresina está fazendo 154 anos! Juscelino fez Brasília, Presidente Lula da Silva, em três anos e seis meses; fiz a Ponte Wall Ferraz em 87 dias; o Senador Heráclito Fortes fez uma ponte em 100 dias quando Prefeito. Vossa Excelência, Presidente Lula, comprometeu-se com o Governador há quatro anos, mas não foi construída a ponte, que seria inaugurada no aniversário de 150 anos de Teresina. E Teresina está com 154 anos. É uma vergonha!

O hospital universitário não é acabado. Falo do hospital pronto-socorro iniciado por Heráclito Fortes, que foi Prefeito há quase vinte anos, quando eu era Prefeito de Parnaíba, em 1989. Faz 18 anos, e o Governo do PT também não o termina. E a rodovia Transcerrados, que vai ajudar a alimentar o Brasil? Também há uma fábrica de leite em pó, iniciada na cidade de Parnaíba.

Então, essas são nossas palavras, no sentido de que o sonhado PAC incluía essas obras que, com certeza, tirarão o Piauí da decepção que enfrentamos hoje com este Governo.

Essas são nossas palavras, Senador Tião Viana. E quis Deus que V. Ex^a, sem dúvida um dos melhores nomes do Partido dos Trabalhadores neste Brasil, estivesse agora na Presidência, enquanto terminamos nossas palavras, que são um clamor do povo do Piauí.

Concluindo, aproveitamos para abrir o Livro de Deus que diz: “Pedí, e dar-se-vos-á”. Pedimos ao Senador Tião Viana que incluía essas obras inacabadas do Piauí nesse PAC tão decantado!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao Senador João Ribeiro, pela Liderança do PR.

V. Ex^a dispõe de até sete minutos.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, no auditório do Ministério das Minas e Energia aconteceu um fato muito importante, muito marcante, para a vida da classe garimpeira no Brasil, sobretudo dos homens, mulheres e familiares que há mais de 20 anos lutam para ver o impasse resolvido em Serra Pelada.

Conhecemos esse assunto de perto, porque fui 2º tesoureiro da Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada – Coomigasp, que assinou, hoje, um convênio, um pacto de paz e harmonia com a Companhia Vale do Rio Doce. Também fui delegado do Sindicato Nacional dos Garimpeiros no auge de Serra Pelada, quando aquele garimpo fantástico chegou a ter 120 mil homens.

De lá para cá, foram mais de vinte anos de luta para que pudéssemos chegar à manhã do dia de hoje, quando se assinou uma anuência de permissão de lavra garimpeira, já que o garimpo de Serra Pelada não

pode ser mais manual. A exploração terá que ser feita por meio de máquinas e equipamentos ou por intermédio de empresa mineradora.

E a Coomigasp assinou hoje esse pacto de utilização de 85,11 hectares, região onde está localizado o principal veio ou a principal área de garimpagem de Serra Pelada.

Estiveram presentes a esse evento muitas autoridades importantes. Estiveram lá um dos patronos dos garimpeiros, o Senador Edison Lobão, a quem rendo as minhas homenagens, e o Senador Romero Jucá, que já esteve nesta tribuna hoje.

No entanto, Sr. Presidente, uma coisa ainda precisa ser resolvida: a questão do Estatuto dos Garimpeiros, que vai definir a vida dessa classe tão sofrida, desses bandeirantes que desbravaram o Brasil.

Olhando para aqueles garimpeiros hoje – e até um dos oradores chegou a dizer isto –, vejo que muitos que eram jovens estão agora de cabelos brancos. Brancos, talvez, nem tanto pela idade, mas pelo sofrimento, pelas dificuldades vividas durante todos esses anos. Foram muitas lutas, foram muitos embates que nós enfrentamos, inclusive este Senador que vos fala.

Lembro-me – e me lembrei hoje – como se fosse ontem do dia em que paralisamos a rodovia Belém-Brasília, próximo à cidade de Araguaína. Nós éramos dois mil garimpeiros, mais ou menos, na praça principal da cidade, quando eu fui convocado. Eles me disseram: “Vão interditar a rodovia em Imperatriz. Chegou a hora dos garimpeiros de Araguaína, do norte de Goiás”. Naquela época, era norte de Goiás. E eu disse: “Estamos indo para a rodovia”. Senador Tião Viana, éramos dois mil, mais ou menos, na praça, em vigília. Só 36 – comigo, 37 – tiveram coragem de ir para a rodovia interditá-la, para reivindicar o direito dos garimpeiros.

Eu era apenas um vereador daquela cidade naquela época. Lembro-me de que recebi uma ligação, logo depois, do então Presidente João Baptista Figueiredo, que me pedia para que eu desobstruísse a rodovia, que não fizesse aquilo, pois era uma indisciplina. Disse-lhe: “Presidente, sou um vereador do interior, portanto, sou um sertanejo ignorante e não lhe vou atender. Voltarei para a rodovia agora para ficar com os garimpeiros e definir com eles seu futuro”. Para um garimpeiro morrer de fome ou metralhado, se assim fosse, não faria muita diferença.

Então, Sr. Presidente, conheço de perto essa luta, conheço de perto o problema dos garimpeiros no Brasil. É preciso que aprovemos urgentemente o Estatuto dos Garimpeiros, que está na Câmara dos Deputados, em regime de urgência, para que esta Casa possa definir a vida desses garimpeiros, seu futuro.

Quantos não morreram! Quantos foram para lá e não voltaram, acreditando que iriam não apenas ficar ricos, mas resolver o problema de suas famílias!

Lá, Senador Mão Santa, estavam os piauienses, os maranhenses, em grande quantidade. Mais de 70% são maranhenses, pela sua proximidade; mais inclusive do que os paraenses, que são daquele território. E os tocantinenses também estavam lá – naquela época, os goianos.

Portanto, hoje quero deixar registrado este fato tão importante, a nota assinada em convênio, em parceria com a Companhia Vale do Rio Doce, que abre mão para que essa permissão possa ter sua seqüência e o garimpeiro possa voltar a sonhar pelo menos em ter um pouco dos seus direitos restabelecidos. Mas, para isso, volto a repetir, é preciso que aprovemos o Estatuto do Garimpeiro e coloquemos as coisas em seus devidos lugares.

Quero ainda mais um minuto, Sr. Presidente, para registrar que, mais de vinte anos depois, é do Governo do Presidente Lula a ação mais concreta dos últimos anos. O Ministério das Minas e Energia, por determinação do Presidente Lula em compromisso assumido quando esteve no Pará e em outras oportunidades, permitirá que seja levado adiante o sonho dos garimpeiros de voltar a trabalhar, não eles diretamente, mas de pelo menos ter uma renda pelo suor que derramou na lavra garimpeira de Serra Pelada.

Sr. Presidente, quero saber se posso conceder um aparte ao Senador Edison Lobão, ainda que seja rápido.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Na verdade, o tempo de V. Ex^a está esgotado, mas a Mesa, entendendo a importância do assunto, permitirá o aparte, que terá a objetividade que caracteriza o Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, por mais esse ato de generosidade. Senador João Ribeiro, tenho de ser breve no meu aparte a V. Ex^a, dizendo apenas que esta é a nossa causa, é a minha causa e a causa de V. Ex^a, a causa do garimpeiro. Aquele garimpeiro tão sofrido que, ao longo dos anos, tem passado por dificuldades imensas. Até me parece uma condenação bíblica o que tem acontecido com eles. Eles nunca resolvem seu problema. Hoje, todavia, graças a uma ação do Presidente Lula com o Ministro das Minas e Energia, Silas Rondeau, à Vale do Rio Doce, à presença de V. Ex^a, do Senado Romero Jucá, minha e de Deputados que lá estiveram, creio que, afinal, encontramos uma solução para esses homens tão sofridos e suas famílias. Sei da luta pretérita de V. Ex^a em favor dos garimpeiros. Eu também estive engajado nela. E, por isso mesmo, eu me

regozijo com o triunfo dos garimpeiros no dia de hoje. Cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Incorporo o aparte de V. Ex^a, Senador Edison Lobão, ao meu pronunciamento. No início da minha fala, afirmei que V. Ex^a era o patrono dos garimpeiros. V. Ex^a tem uma história muito grande de luta. Quando se fala em garimpo, no Brasil, tem de se lembrar do Senador Lobão, aquele que defende os menos favorecidos pela sorte.

Graças a Deus, à nossa luta, ao Presidente Lula, aos seus Ministros, aos Deputados e aos Senadores, parece que resolveremos essa questão. Para não cansar a Mesa, já que meu tempo está esgotado, vamos agora esperar que a Câmara dos Deputados cumpra o seu papel, mais uma vez, votando o Estatuto dos Garimpeiros, para que possamos resolver definitivamente o problema dos garimpeiros no Brasil, mas, sobretudo, de Serra Pelada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao Senador João Ribeiro, que falou pela Liderança do PR.

Concedo a palavra ao Senador Renato Casa-grande. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Neuto de Conto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti. (Pausa.)

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Tião Viana, peço a palavra como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito sabendo que, no momento, falará um orador regular e, a seguir, V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Regimentalmente?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Regimentalmente, o Senador João Ribeiro falou como Líder.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, por dez minutos.

A seguir, falarão os Senadores Alvaro Dias e Cristovam Buarque.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a questão do meio ambiente veio para ficar no debate político mundial. Numa época em que tudo se globaliza, tardava também esse tipo de consciência, tão vital para a humanidade quanto os aspectos econômicos, sociais e relacionados aos direitos humanos.

Nos tempos atuais, a Alemanha foi talvez quem iniciou o debate já na década de 1970, constituindo um Ministério, incluindo ecologistas, o chamado Partido Verde. Antes já haviam sido estabelecidas coalizões no mesmo sentido em diversos níveis nos governos locais.

A antiga Europa, mãe da civilização ocidental, nisso se antecipava para, em intensidade suficiente, começar a despertar a humanidade para ponto fundamental a sua sobrevivência.

É bom lembrar que, na antiga Roma, entre outros grandes gêneros literários, havia o da chamada poesia bucólica, com Virgílio entre seus mais expressivos representantes. Logo, a questão ambiental era algo que já preocupava também pensadores, escritores, poetas.

Outros autores se seguiram, chegando ao nosso caso na celebração de natureza tão pujante, que marca o Brasil e que marcou também nossa produção literária.

Hoje, Sr. Presidente, podemos dizer, sem medo de errar, que a questão ecológica é mundial. O que se passa num país atinge os vizinhos e até os mais distantes em escala global.

Em 1992, o Brasil acolheu a 2ª Conferência da ONU para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, a chamada Eco-92, que foi talvez a maior e a mais ampla reunião de Chefes de Estado e de Chefes de Governo até hoje realizada fora da sede da ONU. Ali foram estabelecidas as bases para o tratado a partir da Convenção das Nações Unidas sobre mudanças climáticas, estabelecendo o princípio das responsabilidades comuns e especificidades de cada uma. Enfim, todos vivemos no mesmo planeta, porém alguns países poluem mais que outros.

O Brasil, na Eco-92, teve um considerável protagonista como, por exemplo, na criação dos projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL), para o qual estamos naturalmente aptos, só faltando exercê-lo com rigor.

O recente relatório, amplamente divulgado, de comissão de cientistas, designada pela ONU, apresentou conclusões dignas de meditação mais longa e mais profunda, pois foi formulado por cerca de seiscentos especialistas de quarenta países.

O mais recente relatório da ONU é o do IV Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, criado em 1988, pela Organização Meteorológica Mundial e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o chamado PNUMA.

Esse painel reúne participantes de 193 países da África, Ásia, América do Norte, América Central, América do Sul e Caribe, Sudeste do Pacífico e Europa.

Deles são escolhidos 30 membros para representarem as regiões por elas eleitos. Cada relatório leva cinco ou seis anos de elaboração. O primeiro diagnóstico climático data de 1990.

A temperatura do globo terrestre só aumentou 0,76 grau centígrado, portanto menos de um por cento, desde a Revolução Industrial iniciada na Inglaterra em meados do século XVIII, porém já está ocorrendo seu aumento em 1,8 grau, mais três graus previstos para o século atual. No século XX, o nível do mar subiu 17 centímetros, principalmente após 1993. Até 2100, está prevista uma elevação entre 18 e 59 centímetros. É lógico que são projeções que podem ser ou não confirmadas. O derretimento das geleiras polares, sob o efeito estufa, e os desmatamentos do hemisfério norte e mais os do sul, inclusive da nossa Amazônia, são as maiores causas maiores para os excessos de água nos oceanos e secas nas terras continentais.

A questão, portanto – é importante frisar –, agrava-se também pelo processo de urbanização que, entre outras conseqüências, contribui para aumentar o lançamento de CO² na atmosfera.

Há um historiador e pensador, Jeremy Rifkin, da Fundação das Tendências Econômicas, que demonstrou, estudando a questão do crescimento das cidades, que, na História Antiga, só Roma alcançara um milhão de habitantes. Londres atingiu este número em 1820. Hoje, já existem no mundo 414 cidades com um milhão de habitantes ou mais. Estão previstas mil cidades com mais de um milhão de habitantes dentro de 35 anos. Isso levou Rifkin a concluir:

“Certamente, há muita coisa a aplaudir na vida urbana: sua rica diversidade cultural, o inter-relacionamento social e sua densa atividade comercial, mas a questão é de magnitude e escala”. A escritora francesa Simone Weil costumava chamar a atenção ao que denominava a escala natural, da ética aplicada à economia. Tem-se de ser humano, não super ou sobre-humano, nem subumano. Rifkin chega a idêntica conclusão – com a urbanização, afastamos cada vez mais os humanos do meio natural: “Precisamos achar um meio de nos integrarmos com os outros seres vivos, se quisermos preservar nossa própria espécie e conservar o planeta para os nossos semelhantes”.

Sr. Presidente, o bom combate ecológico deve consistir em cortar pela metade a emissão de gases-estufa em escala global, para que seja evitado o pior resultado, com o aumento de 4,5oC até o ano 2100. O Protocolo de Kyoto prevê a compensação, por bônus financeiros, das emissões de oxigênio, por área reflorestada ou efetivamente defendida. O Brasil tem grandes vantagens nessa possibilidade e a deve exercer de forma mais forte e crescente.

Medidas práticas, aparentemente pequenas, são também de grande relevância, desde a diminuição do consumo pessoal e industrial de água e produção de veículos menos consumidores de combustíveis hidrocarbonetos. Já começam, como se sabe, a serem fabricados carros movidos a hidrogênio, em escala experimental.

As advertências, que se estão sucedendo, são, contudo, de crescente gravidade. O Brasil precisa aumentar e densificar sua participação na defesa do meio ambiente, por medidas práticas, ensejadas por pesquisas também nossas.

Aliás, Sr. Presidente, a ONU possui em sua estrutura órgãos incumbidos de propor, em articulação com os Estados a ela filiados, programas e ações em diferentes campos. Há grande descentralização dos órgãos da ONU. São exemplos, entre outros organismos: Unesco, dedicada à educação e à cultura, com sede em Paris; FAO, dedicada à agricultura e alimentação, sediada em Roma; OMS – Organização Mundial de Saúde; OIT – Organização Internacional do Trabalho; OMC – Organização Mundial do Comércio, essas três últimas em Genebra, na Suíça.

Sr. Presidente, se a ONU tem instituições fora de Nova Iorque, sua sede, e possui vários órgãos na Europa, não se pode deixar de preconizar que venha a instalar também um, igualmente de grande porte, na América do Sul. Não há, contudo, nenhuma agência da ONU do porte das já citadas incumbida de tratar da questão ecológica, o que se faz, a meu ver, imprescindível.

Por acreditar que tal se impõe, considero por oportuno sugerir que essa instituição seja localizada no Brasil, ensejando a existência de uma entidade da Organização das Nações Unidas na América do Sul.

O Brasil, que efetuou com pleno reconhecimento internacional a Eco-92, tem plenos títulos para sediar a referida instituição. Atributos não lhe faltam. Além do sucesso da Eco-92, recorde-se que somos o país que abriga, talvez, o maior santuário de biodiversidade no mundo.

Com essas considerações, Sr. Presidente, espero que possamos induzir a ONU a criar um órgão preocupado com a questão ambiental e, atendendo aos justos reclamos, a instalá-lo num país sul-americano, de preferência no Brasil, que se caracteriza por uma grande biodiversidade e possui todos os títulos para sediar organismo de tão importante relevância.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a.

Esgotado o tempo destinado ao Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 326, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 326, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de um bilhão de reais, para os fins que especifica.*

A matéria constou da pauta da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do último dia 15, quando teve sua apreciação transferida em virtude da falta de acordo das Lideranças para a sua deliberação.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- foram apresentadas à medida provisória duas emendas;
- a proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 20 de novembro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 20 de dezembro;
- o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado Moacir Micheletto (PMDB – PR);
- a medida provisória entrou em regime de urgência, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, no dia 16 de dezembro, passando a sobrestar todas as demais deliberações legislativas;
- o prazo de vigência de 60 dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 1, de 2007, e se esgotará no dia 10 de abril;
- a medida provisória foi recebida formalmente pelo Senado no dia 13 de fevereiro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra à nobre Senadora Kátia Abreu, Relatora Revisora da matéria. (Pausa.)

A Presidência solicita a presença de todos os Srs. Líderes e Senadores no plenário do Senado Federal, pois demos início à Ordem Dia.

PARECER Nº 77, DE 2007 – PLEN

A SRA. KÁTIA ABREU (PFL – TO. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passo à leitura do Parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) sobre a matéria trata da Medida Provisória nº 326/2006, que abre crédito extraordinário em favor de Operações Oficiais de Crédito no valor de R\$1 bilhão para o fim que especifica.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta medida provisória, que traz esse suplemento de crédito para a agricultura, tem como objetivo minimizar os prejuízos na comercialização da safara passada.

V. Ex^{as} acompanharam pela imprensa nacional as dificuldades, as crises que vêm assolando o setor neste País desde as safras 2003/2004, 2004/2005, 2005/2006. E apenas agora, na safra 2006/2007, o setor mostra sinais de recuperação.

Todos sabemos dos problemas nos preços das *commodities* internacionais, mas efetivamente a crise se instalou com a valorização cambial, responsabilidade de uma política econômica do Governo que pode ter sido boa para alguns setores do Brasil, mas para a agropecuária foi fatal, uma vez que os produtores rurais plantaram as suas safras com determinado preço em dólar e, quando colheram, venderam essas safras com um dólar bastante deprimido, o que os prejudicou sobremaneira pelo fato de não poderem honrar seus compromissos bancários.

Eu gostaria de lembrar, Sr. Presidente, que o professor Geraldo Sant'Ana, do Cepea/USP, que é um grande estudioso da renda dos produtores rurais, aborda, em estudo muito profundo – e, aqui, quero parabenizá-lo –, que, ao longo dos últimos dez anos, o setor rural transferiu quase R\$1 trilhão para o setor urbano, com a diminuição dos preços da cesta básica do País.

Sr. Presidente, correspondemos a US\$49 bilhões das exportações do País; estamos ofertando produtos mais baratos; representamos 30% do PIB; representamos 25% da mão-de-obra economicamente ativa do País.

Portanto, Sr. Presidente, um trilhão de redução na cesta básica, em dez anos, é uma grande diferença para quem está pedindo apenas um bilhão para socorrer os produtores rurais, nesta hora tão difícil, de crise, causada pela política macroeconômica do Governo, que gerou a desvalorização do câmbio.

Então, quero aqui pedir, Sr. Presidente, a aprovação desta medida provisória, que, embora tenha chegado bastante tarde, contribuirá para que sejam minimizados – e não solucionados totalmente – os prejuízos que tiveram os produtores rurais nessas últimas safras.

Feitas essas considerações, passo ao voto.

Do exame, verificamos que a MP nº 326, de 2006, atende aos pressupostos de relevância e urgência, encontra-se formulada em termos que não ilidem disposições constitucionais, manifesta evidentes méritos, e o crédito extraordinário está adequado sob os aspectos orçamentário e financeiro.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação da Medida Provisória nº 326, de 2006, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

É o seguinte o Parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2007 – PLEN

Autor: Poder Executivo

Relator Revisor: Senador

I. Relatório

I.1 – Da Medida Provisória

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 326, de 31 de outubro de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), para o fim que especifica.

De acordo com a Exposição de Motivos nº 240/2006-MP, os recursos objetivam permitir a efetividade da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, regulando os preços e garantindo renda justa aos produtores e, conseqüentemente, estimulando a produção futura.

Ainda de acordo com a Exposição de Motivos, a urgência e relevância da medida proposta decorrem da necessidade de dar continuidade à política de preços do Governo Federal, induzindo a manutenção da produção agrícola, assim como viabilizando a compra e o escoamento de safras.

A imprevisibilidade quanto à redução nos preços dos produtos agrícolas, aliada à relevância da ação contemplada pelo crédito extraordinário, demandam atendimento imediato, sob pena de graves conseqüências.

Foram apresentadas as seguintes emendas à MP nº 326/2006:

– Emenda nº 1, de autoria do Deputado Betinho Rosado – solicita prorrogação por mais dez anos o prazo de isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante;

– Emenda nº 2, de autoria do Deputado Betinho Rosado – solicita a redução das alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de sal, milho, rapadura e açúcar mascavo, destinados à alimentação humana.

I.2 – Da Constitucionalidade

O uso da competência para a abertura de créditos extraordinários submete-se a algumas condições. Devem estar satisfeitos os pressupostos imprevisibilidade e urgência da despesa, podendo-se fazer uso de medida provisória, nos termos constitucionais dos arts. 62 e 167, § 3º. Tais pressupostos podem ser entendidos tanto com relação às despesas em si como com relação ao seu montante.

No presente caso, é possível constatar-se, pelas razões expostas, na Exposição de Motivos, que as despesas são imprescindíveis sob pena de agravar problemas existentes.

Em face dessas razões, e não existindo óbices constitucionais que se possam opor às providências dadas pela MP nº 326/2006, entendemos ser possível considerarem-se atendidos os mandamentos do texto constitucional acerca da matéria.

I.3 – Da Adequação Financeira e Orçamentária

O exame da compatibilidade e adequação orçamentária das medidas provisórias, consoante o disposto no art. 5º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002 – CN, “abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União”.

No presente caso, o Poder Executivo informa que as despesas serão atendidas com os recursos de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2005.

I.4 – Do Encaminhamento da MP nº 326/2006

Quanto à forma de encaminhamento da MP nº 326/2006 ao Congresso Nacional, cumpre assinalar que a Exposição de Motivos nº 240/2006-MP supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, segundo o qual o texto de medida provisória há de ser encaminhado ao Poder Legislativo fazendo-se acompanhar de documento em que se exponha a motivação do ato.

I.5 – Do Mérito

O mérito na medida provisória sob análise encontra-se amplamente manifesto nas ações por ela contempladas.

Tendo em conta que o instituto do crédito extraordinário objetiva a atender a situações específicas, como recomenda o próprio mandamento constitucional do art. 167, § 3º, não vemos como atender as pretensões dos nobres parlamentares, manifestadas por meio das emendas apresentadas.

II – Voto

Do exame verificamos que a Medida Provisória nº 326, de 2006, atende aos pressupostos de relevância e urgência, encontra-se formulada em termos que não ilidem disposições constitucionais, manifesta evidentes méritos e o crédito extraordinário está adequado sob os aspectos orçamentário e financeiro.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação da Medida Provisória nº 326, de 2006, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Sala das Comissões, de 2006.– Deputado **Gilmar Machado**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O Parecer preliminar da Relatora revisora, Senadora Kátia Abreu, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

No mérito, pela aprovação.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Para encaminhar a votação dos pressupostos, concedo a palavra ao Senador José Agripino, Líder do PFL.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma consideração que será uma sistemática adotada pelos integrantes do meu Partido.

A Senadora Kátia Abreu acabou de pronunciar o seu parecer com relação a uma medida provisória que propõe abertura de crédito no valor de R\$1 bilhão para a compra de safra.

Matéria meritória? Sem sombra de dúvida. Relatório meritório? Sem sombra de dúvida. A Senadora Kátia Abreu conhece o assunto? Sem sombra de dúvida. Qual é a nossa dúvida?

Sr. Presidente, a abertura de crédito tem sido objeto, sistematicamente, por parte do Governo, de medida provisória editada. Isso é necessário? Sr. Presidente, uma medida provisória editada e reeditada consome um prazo de cem dias – aliás, de 120 dias, considerada a sua edição e reedição. Um projeto de lei em regime de urgência constitucional, apreciado na Câmara e no Senado, com prazo de emenda, consome quanto tempo? Cem dias. Uma medida provisória, portanto, editada e reeditada, envolve um prazo maior, de 120 dias. Repito: um projeto de lei, em regime de urgência constitucional, cem dias, ou seja, vinte dias a menos. No entanto, as

pautas da Câmara e a do Senado são permanentemente entupidas por esse expediente legislativo, muitas vezes desnecessário, como neste caso.

O que estamos votando, Senador Papaléo, já foi praticado. A eficácia já aconteceu. O que estamos votando é redundância absoluta!

O meu Partido, por uma postura política, para pressionar o Governo a pensar uma, duas, três, quatro, cinco vezes antes de entupir a pauta do Congresso, retirando deste a oportunidade de discutir segurança, educação, juros ou retomada do emprego, vai votar contra sistematicamente.

Não discordo um milímetro do mérito do relatório da Senadora Kátia Abreu, mas das duas, uma: ou reagimos à altura, ou o Poder Executivo vai entupir a Câmara e o Senado com medias provisórias, tirando-nos completamente o fôlego para discutirmos a agenda de prioridades do Brasil.

Por essa razão, nós, do PFL, votamos contra esta medida provisória e votaremos contra todas as MPs referentes à abertura de créditos. Estes poderiam, tranquilamente, em regime muito mais rápido, ser abertos por meio de um diploma chamado projeto de lei com tramitação em regime de urgência constitucional.

Não há necessidade de media provisória.

O voto do PFL, para marcar posição, para impedir o entupimento da pauta do Congresso, é “não”.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, pela Liderança do PT e do Bloco de apoio ao Governo, nosso encaminhamento é pela aprovação da matéria, conforme o relatório da própria Senadora Kátia Abreu.

Essa situação é bastante interessante, porque essa medida, que abre crédito para um setor que vivenciou uma crise muito grave, que foi o setor da agricultura, do agronegócio, recebeu parecer favorável da Senadora Kátia Abreu, que é do PFL de um Estado onde a agricultura e o agronegócio são temas relevantes.

Nossa posição é no sentido de acompanhar o parecer, aprovando a matéria, propondo apenas a rejeição das Emendas de nºs 01 e 02.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias e, depois, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o crédito extraordinário observa regras para ser criado por meio de medida provisória.

Todos sabem da minha ligação com a agricultura e que não nego apoio a um setor que é responsável pela geração do maior número de empregos no nosso País. Contudo, se é para ser correto e agir de acordo com a Constituição, é preciso que recorramos ao seu art. 62, que dispõe: “Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional”.

Mais adiante, estabelece o art. 167, item XI, §3º, da Constituição: “A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62”.

Não sei onde se encaixa a criação desse crédito extraordinário. Destina-se a corrigir os preços e garantir a política de preços mínimos para a agricultura? Isso é emergência, realmente, porque a safra está sendo colhida e será comercializada dentro de alguns dias.

Espero que esse crédito não precise ser utilizado, Sr. Presidente, e que os preços dos produtos agrícolas estejam acima dos preços mínimos, mas é preciso que o Governo, ao nos enviar para votação uma medida provisória, saiba utilizar esse recurso de forma oportuna.

No ano passado, o Governo não garantiu o preço mínimo, embora os produtores soubessem da existência de crédito destinado para esse fim. Alguns produtos agrícolas foram comercializados muito abaixo do custo de produção e, apesar de haver dinheiro, crédito aprovado pelo Congresso, o Governo não cumpriu a sua responsabilidade.

Estamos votando uma medida provisória que cria crédito extraordinário e espero que o Governo o aplique de forma oportuna e adequada, assim que for preciso, se alguma cultura apresentar-se no mercado com preço abaixo do custo de produção. Vamos cobrar isso Sr. Presidente. Votaremos favoravelmente a essa medida provisória, mas cobraremos que esse dinheiro seja aplicado de forma adequada e oportuna.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presiden-

te, o PSDB tem posição equivalente àquela manifesta pelo Senador José Agripino. Não estamos discutindo o mérito; estamos discutindo a forma.

É repetitivo, é um *videotape*, é um tema discutido sempre, mas, lamentavelmente, ficamos na discussão.

O Governo afronta a Constituição reiteradamente.

Deveríamos ser, Senador Mão Santa, os guardiões da Constituição e, na verdade, tornamo-nos cúmplices dos seus agressores. O Presidente da República, o Governo agride reiteradamente a Constituição e convalidamos essa agressão, sustentando-a com o nosso voto, a nossa condescendência e a nossa cumplicidade.

Portanto, manifestando nosso voto contrário à forma adotada para implementação da medida, registro que sequer discutiremos o mérito.

Votamos contra a medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB encaminha o voto “sim”, favorável a essa matéria, acompanhando o voto da Relatora, Senadora Kátia Abreu, por entender que a agricultura, nos últimos anos, tem sido apenada, e esse é um avanço para que os nossos agricultores tenham um alento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Continua em votação os pressupostos de urgência e relevância.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Contra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Aprovados, com os votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Agripino.

Aprovados, passa-se à apreciação do mérito.

Discussão da Medida Provisória e das emendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir a matéria, declaro encerrada a discussão.

Em votação a medida provisória, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação as emendas, de parecer contrário.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 326, DE 2006

Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), para o fim que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), para atender à programação constante do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º desta Lei decorrem de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2005.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORÇAO : 1999 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO
 UNIDADE : 7999 - RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - MINISTÉRIO DA FAZENDA

ANEXO		CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (IMPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE VOMAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTAL DO CRÉDITO	EXERCÍCIO	RECURSOS	MODALIDADE	TIPO	VALOR	
001 ABASTECIMENTO AGRÍCOLAS							1.000.000,00	
		OPERAÇÕES OFICIAIS						
20 840	001 0000	GARANTIA E SUSTENTACAO DE TÍTULOS NA COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS (L. Nº 1.412, DE 2004)					1.000.000,00	
20 840	001 0000 0101	GARANTIA E SUSTENTACAO DE TÍTULOS NA COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS (L. Nº 1.412, DE 2004) - NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)					1.000.000,00	
TOTAL - FEDERAL							1.000.000,00	
TOTAL - SEGURANÇA							0	
TOTAL - GERAL							1.000.000,00	

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passamos ao Item 2 da pauta, conforme acordo firmado pelas Lideranças Partidárias.

Item 2:

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 29, DE 2006**

(Proveniente da Medida Provisória nº 327, de 2006.)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 329, de 2006), que dispõe sobre o plantio de organismos geneticamente modificados em unidades de conservação; acrescenta dispositivos à Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e à Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005; revoga dispositivo da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003; e dá outras providências.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do último dia 15, quando deixou de ser apreciada em virtude da falta de acordo de lideranças para a deliberação do item 1 da pauta.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- foram apresentadas à Medida Provisória 19 emendas;
- a Proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 20 de novembro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 20 de dezembro;
- o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado Paulo Pimenta (PT – RS);
- a Medida Provisória entrou em regime de urgência, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, no dia 16 de dezembro, passando a sobrestar todas as demais deliberações legislativas;
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 2, de 2007, e se esgotará no dia 10 de abril;
- a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 13 de fevereiro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Delcídio Amaral, Relator revisor da matéria.

PARECER Nº 78, DE 2007 – PLEN

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, chega ao exame desta Casa o Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 2006, relati-

vo à Medida Provisória nº 327, de 31 de outubro de 2006, que dispõe sobre o plantio de organismos geneticamente modificados em unidades de conservação, acrescenta dispositivos à Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e dá outras providências.

A Medida Provisória nº 327, de 2006, compõe-se de quatro artigos, que:

a) vedam a pesquisa e o cultivo de organismos geneticamente modificados nas terras indígenas e nas unidades de conservação, exceto nas Áreas de Proteção Ambiental;

b) alteram a Lei nº 9.985, de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, para estabelecer que o Plano de Manejo poderá dispor sobre as atividades de liberação planejada e cultivo de organismos geneticamente modificados nas Áreas de Proteção Ambiental e nas zonas de amortecimento das demais categorias de unidades de conservação, condicionando essas atividades à observação de informações contidas em decisão técnica da Comissão Técnica Nacional de Biosegurança (CTNBio), listadas no presente relatório e que se preocupam, mais do que nunca, com a preservação da biodiversidade.

No item **c**, atribui ao Poder Executivo a iniciativa de estabelecer limites para o plantio de organismos geneticamente modificados nas áreas que circundam as unidades de conservação, até que seja fixada sua zona de amortecimento e aprovado seu respectivo plano de manejo, não se aplicando a disposição às Áreas de Proteção Ambiental e Reservas Particulares do Patrimônio Nacional, obviamente.

O PLV nº 29, de 2006 – CN, composto de sete artigos, também mantém os dispositivos originais da MPV e introduz as seguintes modificações:

a) altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, para fixar que as decisões da CTNBio serão tomadas com votos favoráveis da maioria absoluta dos seus membros (§8-A, acrescido ao art. 11);

b) autoriza o beneficiamento e a comercialização das fibras de algodoeiros geneticamente modificados para resistência ao herbicida glifosato colhidos em 2006. Os caroços de algodão oriundos do beneficiamento da colheita, quando não utilizados para a produção – isso é importante registrar – de *biodiesel*, deverão ser destruídos, nos termos do Parecer Técnico nº 587/2006, da Comissão Técnica Nacional de Biosegurança – CTNBio. A utilização dos caroços para produção

de biodiesel deverá ser precedida de informação ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ocasião em que o detentor do produto deverá informar a quantidade que será utilizada e o local de processamento. A biomassa, resultante da produção de *biodiesel*, deverá ser destruída, nos termos do Parecer nº 587/2006 da CTNBio;

c) prorroga por 6 (seis) meses, a partir de 3 de janeiro de 2007, o prazo previsto no art. 26 da Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, *que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos*, relativamente ao que dispõem o inciso III do **caput** do art. 2º e os arts. 10, 11, 13, 14 e 15.

E, como decorrência dessa Medida Provisória:

d) revoga o art. 11 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, que estabelece normas para o plantio e a comercialização da soja GM da safra de 2004.

II – Análise

Até a edição da Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, a biossegurança de organismos geneticamente modificados (OGM), no País, era regulada pela Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995. Esta norma, já revogada, não foi, entretanto, capaz de estabelecer um processo normativo adequado e gerou impasses administrativos, políticos e legais.

Apesar de a Lei nº 11.105, de 2005, ser bastante abrangente e estabelecer, de forma pormenorizada, normas de segurança e mecanismos de fiscalização sobre a construção, o cultivo, a produção, a manipulação, o transporte, a importação, a exportação, entre outras normas, não foi capaz de regular a pesquisa e o cultivo desses organismos nas terras indígenas e nas áreas de unidades de conservação.

Fez-se, portanto, necessária e salutar a edição dessa Medida Provisória para regular as atividades do cultivo de OGM nessas áreas, razão pela qual o Poder Executivo apresentou Medida Provisória nesse sentido e a Câmara dos Deputados a aperfeiçoou nos termos do PLV 29/2006 – CN, que ora apreciamos nesta Casa.

As alterações promovidas pela Câmara, na forma das emendas apresentadas, além de aperfeiçoarem o texto original, buscaram atender justas reivindicações de diferentes setores da sociedade brasileira e, por essa razão, devem ser acatadas.

Quanto à constitucionalidade, admissibilidade, juridicidade e adequação orçamentária na Medida Provisória

em exame, nada observamos que possa obstar o livre exame de seu mérito pelo Congresso Nacional.

III – Voto

Sr. Presidente, diante do exposto, manifestamos pela admissibilidade da Medida Provisória nº 327, de 2006, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 2006, da Câmara dos Deputados, na forma como aqui está disposto.

É o relatório, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2007

De Plenário, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 2006 – CN, relativo à Medida Provisória nº 327, de 31 de outubro de 2006, que dispõe sobre o plantio de organismos geneticamente modificados em unidades de conservação, acrescenta dispositivos à Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e dá outras providências.

Relator-Revisor:

I – Relatório

Chega ao exame desta Casa o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 29, de 2006 – CN, relativo à Medida Provisória (MPV) nº 327, de 31 de outubro de 2006, que “dispõe sobre o plantio de organismos geneticamente modificados em unidades de conservação, acrescenta dispositivos à Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e dá outras providências”.

A MPV nº 327, de 2006, compõe-se de quatro artigos que:

a) vedam a pesquisa e o cultivo de organismos geneticamente modificados nas terras indígenas e nas unidades de conservação, exceto nas Áreas de Proteção Ambiental;

b) alteram a Lei nº 9.985, de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação para estabelecer que o Plano de Manejo poderá dispor sobre as atividades de liberação planejada e cultivo de organismos geneticamente modificados nas Áreas de Proteção Ambiental e nas zonas de amortecimento das demais categorias de unidades de conservação, condicionando essas atividades à observação de informações contidas em decisão técnica da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CNTBio), quais sejam:

I – o registro de ocorrência de ancestrais diretos e parentes silvestres; não genética

II – as características de reprodução, dispersão e sobrevivência do organismo geneticamente modificado;

III – o isolamento reprodutivo do organismo geneticamente modificado em relação aos seus ancestrais diretos e parentes silvestres; e

IV – situações de risco do organismo geneticamente modificado à biodiversidade (art. 27, § 4º);

c) atribuem ao Poder Executivo a iniciativa de estabelecer limites para o plantio de organismos geneticamente modificados nas áreas que circundam as unidades de conservação, até que seja fixada sua zona de amortecimento e aprovado o seu respectivo plano de manejo, não se aplicando a disposição às Áreas de Proteção Ambiental e Reservas Particulares do Patrimônio Nacional.

O PLV nº 29, de 2006 – CN, composto de sete artigos, mantém os dispositivos originais da MPV e introduz as seguintes modificações ao texto:

a) altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, para fixar que as decisões da CTN-Bio serão tomadas com votos favoráveis da maioria absoluta de seus membros (§ 8º-A, acrescido ao art. 11);

b) autoriza o beneficiamento e a comercialização das fibras de algodoeiros geneticamente modificados para resistência ao herbicida glifosato colhidos em 2006. Os caroços de algodão oriundos do beneficiamento da colheita, quando não utilizados para a produção de biodiesel, deverão ser destruídos nos termos do Parecer Técnico nº 587/2006 da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio. A utilização dos caroços para a produção de biodiesel deverá ser precedida de informação ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ocasião em que o detentor do produto deverá informar a quantidade que será utilizada e o local de processamento. A biomassa resultante da produção de biodiesel deverá ser destruída nos termos do Parecer nº 587/2006 da CTNBio;

c) prorroga por 6 (seis) meses, a partir de 3 de janeiro de 2007, o prazo previsto no art. 26 da Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, relativamente ao que dispõem o inciso III do **caput** do art. 2º e os arts. 10, 11, 13, 14 e 15.

d) revoga o art. 11 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, que estabelece normas para o plantio e a comercialização da soja geneticamente modificada da safra de 2004.

II – Análise

Até a edição da Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, a biossegurança de organismos geneticamente modificados (OGM), no País, era regulada pela Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995. Esta norma, já revogada, não foi, entretanto, capaz de estabelecer um processo normativo adequado e gerou impasses administrativos, políticos e legais.

Apesar de a Lei nº 11.105, de 2005, ser bastante abrangente e estabelecer, de forma pormenorizada, normas de segurança e mecanismos de fiscalização sobre a construção, o cultivo, a produção, a manipulação, o transporte, a importação, a exportação, entre outras normas, não foi capaz de regular a pesquisa e o cultivo desses organismos nas terras indígenas e nas áreas de unidades de conservação.

Fez-se, portanto, necessária, a regulação das atividades para o cultivo de OGM nessas áreas, razão pela qual o Poder Executivo apresentou Medida Provisória nesse sentido e a Câmara dos Deputados a aperfeiçoou nos termos do PLV nº 29/2006-CN, que ora apreciamos nesta Casa.

As alterações promovidas pela Câmara, na forma das emendas apresentadas, além de aperfeiçoarem o texto original, buscaram atender justas reivindicações de diferentes setores da sociedade brasileira e, por essa razão, devem ser acatadas.

Quanto à constitucionalidade, admissibilidade, juridicidade e adequação orçamentária, na Medida Provisória em exame, nada observamos que possa obstar o livre exame de seu mérito pelo Congresso Nacional.

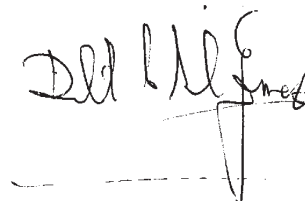
III – Voto

Diante do exposto, manifestamo-nos pela admissibilidade da Medida Provisória nº 327, de 2006, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 2006-CN, dela proveniente, na forma como aprovado na Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer preliminar do Relator revisor, Senador Delcídio Amaral, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

No mérito, pela aprovação.

Sr^{as} e Srs. Senadores, vou colocar em votação os pressupostos de urgência e relevância.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado, passa-se à apreciação do mérito.

Discussão do Projeto de Lei de Conversão, da Medida Provisória e das emendas, em turno único.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante como primeiro orador inscrito para discutir o Projeto de Lei de Conversão, a Medida Provisória e as emendas, em turno único.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador Osmar Dias também está inscrito para discutir após a fala do Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero parabenizar o sempre competente Relator Senador Delcídio Amaral que, mais uma vez, relata uma matéria relevante de forma bastante consistente. No entanto, gostaria de lembrar ao Plenário que nós constituímos a CTNBio. Quando fizemos a Lei da Biossegurança, constituímos uma Comissão Nacional de Biossegurança, composta por cientistas de várias disciplinas, seis áreas diferenciadas, exatamente para trabalhar uma área de fronteira da biotecnologia, que são os organismos geneticamente modificados, os transgênicos, e toda essa questão da biossegurança, que é uma grande agenda não apenas da agricultura, da ciência e da tecnologia, do desenvolvimento econômico, das economias contemporâneas.

Qual o balanço que temos de fazer da CTNBio? A CTNBio, em 2006, autorizou 125 campos experimentais de plantas transgênicas. Treze dos quinze projetos de pesquisas foram aprovados; 31 pedidos

de importação foram autorizados; 85 certificados de qualidade em biossegurança, entre outros pedidos, foram analisados e tiveram pareceres favoráveis; 127 relatórios anuais de entidades que lidam com transgênicos foram considerados, analisados e aprovados. Também fez processos relativos a comissões internas de biossegurança de empresas e edições de pesquisa, 59; uma alteração de projeto; 7 vistorias de campo e várias outras atividades. Portanto, ela teve uma intensa produção no prazo de um ano apenas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, defendo a Medida Provisória, originária do Governo, que busca disciplinar basicamente a Região Amazônica, áreas de proteção ambiental, reservas indígenas. Mas foram introduzidas algumas emendas na Câmara dos Deputados. Uma delas autoriza a utilização do algodão transgênico, que foi plantado e está sendo comercializado irregularmente sem a autorização da CTNBio. O argumento que os produtores me apresentaram, assim como a outros Senadores desta Casa, é que, quando aprovamos a CTNBio, reconhecemos a soja transgênica que havia sido plantada sem nenhuma autorização legal. É verdade. Votamos favoravelmente àquela ocasião. Por quê? Porque até então não tínhamos um organismo competente, cientificamente preparado para analisar os transgênicos e tomar conta da política da biossegurança do País. Hoje o temos.

Ora, se autorizarmos o reconhecimento do algodão que foi plantado à revelia do parecer da CTNBio, estaremos deslegitimando, desconstituindo, desautorizando uma instituição que nós criamos, cuja finalidade é exatamente essa que ela está desempenhando.

Nós já legislamos sobre essa matéria, já constituímos a comissão, já a autorizamos, e ela vem desempenhando uma atividade bastante produtiva e eficiente. Há o caso de uma vacina para porcos que não foi autorizada. Esse é o único caso de falta de **quorum** em que os representantes não participaram por estarem fundamentalmente ligados à própria indústria, portanto, não pode ser debitado a uma obstrução.

Por isso, sei que houve um acordo na Câmara, e, como disse no início da minha apresentação, tenho um imenso respeito pela competência do Parecer do Senador Delcídio, que inclusive foi o parecer da matéria da Lei de Biossegurança, que aprovamos praticamente por unanimidade nesta Casa. Hoje, S. Ex^a dá um parecer favorável a uma matéria que sou favorável na forma originária que veio do Governo. Penso que as emendas que foram acrescentadas na Câmara não poderiam constar deste relatório.

Considero um erro o Senado Federal e o Congresso Nacional autorizarem e legalizarem o plantio de organismos geneticamente modificados, transgê-

nicos, que é o algodão, que não teve a autorização da CTNBio. A CTNBio inclusive já definiu que esse plantio deveria ser destruído e não poderia ser permitido. Se o legalizarmos, estamos desconstituindo, deslegitimando, desautorizando uma instituição que nasceu, que foi concebida e que tem tido um desempenho bastante relevante pelo próprio Senado Federal.

Por isso, peço que mantenhamos a Medida Provisória originária, encaminhada pelo Governo, e não aprovemos as emendas encaminhadas a partir da Câmara dos Deputados – com o todo o respeito, evidentemente. Sei dos compromissos que o Senador Delcídio tem com a CTNBio, pois S. Ex^a foi o Relator da matéria que exatamente constitui essa instituição.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Romero Jucá, o Senador Osmar Dias já está na tribuna.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Com a licença do Senador Osmar Dias, eu quero apresentar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a aquiescência do Senador, V. Ex^a tem um minuto.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Parece-me que há um requerimento de preferência sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Será lido oportunamente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sugiro que o requerimento seja lido, porque assim já o discutiríamos. Teríamos uma posição clara a respeito do requerimento e economizaríamos tempo de discussão, centrando-a toda no requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O único problema é que, assim que lermos o requerimento, teremos de votá-lo, o que pode abrir, como conseqüência, uma outra discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Osmar Dias, com a palavra V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvi o pronunciamento do Relator, que apresentou seu parecer, e, depois, o pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante, que fez uma análise do desempenho da CTNBio que não é correta.

A CTNBio não apresentou resultados concretos, como disse o Senador Aloizio Mercadante. Uma coisa é aprovar o experimento; outra, é aprovar o plantio co-

mercial e a comercialização de produtos transgênicos. A CTNBio avançou no que se refere à aprovação de experimentos nas universidades e nas empresas de pesquisa, mas não há nenhuma empresa que se arrisque, neste ambiente de insegurança, a se instalar e a investir na produção de produtos transgênicos, se não aprovarmos o relatório do Senador Delcídio Amaral.

O Brasil está perdendo tempo e ficando à margem desse processo de desenvolvimento. O Brasil já perdeu tempo demais por causa de posições absolutamente desprotegidas de critérios técnicos. Há alguns que assumem posições ideológicas, aquelas posições que rendem na mídia, mas não rendem para o setor produtivo nacional nem para a sociedade brasileira. Lá no meu Estado, o transgênico continua sendo tratado como se fosse um verdadeiro demônio, nas lavouras e no porto. As filas que ocorrem no Porto de Paranaguá têm origem exatamente na implicância que é colocada na exportação do transgênico pelo Porto de Paranaguá.

Sei que o Senador Aloizio Mercadante recebeu informações de assessores do Governo, de técnicos que quiseram demonstrar que não houve atraso. Houve atraso, sim. Não tivemos a autorização para colocar no mercado variedades de milho, que poderiam hoje contribuir na redução de custo de produção e até na redução, Senador Aloizio Mercadante, da poluição do meio ambiente. No caso da soja mesmo, há pessoas que pensam que quem defende o plantio da soja transgênica está defendendo uma multinacional e ignoram que empresas como a Coodetec, no Paraná, e Embrapa estão avançando para oferecer alternativas não apenas dessa característica genética de resistência ou tolerância ao glifosato, mas tolerantes à estiagem, o que vai inclusive proporcionar o plantio de soja e de outras culturas em outras regiões que hoje não podem cultivar.

Senador Aloizio Mercadante, a CTNBio, que saiu do Senado Federal – aliás, o Relatório foi meu na Comissão de Educação –, podia autorizar qualquer plantio e comercialização com a maioria simples dos votos, ou seja, como são 27 membros, 14 votos a favor seriam suficientes para se autorizar o plantio e a comercialização de uma variedade transgênica. No entanto, ao vetar, o Presidente praticamente colocou uma impossibilidade de a CNTBio funcionar. Sabemos que, dos 27 membros, sete já têm votos definidos e são contra qualquer proposta de OGM na CNTBio. Sobram 20. Para haver **quorum** e ter 18 votos favoráveis, somente podem faltar dois. No entanto, sabemos as dificuldades que a CNTBio tem para se reunir.

Então, está se corrigindo essa questão agora, voltando ao que era antes, para que 14 votos sejam sufi-

cientistas para a aprovação de matérias. Aí, sim, Senador Aloizio Mercadante, não teremos apenas autorizações para experimentos. Não adianta aprovar experimento de uma variedade nova, que ninguém terá segurança para investir em produtos comerciais, exatamente para o plantio e comercialização, pela insegurança que todos enxergam no funcionamento da CNTBio e nas regras que estão estabelecidas hoje.

A outra questão é a da Zona de Amortecimento. No Paraná, temos o Parque Nacional do Iguaçu. Dez quilômetros praticamente tomam a área de Municípios inteiros. Não é preciso. Eu não conheço – nenhum cientista até agora mostrou que isto seria possível – a possibilidade de cruzamento da soja com qualquer planta nativa, com qualquer planta do Parque Nacional do Iguaçu. Não há. Com a soja, não existe possibilidade de polinização cruzada. É uma planta exótica. Não teremos o cruzamento da soja com qualquer planta do Parque Nacional do Iguaçu.

O bom senso, com base na ciência, na técnica, é exatamente estabelecer uma distância regulamentar de 500 metros para lá. Quando a regra era até 10 km, é lógico que, para a cautela prosperar, aplicava-se a exigência de 10 km. Isso se tornou, inclusive, debate na campanha do Paraná, porque eu fui acusado, durante a campanha eleitoral, de defender multinacionais. Não. O que estou defendendo é liberdade para os cientistas trabalharem, oferecerem a possibilidade de um crescimento de produtividade da nossa agricultura, para que haja mais competição, havendo redução do custo de produção. Hoje, uma variedade transgênica plantada, comparada com a variedade convencional, tem um custo de R\$200 a menos por hectare, o que significa seis sacas e meia, que podem representar o lucro de uma lavoura.

No que se refere à questão ambiental, na variedade convencional, foram aplicados neste ano, em média, no Paraná, glifosato mais quatro herbicidas para combater folha larga e folha estreita, com classe toxicológica muito mais alta que o glifosato. A tarja desses herbicidas aplicados é vermelha. A tarja do glifosato é verde, com toxicidade muito inferior. Apenas uma ou duas aplicações de glifosato são necessárias para os OGM. Então, sob o ponto de vista econômico, não se justifica a proibição e, sob o ponto de vista ambiental, não se justifica também essa implicância, essa birra.

O que estamos fazendo aqui é regulamentando, dando uma disciplina para que a CNTBio, com as todas as especialidades que a compõem, possa ter autonomia para dizer o que pode e o que não pode ser plantado e comercializado. Se a CTNBio disser que o algodão pode, com certeza ela se baseou em estudos

científicos, técnicos e não em discursos que, muitas vezes, são feitos apenas para a mídia.

É preciso, Senador Delcídio Amaral, votar logo essa medida provisória e colocá-la em prática, para que haja o avanço da ciência e o progresso do País.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ NERY (P-SOL – PA) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para discutir o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a já está inscrito.

Temos uma ordem de inscrição: Senador José Agripino, Senadora Kátia Abreu, Senador Jonas Pinheiro, Senador Sibá Machado e, agora, Senador José Nery.

Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei ultra-econômico nos argumentos, até porque gostaria que os Senadores Jonas Pinheiro e Kátia Abreu fizessem o encaminhamento dessa matéria em nome do partido.

Desde já, manifesto a minha posição favorável. Vou votar favoravelmente e peço aos meus companheiros que o façam também, por uma razão simples. Para mim, basta o argumento de que o Brasil importa por ano 400 mil toneladas de algodão transgênico dos Estados Unidos. A Índia e outros tantos produtores de algodão no mundo produzem algodão transgênico. Por que ficaremos contrários? Para ficar na contramão do mundo, fazer com os empregos que aqui são gerados com esse tipo de cultura sejam gerados lá fora? Não!

Em nome da racionalidade vou votar “sim”. Eu gostaria que V. Ex^a ouvisse a Senadora Kátia Abreu, que tem argumentos muito mais consistentes do que eu, porque S. Ex^a é da área e tem uma consciência absolutamente firme do problema.

S. Ex^a e o Senador Jonas Pinheiro falarão, oficialmente, em nome do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra à Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (PFL – TO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o mérito desta medida provisória com relação às zonas de amortecimento nada mais do que justo que seja regulamentado, porque está prejudicando milhares de produtores rurais em todo o País.

Com relação à questão da CTNBio, estamos tendo uma oportunidade ímpar de colocar o País no eixo da história, no rumo da tecnologia, do respeito à ciência.

Eu gostaria, em respeito ao Senador Aloizio Mercadante, de fazer uma pequena correção na sua fala. Concordo plenamente com o relatório de trabalho da CTNBio que S. Ex^a descreveu agora há pouco. Mas lembro às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que esse relatório descrito pelo Senador Aloizio Mercadante é com relação às autorizações de pesquisa. Em todo esse período, a média do **quorum** da CTNBio, neste último ano, foi de 21 presentes, portanto, impossível de aprovar qualquer projeto com relação à comercialização.

Não é possível que uma empresa possa investir em pesquisa, sem ter a certeza ou a garantia de que poderá também comercializar o produto. Para V. Ex^{as} terem uma idéia, o único produto que conseguiu ser pautado na CTNBio foi com relação à vacina contra o suínos e perdeu por um voto. Ou seja, o Conselho vale para derrotar, mas o mínimo de presentes não vale para aprovar. Esse não é um **quorum** justo com a ciência e com aqueles que esperam comercializar os produtos. E, mesmo que a CTNBio aprove a pesquisa e a comercialização, ainda existe a possibilidade de todos os Ministérios fiscalizadores entrarem com um recurso no Conselho – do qual fazem parte dez Ministros de Estado –, pedindo a proibição da comercialização. Esse Conselho de dez Ministros, de que participam a Agricultura, o Meio Ambiente, a Saúde, a Ciência e Tecnologia, ainda pode evitar a comercialização. Então, todo esse trâmite é bastante seguro.

Lembro, ainda, ao Senador Osmar Dias que, com relação ao **quorum** que estamos tentando aprovar, do Senador Delcídio Amaral, não é o ideal, como o que foi aprovado em 2005 pela Câmara e pelo Senado. Naquela ocasião, em 2005, o **quorum** era maioria simples, com o número mínimo de 14, mas qualquer número de presentes poderia aprovar, ou não, um produto novo.

O Presidente da República vetou essa aprovação feita pelo Congresso e colocou, então, a pedido do Ministério do Meio Ambiente, da Ministra Marina Silva, a maioria absoluta de dois terços, impossível de ser aprovada. O que o Relator Delcídio Amaral propõe aqui hoje é ainda um meio-termo, não o ideal, que havíamos aprovado em 2005. S. Ex^a propõe a maioria absoluta, com o número mínimo de 14 membros, mas a aprovação deverá acontecer por 14 votos a favor de cada matéria.

Então, é muito importante que fique claro que a CTNBio apenas avalia o risco e diz se o produto pode ser comercializado ou não; agora, o Conselho Nacional de Biossegurança poderá ser a última instância no sentido de se comercializar ou não.

Quero também deixar bastante claro: fica parecendo à população que a CTNBio vive em função

da agricultura – da soja, do milho, do algodão –, mas ela é muito importante para projetos que envolvem produtos fármacos, alimentos, plantas e animais biofábricos, enfim, para projetos da área da agricultura, da piscicultura, etc. Então, há uma infinidade de produtos que poderão ali ser avaliados em benefício da sociedade brasileira.

Com relação à plumagem do algodão, deixo uma pergunta: quem tem um filho cuja vida está em risco, por estar acometido de uma doença mortal, para a qual o remédio ainda não foi aprovado pela Anvisa, vai esperar que alguém o regulamente ou vai importá-lo de qualquer forma, para salvar-lhe a vida?

E passo à questão dos OGMs, especialmente do algodão, que estamos aqui debatendo. Será a morte dos produtores rurais do País, se não conseguirmos viabilizar e aprovar o algodão transgênico. Estamos na contramão da história, porque o que estamos tentando aprovar hoje é o algodão RR, que, lá na Europa, nos países desenvolvidos, não querem mais. Eles já têm o RR Flex, o BT2 e a composição dos dois, que foram unidos para trazer condições melhores para a agricultura de todo o mundo. Então, estamos anos-luz... Discutimos aqui um produto que já está ultrapassado nos países desenvolvidos. Estamos no pré-primário, tentando, ainda, aprovar o RR, a exemplo do BT, que foi aprovado anteriormente – o único produto aprovado, o algodão BT.

E lembro que o produto vai reduzir enormemente a aplicação de herbicidas – o que vai ser bom para o meio ambiente – e os custos na produção.

Podemos, muito bem, queimar toda a plumagem do algodão transgênico produzido por nós brasileiros. E as tecelagens vão importar a plumagem do algodão chinês, transgênico. Elas trarão para o Brasil, debaixo do nosso nariz, e produzirão tecidos com a plumagem transgênica chinesa. Então, é uma questão de opção.

Somos o quarto produtor rural de algodão no mundo. Não podemos ser apenas por um **quorum** absurdo, que trará a regressão, o alto custo na produção e que, portanto, tirará a competitividade dos produtores de algodão deste País.

Por último, Sr. Presidente, nesta medida provisória – é muito importante sua aprovação no dia de hoje –, também está a questão do leite. O Ministério da Agricultura coloca nas embalagens de leite a advertência contra o produto.

Estamos, hoje, pedindo prorrogação, para que essa advertência não venha na imagem principal do rótulo. Na verdade, o Ministério quis incentivar o aleitamento materno, em que está cem por cento correto. Mas não é atingindo e agredindo o leite, colocando na

sua embalagem uma advertência à saúde, como se o produto oferecesse risco à saúde, que vamos solucionar o problema do aleitamento.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda “x” número de litros de leite **per capita**/ano. Estamos consumindo 30% abaixo do recomendado pela OMS.

Não é denegrindo, no País, a imagem do leite – cujo consumo é preciso aumentar – que vamos estimular o aleitamento. Podemos colocar, nesse mesmo rótulo, que o leite não substitui o aleitamento materno.

Dizer que o leite é prejudicial e apresentar uma advertência quanto à saúde é como comparar o leite ao cigarro. Aliás, são os únicos produtos que trazem essa advertência: o leite e o cigarro. Eu nunca vi, por exemplo, escrito, em nenhuma garrafa de cachaça do Brasil, que devemos estar advertidos com relação à cachaça nacional, porque ela poderia fazer mal à saúde.

Então, o PFL é pela aprovação dessa medida provisória em respeito à ciência e aos nossos cientistas. Aqui, de público, quero dizer da minha indignação. Ainda anteontem, em editorial, o **Estadão** publicou a defesa dos conselheiros da CTNBio, que foram agredidos por alguns ambientalistas radicais. Eles colocaram fotografias nos postes pelas ruas, agredindo esses cientistas, em desrespeito total à inteligência do País.

Solidarizo-me, em nome do PFL, em meu próprio nome e no da Confederação Nacional da Agricultura, com todos eles, que têm o nosso respeito e gratidão pela seriedade com que têm tratado as questões de ciência em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, esta medida provisória não fere em nada a medida original enviada pelo Poder Executivo. Ela conserva o que o Poder Executivo quis com a medida provisória. O que ela faz, por meio do relatório do Deputado Paulo Pimenta e do relatório do Senador Delcídio Amaral, é o aproveitamento de algumas emendas que vêm melhorar essa medida provisória por meio deste projeto de conversão.

Sr. Presidente, vamos lembrar – e V. Ex^a conhece muito bem esse assunto, pois já conversamos sobre isso muitas vezes – que:

O projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional, que deu origem à Lei da Biossegurança (Lei nº 11.105/2005), estabelecia o **quorum** deliberativo para a Comissão Técnica nacional de Biossegurança – CTNBio: maioria absoluta dos presentes na reunião

da Comissão, desde que atendido o **quorum** para instalação, que é de 14 membros e qualificado com a necessidade de membros de determinadas áreas do conhecimento. Entretanto, ao sancionar o Projeto de Lei aprovado, o Presidente da República vetou esse dispositivo legal. Oito meses após a sanção da Lei, o Presidente a regulamentou por meio do Decreto nº 5.591/2005. Neste Decreto, o Chefe do Poder Executivo abordou o assunto vetado e estabeleceu **quorum** mais rígido para as deliberações da CTNBio, principalmente aquelas relacionadas à liberação comercial de OGM e derivados. Vetou, na lei, o **quorum** de maioria dos membros presentes à reunião para fixar, no Decreto, o **quorum** de dois terços dos membros da Comissão.

Vale registrar que o Congresso Nacional, que tem o direito de legislar, legislou; o Presidente vetou e, depois, foi o Poder Executivo que veio querer legislar sobre o **quorum** da CTNBio.

Na prática, este **quorum** diferenciado para deliberações em processos de liberação comercial de OGM está dificultando o funcionamento da CTNBio, que é composta por 27 membros e precisa, para aprovar qualquer pedido de liberação comercial, contar com 18 votos favoráveis de um Colegiado que no ano de 2006 funcionou com frequência média de 21 membros. No ano passado, por exemplo, uma vacina geneticamente modificada contra a doença de Aujeszky, que recebeu 17 votos favoráveis à sua comercialização e quatro contrários, foi rejeitada pela CTNBio.

Portanto, essa situação registra a dificuldade que se tem para aprovar um novo transgênico. Com 21 membros, 17 votos favoráveis, 04 contra foi suficiente para derrubar, na CTNBio, uma matéria tão importante.

Cientes das dificuldades que o agricultor brasileiro vem enfrentando no processo de competição com o agricultor de país concorrente, que, diferente do agricultor brasileiro, tem a liberdade de fazer uso das novas biotecnologias, a Câmara dos Deputados, por meio de emendas apresentadas à Medida Provisória nº 327 [que estamos discutindo] procurou corrigir esta situação.

Publicada no mês de novembro de 2006, a MP 327 foi assinada pelo Presidente da República e pelos Ministros da Justiça, Agricultura e Meio Ambiente, e em sua exposição de motivos, foi afirmado que a Medida Provisória

teve como objetivo vedar a pesquisa e o cultivo de organismos geneticamente modificados – OGM nas terras indígenas e nas áreas de unidades de conservação, exceto nas Áreas de Proteção Ambiental, bem como regar o plantio de OGM nas áreas que circundam as unidades de conservação, até que seja fixada a zona de amortecimento e aprovado o Plano de Manejo. Em sua tramitação, a matéria original da MP não sofreu alteração, ou seja, as regras propostas não foram modificadas. Todavia, o Relator da MP 327 na Câmara [que foi o Deputado Paulo Pimenta, do PT] acolheu emendas e acrescentou ao seu texto assuntos relevantes para a agropecuária nacional e, particularmente, fundamentais para o fortalecimento da cotonicultura nacional [estamos tratando nesse manuscrito do algodão], são eles:

Modificação do **quorum** da CTNBio, cujas decisões passariam a ser tomadas com votos favoráveis da maioria absoluta de seus membros.

Como disse o Senador Osmar Dias, nós aprovamos aqui maioria simples, desde que atingido o **quorum** de 14 membros.

Muito bem. O Presidente, ao vetar e estabelecer o Decreto, normatizou com **quorum** de dois terços. Portanto, precisaria, em qualquer momento, de 18 votos favoráveis. O que quer esse Projeto de Conversão que estamos analisando, já relatado pelo Senador Delcídio Amaral? Que seja aprovado com maioria absoluta de seus membros. Portanto, nem 18 no mínimo, nem como estava na lei que nós aprovamos.

O que ele quer também como segunda proposta:

Autorização para comercialização da pluma do algodão colhida em lavouras com presença de algodoeiro geneticamente modificado na safra 2006 e do uso dos caroços do algodão colhido nestas lavouras para a produção de *biodiesel*.

Das matérias incluídas na MP 327/2006, a que dispõe sobre o **quorum** da CTNBio é de fundamental relevância para o desenvolvimento e o uso de biotecnologias oriundas da biotecnologia moderna ou engenharia genética, segmento que vem se consolidando como um dos mais promissores das economias baseadas no conhecimento e que é de fundamental relevância para a garantia da competitividade da agricultura brasileira, especialmente para a cotonicultura. Comparando o dispositivo legal que foi vetado pelo Presidente da República

quando da sanção da Lei 11.105/05 [que nós aqui aprovamos] e o que foi apresentado pelo relator da MP 327/06 na Câmara dos Deputados, constata-se que o Relator optou pelo meio-termo entre o texto original aprovado [que foi vetado] e o que atualmente foi estabelecido pelo Decreto 5.591/05, o qual nos parece bastante razoável e satisfatório.

Já a autorização para comercialização da pluma de algodão colhida em lavouras com presença de algodoeiro geneticamente modificado na safra 2006 e do uso dos caroços de algodão colhido nestas lavouras para a produção de *biodiesel*, é medida de fundamental relevância para diversos cotonicultores nacionais. Caso esta autorização não seja aprovada, o agricultor terá que queimar a produção de algodão colhida em 18.025,99 hectares de lavoura na safra 2006 e enterrar os caroços. Todavia, o setor têxtil continuará importando pluma de algodão oriunda de países que plantam em larga escala o mesmo OGM detectado em lavouras fiscalizadas pelo Ministério da Agricultura.

Acrescento ainda aos Srs. Senadores que muitos produtores no Brasil estão ameaçados de prisão porque, antecipando o que havíamos aprovado no Congresso Nacional, plantaram algodoeiro transgênico.

Com isso, eles seriam obrigados, se não aprovássemos essa matéria, a queimar o algodão e a enterrar o caroço e, muito mais do que isso, seriam condenados por serem produtores rurais no Brasil.

Por isso, estamos aqui em nome também do PFL, pedindo a todos a aprovação da medida provisória por intermédio do projeto de conversão, como veio da Câmara, aprovado, portanto, pelos Deputados Federais e relatado muito bem pelo eminente companheiro, Senador Delcídio Amaral, aqui já justificado pelo Senador Osmar Dias e pela Senadora Kátia Abreu.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Sibá Machado.

Tem a palavra V. Ex^ª.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ªs e Srs. Senadores, esse assunto já toma bastante nossas atenções desde 2003. Chamo a atenção do nosso Senador Delcídio Amaral, Relator da matéria; da Senadora Kátia Abreu, que fez um brilhante pronunciamento sobre o assunto, defendendo seu ponto

de vista; do Senador Osmar Dias, que também o fez; e do Senador Aloizio Mercadante.

Quero ater-me um pouco ao histórico, que me trouxe a esta tribuna, várias vezes, para tratar dessa matéria. Quando chegamos aqui em 2003, fomos tomados de surpresa, porque houve uma aquisição ilegal de semente modificada de soja no Estado do Rio Grande do Sul, e isso nos levou até o Ministério Público Federal. Houve momentos bastante acirrados no nosso relacionamento. A coisa não foi muito boa. Naquele momento, trabalhava-se com o pensamento de que, já que a soja estava plantada, deveríamos legalizá-la. O assunto consumiu praticamente o ano de 2003 inteiro.

O que me chama a atenção é que a medida provisória sofreu duas interferências no período de debates na Câmara dos Deputados, e, para ser muito sincero com as opiniões apresentadas, acredito que são duas caronas complicadas, difíceis de entender e bastante prejudiciais até para o bom funcionamento deste Congresso Nacional.

Não podemos, Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, conviver mais com a política do fato consumado. Houve um problema difícil em 2003, e estamos a um passo de reproduzi-lo agora. Todos queremos crescer na vida, todos queremos melhorar de vida, respeitamos isso, mas temos de obedecer a algumas regras do jogo.

O mundo inteiro foi assolado, há algum tempo, com a história da doença da vaca louca. Pelas explicações dadas, a ração dada àqueles animais criou um mecanismo de corrosão de seus cérebros, e essas vacas tornaram-se inapropriadas para consumo humano. Temo que, em algumas dessas pesquisas, ainda não devidamente comprovadas, possamos reproduzir não somente a doença da vaca louca, mas também, quem sabe, a do porco maluco, a da galinha biruta ou coisa parecida. É preciso tomar muito cuidado com o que estamos fazendo.

Nesse sentido, quero ser bem sincero, principalmente quanto aos argumentos apresentados pela Senadora Kátia Abreu, quando diz que prejudica, na votação, a questão da pesquisa. Os números lidos pelo Senador Aloizio Mercadante são exatamente sobre pesquisa. Os 430 projetos analisados pelo Conselho da CTNBio eram sobre pesquisa. Concordo com o Senador Osmar Dias: não eram sobre comercialização. É verdade! A única matéria sobre comercialização foi a que tratava da vacina para os suínos, e a CTNBio só não a autorizou, porque faltava o certificado de qualidade dessa vacina, o que o fabricante não tinha. Foi

esse o motivo da derrota do projeto no Conselho da CTNBio; não foi outro o motivo. A pesquisa estava incompleta, assim como os relatórios técnicos. Sabemos que, numa licitação pública, basta uma empresa não ter a comprovação documental para estar descartada de imediato, e foi isso o que aconteceu com o fabricante dessa vacina.

A existência de dois quóruns diferenciados é outra matéria que nos chama a atenção. Por que dois quóruns diferenciados? Aqui, no Congresso – e conversei, há pouco, com o Senador Tião Viana –, há matérias que podemos votar com **quorum** simples, e outras exigem **quorum** qualificado – 49 votos “sim”, favoráveis a matérias constitucionais. E as matérias subconstitucionais poderão ser apreciadas por **quorum** simples.

A CTNBio tem um processo idêntico, porque o **quorum** simples é para liberação de matérias sobre pesquisa – e é o que aconteceu durante todo ano de 2006. A CTNBio trabalhou com 430 projetos na área de licenciamento de pesquisa, mas, quando se trata de liberação comercial, a situação é mais complexa, e não podemos ceder por um voto a mais, por um voto a menos. Se fosse tão simples assim, teríamos cometido dois erros nesta Casa, e o primeiro deles seria o de ter formado um Colegiado de 27 membros – poderia ter sido só de dez membros ou só de cinco membros ou de dois ou três membros; poderíamos ter reduzido drasticamente o tamanho do Colegiado.

O segundo erro da matéria: por que não um **quorum** simples, apenas com a maioria dos presentes?

Quando fui sindicalista, ajudei muito na elaboração de estatutos de sindicatos novos. Dizia lá: na primeira chamada, respeitam-se dois terços; uma hora depois, podemos chamar 50%; na terceira chamada, a votação se dá com os presentes. E, muitas vezes, essa decisão fazia com que direções cartoriais não representativas usassem desse artifício para nunca reunir **quorum** qualificado, e meia dúzia de amigos do presidente do sindicato tomavam decisões que assolavam toda a categoria.

Então, temos uma preocupação, porque, quando se autoriza uma pesquisa, ela está localizada em um lugar, há um endereço, os órgãos ambientais sabem exatamente onde está. Quando se libera a comercialização, se daí a algum tempo revela-se um problema à saúde humana ou à saúde animal ou à saúde vegetal, cria-se um embaraço grotesco, como foi o problema da vaca louca. E aí não haverá remédio, pois estaremos trabalhando com a população inteira de um Município, de um Estado, de uma região ou do País inteiro.

Quem sabe, para algumas exportações, até se atinja a população de outros países!

Portanto, essa é a base da argumentação. Por isso, é muito complicado mexer no **quorum** agora. Não é possível! Estamos ainda em fase avançada de pesquisa.

Sr. Presidente – usei isso como argumentação na última vez –, quantas lógicas da Medicina caíram por terra com os atuais instrumentos de pesquisa que temos? Quantas lógicas caíram por terra? Usei aqui a argumentação do Dr. Cooper, que ensinou o Exército norte-americano, na década de 60, que correr era o melhor exercício físico, mas que, 30 anos depois, disse que correr acelera o envelhecimento das células e que devemos apenas nadar ou caminhar. Ele mudou seu argumento, seu ponto de vista.

Ao trabalharmos uma pesquisa que vai mexer com vidas, quem são as cobaias de Deus nessa hora, Sr. Presidente? Quem aqui seria cobaia de pesquisadores? Quem aqui gostaria de ser cobaia de empresas? Acho que nenhum de nós. Essa é uma das bases da nossa argumentação para dizer que a alteração do **quorum** não se justifica pela pesquisa, porque a pesquisa está intacta, conforme os números apresentados pelo Senador Aloizio Mercadante. Todos os projetos analisados no âmbito da pesquisa foram estudados, e foram emitidos os pareceres. Um ficou de fora. Qual foi? O da liberação comercial da vacina dos porcos. E por que isso ocorreu? Porque a empresa fabricante não dispunha de toda a documentação, inclusive do certificado de qualificação, sendo, portanto, derrotada.

Em segundo lugar, como se trata de pesquisa, comercialmente falando, já se podem fazer análises comerciais? Sim. Mas quem está reunido no Conselho da CTNBio? Exatamente as pessoas que possuem notável saber, que possuem vasto conhecimento da área. Então, os pareceres podem ser muito divergentes uns dos outros. As pesquisas podem apresentar resultados divergentes. Eu, que não sou catedrático – estudei um pouco na Universidade Federal do Acre e agora tento concluir um curso de mestrado –, vejo as teorias serem calorosamente discutidas por professores. Um pós-doutor entra numa sala e faz uma grande explanação; o seguinte entra e desmonta tudo o que ele disse. Na ciência, na política ou em qualquer relação humana, a situação não é tão simples assim.

Portanto, venho à tribuna, Sr. Presidente, para fazer um apelo à Bancada do Partido dos Trabalhadores, à Bancada que forma o Bloco de Apoio ao Governo: neste momento, é impossível apoiarmos o projeto no que diz respeito à modificação do **quorum**

da CTNBio, no que diz respeito à liberação comercial dos produtos.

Em segundo lugar, a liberação do algodão repete a polêmica de 2003. Ou seja, digo agora a todos os empresários interessados que pratiquem a ilegalidade; podem plantar à vontade e onde quiserem, porque, na hora em que a matéria cair, o Congresso vai respaldá-los.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Senador Sibá...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Vou já conceder um aparte a V. Ex^a.

Minha preocupação, Sr. Presidente, é no sentido de que, com isso, poderemos garantir alguns aspectos ilegais, como foi a plantação do algodão e a da soja em 2002/2003, parando o Congresso Nacional para respaldarmos alguns praticantes de ilegalidades.

Ouçó, com atenção, o Senador Osmar Dias.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Somente quero fazer uma sugestão a V. Ex^a: solicite a alguém que conheça o assunto que envie a V. Ex^a um estudo resumido sobre o que é a doença da vaca louca, para que V. Ex^a não use mais esse exemplo, porque ele não tem nada a ver com produto geneticamente modificado. V. Ex^a comete um equívoco. Faço essa sugestão até pela amizade que tenho por V. Ex^a, para que esse equívoco não seja repetido, porque fica chato para V. Ex^a. Sugiro a V. Ex^a que dê uma lida sobre o assunto, para ver o que significa a doença da vaca louca.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Osmar Dias, em primeiro lugar, peço a V. Ex^a que me respeite, para que eu trate V. Ex^a com muito respeito! V. Ex^a ouviu basicamente o que falei sobre o assunto. A respeito desse assunto, Senador Osmar Dias, conheço muito bem. Eu disse, como força de expressão, no momento do meu pronunciamento, que a ração dada às vacas da Inglaterra gerou aquela situação que todo o mundo combateu, a da doença da vaca louca. Usei-a apenas como exemplo de que, em determinadas situações, é perigoso trabalhar com o desconhecido! É para isso que estou chamando a atenção.

Por favor, não me trate dessa maneira, porque me ofendo enormemente. Não posso aceitar esse tipo de tratamento no Senado Federal!

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Penso que V. Ex^a também não entendeu o que falei, está com um problema de discernimento, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Deve ser. Entre V. Ex^a e mim, deve haver um muro impedindo

a comunicação, impedindo que V. Ex^a entenda o que digo e que eu entenda o que V. Ex^a está me dizendo.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – V. Ex^a está muito valente!

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Deveser.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Essa sua valentia, Senador, não intimida ninguém. Fique no seu normal. No seu normal, ouvimos o que V. Ex^a fala. Mas, quando está transtornado e desequilibrado, não dá para ouvi-lo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Peço à Mesa que desconsidere o aparte, por favor.

Vou concluir, Sr. Presidente, já que o tema está caminhando nesse rumo. Considero que já há um fato consumado e que todos sabem muito bem o que querem em relação a essa matéria.

Novamente faço um alerta à minha Bancada e ao Bloco de Apoio ao Governo: no que diz respeito a essa matéria, mexer nesses dois cenários significaria legalizar o ilegal, seria um erro do Senado Federal. Além disso, mexer no **quorum** da CTNBio equivale, em nosso entendimento, mexer também no tamanho do Colegiado, baixá-lo drasticamente e até escolher as pessoas que, por princípio, tendem a se posicionar favoravelmente ou desfavoravelmente em determinadas circunstâncias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (P-SOL – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiros e brasileiras que acompanham os debates do Senado Federal pela TV Senado, a propósito do projeto em discussão, trago minhas considerações sobre tema tão complexo e tão necessário ao exame da mais alta Casa legislativa do País.

Certa vez, o grande escritor Eduardo Galeano nos disse:

Pelo que diz a voz de comando, nossos países devem acreditar na liberdade do comércio (embora ela não exista), honrar os compromissos (embora eles sejam desonrosos), atrair investimentos (embora eles sejam indignos) e ingressar no cenário internacional (embora pela porta dos fundos).

Vivemos num sistema econômico que, há séculos, se propôs explorar de forma ilimitada todos os ecossistemas e seus recursos naturais. Essa estratégia trouxe crescimento econômico, mas o que se chamou de “desenvolvimento” significou para algumas nações o privilégio do consumo e o bem-estar social de uma par-

cela muito pequena da humanidade. Porém, infelizmente, para a maioria da humanidade significou uma vida abaixo das condições mínimas de sobrevivência.

Nosso continente conhece bem esse processo. Essa rotina começou com o ouro e com a prata e continuou com o açúcar, com o tabaco, com o salitre, com o cobre, com o estanho, com a borracha, com o cacau, com a banana, com o café, com o petróleo. O que esses esplendores nos deixaram? Eduardo Galeano nos ajuda com a resposta:

Nos deixaram sem herança nem bonança. Jardins transformados em desertos, campos abandonados, montanhas esburacadas, águas apodrecidas, longas caravanas de infelizes condenados à morte antecipada, palácios vazios onde perambulam fantasmas...

Agora, chegou a vez dos produtos transgênicos. E, outra vez, a história está se repetindo: estamos aceitando glórias fugazes, que, ao som de seus clarins, nos anunciam longas tristezas.

Nossos países estão vivendo a febre da soja transgênica. São preços tentadores, rendimentos multiplicados. A vizinha Argentina é, e já faz tempo, o segundo maior produtor mundial de transgênicos, depois dos Estados Unidos.

Terras que produziam de tudo para o mercado local agora se consagram a um único produto para suprir a demanda estrangeira. Nós nos desenvolvemos para fora e nos esquecemos de dentro. O monocultivo é uma prisão, sempre foi e, agora, com os transgênicos, é muito mais.

Até quando nosso desenvolvimento terá o olhar direcionado ao interesse dos países poderosos do planeta e de suas empresas tão influentes?

Até quando entregaremos nossas riquezas, trocando-as por um lugar subordinado no banquete do consumo dos países ricos?

Essa riqueza está sendo objeto da cobiça e da ação insana de dezenas de empresas transnacionais, principalmente dos países do norte global. Elas praticam vastamente a biopirataria.

Outrora, era a corrida ao ouro e à prata; hoje, é a corrida aos recursos genéticos e farmacológicos e aos saberes tradicionais e locais, todos estratégicos para o futuro dos negócios do mercado mundial. E ainda querem nos impor leis de patentes e de proteção a seus lucros fantásticos.

Opomo-nos resolutamente à introdução de organismos transgênicos no ambiente. Não é aceitável a introdução destes, seja na agricultura, nas planta-

ções, na pecuária ou em qualquer outro cultivo no meio ambiente, pois, além de não serem necessários, não servem para nada, a não ser para o lucro de umas poucas empresas transnacionais.

Trazem riscos potenciais à saúde das pessoas e geram modificações permanentes e irreversíveis para a natureza e para o ecossistema.

Opomo-nos enfaticamente à introdução de árvores transgênicas, que significam um perigo ainda maior devido, entre outras coisas, ao fato de que o pólen tem a possibilidade de disseminação ao longo de milhares de quilômetros, contaminando inevitavelmente outras florestas, incluindo as florestas nativas, com multiplicação de impactos sobre a flora, os insetos e outros componentes da fauna, afetando também o sustento dos povos indígenas, pescadores, camponeses, quilombolas e outras comunidades locais.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, opomo-nos claramente, posicionamo-nos contrários ao conteúdo da Medida Provisória nº 327, de 2006, e ao Projeto de Lei de Conversão, aprovado pela Câmara dos Deputados.

Autorizar a venda, por exemplo, do algodão transgênico plantado com sementes ilegais é dar fôlego para a política do fato consumado e razão para seus atores. Da mesma forma, reduzir o **quorum** da CTNBio para liberações comerciais coloca os interesses comerciais das multinacionais acima do princípio da precaução, da saúde e do meio ambiente.

A propósito, Sr^{as} e Srs. Senadores, diferentemente de alguns argumentos aqui apresentados, da necessidade de diminuir o **quorum** da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, na verdade, com objetivos de facilitar a tramitação de proposições relativas ao plantio e à comercialização de produtos transgênicos, reduzir essa questão a apenas algo relacionado aos transgênicos é desconhecer que a CTNBio também aprova resoluções sobre segurança alimentar e sobre medicamentos. Assim, decisões que venham a ser tomadas com **quorum** de maioria simples podem implicar prejuízos à segurança alimentar, à saúde e, na questão da transgenia, ao meio ambiente e à saúde da população.

Portanto, somos contrários à alteração de uma lei aprovada em 2005, fruto de um grande debate no Congresso Nacional, nas duas Casas Legislativas, em que se obtém ao final um consenso sobre a composição da CTNBio, suas atribuições e, principalmente, a definição de um **quorum** qualificado, tudo isso para não permitir que decisões de grande importância sobre assuntos que são tratados no âmbito dessa Comissão viessem a ser tomadas por um **quorum** menor. E, não bastasse isso,

a emenda apresentada à Medida Provisória na Câmara dos Deputados, que teve como Relator o Deputado Paulo Pimenta, contribuiu significativamente para piorar a Medida Provisória quando permite e autoriza que o plantio de algodão feito ilegalmente, desobedecendo a normas legais, sem autorização da CTNBio, possa vir a ser comercializado. Diria que isso é um incentivo à desobediência de uma norma legal que instituiu regras para tratar de assuntos tão sérios.

Portanto, se o Projeto de Lei já significava um prejuízo porque pretendia diminuir a distância das áreas de proteção ambiental, ou seja, porque permitia que em áreas menores do que 500m se pudesse implantar projetos de produtos transgênicos, piorou ainda mais quando se aproveitaram das circunstâncias os interesses poderosos que estão por trás de todo o *lobby* das multinacionais, das empresas transnacionais, para introduzir na Medida Provisória e aqui no Projeto de Lei de Conversão duas emendas danosas, inaceitáveis para o grau de consciência que adquirimos em relação ao tratamento de assunto tão delicado.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 2006, a Bancada do P-SOL na Câmara Federal votou de forma contrária ao relatório do Deputado Paulo Pimenta. E não votamos isolados, porque nos acompanharam todos aqueles Parlamentares que consideram que o nosso País deve-se guiar pelo princípio da precaução nas matérias de proteção ambiental que envolvem a saúde da população.

Aqui, faço uma convocação a todos os meus Colegas, a todos os nossos Pares para que rejeitemos o Projeto de Lei de Conversão. É nosso dever proteger o povo dos Estados Federados que representamos nesta Casa do Congresso Nacional. É nosso juramento defender a soberania nacional. É nossa obrigação defender os interesses do povo brasileiro, e não os interesses de empresas estrangeiras, por mais poderosas ou generosas que sejam.

Este é o nosso posicionamento, o nosso compromisso de luta junto a todos os movimentos sociais organizados do nosso País: dos cientistas, dos ambientalistas, de todos aqueles que lutam por um mundo sem produtos transgênicos.

Esse é o posicionamento do P-SOL. Creio que ele está em sintonia com os interesses do povo brasileiro, daqueles que lutam por um ambiente livre da transgenia. Se tivermos de aceitá-la, será após longos e profundos estudos que indiquem que nem a saúde nem o meio ambiente serão afetados por esses produtos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei breve e buscarei não ser repetitivo.

O Relator, Senador Delcídio Amaral, foi muito claro, muito objetivo, em relação a este Projeto de Lei de Conversão. Nós, que somos de uma região produtora e altamente produtiva, temos convicção de que o relatório do Senador Delcídio Amaral e suas emendas são absolutamente necessários à moderna agricultura brasileira.

O Senador Osmar Dias, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Jonas Pinheiro, ao discutirem a matéria, também foram muito felizes, muito claros em relação a esta moderna tecnologia e a esta moderna agregação de valores a nossa agropecuária, a nossa agricultura brasileira.

De forma que só poderia manifestar aqui meu voto favorável a esta MP nº 327, e também queria pedir a V. Ex^a que se consigne em ata meu voto favorável à Medida Provisória anterior, a MP nº 326, também muito importante para o agronegócio e para a agricultura brasileira.

De modo que meu voto será favorável a esta MP. Muito obrigado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de conceder a palavra a V. Ex^a, declaro encerrada a discussão.

S. Ex^a tem a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão do oradora.) – Sr. Presidente, como já ficou claro até pelos pronunciamentos, não temos posição fechada dentro da Bancada do Partido dos Trabalhadores. O posicionamento do Relator da matéria, Senador Delcídio Amaral, tem todo o respeito da Bancada, mas a ampla maioria irá votar – como é o meu caso – a favor do projeto original, contra as emendas.

A Bancada está liberada e como não fizemos esse debate junto aos partidos que compõem o Bloco de apoio, cada partido poderá dar o encaminhamento que entender mais conveniente neste Projeto.

Portanto, a Bancada do PT está liberada e, quanto ao Bloco de apoio, entendo importante que os partidos se manifestem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votação do Projeto de Lei de Conversão, que tem preferência regimental.

Os Líderes poderão orientar as Bancadas.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 103, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 311, III, do Regimento Interno, preferência do texto original da MP nº 327/2006, sobre o PLV nº 29, de 2006.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2007. – **Sibá Machado**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votação do requerimento de preferência para votação da Medida Provisória.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma orientação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero marcar a posição da Liderança do Governo dizendo o seguinte: este Projeto originalmente foi encaminhado pelo Executivo, e o Senador Sibá Machado pede prioridade. Depois disso, houve um entendimento e um acordo na Câmara dos Deputados para que a matéria fosse agregada e alguns assuntos foram discutidos aqui amplamente e não vou repeti-los.

Para manter o entendimento da Câmara dos Deputados, estamos liberando a Bancada, portanto cada um poderá encaminhar da forma que quiser. Para manter ainda o entendimento, vamos encaminhar contrário ao requerimento para manter o acordo da Câmara.

Portanto, o voto é “não” ao requerimento de prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, o PFL também vota “não” ao requerimento.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, o PSB vota com o requerimento do Senador Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Como vota o PMDB, Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, o PMDB vota contra o requerimento e favorável ao relatório do Senador Delcídio Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Como vota o PSDB?

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – O PSDB vota contra o requerimento e a favor do relatório do Senador Delcídio Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Então está rejeitado o requerimento, de acordo com a manifestação dos Líderes Partidários.

Rejeitado o requerimento, vamos votar o Projeto de Lei de Conversão, que tem preferência regimental.

Há um novo requerimento sobre a mesa.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 104, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, Destaque para Votação em Separado do art. 4º e parágrafos do PLV Nº 29, de 2006.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento de destaque.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, encaminhamos contra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – O PFL é contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PFL é contra.

Como vota o PMDB, Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O PMDB é contra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PMDB é contra.

Como vota o PSB, Senador Renato Casagrande?

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – O PSB é favorável ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PSB é favorável.

Tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, como eu já disse, temos uma divisão dentro da Bancada. Como o requerimento é da autoria do Senador Sibá Machado, não vou dar o encaminhamento, até para que não se configure, como ocorreu com a Medida Provisória anterior, uma situação em que a Liderança deu encaminhamento contrário à relatoria do seu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Como vota o PSDB, Senador Arthur Virgílio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Contra o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Então está rejeitado o requerimento...

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, o PDT...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Como vota o PDT, Senador Osmar Dias?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Com muita calma...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PDT também é contra o requerimento.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Com muita calma.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Exª.

Rejeitado o requerimento.

Em votação o Projeto de Lei de Conversão, que tem preferência regimental.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, contra o voto dos Senadores Sibá Machado, José Nery, Aloizio Mercadante, da Senadora Serys Slhessarenko e de outros Srs. Senadores.

A matéria vai à sanção presidencial.

É o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 29, DE 2006 (Proveniente da Medida Provisória nº 327, de 2006)

Dispõe sobre o plantio de organismos geneticamente modificados em unidades de conservação; acrescenta dispositivos à Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e à Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005; revoga dispositivo da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam vedados a pesquisa e o cultivo de organismos geneticamente modificados nas terras indígenas e áreas de unidades de conservação, exceto nas Áreas de Proteção Ambiental.

Art. 2º A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 27.

.....

§ 4º O Plano de Manejo poderá dispor sobre as atividades de liberação planejada e cultivo de organismos geneticamente modificados nas Áreas de Proteção Ambiental e nas zonas de amortecimento das demais categorias de unidade de conservação, observadas as informações contidas na decisão técnica da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio sobre:

I - o registro de ocorrência de ancestrais diretos e parentes silvestres;

II - as características de reprodução, dispersão e sobrevivência do organismo geneticamente modificado;

III - o isolamento reprodutivo do organismo geneticamente modificado em relação aos seus ancestrais diretos e parentes silvestres; e

IV - situações de risco do organismo geneticamente modificado à biodiversidade." (NR)

"Art. 57-A. O Poder Executivo estabelecerá os limites para o plantio de organismos geneticamente modificados nas áreas que circundam as unidades de conservação até que seja fixada sua zona de amortecimento e aprovado o seu respectivo Plano de Manejo.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica às Áreas de Proteção Ambiental e Reservas de Particulares do Patrimônio Nacional."

Art. 3º O art. 11 da Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, passa a vigorar acrescido do seguinte § 8º-A:

"Art. 11.

§ 8º-A As decisões da CTNBio serão tomadas com votos favoráveis da maioria absoluta de seus membros.

..... " (NR)

Art. 4º Ficam autorizados o beneficiamento e a comercialização das fibras de algodoeiros geneticamente modificados para resistência ao herbicida glifosato colhidos em 2006.

§ 1º Os caroços de algodão oriundos do beneficiamento da colheita de que trata o caput deste artigo quando não utilizados para a produção de biodiesel deverão ser

destruídos nos termos do Parecer Técnico nº 587/2006 da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio.

§ 2º A utilização dos caroços para a produção de biodiesel deverá ser precedida de informação ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ocasião em que o detentor do produto deverá informar a quantidade que será utilizada e o local de processamento.

§ 3º A biomassa resultante da produção de biodiesel deverá ser destruída nos termos do Parecer nº 587/2006 da CTNBio.

Art. 5º O prazo previsto no art. 26 da Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, relativamente ao que dispõem o inciso III do caput do art. 2º e os arts. 10, 11, 13, 14 e 15, fica prorrogado por 6 (seis) meses, a partir de 3 de janeiro de 2007.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogado o art. 11 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sugiro à Casa, inclusive ao Líder Romero Jucá, a inversão da pauta para votarmos o Parecer nº 35.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Era essa a sugestão que eu queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PARECER Nº 35, DE 2007

(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 35, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Lúcia Vânia, sobre a Mensagem nº 4, de 2007 (nº 1.151/2006, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Senhora *Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha* para exercer o cargo de Ministra do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Antônio Carlos de Nogueira.

Em discussão o Parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, combinado com o art. 291, inciso I, alínea e, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Faço um apelo aos Srs. Senadores para que venham ao plenário, pois estamos em processo de votação nominal.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, como não poderia deixar de ser, a Liderança do Governo encaminha o voto “sim”, tendo em vista as qualidades da indicada e o trabalho que poderá realizar.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem, apenas para lembrar que o voto é secreto.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. O voto é secreto, mas a Sr^a Maria Elizabeth foi aprovada por unanimidade na Comissão.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O voto é secreto, mas não é redundante dizer que a aprovação foi unânime na Comissão.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – É exatamente isso que eu queria repetir. Foi uma aprovação unânime e tenho certeza de que os Srs. Senadores observarão esse relatório, porque é uma pessoa competente e, sem dúvida alguma, engrandece a luta da mulher brasileira.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de destacar que é uma profissional, uma docente, uma acadêmica, uma pesquisadora de longa tradição jurídica, extremamente competente, preparada. Originária de Minas Gerais, traz toda aquela habilidade mineira; mas, como esposa de um militar, morou em vários Estados da Federação e sintetiza o sentimento deste Plenário. É a primeira mulher na história do Brasil a chegar ao Tribunal Superior Militar, por isso acho que merece a unanimidade que já teve na Comissão desta Casa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também gostaria de enaltecer a apresentação feita há duas semanas, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da Dr^a Maria Elizabeth Guimarães Rocha, que impressionou muito positivamente todos os Senadores pelo seu preparo, pelas qualidades, inclusive de conhecimento acadêmico, demonstradas durante a arguição. Temos certeza de que, como primeira Ministra mulher, irá abrilhantar o Superior Tribunal Militar. Nosso voto é inteiramente favorável.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER Nº 35, DE 2007 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sra. MARIA ELIZABETH GUIMARÃES TEIXEIRA ROCHA, PARA EXERCER O CARGO DE MINISTRA DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Num. Sessão: 1
Data Sessão: 27/2/2007

Num. Votação: 1
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 27/2/2007 19:14:55
Encerramento: 27/2/2007 19:19:52

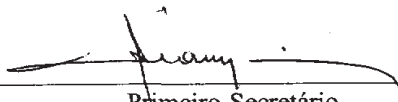
Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PFL	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
Bloco-PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	Votou
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
PFL	MG	ELISEU RESENDE	Votou
Bloco-PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
PFL	MT	JAYME CAMPOS	Votou
PDT	BA	JOÃO DURVAL	Votou
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	Votou
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	Votou
PFL	TO	KÁTIA ABREU	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PFL	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 54
Votos NÃO : 07
Votos ABST. : 00

Total : 61


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 54 Sr^{as} e Srs. Senadores; e NÃO, 7.

Não houve abstenções.

Total: 61 votos.

Está, portanto, aprovado o nome da Dr^a Maria Elizabeth Guimarães Rocha para o Superior Tribunal Militar.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não consegui fazer com que meu voto saísse no painel. Peço que seja considerado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa registrará com muita satisfação.

Retornamos à Ordem do Dia.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem.) – Apenas para registrar, em nome dos três Senadores mineiros, a satisfação em ver aprovado o nome da nova Ministra para o Superior Tribunal Militar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 3:**

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 30, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 329, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 329, de 2006), que *autoriza o Ministério da Defesa a efetuar contratação de pessoal, por prazo determinado, imprescindível ao controle do tráfego aéreo.*

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do último dia 15, quando deixou de ser apreciada em virtude da falta de acordo de lideranças para a deliberação do item 1 da pauta.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– foram apresentadas à medida provisória cinco emendas;– a Proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 20 de novembro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 20 de dezembro;

– o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado Abelardo Lupion (PFL-PR);

– a Medida Provisória entrou em regime de urgência, nos termos do §6º do art. 62 da Constituição Federal, no dia 18 de dezembro, passando a sobrestar todas as demais deliberações legislativas;

– o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 4, de 2007, e se esgotará no dia 12 de abril;

– a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 13 de fevereiro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não votarei contra a contratação dos controladores. O Brasil necessita e necessitava há muito tempo, mas tudo isso é fruto da falta de governo, que resultou no maior apagão aéreo já ocorrido neste País ou em qualquer país do mundo, que ocasionou a morte de 154 brasileiros decorrente da falta de entrosamento do Ministério da Defesa com os comandos militares, em particular da Aeronáutica.

O Ministro Waldir Pires demonstrou a sua incapacidade, que eu já conhecia há muito tempo, mas que o Brasil desconhecia e conheceu agora. Nenhum Ministro, em tempo algum neste País, procedeu tão mal, dirigiu tão mal uma Pasta como o atual Ministro da Defesa.

O Presidente, para disfarçar, retirou os comandantes militares, mas não adianta mudar os comandos militares com um Ministro que não merece a confiança nem do País e muito menos dos militares. O problema dos controladores aéreos vinha há muito tempo e, todas as vezes em que o Ministro aparecia na televisão, era para dizer que nada sabia, seguindo assim um pouco o clima do seu Presidente, que nada sabe do que se passa neste País.

Vamos dar um crédito, afinal de contas os controladores são necessários, mas já seriam há muito e muito tempo. A prova disso, pedindo esse crédito hoje, é a causa do desastre envolvendo o Legacy e o avião da Gol. Se já tivéssemos controladores há mais tempo, o País não estaria vivendo os dias terríveis que vivemos em todos os aeroportos do Brasil. Isso tudo por falta de comando.

O Presidente da República não deu uma satisfação à Nação de tudo o que se passou. Confiava no seu Ministro, que, quando falava, atordoava todo o País, porque, evidentemente, não poderia, de jeito nenhum, fazer o que fez. Quero dizer ao Senhor Presidente que, enquanto estiver no Ministério, não adiantam controladores. Contrate mais, contrate menos, será a mesma coisa, porque falta comando.

A Aeronáutica, o Exército e a Marinha pagaram o preço de terem seus comandantes demitidos pelo Presidente da República, que não demitiu o principal, que era o Ministro. Irá fazê-lo, com certeza, porque ele não se agüenta nesse posto. Tenho certeza, porque o vi como Governador da Bahia e ele era pior do que Jaques Wagner.

Por aí, podem imaginar o que aconteceu no País nesse período.

Aí vem o Governo pedir crédito. Por minha vontade, não votaria crédito nenhum para este Governo. Tenho dito ao meu Líder, Senador José Agripino, que não deveríamos votar esses créditos, mas S. Ex^a achou que deveríamos fazer um acordo para votar os créditos. Então, eu vou votar o crédito exclusivamente por disciplina partidária, mas dar dinheiro a quem não sabe usá-lo é jogar dinheiro fora; dar dinheiro a Waldir Pires é mais do que jogar fora, é jogar pela janela a moral pública, a decência e a competência.

Estamos vivendo momentos difíceis neste País. Hoje, os aeroportos não vão funcionar. Em São Paulo, Sr. Presidente – perdoe-me por citar V. Ex^a –, o Senador Sarney e o Senador Romeu Tuma, levamos, em um Legacy da Aeronáutica, duas horas para decolar! E era o Presidente do Congresso. Agora, Sr. Presidente, a situação piora. Os jornais já dizem – mas sei que V. Ex^a não vai aceitar – que o Presidente da República, todas as segundas-feiras, vai chamá-lo, bem como ao Deputado Arlindo Chinaglia, para fazer a pauta do Senado e da Câmara.

Está em qualquer *site* que os Srs. Senadores procurem. É o cúmulo da humilhação! Já não se pode viajar em horário certo, e ainda a pauta vai ser feita por um Governo que não sabe discernir o que é bom e o que é ruim, o que é sério e o que não é.

Evidentemente, Sr. Presidente, é mais um crime contra o País. Se o Sr. Chinaglia, que é muito bondoso com o Presidente, quiser atendê-lo – e já está havendo reação na Câmara sobre isso –, que V. Ex^a, Sr. Presidente, conte conosco, com todos os Partidos, até mesmo o PT, para não aceitar essa humilhação a mais do Presidente da República com o Congresso Nacional.

Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a e, antes de instruir a matéria, eu gostaria de dizer que tenho a exata noção do princípio da separação dos Poderes e que essa hipótese, pelo menos enquanto eu for Presidente do Senado Federal, jamais existirá. Conversas institucionais haverá sempre e continuará a haver, mas para caracterizar uma influência de um Poder sobre outro, pautando exatamente o outro Poder, isso jamais acontecerá.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falarei rapidamente, até para justificar o voto que vou recomendar aos meus companheiros de Partido.

Essa Medida Provisória é a cara do Governo. Repito: essa Medida Provisória é a cara do Governo – fogo de artifício puro. O que ela diz? O que ela propõe? Ela autoriza a contratação de controladores de voo para controlar a operação de pousos e de decolagens dos aviões no Brasil inteiro. Não contratou ninguém, Senador Efraim! Autoriza a contratação. Autoriza que pessoas estejam sendo, neste momento, instruídas.

Precisava de uma medida provisória? Ou ela foi feita para passar a mensagem ao País de que Lula é o tal e que já editou um diploma legislativo, autorizando a solução do problema? Que solução de problema? As medidas estão aí apenas em processo de instrução! Em vez de medida provisória, não poderia ser um projeto de lei em regime de urgência?

Sr. Presidente Renan, não há um Senador, aposto, entre os 81 Senadores, que não votasse gostosamente a favor de um projeto de lei comum, em regime de urgência urgentíssima, que autorizasse não o treinamento, mas a contratação, em regime de urgência, de controladores de voo. Mas não, usam a medida provisória! Para quê? Para entupir a pauta do Congresso, e o Congresso engole a medida provisória!

Não vou recomendar o voto contrário, porque não quero ser interpretado, nas ruas do Brasil, amanhã, Senador Fernando Collor, como alguém que ficou contra o interesse coletivo, que é o de saber que os pousos e as decolagens estão sendo controlados corretamente. Vou votar a favor, mas que não me vendam gato por lebre! Vamos votar algo absolutamente desnecessário: uma medida provisória a mais desnecessária! Ela poderia ser um projeto de lei em regime de urgência, se o Poder Executivo respeitasse o Poder Legislativo.

Então, vamos votar a favor e vamos esperar a solução do problema do apagão aéreo das mãos do Presidente Lula. E isso vamos cobrar.

O voto do PFL, desmascarando, evidentemente, a farsa, é “sim”, mas deixando claro que não estamos votando nenhuma atitude eficaz do Governo rumo à

solução do problema do apagão aéreo. Estamos votando para não sermos mal interpretados pela sociedade brasileira.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, foi muito feliz a fala do Senador José Agripino, Líder do PFL.

Convido a Casa a exercitar comigo uma certa lógica. A medida provisória tem o caráter de urgência e relevância para ser efetivamente constitucional. Qual é a suposição, então, que faz o homem, que faz a mulher do senso comum? É que, uma vez autorizada a verba pela via da medida provisória, o problema encontre uma solução rápida, uma solução pronta; e nós, ao contrário, percebemos o perdurar da tortura aos brasileiros nos aeroportos.

Ninguém, hoje, em sã consciência, pode marcar um compromisso no Rio de Janeiro, saindo de Brasília às 10h, de modo a, às 12h30, estar no escritório de alguém para firmar um acordo de advocacia ou um acordo empresarial. Ninguém, em sã consciência, pode, com responsabilidade, assumir um compromisso desses!

O Governo hesita, o Governo não mexe no seu Ministro. Até mexeu nos comandantes militares – nem sei se a culpa era deles. Mas, visivelmente, faltou ao Ministro Waldir Pires comando, liderança. Esse é o fato.

A impressão que me passa o Presidente Lula, muitas vezes, Sr. Presidente, é a de alguém que torce para que a conjuntura internacional seja sempre benigna, seja sempre favorável, de modo a poupá-lo de enfrentar os reais problemas internos do País. Isso não perdura, isso não dura quatro anos mais, até porque já durou quatro anos para trás. É uma mágica que não se reproduz!

Estou realmente preocupado com este País.

Hoje, vimos algo de inquietante acontecendo na Bolsa da China. Pode ser uma bolha – e acredito que seja uma bolha. Espero, aliás, que a China, com mais um dia, com mais um pouco de tremeliques na sua Bolsa, volte ao normal. Mas a chave da garantia brasileira, hoje, está no fato de a China continuar comprando, desbragadamente, as nossas *commodities*, os nossos produtos de base. Se isso não acontece, o Brasil entra em parafuso efetivamente, porque o Brasil não está sendo capaz de maximizar as suas possibilidades de governo. O Brasil não é capaz de operar a sua máquina de governo. O Brasil não tem ministros que, efetivamente, toquem para valer os seus orçamentos. Ou o Ministro não gasta absolutamente nada, porque

não se revela capaz administrativamente, ou o Ministro gasta muito, gasta mal. O Governo gasta muito e gasta mal. Temos um nó fiscal para resolver. Além desse nó fiscal, existe a questão administrativa.

Está longe a verdadeira solução para a crise do controle de vôo no Brasil. Está longe! Tomara Deus queira que outros desastres não aconteçam. Tomara Deus permita que eu esteja errado e que o Brasil possa, dentro em pouco, mostrar normalidade nos aeroportos. Daqui a pouco, vem a Semana Santa; vai ser outro momento de crise. No Carnaval, foi assim; no Natal e no **Réveillon**, houve algo parecido.

Portanto, Sr. Presidente, o dinheiro já está gasto. Poderíamos aqui, simbolicamente, como fez ainda há pouco, pela Liderança – e o fez muito bem –, o Senador Alvaro Dias, registrar retoricamente o voto “não”. Da outra vez, isso cabia; desta vez, não, porque se trata do controle aéreo. Diz muito bem o Senador José Agripino: há uma simbologia grande nesse voto, há um símbolo. Que não digam, ainda por cima, depois de haverem arruinado o tráfego aéreo do País, que nós, da Oposição, estamos a votar contra um dinheiro que já foi gasto – e eles passariam a idéia de que ainda não foi gasto –; um dinheiro que viria para resolver esta questão tão pungente, tão deprimente, tão dolorosa na vida dos brasileiros.

Portanto, o PSDB vota, mecanicamente, “sim”, sabendo que se monta um brutal engodo para um povo que continua sofrendo e passando os piores bocados nos aeroportos das cidades brasileiras. O PSDB, portanto, não tem outro remédio a não ser votar “sim”, denunciando a fraude, denunciando a farsa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Senadores, de técnico de avião e de entendedor de aviação, todos nós, brasileiros, temos um pouco!

É evidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, que concordo em gênero, número e grau com a advertência feita por V. Ex^a. O Governo Federal passa a responsabilidade para o Congresso no que diz respeito à votação da liberação de recursos para a contratação de controladores de vôo, como se essa fosse a solução para os problemas.

Senador José Maranhão, V. Ex^a, um profundo conhecedor dos problemas por que passa a aviação brasileira por causa do tráfego aéreo, lembra-se de que as autoridades aeronáuticas, em oitiva no Senado da República, chegaram ao deslante de confundir espaço aéreo com tráfego aéreo e querem passar à opinião pública que a solução está na contratação,

por tempo determinado, de pessoal para o controle aeronáutico.

Eu gostaria de sugerir ao Presidente da Comissão de Serviços de Infra-estrutura que designasse uma comissão de Senadores, Senador Tasso Jereissati, para que ficasse durante 12 horas, 24 horas, o tempo que quisesse, nos principais centros de controle de voo do Brasil, a começar por Brasília, onde está o Cindacta; na Amazônia, onde está o Sivam, Ministro Alfredo Nascimento; no Rio de Janeiro, no Paraná, que é o centro controlador do Cone Sul, para que visse o caos em que vivemos por conta do sucateamento do aparelhamento de navegação aérea do País.

O Cindacta, de tantos serviços prestados ao Brasil, é um projeto da década de 70, adquirido quando alguns equipamentos de geração moderna, usados em aviação naquele tempo, nem eram imagináveis. O próprio GPS apenas engatinhava; o TCAS, sobre o qual o Ministro Waldir Pires deu uma aula tecnológica sobre seu uso, era apenas obra da fantasia dos filmes da era espacial.

De nada adianta a contratação de controladores se não se reequipar, de maneira rápida e urgente, esses centros nevrálgicos do controle do espaço aéreo brasileiro.

O Governo deveria, sim, ter a coragem, diante do caos que vivemos, de decretar caráter de emergência no setor, Senador Antonio Carlos, e, imediatamente, proceder à aquisição de equipamentos fundamentais para o controle do tráfego aéreo no País. O projeto Sivam, que foi amaldiçoado pelos que hoje são do Governo, é o que ainda tem ajudado a salvar essa situação, porque junto com ele veio o sistema de controle do Estado do Paraná. Se não houvesse isso, imaginem o que estaríamos vivendo hoje!

O Governo passado, que é o atual, que tanto criticava o Governo atrasado e o retrasado, mesmo não investindo um tostão em segurança aeronáutica, é tão despreparado e desprevenido que comprou um avião de última geração, tão moderno que possui aparelhos que o nosso sistema de controle de tráfego aéreo não tem capacidade de aceitar ou receber.

Sr. Presidente, em determinado momento, o Ministro da Defesa colocou a culpa do acidente que vitimou 154 pessoas na falta de conexão de uma aeronave com a posição Teres. Alguém lhe disse que a culpa era da posição Teres, e o Ministro fez uma dissertação fantástica sobre a posição Teres.

O que é a posição Teres? Ninguém a vê, ninguém a viu, nem a verá. A posição Teres é como a linha do Equador, uma linha imaginária que serve para a navegação e a divisão do globo, resultante de estudo

feito há anos e anos, antes da posição Teres. O que é a posição Teres? É uma posição imaginária criada para que, no sistema de navegação, os comandantes restrinjam o seu plano de voo e tenham maior segurança e controle na navegação. Portanto, a posição Teres não evita acidentes. O que o faz são os equipamentos modernos, que o Brasil não tem.

Aliás, é preciso que se traga ao Senado Federal o Ministro Viegas, o primeiro Ministro da Defesa do Governo Lula, o qual, na reunião do Conac (Conselho Nacional de Aviação Civil), fez várias recomendações. A primeira delas, lá atrás, foi a contratação de controladores de voo e a compra de novos equipamentos.

O que fez o Governo? Não tomou providências, afastou o Ministro e o Conac nunca mais se reuniu.

Senador Mercadante, que, hoje, é o paladino do desenvolvimento no País e que, em boa hora, é o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, este País não vai crescer se não tiver segurança aérea. Segurança jurídica não tem, nem pensar! O investidor para cá não vem. Sem segurança aérea, também não.

É constrangedor ver, no maior aeroporto do Brasil, na capital do seu Estado, a quantidade de empresários que se amontoa todas as manhãs, porque os vôos são cancelados e o caos aéreo faz com que, decepcionados, eles retornem aos seus países de origem.

É preciso que o Governo assuma a responsabilidade sobre esse problema antes que novas fatalidades aconteçam.

Senador Jarbas Vasconcelos, tive a curiosidade de acompanhar, durante dois dias, a movimentação desses centros de controle. Em 12 horas, observei a quantidade de vezes que os equipamentos saíram do ar.

Senador Wellington Salgado, que é um aeronauta, V. Ex^a sabe do que estou falando, porque usa aeronaves constantemente e vive sofrendo nas filas de espera de aeroportos. Os equipamentos saem do ar e os aviões ficam a voar no espaço aéreo brasileiro a esmo, sem segurança alguma, seguindo apenas a orientação da torre para que mantenha determinada altitude em determinado ponto.

É evidente, Senador José Agripino, que, atendendo ao espírito cívico de V. Ex^a, não vamos votar contra essa emenda. No entanto, sabemos que estamos cumprindo nosso dever e que sairemos daqui com a consciência tranqüila, mas o Governo não está cumprindo o seu. O Governo cumprirá seu dever quando assumir uma gestão de crise, decretar calamidade e renovar os equipamentos aéreos deste País, que estão completamente sucateados.

Vem chegando ao plenário o Presidente da Comissão de Serviços de Infra-estrutura, a quem sugi-

ro que faça uma visita ao Cindacta e aos centros de controle aéreo do Brasil para confirmar o que estou dizendo, se é verdadeiro ou não o sucateamento dos equipamentos que dão “segurança” ao brasileiro que precisa voar para exercer, com dignidade, suas atividades.

Dito isso, Sr. Presidente, feito o alerta, votarei com a consciência tranqüila. Cumpro meu dever, mas duvido que os integrantes do Governo façam o mesmo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão, Relator revisor da matéria.

PARECER Nº 79, DE 2007 – PLEN

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o meu parecer é a respeito do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2006, proveniente da Medida Provisória nº 329, de 2006, que permite ao Ministério da Defesa contratar, no âmbito do Comando da Aeronáutica e por prazo determinado, pessoal imprescindível ao controle do tráfego aéreo.

Sr. Presidente, exatamente por ser Relator, não devo entrar no âmago deste debate. Devo apenas emitir o meu parecer técnico, que é pela aprovação, sem emendas, do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2006, a que me referi, uma vez que a proposição é constitucional, jurídica e obedece à boa técnica legislativa, assim como atende aos pressupostos constitucionais de urgência e relevância e à exigência legal da adequação orçamentária e financeira.

Acredito até que, se deveríamos resolver o problema por meio de medida provisória, esta já tardava.

É o meu parecer favorável, Sr. Presidente.

É o seguinte o Parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2007

De Plenário, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2006, proveniente da Medida Provisória nº 329, de 1º de novembro de 2006, que permite ao Ministério da Defesa contratar, no âmbito do Comando da Aeronáutica e por prazo determinado, pessoal imprescindível ao controle do tráfego aéreo.

Relator-Revisor: Senador

I – Relatório

Nos termos do art. 7º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, é submetido à apreciação desta Casa o Projeto de Lei de Conversão (PLV)

nº 30, de 2006, que autoriza o Ministério da Defesa a efetuar contratação de pessoal, por prazo determinado, imprescindível ao controle do tráfego aéreo, oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória (MPV) nº 329, de 1º de novembro de 2006, de ementa idêntica.

O Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 4, de 1º de fevereiro de 2007, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, prorrogou a vigência da MPV em análise, pelo período de sessenta dias, a partir de 10 de fevereiro de 2007, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

A Medida Provisória nº 329, de 2006, encaminhada ao Congresso Nacional por intermédio da Mensagem nº 943, de 1º de novembro de 2006, possui cinco artigos. O Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2006, derivado daquela MP, compõe-se também de cinco artigos e promove pequenas alterações no texto da norma editada pelo Executivo.

Na tramitação do PLV na Câmara dos Deputados foram apresentadas cinco emendas, das quais apenas uma foi acatada pelo Relator.

O art. 1º da MPV autoriza o Ministério da Defesa, no âmbito do Comando da Aeronáutica, a contratar, em caráter temporário, pessoal imprescindível ao controle do tráfego aéreo. O dispositivo não sofreu alteração no PLV.

O prazo e o quantitativo de pessoal máximos para a contratação foram definidos no art. 2º da Medida Provisória em: até 31 de dezembro de 2007 e sessenta pessoas, respectivamente. Emenda apresentada pela Deputada Perpétua Almeida e acolhida pelo Relator, Deputado Abelardo Lupion, modificou o texto da MPV. Sem alterar o número máximo de contratados, foi ampliado no PLV o prazo do permissivo para dois anos, prorrogável por igual período.

Os arts. 3º e 4º da Medida Provisória não foram alterados pelo PLV em tramitação.

De acordo com o art. 3º aplica-se ao pessoal contratado temporariamente nos termos da Medida Provisória o disposto nos arts. 5º, 6º, 7º inciso I, 9º a 12 e 16 da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e na Lei nº 8.647, de 13 de abril de 1993.

O art. 4º estabelece que as contratações temporárias dar-se-ão mediante processo seletivo simplificado ou, em caso de urgência que impeça a realização do referido processo seletivo, por meio de análise de curriculum vitae e à vista da notória capacidade técnica profissional.

O art. 5º estabelece a vigência da lei a partir da data de sua publicação.

II – Análise

Urgência, Relevância e Adequação Financeira ou Orçamentária

O art. 8º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, estabelece que o Plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional decidirá preliminarmente quanto à relevância e urgência da Medida Provisória e à sua adequação financeira ou orçamentária.

Quanto à urgência e relevância da Medida Provisória que originou o PLV sob análise, exigidas pelo **caput** do art. 62 da Constituição Federal para a edição da espécie normativa, avaliamos que ambas estão presentes.

Os fatos ocorridos no ano passado no início deste ano demonstram que, entre os motivos causadores dos problemas enfrentados pelos passageiros de vôos comerciais no espaço aéreo brasileiro está a carência de controladores de vôo. Por certo, não é esse o único fator determinante para as dores de cabeça enfrentadas ou que se colocarão diante do cidadão que pretenda utilizar um bom serviço de transporte aéreo. Muitas outras questões merecem exame acurado.

Não se pode argüir desrespeito à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o que acarretaria inadequação financeira e orçamentária. Conforme o que se depreende da Exposição de Motivos Interministerial nº 512/MD/MP/CC-PR, de 1º de novembro de 2006, que acompanha a Mensagem Presidencial, o impacto orçamentário-financeiro da proposta não é significativo em relação ao orçamento do Comando da Aeronáutica e a contratação deverá obedecer a existência prévia de recursos orçamentários destinados a essa finalidade, em consonância com os arts. 16 e 17 da LRF. Além disso, o art. 5º da Lei nº 8.745, de 1993, a que se submete a contratação objeto dessa MPV, consoante o seu art. 3º, somente poderá ser feita com observância da dotação orçamentária específica e mediante prévia autorização do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Ministro da Defesa.

Constitucionalidade, Juridicidade e Técnica Legislativa

A constitucionalidade da MPV é inquestionável. Sua edição atende aos requisitos do art. 62 da Carta Magna e a União é competente para legislar sobre contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária sua de excepcional interesse público, conforme dispõe o art. 37, IX. Na hipótese, é cabível mitigar o princípio constitucional da contratação por meio de concurso público (inciso II do art. 37).

A proposição é consentânea com o ordenamento jurídico pátrio e incorpora a técnica legislativa preco-

nizada pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Mérito

O trágico acidente envolvendo o vôo 1907 da Gol e um jato executivo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, deflagrou uma série de eventos que demonstram a premente necessidade de não apenas contratar mais controladores de vôo, mas também de se repensar a carreira desses profissionais, a estrutura do controle aéreo e os equipamentos, não excluindo da discussão o próprio modelo que o País adota para realizar esse controle. O caos estabelecido nos aeroportos brasileiros é a prova cabal da necessidade de repensarem todos esses pontos.

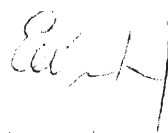
Todavia, o mais importante de todos os considerandos que fundamentam a urgência e a relevância da medida é a inafastável responsabilidade do Poder Público de garantir a segurança dos passageiros. A contratação temporária de controladores deve ser vista, porém, realmente apenas como um paliativo emergencial.

Quanto à extensão do prazo para as contratações, julgamo-la oportuna. Além de permitir que se realize um concurso público sem açodamento, haverá tempo para discussão mais profunda sobre carreira e o modelo adotado no Brasil para controle do tráfego aéreo. As conclusões dessa discussão permitirão dimensionar melhor as necessidades a serem supridas no certame.

III – Voto

Diante do exposto, opinamos favoravelmente à aprovação, sem emendas, do PLV nº 30, de 2006, uma vez que a proposição é constitucional, jurídica e obedece à boa técnica legislativa, assim como atende aos pressupostos constitucionais de urgência e relevância e a exigência legal da adequação orçamentária e financeira.

Sala das Sessões,



, Relator-Revisor

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Parecer preliminar do Relator revisor é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

No mérito, é pela aprovação.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Passamos à apreciação do mérito da Medida Provisória.

Discussão do Projeto de Lei de Conversão, da Medida Provisória e das emendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o Projeto de Lei de Conversão, que tem preferência regimental.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o Projeto de Lei de Conversão, ficam prejudicadas a Medida Provisória e as demais emendas a ela apresentadas.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 30, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 329, de 2006)

Autoriza o Ministério da Defesa a efetuar contratação de pessoal, por prazo determinado, imprescindível ao controle do tráfego aéreo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Nos termos do inciso IX do **caput** do art. 37 da Constituição Federal, fica o Ministério da Defesa autorizado a efetuar contratação temporária, no âmbito do Comando da Aeronáutica, de pessoal imprescindível ao controle do tráfego aéreo.

Art. 2º A contratação de que trata esta lei será de, no máximo, 60 (sessenta) pessoas, com validade de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogada por igual período.

Art. 3º Aplica-se ao pessoal contratado temporariamente nos termos desta Lei o disposto nos arts. 5º e 6º, no inciso I do art. 7º, nos arts. 9º a 12 e 16 da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e na Lei nº 8.647, de 13 de abril de 1993.

Art. 4º A contratação de que trata esta Lei dar-se-á:

I – mediante processo seletivo simplificado; ou

II – caso a urgência impeça a realização do processo seletivo, mediante análise de curriculum vitae e à vista de notória capacidade técnica profissional.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 4:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 330, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 330, de 2006, que *abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de empresas do Grupo Eletrobrás, no valor total de cento e seis milhões, setecentos e vinte e seis mil, setecentos e sessenta e nove reais, para os fins que especifica.*

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do último dia 15, quando deixou de ser apreciada em virtude da falta de acordo de lideranças para a deliberação do item 1 da pauta.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– foram apresentadas à Medida Provisória duas emendas;

– a Proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 24 de novembro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 6 de fevereiro;

– o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado Hermes Parcianello (PMDB – PR);

– a Medida Provisória entrou em regime de urgência, nos termos do §6º do art. 62 da Constituição Federal, no dia 4 de fevereiro, passando a sobrestar todas as demais deliberações legislativas;

– o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 5, de 2007, e se esgotará no dia 19 de abril;

– a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 13 de fevereiro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Tenho a honra de designar o Senador Garibaldi Alves Filho como Relator revisor da matéria.

Com a palavra V. Ex^a.

PARECER Nº 80, DE 2007 – PLEN

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN.

Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse processo trata da Medida Provisória nº 330, de 9 de novembro de 2006, que *abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimentos para 2006, em favor de empresas do Grupo Eletrobrás, no valor total de R\$106.726.769 milhões, para os fins que especifica.*

Sr^{as} e Srs. Senadores, tendo em vista os vários aspectos que deveriam nortear a apresentação desse parecer, mas levando em consideração que V. Ex^{as} já têm conhecimento da matéria, o instituto do crédito extraordinário, constitucionalmente, tem o objetivo de atender única e exclusivamente à programação cujas despesas não sejam passíveis de previsibilidade e que se revistam do caráter de urgência.

Portanto, em se tratando de despesas de realização imediata que não podem se submeter ao processo legislativo ordinário, o seu mérito subjaz à importância dos fatos que requerem imediata intervenção do setor público.

Nesse sentido, o crédito extraordinário em exame demonstra-se, indubitavelmente, meritório.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em razão do exposto, opinamos pela atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e imprevisibilidade das despesas constantes da Medida Provisória nº 330, de 2006, por sua adequação financeira e orçamentária e, no mérito, por sua aprovação, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Sr. Presidente, é o parecer.

É o seguinte o Parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2007 - PLEN

Origem: Poder Executivo

Relator Revisor: Senador Flexa Ribeiro

1 APRECIÇÃO

1.1 Histórico

Com base no art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República adotou e submete ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 330, de 09 de novembro de 2006, que *“Abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de empresas do Grupo ELETROBRÁS, no valor total de R\$ 106.726.769,00, para os fins que especifica.”*

A medida provisória, publicada no DOU em 10 de novembro de 2006, abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de empresas do Grupo ELETROBRÁS, no valor global de R\$ 106.726.769,00 com a seguinte destinação, sempre no órgão 32000 – Ministério das Minas e Energia¹:

UNIDADE / AÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO
32223 CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS	3.800.000
25.752.0276.2C40.0001 - ESTUDOS PARA INTEGRACAO ENERGETICA COM OS PAISES DA AMERICA LATINA – NACIONAL	700.000
25.752.0276.6508.0001 - ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIACAO DA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA – NACIONAL	600.000
25.752.0276.6510.0001 - ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIACAO DA TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA – NACIONAL	1.000.000

¹ Todas as programações têm Indicador de Resultado Primário 2, Natureza 4 – Investimento e Fonte 495.

UNIDADE / AÇÃO		SUPLEMENTAÇÃO
	25.752.0295.1H02.0043 - ADEQUACOES NA INTERLIGACAO DOS SISTEMAS ELETRICOS BRASILEIRO E URUGUAIO ATRAVES DA CONVERSORA DE FREQUENCIA DE RIVERA (RS) (RESSARCIMENTO DOS DISPENDIOS EFETUADOS PELA ELETROSUL) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	1.500.000
32225 - ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.		21.743.000
	25.752.0295.1F91.0043 - IMPLANTACAO DA USINA HIDRELETRICA PASSO SAO JOAO COM 77 MW (RS) E SISTEMA DE TRANSMISSAO ASSOCIADO EM 69 KV, COM 30 KM DE EXTENSAO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	21.743.000
32228 - FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S.A.		79.183.769
	25.752.0296.1G96.0001 - IMPLANTACAO DA USINA HIDRELETRICA PAULISTAS, COM 52,5 MW (MG/GO) E SISTEMA DE TRANSMISSAO ASSOCIADO EM 138 KV, COM 75 KM DE EXTENSAO - NACIONAL	18.116.408
	25.752.0296.1G97.0035 - IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO TIJUCO PRETO - ITAPETI - NORDESTE (345 KV - 50 KM) - (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO	28.829.456
	25.752.0296.1G98.0030 - IMPLANTACAO DE COMPLEXO DE GERACAO E TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA - UHE SIMPLICIO COM 305,7 MW, PCH ANTA COM 28 MW E SISTEMA DE TRANSMISSAO ASSOCIADO EM 138 KV, COM 120 KM DE EXTENSAO (MG/RJ) - NA REGIAO SUDESTE	32.237.905
32273 - MANAUS ENERGIA S.A.		2.000.000
	25.752.1042.3259.0013 - IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO, SUBTRANSMISSAO E TRANSFORMACAO DA SE, LIGANDO MANAUS A IRANDUBA, MANACAPURU E NOVO AIRAO (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS	2.000.000
TOTAL		106.726.769

A Medida Provisória indica ainda os recursos destinados à abertura do crédito, num total de R\$ 79.183.769 em cancelamentos de programações do Orçamento de Investimentos e R\$ 27.543.000 de outras fontes de recursos, distribuídos da seguinte forma:

ORIGEM	VALOR
Recursos próprios – geração própria	12.280.916
32223 CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS	3.800.000
32225 - ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.	8.280.916

ORIGEM	VALOR
32273 - MANAUS ENERGIA S.A.	200.000
Operações de crédito de longo prazo	13.462.084
32225 - ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.	13.462.084
Outros recursos de longo prazo - controladora	1.800.000
32273 - MANAUS ENERGIA S.A.	1.800.000
Cancelamento de dotações²	
32228 - FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S.A.	79.183.769
25.752.0296.2192.0030 - REFORCOS NO SISTEMA DE TRANSMISSAO NA AREA DOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DO ESPIRITO SANTO - NA REGIAO SUDESTE	41.977.007
25.752.0296.2194.0030 - REFORCOS NO SISTEMA DE TRANSMISSAO NA AREA DOS ESTADOS DE SAO PAULO E DE MINAS GERAIS - NA REGIAO SUDESTE	31.778.160
25.752.0296.4469.0001 - MANUTENCAO DO SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA - NACIONAL	4.037.827
25.752.0296.1 ^A 01.0033 - IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO MACAE (RJ) - CAMPOS (RJ), 3º CIRCUITO (345KV - 92 KM) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	57.222
25.7520296.3302.0031 - MODERNIZACAO DA UHE MASCARENHAS DE MORAES COM 476 MW (MG) - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	155.600
25.126.0807.4103.0001 - MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL	731.953
25.752.0807.4101.0001 - MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL	446.000
TOTAL	106.726.769

A Exposição de Motivos – EM nº 253/2006/MP, de 25 de outubro de 2006, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a Medida Provisória em exame, informa que o crédito extraordinário tem por finalidade “adequar os cronogramas físico-financeiros dos investimentos das referidas empresas às novas prioridades estabelecidas para o corrente exercício, para atendimento da demanda por energia elétrica no curto e médio prazos”. Segue então discriminando as ações a serem suplementadas, na forma já transcrita na tabela acima.

Quanto aos pressupostos constitucionais, afirma o Executivo que “A urgência e a relevância na abertura deste crédito decorre da premente necessidade de iniciar os

² Todas as programações canceladas têm Indicador de Resultado Primário 2, Natureza 4 – Investimento e Fonte 495.

referidos empreendimentos ainda neste exercício, com vistas a aumentar a oferta de energia elétrica e, com isso, reduzir o risco de desabastecimento energético [..]". Acrescenta que alguns dos projetos suplementados foram objeto de contratos de concessão licitados no exercício, que fixam prazos máximos para entrada de operação das usinas sob pena de penalidades pela ANEEL e descumprimento de contratos de venda de energia. Tais projetos são os seguintes:

EMPREENHIMENTO	DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO DE CONCESSÃO
LT Tijuco Preto – Itapeti – Nordeste	27.04.2006
UHE Paulistas	15.08.2006
UHE Simplício	15.08.2006
UHE Passo São João	15.08.2006

Nada consta, na EM, sobre a imprevisibilidade da despesa contida nos créditos abertos.

A EM não informa as medidas que serão adotadas para evitar prejuízos ao alcance da meta de superávit primário estabelecida no art. 2º da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005 (LDO 2006).

Em 06 de fevereiro de 2007, a Câmara dos Deputados aprovou parecer do Relator, Deputado Hermes Parcianello, proferido em Plenário, concluindo pela aprovação integral da Medida Provisória.

2 VOTO DO RELATOR

O Parecer deste Relator abordará, em itens separados, os aspectos constitucionais, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de mérito, de adequação financeira e orçamentária e o cumprimento das exigências de envio do documento em que se expõe a motivação do ato, conforme prescreve para a apreciação do Congresso Nacional o art. 5º, combinado com o § 1º do art. 2º da Resolução nº 01, de 2002 – CN.

2.1 DO ATENDIMENTO DOS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS

O art. 62 da Constituição Federal confere competência ao Presidente da República para, em caso de relevância e urgência, adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato à apreciação do Congresso Nacional.

Outra regra que aqui deve ser invocada diz respeito ao § 3º do art. 167 da Lei Magna, segundo o qual a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção

interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62. No caso em exame, o critério da imprevisibilidade, a justificar o presente crédito extraordinário, encontra-se em cada caso enunciado pelo Poder Executivo.

O pronunciamento técnico da Casa, juntado ao processado, descarta a ocorrência de imprevisibilidade em cada uma das dotações abertas, com base na análise de mérito de cada uma das finalidades dos créditos respectivos.

Não obstante a análise acima, e reconhecendo a deficiência na apresentação da imprevisibilidade feita pela Exposição de Motivos, entendo que, no caso, não é conveniente ao Legislativo adentrar no mérito administrativo de cada um dos programas alcançados pela Medida Provisória. Ainda que não tenham sido evidenciadas a contento, no instrumento próprio, entendo deva-se abrir ao Poder Executivo o crédito da presunção em favor de sua alegação de que a despesa em tela tenha sido insuscetível de previsão anterior, possibilitando assim a abertura de crédito extraordinário.

Quanto à relevância e urgência, encontram-se cabalmente demonstradas, inclusive sem que haja qualquer objeção técnica.

Dessa forma, confrontando as disposições constitucionais acima mencionadas com as justificativas apresentadas pelo Poder Executivo para a adoção da presente medida provisória como veículo para a abertura do crédito extraordinário, verifico ser possível pronunciar sua admissibilidade à vista dos requisitos de urgência, a relevância e a imprevisibilidade de que cuidam os mencionados dispositivos.

2.2 DA ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

A teor das disposições insertas no § 1º do art. 5º da Resolução nº 01, de 2002 – CN, “O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União”.

O crédito solicitado indica as fontes de recursos necessárias à execução das despesas propostas. Nada consta sobre as medidas que serão adotadas para evitar prejuízos ao alcance da meta de superávit primário estabelecida no art. 2º da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005 (LDO 2006). De fato, a Medida Provisória acresce ao resultado primário um total de R\$ 27.543.000 de despesas primárias discricionárias (incluindo R\$ 13.462.084 referentes a operações de crédito contraídas). Por tal ocorrência, a medida proposta não se conforma à meta fiscal prevista no art. 2º da LDO/2006.

Embora a demonstração de não-alteração do resultado primário (§ 13 do art. 63 da LDO/2006) seja aplicável a “projetos de lei” (não envolvendo, pois, créditos abertos por medida provisória, em virtude de sua natureza excepcional), deve-se lembrar que o pagamento dessas despesas também afeta o alcance da meta fixada. Dessa forma, o ajuste da execução do orçamento em decorrência dessas despesas será inevitável.

Não se detectam inconformidades com os termos do Plano Plurianual 2004-2007 (Lei nº 10.933/2004, com alterações subseqüentes), nem outras ressalvas frente à Lei de Diretrizes Orçamentárias/2006 (Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005), conforme demonstrado na análise técnica.

2.3 DO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE MOTIVAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA

A Exposição de Motivos 253/2006/MP, de 25 de outubro de 2006, que acompanha a medida provisória supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 01, de 2002 – CN, acerca do envio de documento expondo os motivos justificadores da adoção da medida provisória.

2.4 DO MÉRITO

O instituto do crédito extraordinário, constitucionalmente, tem o objetivo de atender, única e exclusivamente, a programações cujas despesas não sejam passíveis de previsibilidade e que se revistam do caráter de urgência. Portanto, em se tratando de despesas de realização imediata, que não se podem submeter ao processo legislativo ordinário, o seu mérito subjaz à importância dos fatos que requerem imediata intervenção do poder público. Nesse sentido, o crédito extraordinário em exame demonstra-se indubitavelmente meritório.

2.5 DA ANÁLISE DAS EMENDAS

Ao analisar as 2 emendas apresentadas ao crédito, constatamos que devem ser declaradas inadmitidas, tendo em vista que conflitam com disposições constitucionais, legais ou regimentais. Nomeadamente, trata-se de duas emendas que estabelecem novas hipóteses de renúncia de receitas, o que contraria a legislação nos seguintes pontos:

- a) a renúncia de receitas nos termos do art. 14 § 1º da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) exige as demonstrações previstas nos incisos I e II do *caput* do mesmo artigo (compensações ao benefício concedido), demonstração esta que não se faz presente nas emendas, pelo que o seu conteúdo não se conforma à exigência do referido art. 14 da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- b) a emenda é proposta a Medida Provisória que abre crédito extraordinário, e seu conteúdo refere-se à fixação de gravames tributários – portanto, matéria alheia à veiculada na Medida Provisória original, que limita-se à alteração de

créditos orçamentários. Desta forma, a emenda contraria expressamente dispositivo do processo legislativo fixado pelo art. 4º § 4º da Resolução 01/2002 do Congresso Nacional (“É vedada a apresentação de emendas que versem sobre matéria estranha àquela tratada na medida provisória, cabendo a Presidente da Comissão o seu indeferimento liminar.”)

Portanto, por contrariarem as determinações constantes do art. 4º, § 4º, da Resolução 01/2002 do Congresso Nacional e do art. 14 da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), devem as emendas serem inadmitidas, nos termos do art. 20 da Resolução 01/2001 do Congresso Nacional, .

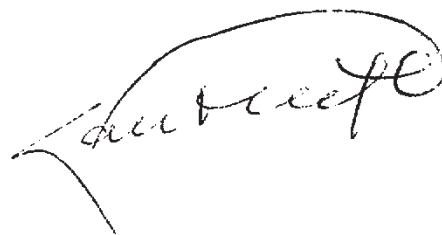
Ressalto que, assim como no mérito e na adequação financeira, o posicionamento ora ~~adotado~~ é semelhante ao da apreciação pela Câmara dos Deputados.

2.6 DA CONCLUSÃO

Em razão de todo o exposto, opinamos pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e imprevisibilidade das despesas constantes da Medida Provisória nº 330, de 2006; por sua adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, por sua aprovação nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, em de de 2007.

Senador **Flexa Ribeiro**
Relator Revisor



Anexo I

(Ao Parecer nº , de 2007)

MP nº 330, de 2006 – CN

DEMONSTRATIVO DE QUE TRATA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 46 DO REGULAMENTO INTERNO DA CMO

Nº Emenda	Autor	Finalidade	Valor (R\$)	Parecer
1	Betinho Rosado	Reduzir a zero as alíquotas de PIS/PASEP e COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de sal, milho, rapadura e açúcar mascavo destinados à alimentação humana (com alteração na Lei 10.865/2004)	0	Pela inadmissibilidade (art. 20, da Resolução nº 01, de 2001 – CN)
2	Betinho Rosado	Prorrogar por dez anos a isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM prevista no art. 17 da Lei 9432/97	0	Pela inadmissibilidade (art. 20, da Resolução nº 01, de 2001 – CN)
Total I			825.226.203	

Anexo II

(Ao Parecer nº , de 2007)

MP nº 330, de 2006 – CN

DEMONSTRATIVO DE QUE TRATA O ART. 31, INCISO I, DA RES. Nº 01, DE 2001–CN

Emenda	Autor	Subtítulo	Valor (R\$)	Decisão
1	Betinho Rosado	Reduzir a zero as alíquotas de PIS/PASEP e COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de sal, milho, rapadura e açúcar mascavo destinados à alimentação humana (com alteração na Lei 10.865/2004)	0	Pela inadmissibilidade (art. 20, da Resolução no 01, de 2001 – CN)
2	Betinho Rosado	Prorrogar por dez anos a isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM prevista no art. 17 da Lei 9432/97	0	Pela inadmissibilidade (art. 20, da Resolução no 01, de 2001 – CN)
Total Rejeitadas			0	
Total Inadmitidas			0	
Total Geral			0	

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, para discutir.

O Parecer preliminar do Relator revisor: Senador Garibaldi Alves Filho é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

É favorável; no mérito, pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães para discutir.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero alertar este Plenário para esses créditos, em particular este crédito. Vejam só: o crédito é de 2006; já gastaram todo o dinheiro, e vamos aprová-lo! Que Casa é esta? Como é que pode? Já gastaram o dinheiro! Pergunto: o que deveremos fazer? Confesso que deveríamos rejeitá-lo; posteriormente eles fariam outro decreto; aí, sim, iríamos ao Supremo Tribunal Federal perguntarmos se isso é legal. Ninguém pode dar legalidade a uma medida provisória que já gastou todo o recurso e, hoje, vem aqui pedir crédito aos Srs. Senadores, bonzinhos,

e o nosso Relator, que é, de fato, um homem bom, dá parecer favorável, sem restrição nenhuma.

Se pelo menos S. Ex^a dissesse: “É um absurdo, mas vou dar favorável”, eu aceitaria! Mas S. Ex^a não disse isso. Se S. Ex^a dissesse isso, eu aceitaria, porque isso é uma vergonha. É uma vergonha, esse dinheiro já foi gasto. Pergunto: e se rejeitarmos, o que o Governo fará? O Líder Romero Jucá poderia me dizer: se rejeitarmos, o que acontece?

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Se V. Ex^a encaminhar pela rejeição e o projeto for rejeitado – este projeto, com recursos de R\$ 100 milhões, está atendendo a quatro usinas no Centro-Oeste e no Sudeste – esses empenhos serão cancelados. As obras estão em andamento; os empenhos estão feitos, mas o dinheiro não está gasto, está empenhado, está em desembolso. Então, anula-se o empenho, paralisam-se as quatro obras.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não foi gasto esse dinheiro?

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Foi empenhado; desembolsado ainda não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a garante?

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Garanto. Está no documento da Eletrobrás.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Duvido que V. Ex^a possa garantir, porque eu garanto o contrário!

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Foram empenhados, mas não foram desembolsados.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Senador Antonio Carlos...empenho sem dotação orçamentária?

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Não, empenho tem.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sem dotação orçamentária?

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – A dotação orçamentária está aqui. Começa a valer a dotação orçamentária no momento em que é feita a medida provisória. Por isto foi feito por medida provisória: pela urgência da continuidade das obras dessas quatro hidrelétricas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O que eu posso garantir a V. Ex^a – e garanto porque tenho conhecimento – é que esse dinheiro já foi gasto; já foi gasto! Não empenhe a sua palavra, porque V. Ex^a é um Líder, e um Líder não pode ficar desmoralizado.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Senador Antonio Carlos, o informe da Eletrobrás...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Por que V. Ex^a não consulta a Eletrobrás?

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Porque está escrito aqui.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu tenho o telefone aqui.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Não, porque está por escrito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Antonio Carlos, tenho profundo respeito ao Senador Romero Jucá, como V. Ex^a também o tem. Para que S. Ex^a não corra esse risco,...

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Eu não corro risco algum.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – ...por que não vi ninguém do Governo levantar a voz. Refiro-me ao Governo titular, ao Governo permanente, ao Governo que andou pelas ruas com a estrelinha no peito. Portanto, não vi ninguém defender o Senador Romero Jucá. S. Ex^a, aqui, está como uma estrela que não é vermelha, mas, sim, solitária. Por isso, quero dar uma sugestão: retirar de pauta esse projeto e dar um prazo de 24 horas para que o Senador Romero Jucá consulte os assessores da Eletrobrás já que o Governo não tem competência e nem informação para fazer isso aqui em Plenário. Amanhã, discutiríamos a matéria.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Amanhã, votaremos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Assim, deixaríamos o Senador Romero Jucá em posição confortável. Quero resguardar o Senador Romero, porque poderemos voltar ao poder e S. Ex^a será o nosso Líder. Então, tenho de preservá-lo. Não aceito isso. (Risos.)

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Sr. Presidente, reafirmo as informações que forneci, mas, se o Senador Antonio Carlos pede 24 horas para que possamos votar amanhã, claro que, buscando o consenso de entendimento, concordo e peço...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Lembro à Casa que, se não votarmos essa medida provisória hoje, com a aquiescência do Senador Antonio Carlos Magalhães, não poderemos votar nenhuma outra matéria porque a pauta continuará trancada. Há um requerimento sobre a mesa que trata especificamente do Fundo Partidário.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Se V. Ex^a quiser fazer o entendimento, não tem problema.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Confesso que mantenho a minha posição de não votar hoje. Se isso impede o Fundo Partidário, lamento

muito porque sei que todos os partidos estão querendo, porque estão devendo ao Fundo Partidário.

Estou pronto para isso. Se V. Ex^{as} não aceitarem a minha tese... Por mim, aceito a sugestão do Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães, sou solidário a V. Ex^a.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Senador Antonio Carlos Magalhães, talvez eu possa dar mais uma informação que ajude V. Ex^a. Se o entendimento for deixar para amanhã, eu deixarei. Não há nenhum óbice quanto a essa questão, mas quero dizer o seguinte: essas quatro hidrelétricas são de valores maiores do que os recursos que estão empenhados para esse exercício de 2006. Para se ter uma idéia, a de Tijuco Preto está empenhada em R\$28 milhões – é uma hidrelétrica muito maior. A de Batalha, R\$18 milhões; a de Simplício, R\$32 milhões, e a de Barra de São João, R\$21 milhões.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Senador Romero Jucá, a tradução do que V. Ex^a diz é que isso já foi gasto. Mas terá de gastar mais ainda.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Está empenhado, está em andamento, terá que gastar mais, claro. A obra não está concluída com esse recurso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a, portanto, já disse que já foi gasta essa parte, mas ainda é pouco. Vem mais.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Terá mais, claro.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com a maior honra.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Acho que o País inteiro sabe que estamos muito atrasados nos investimentos no setor hidrelétrico. Há uma demanda de energia crescente e a capacidade de oferta de energia não responde a essa perspectiva futura.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – De quem é a culpa?

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – A culpa é anterior. Nós saímos...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Anterior? V. Ex^{as} não fizeram um *megawatt* a mais.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Deixe-me concluir, Senador. Houve um esforço grande na distribuição de energia. Precisamos aumentar a oferta de energia e não podemos mais atrasar os investimentos. Tanto no passado quanto hoje, é indispensável a

aceleração dos investimentos. Ponderaria, portanto, à Oposição que acho que os valores que estão sendo apresentados não são tão significativos que pudessem levar à discussão que estamos fazendo agora. Temos de sinalizar claramente que é prioritário investir em energia. O País precisa aumentar a oferta de energia e precisa fazer isso rapidamente, para não vivermos dramas que já vivemos no passado. O custo da energia é uma coisa fundamental para toda a economia, e são quatro hidrelétricas extremamente relevantes para sinalizar essa perspectiva de investimento. Como eu acho que V. Ex^a é sempre muito atento aos interesses públicos e tem um papel fundamental da Oposição de fiscalização, penso que vai reconhecer que é uma matéria de urgência e relevância. Trata-se de um tema essencial à economia do País e peço a V. Ex^a que permita que possamos aprovar esses recursos, que são indispensáveis a um setor tão importante para a economia nacional; que mantenhamos a pauta desta sessão, porque há outras matérias também relevantes para serem votadas ainda hoje.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agora eu pergunto: por que se votou a Ministra do Tribunal Militar por antecipação se havia medida provisória?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Antonio Carlos, porque há uma decisão do Supremo que, em sendo autoridade, pode-se votar, desde que seja a vontade do Plenário da Casa, por acordo de Líderes.

Em se tratando de autoridade, há uma decisão do Supremo Tribunal Federal de que pode ser apreciado antes da Ordem do Dia.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Aceito tudo que V. Ex^a disse, mas nem todos os Líderes foram consultados, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É verdade, mas conversamos sobre a pauta na reunião de Líderes.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com muito prazer.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Antonio Carlos Magalhães, os investimentos na área de energia elétrica não acontecerão de R\$106 milhões em R\$106 milhões. Não vão chegar a nada. Os investimentos acontecerão de forma conclusiva se o marco regulatório for mudado, se se criar condições de tarifas atrativas para o capital privado interno e externo. A solução do problema está aí. O nosso objetivo – de V. Ex^a, meu, do nosso Partido e do PSDB – é o de provocar a

discussão da inoportunidade das medidas provisórias. Quero resgatar o oportuno discurso do Senador Aloizio Mercadante, feito há dois, três anos, quando S. Ex^a, com coragem, reconheceu nessa tribuna onde V. Ex^a fala que 60% das MPs editadas até aquela época não deveriam tê-lo sido feitas e que só 40% teriam sentido de serem MPs. A discussão que estamos levando a efeito começa a surtir resultado, porque estamos chegando ao âmago das questões. Esse dinheiro foi gasto ou não foi gasto? Creio que foi gasto, sim. Estamos votando uma coisa absolutamente inócua. Tem sentido abrir crédito para a Eletrobrás por MP? Senador Antonio Carlos, o prazo para edição e reedição de uma MP é de 120 dias, 60 mais 60 – 45 com 15, com mais 45 com 15. Um projeto de lei em regime de urgência constitucional demanda a apreciação em 100 dias; na Câmara dos Deputados, são 45 dias; no Senado Federal, são 45 dias; com mais dez dias, para se apreciarem, de volta, na outra Casa, as emendas que, porventura, tenham sido apresentadas. Essa matéria não poderia ter sido apreciada como projeto de lei em regime de urgência constitucional? Senador Antonio Carlos Magalhães, há uma outra pergunta, há uma outra demanda. Se, porventura, esse dinheiro tiver sido gasto, está correto o que estão fazendo com o Congresso Nacional? Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, está correto o que estão fazendo com o Congresso Nacional, que é de V. Ex^a, que é meu, que é desses 81 Senadores? Há a imposição de uma pauta que deveria estar sendo usada para discutir a segurança, a taxa de juros, a retomada do crescimento...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Isso.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Estamos aqui discutindo coisas que poderíamos discutir por meio de projeto de lei. Isso é um desrespeito ao Poder Legislativo. Isso, sim. A observação que V. Ex^a faz, com toda a oportunidade, está atingindo o objetivo. Temos agora de questionar junto ao Supremo Tribunal Federal. Se o dinheiro tiver sido gasto e derrubarmos a matéria, o que vai acontecer? Esse é um questionamento que o nosso Partido precisa fazer, como forma de disciplinarmos o processo legislativo. Em benefício de quem? De nós? Não, da sociedade, que é quem vai se beneficiar do bom debate, para afastar do debate do mensaleiro, do sanguessuga, dessa coisa toda. Isso é o que temos de fazer. V. Ex^a diz isso com muita propriedade. Lembro apenas a V. Ex^a que temos um Fundo Partidário para apreciar, que é uma matéria que interessa aos Partidos como um todo. Eu quero fazer um apelo. A nossa luta vai continuar. Deveríamos votar contra esta matéria, mas convém que a votemos, visando a abrir espaço para votarmos o fundo partidário e continuar-

mos a nossa luta de contestação à edição desmesurada de medidas provisórias.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Antonio Carlos Magalhães, o Senador José Agripino expressou, de maneira melhor do que eu faria, o meu pensamento: não devemos dar o pretexto de dizerem que somos contra investimentos em infra-estrutura no setor energético. Seguidos leilões já fracassaram e fracassará o próximo, até porque o ambiente jurídico não é convidativo, as regras não são claras, os marcos regulatórios não estão postos de maneira a dar a segurança requerida pelo investidor. E o investidor não faz caridade. Ele procura saber se terá rentabilidade e retorno para o capital que aplica. Ele não é obrigado a pensar no Brasil, sobretudo se é investidor estrangeiro. O Brasil tem de tomar suas precauções, defender-se, mas, sobretudo, saber proporcionar a quem quer investir nas possibilidades que o Brasil oferece a segurança que o capital requer, demanda. É por isso que, no mesmo sentido, eu formulo a V. Ex^a esse apelo. Faço até um raciocínio diferente do que fez o Senador Aloizio Mercadante, à época Líder do Governo, em relação às medidas provisórias. Entendo que cerca de 40% delas merecem o título de medidas provisórias, por serem urgentes e relevantes; 30% delas são importantes, relevantes, sem dúvida, talvez até urgentes, mas mereceriam vir sob a capa de projeto de lei. E os outros 30% – essa é a minha experiência – referem-se a lixo puro. São absolutamente desnecessárias, despiciendas, não têm peso, não têm valor, não têm necessidade. Lembro-me de uma medida provisória, Sr. Senador, que parecia muito urgente. Concederíamos dinheiro do FGTS, para socorrer os titulares do FGTS flagelados por uma enchente no Nordeste. Qual é o coração que não se condoeria com isso? Depois fomos verificar, aqui nesta Casa, na legislatura passada, que não havia ninguém lá detentor de uma conta no FGTS. Ou seja, uma medida feita às pressas, levianamente, para atravancar a pauta do Congresso. E nós a aprovamos e descobrimos, depois, que não havia nem um só beneficiário daquela medida provisória, porque não havia ninguém ali que fosse detentor de uma conta do FGTS. Mas entendo que V. Ex^a está coberto de razão. Esse Governo não criou um *megawatt* novo. Inaugurou obras do Governo passado, não foi capaz de reunir vontades para investir, para valer, na infra-estrutura de energia no País. Que esse Governo não nos acuse de termos brecado recursos para investimentos na infra-estrutura energética. V. Ex^a tem absoluta razão. Chegou-se a um ponto em que este Congresso precisa tomar as suas decisões. V. Ex^a tem, na verdade, o encaminhamento, o que já discutimos

aqui, sobejamente. O projeto que disciplina, que estabelece o novo rito para a tramitação de medidas provisórias, dá dignidade ao Congresso, mantém agilidade ao Executivo. Ou seja, temos a faca e o queijo na mão, para fazermos o trabalho em profundidade. Por hora, estamos aqui às pressas. Há três medidas provisórias; se as lermos agora, não se votará mais nada. São três medidas provisórias que antecedem outras vinte e tantas que estão saindo da Câmara para cá. A rigor, no final do ano, vem o balanço de que o Congresso não foi capaz de votar nada de iniciativa dos Senadores ou dos Deputados, como se fosse culpado e não o Governo, com a sua hipertrofia, mandando para cá, seguidas vezes, seguidas medidas provisórias, que entopem a pauta e impedem que exercitemos uma criatividade melhor a favor do País. Entendo que devemos votar contra, mas deixar que a pauta ande.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a, então, quer uma votação nominal, para saber quem é contra?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida. Se V. Ex^a sugere, serei o primeiro a levantar o braço ao seu lado; terei muita honra nisso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Qualquer empreendimento de usina hidrelétrica, ou de qualquer outra fonte de energia – eu presidi a Eletrobrás –, leva pelo menos seis anos. Seis anos!

Vejo, realmente, que muita gente está nervosa com o negócio do Fundo Partidário. Não é só V. Ex^a Senador Romero Jucá; pelo contrário, V. Ex^a está até mais risinho. Agora, não vou relatar o Fundo Partidário, como ia; vou passar para o Senador Tasso Jereissati o parecer do Fundo Partidário, que está pronto. V. Ex^a o lê.

Mas peço que votemos nominalmente, para que todos saibam quem votou a favor e contra essa medida provisória, que é mais uma ofensa do Governo ao Legislativo brasileiro.

Eu pediria, portanto, apoio para votação nominal aos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antecipadamente, já está contemplado o apoio, para que tenhamos uma votação nominal.

Desde já, convido as Sr^{as} e os Srs. Senadores que estão em outras dependências da Casa, para que venham ao plenário. Vai haver pelo menos duas votações nominais.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, uma observação prosaica.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, com a aquiescência do Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida. O Senador Aloizio Mercadante, de algum tempo

para cá, está apoiando sistematicamente tudo que é iniciativa da Oposição. Preste bem atenção nisso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – E hoje se revelou um grande interpelador na Comissão de Assuntos Econômicos, que preside.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, quanto à votação anterior, peço que V. Ex^a registre meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa registrará o voto de V. Ex^a, Senador Magno Malta.

Em votação os pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Passa-se à apreciação do mérito.

Discussão da Medida Provisória e das emendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-las, declaro encerrada a discussão.

Votação da Medida Provisória, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Verificação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Aprovado.

Vamos fazer a verificação, de acordo com a vontade da Casa, evidentemente manifestada pelos Líderes partidários e a pedido do Senador Antonio Carlos Magalhães, com o acompanhamento regimental obviamente.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha o voto “sim”, a favor da continuidade das obras das quatro usinas hidrelétricas que atendem o Sudeste e o Centro-Oeste brasileiro.

O voto é “sim”.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, o voto do PFL é “não”. O PFL não é contra investimento, é contra o entupimento da pauta do Congresso com medidas provisórias desnecessárias. O PFL vota “não”.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, posso fazer o encaminhamento, até para que não paire qualquer dúvida?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou conceder a palavra aos Líderes, para encaminhar o posicionamento de suas Bancadas.

Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a tem a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Para que não paire qualquer dúvida a respeito do comportamento oposicionista do Senador Aloizio Mercadante, que, hoje pela manhã, causou algumas dúvidas ao Senador Osmar Dias, o voto da Bancada do PT e do Bloco de apoio será favorável ao parecer do Senador Garibaldi Alves Filho, pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O PMDB encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Sérgio Zambiasi, como vota o PTB?

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Sr. Presidente, o PTB encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, o PR encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senadora Lúcia Vânia. (Pausa.)

Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, encaminho o voto “não”, sem fechar questão. E, evidentemente, que fique bem claro: é um gesto simbólico contra essa enxurrada de medidas provisórias; nada contra os investimentos, que o Governo tem negado ao País. A favor de investimentos nós somos. Somos contra a enxurrada de medidas provisórias, que o humilham, que o colocam de joelhos e que tornam sem necessidade, praticamente, o Congresso Nacional. Portanto, encaminho o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PSDB encaminha o voto “não”.

Senador Osmar Dias, como vota o PDT?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, como parece que, da Bancada do PDT, estou sozinho, eu a libero.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador Osmar Dias libera a Bancada.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – A Minoria vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Minoria vota “não”.

Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – O PRB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Encaminha o voto “sim”.

Senador Inácio Arruda, como vota?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – O PCdoB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PCdoB vota “sim”.

Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Encaminho o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Encaminha o voto “sim”.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

Senador José Nery, como vota o P-SOL?

O SR. JOSÉ NERY (P-SOL – PA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O P-SOL encaminha o voto “sim”.

O SR. JOSÉ NERY (P-SOL – PA) – Voto “sim”, porque acho que esse não é o método mais correto para discutir a abusiva edição de medidas provisórias. Porém, penso que é necessário discutirmos mecanismos e formas de tratar essa questão adequadamente.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – O PSB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PSB vota “sim”.

Peço aos Srs. Senadores que venham ao plenário. Vai haver esta e outra votação nominal, provavelmente. É importante, portanto, a presença de todos.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se as Sr^{as} e os Senadores já votaram vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

Consulto os Srs Líderes partidários se já podemos encerrar a votação (Pausa.)

Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, o Senador Demóstenes...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa registrará o voto do Senador Demóstenes, porque já acionamos o dispositivo. (Pausa.)

Senador Demóstenes, como vota V. Ex^a? (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador Demóstenes vota “não”.

(Procede-se à apuração.)


MEDIDA PROVISÓRIA Nº 330, DE 2006

ABRE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO AO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO PARA 2006, EM FAVOR DE EMPRESAS DO GRUPO ELETROBRÁS, NO VALOR TOTAL DE CENTO E SEIS MILHÕES, SETECENTOS E VINTE E SEIS MIL, SETECENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 27/2/2007

Num.Votação: 2
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 27/2/2007 20:15:54
Encerramento: 27/2/2007 20:20:44

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PFL	DF	ADELMIR SANTANA	NÃO	<i>Presidente: RENAN CALHEIROS</i>			
Bloco-PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	SIM	Votos SIM : 33			
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	NÃO	Votos NÃO : 22			
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM	Total : 55			
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	NÃO	Votos ABST. : 00			
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM				
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	SIM				
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM				
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	NÃO				
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	SIM				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	NÃO				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	SIM				
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	NÃO				
PFL	MG	ELISEU RESENDE	NÃO				
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	SIM				
Bloco-PTB	AL	FERNANDO COLLOR	SIM				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	NÃO				
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	SIM				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	SIM				
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM				
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM				
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	NÃO				
Bloco-PT	SC	IDÉLI SALVATTI	SIM				
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM				
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	NÃO				
PFL	MT	JAYME CAMPOS	NÃO				
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM				
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	NÃO				
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	SIM				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	NÃO				
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM				
PFL	TO	KÁTIA ABREU	NÃO				
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	NÃO				
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	SIM				
PMDB	PI	MÃO SANTA	NÃO				
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM				
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	NÃO				
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	SIM				
PDT	PR	OSMAR DIAS	NÃO				
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	NÃO				
Bloco-PSB	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	SIM				
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	SIM				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM				
PFL	SC	RAIMUNDO COLOMBO	NÃO				
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	SIM				
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM				
PFL	SP	ROMEU TUMA	NÃO				
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM				
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	SIM				
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	NÃO				
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM				
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	SIM				
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	SIM				

Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB
– AL) – Votaram SIM 33 Srs. Senadores; e, NÃO, 22.
Não houve abstenção.
Total: 55 votos.
Está, portanto, aprovada a Medida Provisória nº
330, de 2006.

Em votação as emendas de parecer contrário.
As Sr^{as} e os Srs Senadores que as aprovam
queiram permanecer sentados. (Pausa.)
Rejeitadas.
A matéria vai à promulgação.
É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 330, DE 2006

Abro crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de empresas do Grupo Eletrobrás, no valor total de R\$ 106.726.769,00 (cento e seis milhões, setecentos e vinte e seis mil, setecentos e sessenta e nove reais), para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006), em favor de empresas do Grupo Eletrobrás, no valor total de R\$ 106.726.769,00 (cento e seis milhões, setecentos e vinte e seis mil, setecentos e sessenta e nove reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de geração própria, de outros recursos de longo prazo - controladora e de operações de crédito internas de longo prazo, conforme demonstrado no "Quadro Síntese por Receita" constante do Anexo I desta Lei, e do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades constante do Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

AMIGO 1		CREDITO EXTRAORDINARIO
PROGRAMA DE TRABALHO (IMPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
QUADRO SINTese POR FUNCOES		
25 ENERGIA		906.726.709
TOTAL - GERAL		906.726.709
QUADRO SINTese POR SUBFUNCOES		
752 ENERGIA ELÉTRICA		906.726.709
TOTAL - GERAL		906.726.709
QUADRO SINTese POR FUNCOES/SUBFUNCOES		
25 ENERGIA		906.726.709
752 ENERGIA ELÉTRICA		906.726.709
TOTAL - GERAL		906.726.709
QUADRO SINTese POR PROGRAMAS		
074 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA		1.300.000
076 ENERGIA NA REGIÃO SUL		21.243.000
078 ENERGIA NAS REGIÕES NOROESTE E CENTRO-OESTE		79.183.700
103 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS		1.000.000
TOTAL - GERAL		906.726.709
QUADRO SINTese POR ORGAO		
3200-MINISTERIO DE ÁGUAS E ENERGIA		906.726.709
TOTAL - GERAL		906.726.709
QUADRO SINTese POR RECEITA		
CLASSIFICAÇÃO DE RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		27.543.000
CLASSIFICAÇÃO RECURSOS PROPRIOS		12.204.934
CLASSIFICAÇÃO OPERAÇÃO PRÓPRIA		12.204.934
CLASSIFICAÇÃO OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO		22.462.000
CLASSIFICAÇÃO INTERNAS		22.462.000
CLASSIFICAÇÃO OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO		1.000.000
CLASSIFICAÇÃO CONTROLADORA		1.000.000
TOTAL DA RECEITA		27.543.000
RECEITAS CORRENTES		21.204.934
RECEITAS DE CAPITAL		15.204.934

ORGAO : 3200 - MINISTERIO DE ÁGUAS E ENERGIA

AMIGO 1		CREDITO EXTRAORDINARIO
PROGRAMA DE TRABALHO (IMPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DO ORGAO : R\$ 906.726.709		
QUADRO SINTese POR FUNCOES		
25 ENERGIA		906.726.709
QUADRO SINTese POR SUBFUNCOES		
752 ENERGIA ELÉTRICA		906.726.709
QUADRO SINTese POR PROGRAMAS		
074 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA		1.300.000
076 ENERGIA NA REGIÃO SUL		21.243.000
078 ENERGIA NAS REGIÕES NOROESTE E CENTRO-OESTE		79.183.700
103 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS		1.000.000
QUADRO SINTese POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS		
3200 CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELEKTROBRAS		1.000.000
3205 ELEKTROBRAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.		21.243.000
3206 FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.		79.183.700
3207 MANAUS ENERGIA S.A.		1.000.000
QUADRO SINTese POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
076 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		906.726.709
TOTAL		906.726.709
QUADRO SINTese POR RECEITA		
CLASSIFICAÇÃO DE RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		27.543.000
CLASSIFICAÇÃO RECURSOS PROPRIOS		12.204.934
CLASSIFICAÇÃO OPERAÇÃO PRÓPRIA		12.204.934
CLASSIFICAÇÃO OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO		22.462.000
CLASSIFICAÇÃO INTERNAS		22.462.000
CLASSIFICAÇÃO OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO		1.000.000
CLASSIFICAÇÃO CONTROLADORA		1.000.000
TOTAL DA RECEITA		27.543.000
RECEITAS CORRENTES		21.204.934
RECEITAS DE CAPITAL		15.204.934

ORGÃO : 3200 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 3223 - CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETRORAS

ANEXO I		CREDITO EXTRAORDINARIO
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL : 4.270.271 : R\$ 3.800.000		
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	32 ENERGIA	3.800.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	752 ENERGIA ELÉTRICA	3.800.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	876 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA 825 ENERGIA NA REGIÃO SUL	3.800.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E CRÉDITOS DE DESPESA	495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	3.800.000
TOTAL		3.800.000
QUADRO ANÁLISE POR RACIÓ		
6.1.8.8.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		3.800.000
6.1.8.9.00 RECURSOS PRÓPRIOS		3.800.000
6.1.9.0.00 GERACAO PROPRIA		3.800.000
TOTAL DA RECEITA		3.800.000
RECEITAS CORRENTES		3.800.000
RECEITAS DE CAPITAL		0

ORGÃO : 3200 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 3223 - CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETRORAS

ANEXO I			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTIULO/PRODUTO	ESF	MOD	RP	MOD	U	FTE	VALOR
876 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA									3.800.000
ATIVIDADES									
25	752	8176 1040							700.000
25	752	8276 7040 0003							700.000
23	752	8276 6386							400.000
23	752	8276 6308 8004							600.000
23	702	8276 6274							1.000.000
23	752	8276 6530 8003							1.000.000
825 ENERGIA NA REGIÃO SUL									3.800.000
PROJETOS									
23	753	8256 9701							1.500.000
23	752	8256 1100 8003							1.500.000
TOTAL - INVESTIMENTO									3.800.000

ORÇÃO : 3289 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 3233 - ELETRONIL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

ANEXO I **CREDITO EXTRAORDINARIO**
PROGRAMA DE TRABALHO SUPLEMENTAÇÃO **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 21.743,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES

21 ENERGIA	21.743,00
------------	-----------

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES

213 ENERGIA ELÉTRICA	21.743,00
----------------------	-----------

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS

2135 ENERGIA NA REGIÃO SUL	21.743,00
----------------------------	-----------

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

491 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	21.743,00
---	-----------

TOTAL | **21.743,00**

QUADRO SÍNTESE POR RUBRICA

6.1.1.1.1.1.1 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	21.743,00
6.1.1.1.1.1.2 RECURSOS PROPRIOS	2.300,000
6.1.1.1.1.1.3 OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO	0.000,000
6.1.1.1.1.1.4 RECURSOS DE OUTROS	13.443,000
TOTAL DA RUBRICA	21.743,000

ANEXOS RECURSOS DE CAPITAL | **13.443,000**

ORÇÃO : 3289 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 3233 - ELETRONIL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

ANEXO I **CREDITO EXTRAORDINARIO**
PROGRAMA DE TRABALHO SUPLEMENTAÇÃO **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/SUBSTITUTO/PRODUTO	U	C	F	M	L	F	VALOR
			U	C	F	M	L	F	
2135 ENERGIA NA REGIÃO SUL									
FRONTOS									
23	753	0001 1000							21.743,000
DEPLANTACAO DA USINA HIDRELÉTRICA PASO SAO JOAO COM 77 MW (20) E ANTENSA DE TRANSMISSAO ASSOCIADO EM 99 KV, COM 30 KM DE EXTENSÃO									
24	753	0005 1001 0003							21.743,000
DEPLANTACAO DA USINA HIDRELÉTRICA PASO SAO JOAO COM 77 MW (20) E SISTEMA DE TRANSMISSAO ASSOCIADO EM 99 KV, COM 30 KM DE EXTENSÃO - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, COM EXECUTADA (5 DE EXECUCAO PISCA) 0									
			1	1	0	0	0	0	21.743,000
TOTAL - INVESTIMENTO									
									21.743,000

ORÇÃO : 3289 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 3233 - ELETRONIL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

ANEXO I **CREDITO EXTRAORDINARIO**
PROGRAMA DE TRABALHO SUPLEMENTAÇÃO **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 71.163,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES

21 ENERGIA	71.163,00
------------	-----------

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES

213 ENERGIA ELÉTRICA	71.163,00
----------------------	-----------

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS

2135 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE	71.163,00
---	-----------

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

491 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	71.163,00
---	-----------

TOTAL | **71.163,00**

ORÇAO : 3380 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 3323 - FURÇAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) CREDITO EXTRAORDINÁRIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - 2007

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/SUBFUNÇÃO/PRODUTO	U	O	R	M	I	F	VALOR	
			S	N	F	C	U	T		
			B	D	D	D	D	E		
0306 - ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE									79.163.749	
PROJETOS										
23	732	0206 1006	IMPLANTACAO DA ODMA HIDRELÉTRICA PAULISTA, COM 32,5 MW (MAGDO) E SISTEMA DE TRANSMISSÃO ASSOCIADO EM 138 KV, COM 75 KM DE EXTENSÃO						18.116.400	
23	732	0206 1006 0001	IMPLANTACAO DA USINA HIDRELÉTRICA PAULISTA, COM 32,5 MW (MAGDO) E SISTEMA DE TRANSMISSÃO ASSOCIADO EM 138 KV, COM 75 KM DE EXTENSÃO - NACIONAL						18.116.400	
			1	4	00V	2	00	0	499	18.116.400
OBRAS EXECUTADAS (% DE EXECUCAO FISICA) 4										
23	732	0206 1007	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO TUPACI - ITAPETI - NOROESTE (345 KV - 50 KVA - 307)						22.829.456	
23	732	0206 1007 0033	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO TUPACI - ITAPETI - NOROESTE (345 KV - 50 KVA - 087) - NO ESTADO DE SAO PAULO						22.829.456	
			1	4	00V	3	00	0	499	22.829.456
OBRAS EXECUTADAS (% DE EXECUCAO FISICA) 8										
23	732	0206 1008	IMPLANTACAO DE COMPLEXO DE GERACAO E TRANSMISSAO DE ENERGIA ELÉTRICA - USINA EMPLEADO COM 262,7 MW, FOR ALTA COM 120 KV E SISTEMA DE TRANSMISSAO ASSOCIADO EM 138 KV, COM 123 KM DE EXTENSÃO (SACUL)						32.237.903	
23	732	0206 1008 0030	IMPLANTACAO DE COMPLEXO DE GERACAO E TRANSMISSAO DE ENERGIA ELÉTRICA - USINA EMPLEADO COM 262,7 MW, FOR ALTA COM 120 KV E SISTEMA DE TRANSMISSAO ASSOCIADO EM 138 KV, COM 123 KM DE EXTENSÃO (SACUL) - NA REGIAO SUDESTE						32.237.903	
			1	4	00V	2	00	0	499	32.237.903
OBRAS EXECUTADAS (% DE EXECUCAO FISICA) 1										
TOTAL - INVESTIMENTO									79.163.749	

ORÇAO : 3380 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 3323 - MANUTENCAO DE ENERGIA S.A.

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) CREDITO EXTRAORDINÁRIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - 2007

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.800.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	33 - ENERGIA	1.800.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	731 - ENERGIA ELÉTRICA	1.800.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	1042 - ENERGIA NOS SISTEMAS UNILADOS	1.300.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	495 - RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	1.800.000
TOTAL		1.800.000
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	33.800.000 - RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	1.300.000
	2.143.800 - RECURSOS PRÓPRIOS	200.000
	6.656.200 - COTAÇÃO PRÓPRIA	2.100.000
	45.833.000 - OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO	1.300.000
	6.123.800 - CONTROLADORA	1.000.000
TOTAL DA RECEITA	1.300.000 - RECEITAS CORRENTES	200.000 - RECEITAS DE CAPITAL
		1.300.000

ORÇAO : 3300 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 3323 - MANAUS ENERGIA S.A.

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CREDITO EXTRAORDINARIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						VALOR
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/INSTITUTO/PRODUTO	R E F.	C N D.	R P D.	M O D.	I M P T E	VALOR	
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS								1.000.000	
PROJETOS									
25 729	1042 329	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO, SUBTRANSMISSÃO E TRANSFORMAÇÃO DA SR, LIGANDO MANAUS A BRANCOA, MANACAPURU E NOVO ABRÃO (AM)						1.000.000	
25 733	1042 329 (01)	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO, SUBTRANSMISSÃO E TRANSFORMAÇÃO DA SR, LIGANDO MANAUS A BRANCOA, MANACAPURU E NOVO ABRÃO (ASQ) - NO ESTADO DO AMAPÁ						2.000.000	
		SISTEMA IMPLANTADO (N DE RESERVAÇÃO FUNÇÃO) :	1	4 - INV	2	90	0	995	2.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO								1.000.000	

ANEXO II		CREDITO EXTRAORDINARIO	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES EM L.R.	
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES			79.153.799
25 ENERGIA		TOTAL - CBRAL	79.153.799
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES			79.153
126 TECNOLOGIA DA INFORMACÃO			79.153.816
722 ENERGIA ELÉTRICA		TOTAL - CBRAL	79.153.799
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES/SUBFUNÇÕES			79.153.799
25 ENERGIA			79.153
126 TECNOLOGIA DA INFORMACÃO			79.153.816
722 ENERGIA ELÉTRICA		TOTAL - CBRAL	79.153.799
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS			79.065.616
0394 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE			1.177.933
0897 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		TOTAL - CBRAL	79.153.799
QUADRO SÍNTESE POR ORÇAO			79.153.799
3300 MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA			79.153.799

QUADRO SÍNTESE POR FONTE
 ORÇAO : 3300 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO II		CREDITO EXTRAORDINARIO	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DO ORÇAO (R\$ 79.153.799)			
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES			79.153.799
25 ENERGIA			79.153
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES			79.065.616
126 TECNOLOGIA DA INFORMACÃO			79.065.616
722 ENERGIA ELÉTRICA			1.177.933
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS			79.065.616
0394 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE			1.177.933
0897 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			1.177.933
QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS			79.153.799
3323 FUERNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.			79.153.799
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			79.153.799
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			79.153.799
TOTAL			79.153.799

ORÇAO : 3300 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 3121 - FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

ANEXO II		CREDITO EXTRAORDINÁRIO
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE: R\$ 79.183.769		
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	75 ENERGIA	79.183.769
QUADRO SÍNTESE POR SUB-FUNÇÕES	136 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	731.953
	751 ENERGIA ELÉTRICA	78.451.816
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	8206 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE	73.095.816
	8207 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	1.177.153
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E CRÉDITOS DE DESPESA	493 PRECÍDUOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	79.183.769
TOTAL		79.183.769

ORÇAO : 3300 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 3121 - FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

ANEXO II		CREDITO EXTRAORDINÁRIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
PUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	E S F	O N D	M P D	L O U	F T E	VALOR
8206 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE								73.095.816
ATIVIDADES								
22	751	0206 3193	REPAROS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA ÁREA DOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DO ESPÍRITO SANTO					41.977.007
35	751	0206 3192 0030	REPAROS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA ÁREA DOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DO ESPÍRITO SANTO NA REGIÃO SUDESTE	1	4 - INV	2	90 0 495	41.977.007
35	751	0206 3194	REPAROS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA ÁREA DOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DO ESPÍRITO SANTO NA REGIÃO SUDESTE					31.778.160
22	751	0206 3192 0030	REPAROS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA ÁREA DOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DO ESPÍRITO SANTO NA REGIÃO SUDESTE	1	4 - INV	3	90 0 495	31.778.160
25	751	0206 0465	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CIRCUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA					4.827.817
23	751	0206 0465 0001	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CIRCUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - NACIONAL	1	4 - INV	2	90 0 495	4.827.817
PROJETOS								
25	751	0206 1A01	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO MACAI (RJ) - CAMPOS (RJ), 1º CIRCUITO (MIEV - 11 KM)					57.222
25	751	0206 1A01 0011	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO MACAI (RJ) - CAMPOS (RJ), 1º CIRCUITO (MIEV - 11 KM) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1	4 - INV	2	90 0 495	57.222
25	751	0206 3301	MODERNIZACAO DA LIG. MASCARENHAS DE MORAIS COM 476 MW (MAG)					135.600
25	751	0206 3302 0031	MODERNIZACAO DA LIG. MASCARENHAS DE MORAIS COM 476 MW (MAG) - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	1	4 - INV	2	90 0 495	135.600
8207 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								1.177.153
ATIVIDADES								
25	136	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMACAO E TECNOLOGIA DA INFORMACAO					731.953
25	136	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMACAO E TECNOLOGIA DA INFORMACAO E TELEFONIA NACIONAL	1	4 - INV	2	90 0 495	731.953
25	751	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS					446.000
25	751	0807 4101 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL	1	4 - INV	2	90 0 495	446.000
TOTAL - INVESTIMENTO								79.183.769

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não havendo objeção da Casa, a sessão está prorrogada para concluirmos a Ordem do Dia combinada com os Srs. Líderes partidários.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

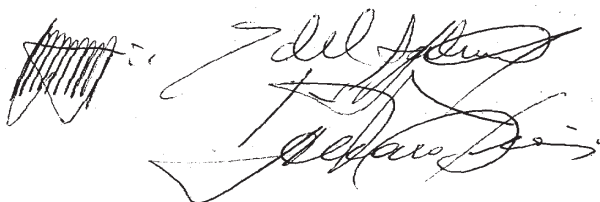
É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 105, DE 2007

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2007 – critério de distribuição do Fundo Partidário.

Sala das Sessões, em



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2007.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o requerimento.

Passa-se à apreciação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2007 (nº 84/2007 na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para estabelecimento do critério de distribuição do Fundo Partidário.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação passada me equivoquei, encaminhei “não” e acabei registrando “sim”. Meu voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa retificará o voto de V. Exª.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior meu voto teria sido “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa registrará o voto “sim” de V. Exª.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Antonio Carlos Magalhães, pediria a V. Exª que sugerisse um nome para relatar, em Plenário, o projeto do Fundo Partidário.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Senador Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes para proferir parecer sobre a matéria, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em função da urgência, urgentíssima.

PARECER Nº 81, DE 2007 – PLEN

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a atividade parlamentar nos proporciona as discussões mais distintas possíveis numa tarde de Plenário.

Falei do ar, defendi a segurança do ar, e agora vou defender a sobrevivência partidária dos partidos políticos do Brasil.

Quer dizer, saio do ar para o cofre; espero que seja exatamente uma missão que vise o fortalecimento das instituições partidárias neste País.

O Projeto de Lei oriundo da Câmara, nº 7, estabelece novos critérios para distribuição de recursos do Fundo Partidário, conforme a Proposição Legislativa 41-A da Lei nº 9.096, de 1995, que dispõe sobre os partidos políticos para vigorar determinando que 5% do Fundo Partidário serão distribuídos, em partes iguais, para todos os partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral enquanto que 95% desses recursos serão distribuídos aos mesmos partidos na proporção dos votos obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.

O presente projeto aumenta os valores distribuídos igualmente em 400%, ao determinar que 5% dos recursos de que aqui se trata serão distribuídos igualmente a todos os partidos com registro no TSE e 95% serão distribuídos nas proporções da manifestação da vontade popular em eleições gerais para a Câmara dos Deputados.

Não há nada no plano da constitucionalidade, portanto, que possa obstar o livre exame do mérito dessa medida pelo Senado Federal.

Quanto ao mérito, temos que a proposição visa assegurar um mínimo de recurso destinado a todas as agremiações partidárias ao mesmo tempo em que prestigia e legítima manifestação da cidadania nas ruas, conferindo a maior parte desses mesmos recursos aos partidos políticos na proporção dos votos obtidos na eleição na Câmara dos Deputados.

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 7, de 2007, e, no mérito, votamos pela sua aprovação.

Sr. Presidente, esse Projeto visa corrigir distorções recentes com relação à distribuição do Fundo Partidário.

Esse é o voto.

É o seguinte o Parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2007

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2007, que altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para estabelecimento do critério de distribuição do Fundo Partidário.

I – Relatório

Cabe-nos o exame, tanto da constitucionalidade quanto do mérito do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2007, que estabelece novos critérios para a distribuição dos recursos do Fundo Partidário. Conforme a proposição legislativa, o art. 41-A da Lei nº 9.096, de 1995, que dispõe sobre os partidos políticos, passa a vigorar determinando que cinco por cento dos recursos do Fundo Partidário serão distribuídos, em partes iguais, para todos os partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), enquanto noventa e cinco por cento desses recursos serão distribuídos aos mesmos partidos, na proporção dos votos obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.

II – Análise

O presente Projeto aumenta os valores distribuídos igualmente em 400% (quatrocentos por cento) ao determinar que 5% dos recursos de que aqui se trata serão distribuídos igualmente a todos os partidos com registros no TSE, e 95% serão distribuídos na proporção da manifestação da vontade da cidadania, em eleições gerais para a Câmara dos Deputados.

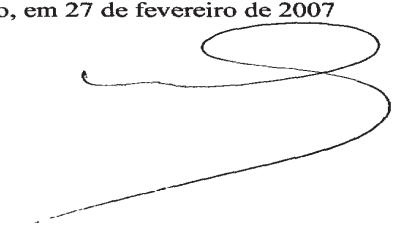
Nada há, no plano da constitucionalidade, portanto, que possa obstar o livre exame do mérito dessa medida pelo Senado Federal. Quanto ao mérito, temos que a proposição visa assegurar um mínimo de recursos destinado a todas as agremiações partidárias, ao mesmo tempo em que prestigia a legítima manifestação da cidadania, nas urnas, conferindo a maior partes desses mesmos recursos aos partidos políticos, na proporção dos votos obtidos nas eleições para a Câmara dos Deputados.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2007, e, no mérito, votamos por sua aprovação.

Sala da Comissão, em 27 de fevereiro de 2007

Senador



Estimativa do Fundo Partidário com base no repasse do mês de janeiro de 2007

SIGLA	Eleições 2002		Eleições 2006		Média mensal 2006	Valor Mensal descação TSE	Nova Lei		
	Votação	%	Votação	%			5% Igualitário	95% Proporcional	Total Mensal
1 PT	16.093.987	19,182%	13.989.859	14,942%	2.010.931,40	1.089.031,15	17.410,12	1.433.411,54	1.450.821,66
2 PMDB	11.691.998	13,936%	13.580.515	14,505%	1.461.692,52	1.109.558,39	17.410,12	1.391.469,84	1.408.879,95
3 PSDB	11.299.231	13,467%	12.883.147	13,760%	1.566.846,20	954.888,17	17.410,12	1.320.016,99	1.337.427,11
4 PFL	11.706.231	13,953%	10.182.308	10,876%	1.449.559,08	858.637,12	17.410,12	1.043.296,98	1.060.697,10
5 PP	6.840.041	8,153%	6.660.951	7,114%	856.310,85	603.587,45	17.410,12	682.486,08	699.896,20
6 PSB	4.610.593	5,495%	5.813.494	6,209%	578.899,98	495.260,71	17.410,12	595.654,99	613.065,11
7 PDT	3.659.611	4,362%	4.862.074	5,193%	562.162,50	446.240,38	17.410,12	498.171,78	515.581,90
8 PTB	4.052.107	4,830%	4.416.566	4,717%	564.903,09	419.888,54	17.410,12	452.524,69	469.934,81
9 PL	3.780.259	4,506%	4.074.393	4,352%	561.621,12	414.125,89	17.410,12	417.465,39	434.875,51
10 PPS	2.682.339	3,197%	3.740.005	3,995%	96.519,87	397.207,56	17.410,12	383.203,74	400.613,86
11 PV	1.181.559	1,408%	3.421.007	3,654%	3.943,05	335.138,51	17.410,12	350.518,97	367.929,09
12 PC do B	1.967.749	2,345%	1.982.323	2,117%	71.575,22	286.908,18	17.410,12	203.110,31	220.520,43
13 PSC	499.111	0,595%	1.745.132	1,864%	2.874,72	256.123,28	17.410,12	178.807,55	196.217,67
14 PSOL	-	0,000%	1.149.619	1,228%	2.874,72	163.369,61	17.410,12	117.790,83	135.200,95
15 PRONA	1.802.922	2,149%	906.347	0,968%	2.874,72	157.661,28	17.410,12	92.865,00	110.275,12
16 PMN	281.607	0,336%	875.616	0,935%	2.874,72	163.369,61	17.410,12	89.716,28	107.126,40
17 PTC	37.787	0,045%	804.226	0,859%	2.874,72	163.369,61	17.410,12	82.401,60	99.811,72
18 PHS	241.259	0,288%	435.019	0,465%	2.874,72	157.661,28	17.410,12	44.572,38	61.982,50
19 PSDC	190.562	0,227%	355.021	0,379%	2.332,91	146.244,62	17.410,12	36.375,72	53.785,84
20 PT do B	144.321	0,172%	302.520	0,323%	2.377,33	151.952,95	17.410,12	30.996,43	48.406,55
21 PAN	91.488	0,109%	301.266	0,322%	-	151.952,95	17.410,12	30.867,94	48.278,06
22 PRB	174.006	0,207%	232.977	0,249%	-	151.952,95	17.410,12	23.871,00	41.281,12
23 PRP	-	0,000%	231.161	0,247%	2.874,72	146.244,62	17.410,12	23.684,93	41.095,05
24 PSL	433.837	0,517%	187.340	0,200%	2.100,11	146.244,62	17.410,12	19.195,00	36.605,12
25 PRTB	260.516	0,311%	170.436	0,182%	2.332,91	146.244,62	17.410,12	17.463,00	34.873,12
26 PTN	88.511	0,105%	151.292	0,162%	-	146.244,62	17.410,12	15.501,49	32.911,61
27 PSTU	64.939	0,077%	100.574	0,107%	2.874,72	146.244,62	17.410,12	10.304,89	27.715,01
28 PCB	5.969	0,007%	43.719	0,047%	2.332,91	146.244,62	17.410,12	4.479,48	21.889,60
29 PCC	17.600	0,021%	26.949	0,029%	904,31	146.244,62	17.410,12	2.761,21	20.171,33
Total	83.900.140		93.625.856	1	9.820.078,51	10.097.869,53	504.893,47	9.592.976,06	10.097.869,53

* Fonte: Todos os dados foram obtidos do Tribunal Superior Eleitoral - TSE

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer do Senador Heráclito Fortes é favorável.

Ao Projeto poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do Projeto, em turno único. (Pausa.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para discutir, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, Srs. Telespectadores da TV Senado, Srs. Ouvintes da Rádio Senado, hoje esta Casa e os Srs. Senadores deverão levar em conta a luta que tivemos neste País para construir a democracia que hoje temos.

Sr. Presidente, os pequenos Partidos têm uma dificuldade tremenda para disputar suas eleições, e eu sou testemunha disso. Disputei o Governo do Estado do Rio de Janeiro sem tempo de televisão, sem coligação, sem fundo partidário, mas nem por isso deixei de ter um milhão e meio de votos, porque a população, os eleitores conferem muito valor a quem luta, movido, como dizia Rui Barbosa, pela paixão do dever, quando lhe falta a garantia do êxito.

A democracia jamais será uma democracia se não tivermos partidos pequenos e não dermos a eles as condições para que possam disputar uma eleição com o mínimo de fundo partidário e de tempo de televisão. O Supremo Tribunal Federal decidiu assim, quando considerou a cláusula de barreira injusta porque destinava 99% para os grandes partidos. Ela contrariava o princípio constitucional de alternância do poder. E é isso que estamos discutindo aqui hoje. Nós vamos querer um condomínio de grandes partidos para dividir dinheiro público e se perpetuar no poder? É isso que nós queremos? Foi por isso que nós lutamos, para ter uma democracia assim?

Admira-me muito que o Partido dos Trabalhadores, o Partido que veio dos sindicatos, das ruas, do movimento operário, das bases da Igreja Católica, que lutou muitas vezes contra partidos que tinham muito mais recursos e acesso à mídia, e que representava o grande capital industrial, rural e financeiro do País, hoje seja patrono de uma medida que prejudica descaradamente os pequenos partidos. Do que nos acusam, Sr. Presidente? Do que nos acusam?

Dizem que os pequenos partidos são legendas de aluguel. Isso, dito de maneira generalizada, é uma afronta, é um acinte. Os pequenos partidos, na maioria, lutam por uma bandeira. Muitas vezes, negam-se

a fazer alianças pragmáticas por defender uma bandeira, um ideal.

De tal maneira, Sr. Presidente, que gostaria de lembrar aqui as grandes, belas e inesquecíveis palavras do Presidente desta Casa, Auro de Moura Andrade, que foi contemporâneo de vários Senadores que aqui estão hoje. Tomando posse na Presidência do Senado e do Congresso Nacional, disse uma frase que deveria estar nas nossas consciências democráticas. Disse que a maioria, por ser maioria, tudo pode, menos esmagar a minoria; e a minoria, por ser minoria, a tudo tem direito, menos negar-se a se expressar no voto, porque é na democracia a maneira de fazer prevalecer a vontade do povo.

Sr. Presidente, faço um apelo às tradições de ponderação, de equilíbrio desta Casa, para que dêem condições de encontrarmos uma solução intermediária. O projeto está sendo votado numa velocidade que não nos permite outro caminho, senão, mais uma vez, derrotar o Legislativo brasileiro numa ação de inconstitucionalidade no Supremo, para nossa vergonha como legisladores, porque o Supremo já legislou, no mérito, essa questão. De 99%, baixamos para 95%, o que é ainda insuficiente.

Sr. Presidente, quero concluir as minhas palavras...

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Com muito prazer ouço V. Ex^a.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – V. Ex^a sabe do respeito que tenho por V. Ex^a e também pelos demais partidos. Um partido tem de crescer à medida que vai convencendo as massas e, com isso, vai adquirindo credibilidade. É como um filho que vai crescendo e você vai aumentando a mesada dele. Não se pode dar muito dinheiro para um filho pequeno; ele tem de crescer, e vai-se aumentando a mesada. Esse é o caminho a ser seguido. Eu educo assim os meus filhos. Se eu estiver errado... Não fique triste comigo, pois fiz uma comparação popular e bem simples, mas é assim que conduz: os menores ganham menos, e os maiores ganham mais, porque têm mais despesas e vão a lugares mais afastados. Então, esse raciocínio tem de ser seguido, sem desmerecer o caminho que V. Ex^a tem feito com o seu Partido. Tem lutado, tem crescido, tem procurado trazer outros membros, tem conquistado votos. Não quero, de maneira alguma, desrespeitar a trajetória de V. Ex^a e do seu Partido, porque conheço V. Ex^a e a sua história desde o início. Chegou a Senador com uma história linda, de luta e de conquistas, mas acho que

esta questão nós temos de votar hoje dessa maneira. Desculpe-me, Senador.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Já concederei o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Era uma complementação, até para ajudá-lo. Senador Marcelo Crivella, diante de uma argumentação dessas, eu apelaria para que V. Ex^a se curvasse. Nada como o exemplo e nada como a experiência. Em matéria de mesada, ninguém conhece mais neste País do que o Senador Wellington Salgado. E mamãe, orgulhosamente, vem aumentando a sua proporcionalmente ao seu sucesso. De forma que eu acho que esse é o exemplo que deve servir a todos nós. Cumprimento V. Ex^a pelo brilhantismo sempre preciso das suas argumentações. Senador Marcelo Crivella, seu coração é piedoso e generoso. Curve-se a esse exemplo que dispensa qualquer outro questionamento sobre a matéria.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Senador Wellington Salgado, V. Ex^a fala sobre um partido pequeno receber recursos proporcionais ao seu tamanho, e é isso que falo também. Mas essa lei é matar de fome os pequenos partidos, porque dividir 95% para os grandes não é mesada. Isso é matar de fome. É não dar acesso a televisão e rádio a quem tem direito de expressar suas idéias e buscar nas urnas o voto, buscar no povo o voto.

Sr. Presidente, termino minha ponderação dizendo que acredito nas tradições de moderação desta Casa. Noventa e cinco por cento é muita coisa! Fica muito pouco para todos os outros partidos. Incluo e quero citar aqui o PSC, PCdoB, PRTB, PMN, PAN, PV, PRB e tantos outros partidos que vão sofrer com essa lei que vamos votar agora. Todos esses partidos reunirão suas militâncias e vão para as ruas. Vão também tentar uma impugnação no Superior Tribunal Eleitoral e vão ao Supremo, onde – acredito, Sr. Presidente – a decisão que já foi julgada no mérito, será favorável aos pequenos e, infelizmente, para nossa tristeza, vai envolver uma decisão tomada no Legislativo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei muito rápido na minha fala, mas quero manifestar minha opinião com relação ao projeto. O PSB votará favoravelmente ao projeto por compreender algumas coisas, devido a algumas conclusões a que chegamos. A primeira conclusão é a

de que, de fato, valorizamos a repartição pela votação para a Câmara Federal, e a decisão tomada pela Câmara – e deverá ser tomada agora pelo Senado – não altera muito o que havia antes da decisão do Tribunal Superior Eleitoral. Ao contrário, até melhora um pouco a situação dos Partidos menores.

Portanto, votaremos favoravelmente, porque não é um massacre sobre os Partidos menores. Sou representante de um Partido médio, o PSB, e chegamos a essa necessidade de votação, porque o Congresso tem-se ausentado das decisões referentes à organização dos Partidos políticos.

O Tribunal Superior Eleitoral e o Supremo Tribunal Federal, especialmente o primeiro, têm legislado por nossa ausência. Legislou agora, na hora em que decidi o critério de distribuição de tempo de televisão e o critério de distribuição do Fundo Partidário. Demorou dez anos para decidir a inconstitucionalidade da cláusula de barreira e decidiu depois que todos os Partidos tinham enfrentado uma eleição, preparando-se para ultrapassar ou tentar ultrapassar a cláusula de barreira, como foi o caso do nosso Partido, que conseguiu ultrapassá-la.

Aproveito para manifestar minha opinião, dizendo que o PSB votará contrariamente ao projeto que restabelece a cláusula de barreira.

O TSE legislou na hora em que definiu a quantidade de Vereadores em cada Município, o que foi confirmado por decisão do Supremo Tribunal Federal, também por não termos votado, nesta Casa, o projeto que estabelece o número de Vereadores em cada Município. Ainda não há definição do número de Vereadores neste País. Foi uma decisão do Supremo, baseada em decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que estabeleceu o número de Vereadores em cada Município. Então, temo-nos ausentado de algumas decisões.

Portanto, fico satisfeito ao ver uma votação como esta, apesar de saber que qualquer critério que se defina trará justiça e injustiça ao mesmo tempo; qualquer um, qualquer critério que se estabeleça terá a vertente da justiça e a da injustiça, porque não há critério que seja justo para todo mundo. De qualquer modo, quando decidirmos – e decidiremos de forma coerente, sem deixar sem alternativa os partidos menores –, nós o faremos para cumprir o papel do Congresso Nacional.

Louvo, portanto, a decisão de votar esta matéria nesta data.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti. Em seguida, faremos a votação.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Inácio Arruda, em breve darei a palavra a V. Ex^a.

Tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA.. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de trazer à tribuna alguns dados que podem deixar um pouco mais transparentes os motivos da apresentação do projeto, ou seja, o que motivou vários partidos a apresentarem a proposta em discussão.

O Senador Casagrande já falou sobre o primeiro deles.

Como seguidos vácuos legislativos têm se formado, o Tribunal Superior Eleitoral ocupa o nosso papel. O TSE legisla, estabelece regras e normas para regular questões em que, por motivos diversos, há um vácuo legislativo. Então, nesses casos, o Tribunal nos substitui. O Senador Renato Casagrande já exemplificou esse caso.

Foi em decorrência de um vácuo legislativo que o Tribunal definiu a questão da distribuição dos recursos do Fundo Partidário. Quando caiu a cláusula de barreira, por decisão e interpretação do Tribunal, ela caiu porque estava ligada, na redação do texto legal, à questão da distribuição do fundo. Com o vácuo, o Tribunal chamou a si o direito de cumprir um papel que é nosso, o de legislar.

Para as pessoas poderem entender como era a regra da distribuição do Fundo Partidário antes da interpretação dada pelo Tribunal: 1% do Fundo Partidário era distribuído por igual entre os todos os partidos registrados e 99% eram distribuídos proporcionalmente ao número de votos, ou seja, à vontade popular. Já que o dinheiro é público, o critério de distribuir conforme a vontade popular é absolutamente defensável.

Com a interpretação dada pelo vácuo legislativo, definiu-se que 42% seriam distribuídos por igual entre todos os partidos e os 58% restantes seriam distribuídos proporcionalmente ao número de votos obtidos pelos partidos na última eleição.

Não quero citar nenhum em particular, mas temos partidos que têm história, ainda que, sob o meu ponto de vista, a quantidade dos seus representantes no Congresso esteja aquém dessa história, aquém de sua militância, do papel que desempenham. Temos também problemas delicados, todos sabemos. Ninguém aqui tem o direito de esconder problemas a respeito de comportamentos de partidos sem representação ou, às vezes, com uma representação pequena. Não dá para colocar todos na tábua rasa.

Agora, considero legítimo o critério da proporcionalidade na distribuição, de a maior parte ser distribuída pelo critério do voto popular. É um critério absolutamente defensável. Estamos propondo uma modificação com o objetivo de ampliar o percentual distribuído igualmente entre os partidos, que antes era de 1% e, com a modificação sugerida, passará a ser de 5%.

Quero até usar um como exemplo. Um dos partidos que têm história, que lutam, indiscutivelmente, é o PCdoB. Aliás, em seguida, falará o Senador Inácio Arruda.

Veja bem, Senador Inácio Arruda: o critério que nós estamos estabelecendo aqui, de passar de 1% para 5% o percentual a ser distribuído igualmente entre os partidos e 95% proporcionalmente aos votos, fará com que o PCdoB passe a ter uma arrecadação de R\$220 mil, sendo que o critério do TSE lhe proporciona R\$286 mil. Portanto, o PCdoB, com a história e com a representatividade que tem, sofrerá um pequeno prejuízo em decorrência da modificação. Ressalto, contudo, que há partidos que não possuem um único parlamentar, nunca tiveram, pela vontade popular, um só representante, apesar de alguns deles terem muito tempo de atuação. E qualquer um desses outros partidos, pela legislação feita pelo TSE, passará a receber R\$146 mil.

Então, considero uma injustiça para com o próprio Pcdob o fato de partidos que não têm representação, que participaram de várias eleições, mas nunca tiveram o apoio popular, terem direito a uma quantia considerável. Faço a ressalva de que entendo que eles têm de continuar participando, manifestando-se, apresentando suas idéias. Contudo, respeitar a vontade popular e usar o critério do voto popular para distribuir recursos do povo, que são os recursos do Fundo Partidário, parece-me ser algo de que não podemos abrir mão. É um critério bastante defensável, legítimo, um critério que justifica a apresentação do projeto e, tenho certeza, a sua votação e aprovação na noite de hoje.

O SR. JOSÉ NERY (P-Sol – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Já lhe darei a palavra, Senador José Nery.

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, ou melhor, Sr^{as} e Srs. Senadores – como a matéria veio da Câmara, sempre fica essa idéia; ademais, boa parte deste Plenário é formada de ex-colegas da Câmara –, talvez não consigamos tocar o principal, porque o imediato, aquilo que suscitou a formação desta matéria, a sua formatação, foi a

corrida instantânea para a questão da distribuição do Fundo Partidário.

O Supremo Tribunal Federal acolheu uma Ação Direta de Inconstitucionalidade que impetramos, juntamente com outros partidos, inclusive o PSB e o PDT, em relação à cláusula de barreira. Só que aquela medida da cláusula de barreira de 5% tinha impacto no Fundo Partidário, no tempo de TV e no funcionamento dos partidos, no funcionamento parlamentar nas duas Casas, na Câmara e no Senado – aliás, mexia com o Senado, que é uma representação dos Estados.

Ao acolher a Ação Direta de Inconstitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal levou o TSE a alterar também a distribuição dos recursos do Fundo Partidário pelo princípio da razoabilidade, de olhar para o cenário político nacional e dizer: ora, tivemos partidos, no Brasil, que se arvoraram em anunciar que eram os maiores partidos da América Latina ou da América, mas sumiram, não existem mais, enquanto outros, que não existiam até bem pouco tempo, já são grandes partidos no nosso País.

Nós, do PCdoB, somos um partido antigo, mas somos um partido pequeno – digamos assim – nas representações legislativas, porque utilizamos um outro mecanismo de participação política. Privilegiamos a movimentação sindical, estudantil, popular, muitas vezes em detrimento da nossa ação nos Parlamentos. Então, não voltamos nossa atividade mais para o Parlamento. E sofremos muito com as ditaduras, fomos muito massacrados nesses períodos; vivemos, mesmo em períodos democráticos, na clandestinidade; sofremos muitas perseguições de toda a ordem, discriminações. Quer dizer, uma bateria terrível, a confusão do nome, da palavra, do que é comum, até isso virou discriminação. Antigamente, quando se falava que era cristão, ia-se para a forca, ia-se para a cruz. Por isso que os cristãos usam a cruz. No comunismo também é assim: “Essa pessoa é comunista”; “Virgem Maria!”, não é assim que se fala? Tudo isso é discriminação, que foi formando uma intolerância nacional e criou dificuldades para a ação político-partidária.

Mas, com a Constituinte, naquela ventania democrática do povo brasileiro – “Diretas já”; depois, eleição do Tancredo, assume Sarney, vem a Constituinte –, essa coisa de cláusula de barreira virou um pouco lixo da História, virou lixo. E veio a eleição de 1989. Na eleição de 1989, nós e o Partido dos Trabalhadores éramos quase do mesmo tamanho, eleitoralmente falando. Podíamos ter lançado um candidato a Presidente da República – e tínhamos cinco minutos de tempo de tevê –, mas dissemos: “Não, vamos apoiar Lula”. Podíamos ter apoiado Brizola, que ficou a 300 mil votos de diferença de Lula para o segundo turno,

mas o PCdoB decidiu apoiar Lula e deu-lhe cinco minutos de tempo de tevê.

Comentava há pouco com o Arthur Virgílio: Nós fizemos mais. Fomos à casa do Senador José Paulo Bisol... O Deputado Haroldo Lima foi à casa de José Paulo Bisol, tirou-o do recém-criado PSDB e o colocou no PSB junto com Miguel Arraes, transformando José Paulo Bisol em Vice de Lula.

Então, o tempo de TV de PSB e de Pcdob... Eles podiam ter feito a sua propaganda, para crescer o seu Partido, pensado só em si e não no Brasil. Ter dito: para que o Brasil? Para que pensar no Brasil? Para que pensar no nosso País? Para que ser razoável? Não, não vamos ser razoáveis com a democracia, com a luta política, com o projeto nacional, vamos pensar só no nosso Partido. Se tivéssemos pensado no Partido não tínhamos transformado a liderança operária de Lula na maior liderança do Brasil. E é isso que levou Lula ao segundo turno. Perdeu a eleição para Fernando Collor, que está aqui agora como Senador da República. Perdeu a eleição, mas se transformou na maior liderança nacional. E é a sua liderança que transforma o PT, que era ainda um partido pequeno, em um partido médio e, em seguida, em um partido grande. Olha aí, foi a oportunidade, foi a razoabilidade que o transformou.

Por isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, sinceramente, não vamos medir assim, não é só isso, não é só dizer: 95% pelos votos. Quem criou essa equação inicial? Qual partido criou essa equação inicial, essa matemática inicial? Como se deu essa matemática inicial?

Penso que o princípio da razoabilidade permitiria darmos uma chance maior a outros partidos menores, que, às vezes, nasceram agora, estão começando a batalha política. Compreendo tudo isso que colocou aqui o Casagrande, que colocou a nossa Senadora Ideli Salvatti, com muitas razões, porque S. Ex^a conhece e sabe como é a batalha política. Às vezes, cria-se um partido político que só vai para a eleição para bater em um ou outro, está ali para servir a isso, não está para pensar no País, para pensar na Nação. Mas vamos compreender mais o que é o princípio da razoabilidade, sinceramente, para podermos oxigenar a vida política no País. Caso contrário, vamos transformar o debate sobre reforma política no Brasil em uma corrida de butim e, sinceramente, isso não é legal, não é correto, não é reforma política, não é reforma democrática, isso não é sério em nosso País. Podemos até dizer que isso é grave.

Se reforma política é isso, se é para isso que queremos a reforma política... Vamos pensar no financiamento público de campanha, vamos pensar na lista partidária, vamos fortalecer o programa partidário. Se

é isso que se quer, vamos por outro caminho, e não correndo loucamente! Sequer se debate direito, não vai a uma comissão o debate, não se discute em lugar algum. A proposta vai logo, vexadamente, ao plenário para ser votada.

Penso que isso não é correto. Não é justa essa corrida tresloucada a uma espécie de butim. Penso que precisamos fazer uma discussão com mais profundidade se não quisermos que o Supremo Tribunal Federal ou mesmo o Tribunal Superior Eleitoral voltem a legislar. Aliás, não foi falta de legislação.

Concluo, dizendo que não foi falta de legislação. Nós legislamos, sim. Mas o problema é que legislamos de forma muito arbitrária. Legislamos para poder fazer uma reserva para dois, três, quatro ou cinco partidos no máximo. Foi isso que caiu no Supremo.

Espero que não cometamos esse erro novamente, porque isso suscita uma luta democrática no País. Não vamos ficar quietos; vamos nos movimentar no Brasil inteiro. V. Ex^{as} nos conhecem e sabem das nossas relações, sabem como fazemos política com todos esses partidos que estão aqui. Fazemos muita política pensando no País, mas não queremos ficar fora da política, queremos dela participar aqui no Senado, na Câmara e em todas as Casas Legislativas. Não queremos ser excluídos e lutaremos muito para não sermos excluídos de maneira nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Nery, último orador inscrito.

O SR. JOSÉ NERY (P-Sol – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a discussão deste projeto, com a celeridade com que estamos observando, com a ausência do debate nas comissões da Casa; o projeto vindo da Câmara e levado diretamente ao plenário para decisão de um tema que considero bastante importante, deveria merecer, pelo menos, uma discussão mais democrática.

Portanto, nós, que viemos da luta social, da luta para construir um processo democrático em nosso País, enfrentamos a ditadura e toda sua violência, que cassou, colocou na ilegalidade os partidos, fez e aconteceu, desprezando os direitos do povo, da maioria e daqueles que ousassem questionar o sistema de plantão, o governo de plantão.

Considero – e esta é minha conclusão – esse um ataque a essa jovem democracia, construída com suor, com sacrifício e com o sangue de muitos brasileiros e brasileiras que não se curvaram à tirania e à violência dos poderosos.

Portanto, é um projeto de lei fundamental, que trata dos critérios para definir como serão direcio-

nados os recursos públicos para o funcionamento e o fortalecimento dos Partidos políticos. Todos dizem – esta pelo menos é a opinião expressada por muitos – que a democracia necessita de Partidos fortes, com enraizamento social, com organização popular, com programas. Não se pode decidir com a conclusão apressada de alguns, embora exista verdade no fato de que alguns Partidos, infelizmente, existem e servem a causas pouco nobres.

No entanto, não podemos tratar essa questão de forma linear, como se todos os Partidos, inclusive os pequenos, como o P-SOL, o PCdoB, o PSB e muitos outros, que honram, ao longo da sua história, os compromissos com a luta democrática, com a participação do povo nas decisões políticas... Se queremos democracia, é importante o fortalecimento dos Partidos políticos. E essa medida que está sendo votada aqui e agora não é de forma alguma uma sinalização que aponte nesse sentido, porque o que se quer aqui é matar por asfixia os pequenos Partidos.

Lamento que quem foi pequeno, hoje, porque é grande, associe-se a uma empreitada que, a meu ver, é danosa àquilo que queremos construir neste País. Portanto, considero a forma. Estão achando muito. Era distribuído 1% igualmente aos Partidos, e, agora, elevou-se esse critério para 5%, e os 95% restantes igualmente participam do bolo da distribuição dos recursos partidários.

Considero – esta é minha conclusão – que, efetivamente, não há compreensão no processo democrático que estamos construindo com suor, com sacrifício e com muita luta, porque essa medida representa um retrocesso na construção da democracia brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se não houver aqui um entendimento mínimo para resguardar o direito de os Partidos pequenos terem uma participação mais efetiva na distribuição dos recursos partidários, estaremos prestando um desserviço à causa da democracia. Entendo perfeitamente que os Partidos com maior representatividade, com maior número de Parlamentares, com maior votação, evidentemente, têm direito a um volume maior de recursos. E o próprio critério estabelecido pelo TSE garante isso.

Assim, minha conclusão é a de que votar a questão dessa forma é um ataque à jovem democracia brasileira, construída com muito esforço.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ NERY (P-SOL – PA) – Já vou encerrar, Sr. Presidente.

Representamos parcela da sociedade organizada nos pequenos Partidos políticos, e o fazemos com

ética, com decência e com o compromisso de transformação da realidade brasileira.

Quero dizer às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que, provavelmente, se o desfecho for a votação e a aprovação desse projeto nos termos em que está posto, com certeza, mais uma vez, bateremos às portas do Judiciário, para que não se cometa uma tremenda injustiça contra aqueles que têm trabalhado de forma correta e honesta. Permanecem contra o pequeno, que pode se tornar grande. A questão aqui não é o mérito de ser grande ou pequeno, mas, como disse há pouco o Senador Inácio Arruda, a de ter o mínimo de razoabilidade para tomar uma decisão tão importante como essa.

Essa é a posição do P-SOL, essa é nossa opinião, é nossa luta, e vamos, se preciso, aos Tribunais, para questionar, inclusive, a própria tramitação no Senado, pois essa questão não passou sequer pelo debate nas Comissões da Casa. É nossa posição, é nosso entendimento, é nossa luta, Sr. Presidente, para resguardar aquilo que temos construído com tanto esforço e com tanto sacrifício.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Continua a matéria em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação do Projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço verificação de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Há o apoio dos Senadores José Nery, Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, Pedro Simon, Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um questionamento à Mesa: há quanto tempo houve a última verificação de **quorum**?

O SR. ALOIZIO MERCANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de ponderar ao Plenário que tem sido uma

prática nesta Casa o direito regimental de solicitar votação nominal. Cada um está votando no que acredita, no que acha mais correto, pelo melhor critério. É absolutamente legítima essa demanda e solicito que os Partidos abram mão do tempo e façam a votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Aceito a ponderação do Senador Aloizio Mercadante, Líder da Situação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Marcelo Crivella, vamos conceder a verificação pedida por V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a ponderação do ex-líder do Governo é sensata. Se pudéssemos caminhar por ela...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sem dúvida.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

Os Srs. Líderes, se desejarem, poderão orientar as suas bancadas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o PSDB encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, encaminha o voto “sim”.

Senador José Agripino, como vota o PFL?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – O PFL encaminha o voto “sim”, com o relatório do Senador Heráclito Fortes e do Senador Tasso Jereissati.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, o PR vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador João Ribeiro encaminha, pelo PR, o voto “sim”.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, o PRB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Valdir Raupp, como vota o PMDB?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O PMDB vota “sim”, Sr. Presidente.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se todos já votaram, vou proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO NOMINAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2007

(FUNDO PARTIDÁRIO)

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 27/2/2007

Num.Votação: 3
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 27/2/2007 21:08:16
Encerramento: 27/2/2007 21:10:53

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PFL	DF	ADELMIR SANTANA	SIM
Bloco-PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	SIM
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIÓ MERCADANTE	SIM
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	SIM
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	SIM
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	SIM
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	SIM
PFL	MG	ELISEU RESENDE	SIM
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	SIM
Bloco-PTB	AL	FERNANDO COLLOR	NÃO
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	SIM
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	SIM
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	NÃO
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	SIM
PFL	MT	JAYME CAMPOS	SIM
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	SIM
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	SIM
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM
P-SQL	PA	JOSÉ NERY	NÃO
PFL	TO	KÁTIA ABREU	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	SIM
PMDB	PI	MÃO SANTA	NÃO
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	ABST.
PFL	PE	MARCO MACIEL	SIM
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	SIM
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	SIM
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	SIM
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PFL	SC	RAIMUNDO COLOMBO	SIM
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	SIM
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	SIM
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	SIM
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	SIM

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 54
Votos NÃO : 04
Votos ABST. : 01

Total : 59



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 54 Srs. Senadores; e, NÃO, 4.

Houve uma abstenção.

Total: 59 votos.

Aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2007.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2007

Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para estabelecimento do critério de distribuição do Fundo Partidário.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 41-a:

“Art. 41-A. 5% (cinco por cento) do total do Fundo Partidário seria destacados para entrega, em partes iguais, a todos os partidos que tenham seus estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral e 95% (noventa e cinco por cento) do total do Fundo Partidário serão distribuídos a eles na proporção dos votos obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.”

Art. 2º Revogam-se o inciso V do art. 56 e o inciso II do art. 57, ambos da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 5:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, DE 2005

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, que *acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios.*

Parecer sob nº 1.094, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1 –CCJ, de redação.

A matéria contou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do último dia 15, quando deixou de ser apreciada em virtude da falta de acordo de lideranças para a deliberação do item 1 da pauta.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358, do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco

sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a segunda sessão de discussão.

Em discussão a Proposta e a Emenda nº 1 – CCJ, de redação.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, creio salutar – e serei bastante breve – se descentralizarem recursos na direção dos Municípios. Hoje, a União engloba a grande parte, a grande fatia dos recursos nacionais; aos Estados e aos Municípios sobra menos.

Nós percebemos – e essa lição vem de Franco Montoro – que os problemas reais são vivenciados por quem dirige o Município. Existe uma outra instância que é o Estado e a grande verdade é que os problemas macro são muito bem-vistos e muito bem observados pelo Presidente, pelo Governo Federal, mas não é dele, não é da instância federal a principal sensibilidade. Portanto, essa iniciativa visa a alforriar certos Municípios e a reforçar a perspectiva de investimentos de outros.

Por isso, Sr. Presidente, apresentei esta Proposta de Emenda à Constituição, de maneira muito generosa apoiada por inúmeros Senadores, e tenho certeza de que, além do apoio que concederam para que a medida tramitasse, haverão de aprová-la neste plenário, ao fim e ao cabo das sessões de discussão, quando a matéria estiver madura para votação.

É a minha convicção municipalista que me faz apresentar a proposta de se ter os investimentos do PASEP investidos exclusivamente nos Municípios, nas cidades brasileiras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Continua em discussão o Projeto. (Pausa.)

Não mais havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, para o prosseguimento da discussão.

O Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – **Item 6:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 2004

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera a redação*

da alínea **d** do inciso II do art. 93 da Constituição Federal (torna obrigatória a promoção por antigüidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente).

Parecer sob nº 16, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4 – CCJ, que apresenta.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutiva, em fae de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, de composição do Senado.

Transcorre hoje a primeira sessão de discussão.

Em discussão a Proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, para o prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Item 7:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2005, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que *altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências* (disciplina a concessão de benefícios previdenciários decorrentes de doença e acidentes e dispõe sobre o ingresso do trabalhador autônomo no sistema previdenciário).

Parecer favorável, sob nº 1.290, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Romero Jucá.

Não foram oferecidas emendas à proposição perante a Mesa.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 106, DE 2007

Adiamento da discussão para reexame de Comissão.

Nos termos do art. 279, inciso II, do Regimento Interno, requero adiamento da discussão do Projeto

de Lei do Senado nº 261, de 2005, a fim de que a referida proposição seja reexaminada pela Comissão de Assuntos Sociais.

REQUERIMENTO Nº 107, DE 2007

Adiamento da discussão para determinado dia.

Nos termos do art. 279, inciso III, do Regimento Interno, requero adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2005, a fim de ser feita na sessão de 13-3-07.

Sala das Sessões, em

REQUERIMENTO Nº 108, DE 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 279, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, requero o adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 261 de 2005, item 7 da Pauta, para que seja feita na sessão do dia 6 de março de 2007.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2007.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, para justificar o requerimento de sua autoria.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero esclarecer à Casa e às Sr^{as} e Srs. Senadores que essa matéria seria votada pelo Plenário, mas, na reunião de Líderes de hoje, o Senador

Osmar Dias solicitou um prazo maior para que a matéria possa ser emendada.

Discutimos um texto conciliatório, mas, como essa matéria é terminativa na Comissão e foi encaminhada em grau de recurso para o Plenário, ela não poderá ser emendada aqui. Essa matéria só poderá ser emendada se voltar à Comissão. Por isso, apresentei o requerimento de reexame da matéria na Comissão de Assuntos Sociais.

Portanto, peço que essa matéria retorne a esta Comissão, para que possamos discuti-la e fazer as correções de acordo com os entendimentos que estamos construindo. O pleito é para que seja aprovado o requerimento, para que a matéria, cujo Relator sou eu, seja reexaminada na CAS.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Em votação o requerimento de reexame de Comissão.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria retorna à Comissão de Assuntos Sociais.

Ficam prejudicados os requerimentos de autoria dos Senadores Alvaro Dias e Osmar Dias, de nºs 107 e 108, de 2007.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ). Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas consignar que, na votação do PLC nº 7, votei “não”, mas apareceu abstenção. Solicito seja registrado nos Anais da Casa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sua manifestação constará da Ata.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– **Item 8:**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, DE 2007

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2007, de iniciativa da Comissão Mista do Salário Mínimo, que *dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo regime geral de previdência social e o índice de correção previdenciária.*

A Presidência esclarece ao Plenário que a matéria será submetida a dois turnos, de discussão e votação, nos termos do art. 143 do Regimento Comum.

Poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Transcorre hoje a primeira sessão de discussão em primeiro turno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 109, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 279, inciso I, do Regimento Interno, o adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2007, a fim de que seja ouvida a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2007 – Senador **Romero Jucá.**

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Último item da pauta.

Item 9:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, DE 2007

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2007, de iniciativa da Comissão Mista do Salário Mínimo, que *altera a Legislação Tributária Federal para reduzir a contribuição social incidente sobre a folha de salários e aumentar a incidente sobre a receita bruta.*

A Presidência esclarece ao Plenário que a matéria será submetida a dois turnos, de discussão e votação, nos termos do art. 143 do Regimento Comum.

Poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Transcorre hoje a primeira sessão de discussão em primeiro turno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 110, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 279, inciso I, do Regimento Interno, o adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2007, a fim de

que seja ouvida a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2007. – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.


É lido o seguinte:

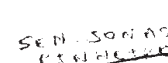
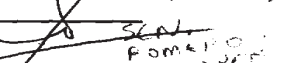
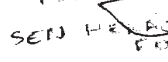
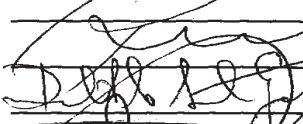
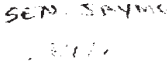
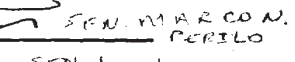
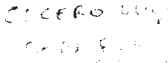
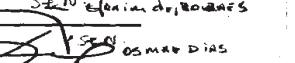
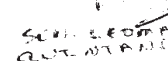
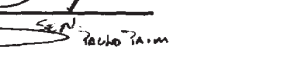
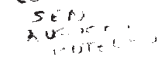
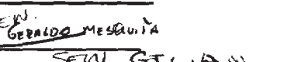
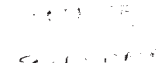
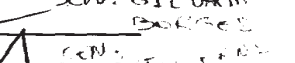
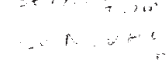
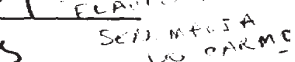
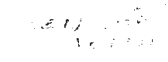
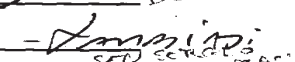

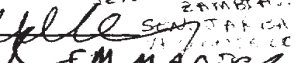









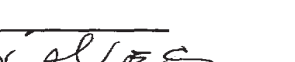






REQUERIMENTO Nº 111 /2007

Senhor Presidente:

Nos termos do § 1º do artigo 332 do Regimento Interno, requeremos a continuidade da tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 131 de 2001, na Comissão de Assuntos Sociais.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2007.


Senador **SÉRGIO GUERRA** 

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Em votação o requerimento de desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2001.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2001, volta a tramitar. E, uma vez que já se encontra instruído com o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, retorna ao exame da Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, nos termos do despacho inicial.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Antes de encerrar a sessão, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, eu gostaria de requerer a transcrição nos Anais do Senado da correspondência que o professor Paulo Nogueira Batista enviou-me, em novembro de 2005, e também daquela que encaminhei para ele em resposta, no dia 1º de dezembro de 2005, quando combinamos a natureza do trabalho que ele, professor Paulo Nogueira Batista, que tem sido considerado um dos melhores economistas do País, passaria a realizar para mim.

O documento diz respeito à tramitação do projeto de lei que estabelece um mandato para as nego-

ciações comerciais do Brasil, às questões relativas à revitalização do São Francisco, transposição de águas desse rio; à análise e ao acompanhamento da economia nacional e internacional; ao auxílio na elaboração e preparação de questionamentos por ocasião de audiências de autoridades, sobretudo na área econômica do governo no Senado; ao preparo de pedidos de informação relacionados à área econômico-financeira e ao auxílio no levantamento de informações para pronunciamentos no plenário do Senado.

Sr. Presidente, avalio que se trata de uma questão importante, dada a designação do Prof. Paulo Nogueira Batista para exercer uma diretoria no Fundo Monetário Internacional.

Alguns jornalistas me perguntaram se era fato que ele trabalha para mim. Ele, sim, trabalha. E nessas condições.

Como sempre tenho tido o propósito de tornar inteiramente transparente tudo aquilo que se refere ao meu mandato, inclusive do ponto de vista administrativo e dada a importância do Prof. Paulo Nogueira Batista, peço a transcrição desta correspondência nos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 203, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Sen. E. Suplicy

São Paulo, de novembro de 2005

Prezado Eduardo Suplicy,

Escrevo, como combinamos em encontro recente, para colocar no papel e lhe propor os objetivos e as prioridades e condições para um trabalho de assessoria técnica a ser iniciado em dezembro. Quero lhe dizer, primeiramente, o quanto me sensibiliza e honra a sua insistência no convite para desempenhar a função de Assessor Técnico junto ao seu gabinete em São Paulo. Não apenas pela nossa antiga amizade, mas também pela admiração e respeito que sempre tive por sua atuação como parlamentar e homem público – admiração e respeito que nunca foram atingidos pelas minhas divergências antigas e públicas com o seu partido e, depois, com a área econômica e outros aspectos do governo Lula.

Como você sabe, essas divergências, que só fizeram se agravar desde a chegada de Lula à Presidência da República, foram a principal razão para a longa demora em aceitar o seu convite. O meu receio era que isso pudesse ser interpretado por terceiros como contraditório com a minha posição de economista independente, não vinculado a qualquer partido político.

Em nossos diversos encontros ao longo dos últimos meses, você me explicou que a função proposta é de natureza exclusivamente técnica, não tendo qualquer conotação político-partidário. Não envolveria a participação em reuniões partidárias ou atividades eleitorais. E não comprometeria a execução das minhas atividades atuais de professor, pesquisador e participante do debate público. Quem lhe conhece, como eu, há muito tempo e sabe do seu respeito pela independência e liberdade dos outros, nem precisaria a rigor dessas explicações. Apenas quis ter certeza de que a minha atuação pública como economista, que freqüentemente diverge, não raro de forma agressiva, do rumo e da condução das políticas governamentais, não iria lhe causar nenhum tipo de constrangimento enquanto integrante do PT e da base governamental do governo no Senado.

Superadas essas dúvidas, passamos a discutir os principais pontos de um programa de trabalho, que passo a resumir na seqüência para sua apreciação. Seriam três as principais áreas de concentração, conforme conversamos ao longo dos últimos meses:

1) Tramitação do projeto de lei que estabelece um mandato para as negociações comerciais do Brasil.

Esse projeto, de sua autoria, já aprovado no Senado, está tramitando na Câmara dos Deputados. Tendo acompanhado, de maneira informal, o projeto desde a sua formulação e durante toda a sua tramitação até agora, me caberia agora acompanhar e auxiliar a sua tramitação na Câmara, o que envolveria participação em audiências públicas, eventualmente como expositor, diálogo com parlamentares e integrantes das assessorias parlamentares e, se necessário, com setores do Executivo federal e representantes de setores da sociedade civil. No meu entender, o projeto pode e deve ser aprovado na forma em que saiu do Senado, depois de diversas revisões e emendas. Se for inevitável, contudo, incorporar novas emendas, também me caberia auxiliar na sua nova fase de tramitação no Senado. Mesmo que isso não venha a ser necessário e que o projeto venha a ser aprovado como está e sancionado pelo presidente da República, como esperamos, é possível que uma nova versão atualizada do mandato negociador, na forma de um novo projeto de lei, se

mostre necessário em algum momento futuro, a exemplo do que ocorre em países desenvolvidos que têm tradição de votar mandatos negociadores para acordos comerciais.

2) Revitalização do São Francisco, Transposição de Águas desse Rio para o Nordeste Setentrional e Alternativas para o Semiárido.

A controvérsia desencadeada pela decisão do governo federal de iniciar o projeto transposição de águas do rio São Francisco para o Nordeste Setentrional foi exacerbada pelo gesto de Dom Luiz Cappio, bispo de Barra, de iniciar uma greve de fome até a morte contra o projeto e pela revitalização do rio. A greve, que teve enorme repercussão, no Brasil e no exterior, foi suspensa no início de outubro, depois de um acordo entre dom Luiz e o ministro Jacques Wagner, enviado pelo presidente Lula para negociar com o bispo.

O acordo alcançado está expresso em uma troca de cartas entre dom Luiz e o ministro. À carta do ministro foram acrescentadas, por ele, as seguintes palavras manuscritas: “Com a autorização do Sr. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, celebro o entendimento com a comunidade na pessoa de dom Luiz Flávio Cappio, nos termos em que se somam as duas correspondências”.

Foram três os principais pontos do entendimento: 1) o governo assegurou que será prolongado o debate em torno da transposição, antes do início de obras, para o esclarecimento amplo das questões que ainda suscitem dúvidas e divergências; 2) o governo prometeu intensificar as obras de revitalização do rio e empenhar-se ao máximo para aprovação de emenda constitucional que garante um investimento anual de R\$ 300 milhões, por 20 anos, para essas obras; e 3) o presidente Lula receberá dom Luiz para dialogar sobre o tema.

Nesse segundo tema, a minha função seria auxiliá-lo a estudar a questão e a tomar posição quanto ao projeto de transposição, a questão da revitalização do São Francisco e as alternativas para enfrentar e conviver com o problema da seca no Nordeste. É um tema novo para mim e o primeiro passo seria começar a tomar conhecimento do material de pesquisa e reflexão já existente e também das propostas apresentadas, no Brasil e também no exterior. O tema me parece de importância crucial, pelas suas repercussões econômicas, ecológicas, sociais e políticas. É muito provável que continue fazendo parte, talvez com mais intensidade, da agenda do Congresso.

3) Análise e acompanhamento da economia nacional e internacional

Como desdobramento das minhas atividades habituais de analista econômico, especializado em macroeconomia brasileira, políticas econômicas e economia internacional, me caberia também auxiliá-lo na avaliação da política econômica brasileira e do relacionamento econômico do país com o exterior, com atenção especial aos aspectos que dependem do Congresso, seja como produtor de leis, seja como fiscalizador dos atos do Executivo. A ênfase recairia em aspectos como política monetária, política cambial, regime monetário e cambial, Banco Central e Conselho Monetário Nacional, regulação cambial e dos movimentos de capital, política fiscal e contas públicas, reforma e administração tributárias. Em conjunto com o seu gabinete em Brasília e em São Paulo, faríamos um levantamento estatístico das séries históricas econômicas internacionais e, sobretudo, nacionais com o intuito de colocar em perspectiva os resultados recentes da economia do país e refinar a avaliação das políticas macroeconômicas do país. A dedicação maior ou menor a cada um desses pontos dependeria, evidentemente, da evolução da conjuntura

econômica brasileira e mundial, em função da qual varia a importância relativa dos tópicos mencionados.

4) Outros Aspectos

- a) auxiliar na elaboração e preparação de questionamentos por ocasião de audiências ou depoimentos de autoridades da área econômica do governo no Senado;**
- b) preparar pedidos de informação relacionados à área econômico-financeira;**
- c) auxiliar no levantamento de informações para pronunciamentos no plenário do Senado.**

São essas linhas gerais do programa de trabalho que apresento à sua consideração.

Um abraço,

Paulo Nogueira Batista Jr.

Brasília, 1º de dezembro de 2005

Prezado Paulo Nogueira Batista Jr.,

Muito obrigado pelos altos termos com que se referiu a minha pessoa em sua carta de novembro último. Fico feliz de saber que aceita o meu convite para colaborar como Assessor Técnico junto ao meu gabinete de Senador, sobretudo em São Paulo. Nessa carta você coloca com clareza os principais campos em que poderá colaborar com o meu trabalho no Senado, especialmente tendo em conta o seu conhecimento como economista, professor e pesquisador.

Concordo com sua condição de independência como um intelectual, não filiado ao PT ou outro partido político, que estará sempre desenvolvendo seus trabalhos à luz do que considera o mais correto e os propósitos mais altos que, acredito, ambos temos em comum de promoção do bem-estar do povo brasileiro e de buscarmos incessantemente, por meios democráticos, a construção de uma nação efetivamente justa onde todas as pessoas possam estar vivendo com dignidade e partilhando da riqueza de nosso país.

Conforme conversamos previamente, estou de acordo que você possa colaborar principalmente nas seguintes áreas:

1. A tramitação do projeto de lei que estabelece as diretrizes e normas para as negociações comerciais do Brasil, que felizmente foi aprovado ontem na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Comércio e Indústria, conforme o parecer favorável do deputado Júlio Redecker (PSDB-RS). Na ocasião, o deputado Antonio Delfin Netto recomendou o voto favorável ao projeto. Agora vai tramitar na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, depois, na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara.
2. Acompanhamento e avaliação das questões relacionadas à revitalização do rio São Francisco e a transposição de suas águas para o Nordeste

Setentrional assim como alternativas para o Semiárido. Considero importante aprofundar meu conhecimento sobre esse tema, de maneira a poder interagir melhor com meus colegas no Senado e com o Poder Executivo, especialmente como os ministros das áreas afins como o *Ministro da Integração Regional e a Ministra do Meio Ambiente*.

3. Análise e acompanhamento da economia nacional e internacional. Será muito importante poder contar com sua cooperação no exame dos mais variados temas de política econômica. Em verdade, a sua colaboração efetiva significará um aprofundamento de nossos diálogos, uma vez que ao longo dos últimos anos, por sermos amigos e colegas professores na EAESP-FGV, estivemos sempre conversando sobre os problemas da economia brasileira, assim como as questões de economia internacional.
4. Interação com a minha equipe na formulação de meus pronunciamentos, requerimentos, arguições e iniciativas legislativas.

Sinto-me honrado em tê-lo como Assessor Técnico por reconhecê-lo como um dos melhores economistas brasileiros. O fato de estar colaborando comigo também não significa que estou de acordo com todas as suas análises e assertivas pessoais. Aliás, é próprio do progresso da ciência econômica que haja muitas vezes divergências cada vez que dois ou mais economistas se encontram, por mais amigos que sejam.

Seja portanto bem vindo ao meu gabinete.

Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 112, DE 2007

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e em face da edição da Medida Provisória nº 349, de 22 de janeiro de 2007, que institui o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS), requeiro sejam prestadas, pelo Exmº Sr. Ministro de Estado do Trabalho e do Emprego, as seguintes informações:

– demonstrativos contábeis do FGTS relativos a 2006 que contemplem as contas e a situação patrimonial do Fundo de Garantia.

Justificação

O FGTS foi criado em 1966, como opção ao regime de estabilidade decenal previsto na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, com duplo objetivo: assegurar ao trabalhador a formação de um pecúlio para ampará-lo em caso de demissão e a seus dependentes em caso de falecimento, e fomentar políticas públicas por meio do financiamento de programas de habitação popular, de saneamento básico e de infra-estrutura urbana. Nesse sentido, diz-se que o FGTS é um fundo de natureza privada (formado por ativos dos trabalhadores), cuja gestão é pública.

Deve-se considerar que os depósitos nas contas vinculadas dos trabalhadores são garantidos pela União. Assim, eventual déficit do FGTS teria que ser coberto pelo Tesouro Nacional. Cabe analisar, assim, a atual situação patrimonial do Fundo, para examinar esse risco fiscal.

Até o presente momento, não foram publicadas as demonstrações contábeis do FGTS de 2006. Os dados mais recentes referem-se ao balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis de 2005.

Convém mencionar ainda que, embora a legislação atual remunere os depósitos com a módica taxa anual de 3%, o patrimônio total do FGTS pertence aos trabalhadores, não apenas o valor do somatório das contas vinculadas. Nada impediria que a legislação fosse alterada e passasse a remunerar as contas com uma maior rentabilidade, em face de uma hipotética cômoda situação patrimonial do Fundo. Nesse sentido, a aplicação de uma parcela dos recursos do Fundo, pertencente a um grande contingente de tra-

balhadores, em investimentos sujeitos a riscos merece ser bem examinada.

Cumprindo com a função fiscalizadora desta Casa Legislativa, o requerimento ora proposto visa obter as informações necessárias para a apreciação da Medida Provisória supracitada.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2007. – **César Borges**.

(À Mesa, para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 113, DE 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, e, ainda, com base no art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), associado com § 1º do art. 126 da Lei nº 11.439/2006 (LDO/2007), requeiro que, ouvida à Mesa, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre qual será o impacto que os benefícios tributários concedidos na Medida Provisória nº 352/2007, terão sobre a receita da União nos exercícios de 2008 e 2009.

Justificação

Esta solicitação visa sanar lacuna constatada quando do envio da MP nº 352/2007, ao Congresso Nacional, tendo em vista que não constam as informações acerca da conseqüente perda de receita estimada para 2008 e 2009, exigência constante do **caput** do art. 14 da LRF e do **caput** do 126 da LDO/2007.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2007. – **César Borges**.

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 114, DE 2007

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 223 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de repúdio às ações que integrantes de instituições que participam e coordenam a Campanha Por Um Brasil Livre de Transgênicos praticaram contra os membros da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, e que inclusive foi

objeto de editorial no jornal **O Estado de São Paulo** no dia 26 de fevereiro de 2007.

Justificação

Preocupante e lamentável é a situação relatada na matéria – “Caçadores de bruxas na CTNBio” – publicada pelo jornal **O Estado de São Paulo** no dia 26 de fevereiro de 2007. Além de informar sobre a dificuldade relacionada ao funcionamento da Comissão no que diz respeito ao quorum para deliberação em pedido de liberação comercial de organismo geneticamente modificado, a matéria relata a violência e o assédio praticado contra os membros da CTNBio.

Recentemente a organização não governamental – ONG – Greenpeace, que participa da Campanha Por Um Brasil Livre de Transgênicos, colocou em sua página – www.Greenpeace.org.br/transgenicos/ctnbio – fotos de diversos membros da CTNBio, pedindo que fossem enviadas mensagens aos integrantes da Comissão com a seguinte frase: “não deixe que o milho transgênico invada o seu prato”. Cada membro da Comissão já recebeu aproximadamente 1.500 mensagens, visto que para enviar a mensagem basta clicar na foto. Além disso, os membros da Comissão foram surpreendidos no refeitório do Hotel Alvorada em Brasília, na data da reunião realizada nos dias 14 e 15 de fevereiro de 2007, por integrantes mascarados desta ONG que fotografaram com alarido os membros da Comissão. Não satisfeitos com as ações até então praticadas, seguiram, em carros e motos, o ônibus que transportava os integrantes da CTNBio até o local da reunião.

Enquanto países como Estados Unidos da América, Japão, China, Canadá e o bloco que integra a União Européia já definiram a biotecnologia, inclusive a biotecnologia moderna ou engenharia genética, como área estratégica e atuam fortemente para alcançar ou permanecer em posição de vanguarda neste promissor segmento da economia baseada no conhecimento, o fanatismo irresponsável e obscurantista ganha força no território nacional.

A quem interessa Um Brasil Livre de Transgênicos?

Certamente ao Brasil não.

Aproveito a oportunidade para ressaltar que a CTNBio, em funcionamento desde 1995, foi e continua sendo responsável pela garantia da biossegurança de centenas de pesquisas com organismos geneticamente modificados – OGM –, que foram e continuam sendo realizadas pelas mais variadas re-

giões do país e até o momento não se tem registro de acidente ocorrido ou dano provocado por estas atividades experimentais.

Com relação aos eventos de transformação genética aprovados pela Comissão para uso comercial, produtos de uso freqüente na agricultura e como adjuvantes em produção industrial, também de nenhum dano se tem registro.

Este histórico positivo, que foi e continua sendo construído em um momento histórico que grupos privados de luz atuam fortemente contra o desenvolvimento da biociência e da biotecnologia moderna, efetivamente credencia a CTNBio enquanto instituição responsável pela garantia da biossegurança das atividades realizadas no campo da biotecnologia moderna ou engenharia genética, reafirma o potencial da biotecnologia moderna e demonstra a competência científica e o voluntarismo dos membros que a integram.

Incontestável é a necessidade de apoio à continuidade das atividades da CTNBio, que é importante não só para a agricultura e a pecuária brasileiras mas para o Brasil, visto que para integrar adequadamente à nova ordem mundial e competir, estando nela inserido, terá que ampliar sua capacidade acadêmica, científica e tecnológica.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2007. – Senadora **Kátia Abreu**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – O Requerimento lido será encaminhado para o exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2007

Requeiro, nos termos regimentais, a tramitação em separado do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2003, por entender que as matérias tratam de temas distintos.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2007. – Senador **José Maranhão**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Sobre a Mesa decisão da Mesa que passo a ler.

É lida a seguinte:

DECISÃO

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de sua competência prevista no inciso VI do art. 98, combinado com o art. 258, ambos do Regimento Interno Federal, resolve deferir o Requerimento nº 115, de desapensação do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2003, Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006, que teve sua tramitação conjunta autorizada por decisão publicada no **Diário do Senado Federal** de 13-4-2006 (Requerimento nº 253/06).

Senado Federal, de _____ de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Nos termos da Decisão da Mesa, as proposições voltam a tramitar autonomamente e voltam ao exame da Comissão de Assuntos Sociais.

A Presidência comunica ao Plenário que, procedida a desapensação das matérias, o Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2003, será apreciado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do despacho inicial.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 116, DE 2007

Requer informações, ao Ministro da Ciência e Tecnologia, acerca de providências para implantar no País o Programa de Desenvolvimento da Biotecnologia.

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º da Constituição Federal, que sejam solicitadas, ao Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia, informações acerca de providências eventualmente adotadas pelo Governo, em especial pela área de pesquisa e desen-

volvimento da ciência, tendo em vista o Programa de Biotecnologia.

Justificação

Depois de passar o primeiro mandato presidencial discutindo o Programa de Desenvolvimento da Biotecnologia, o Governo até hoje nada fez para assegurar condições a execução de qualquer projeto nessa área. Tendo em vista a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, é importante conhecer eventuais projetos em vias de implantação ou em estudos no Ministério da Ciência e Tecnologia.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2007. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 117, DE 2007

Requer voto de aplauso ao tenista Gustavo Kuerten (Guga) por sua volta a alguns dos principais torneios dos Estados Unidos da América e pelo exemplo de tenacidade que vem dando ao Brasil e ao mundo.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao tenista Gustavo Kuerten (Guga) por sua volta a alguns dos principais torneios dos Estados Unidos da América e pelo exemplo de luta, de tenacidade que vem dando ao Brasil e ao Mundo.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e à Confederação Brasileira de Tênis.

Justificação

Esta semana representa novo marco na carreira do vitorioso tenista brasileiro Gustavo Kuerten (Guga). É a semana que marca sua volta a alguns dos principais torneios dos Estados Unidos da América, depois da intervenção cirúrgica que o afastou das quadras por longo tempo. Ele já vinha se preparando para a volta. Recentemente, participou do Torneio da Costa do Sauípe, na Bahia, com vitória sobre tenista italiano e com jogo equilibrado com Sareta, outra promessa do tênis brasileiro. Em seguida, veio a boa notícia.

Recebeu convites **vild card** para participar de três importantes torneios seguidos nos EUA: Las Vegas, Masters Series de Indian Wells e Miami. Em Las Vegas foi recebido como astro. Participou, ao lado do Prefeito da cidade, da cerimônia de sorteio das Chaves, foi aplaudido e, com a boa vontade e simpatia de sempre, distribuiu autógrafos. Não é para menos. Guga é detentor de 20 títulos de simples (conquistados em 13 diferentes países), três dos quais num dos mais importantes torneios do mundo: o de Roland Garros, em Paris. Igualou, ali, o feito de Ivan Lendl (que foi um dos maiores tenistas do mundo) e Mats Wilander, só ficando atrás de Bjorn Borg. Ficou 43 semanas como Tenista Número 1 do Mundo, mais tempo que outras grandes figuras, como Ilie Nastase, com 40, Mats Wilander, com 20, Boris Becker, com 12 e Marat Safin, com 9. Apesar das dificuldades físicas que ainda enfrenta, em consequência da cirurgia, Gustavo Kuerten não se rende, não se deixa abater. É exemplo de tenacidade, de luta. Ele estreou, ontem, com vitória em Las Vegas, derrotando um tenista sul-africano. Mas, perdendo ou ganhando, merece o respeito e a admiração de todos os esportistas e de todos os brasileiros e merece, sobretudo, a homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 118, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em definitivo, do requerimento nº 96 de 2007.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2007. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – A Presidência defere o requerimento lido, nos termos do inciso I do § 2º do art. 256 do Regimento Interno.

O Requerimento nº 96, de 2007, vai ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB - AP) – O Sr. Senador Papaléo Paes enviou discurso à Mesa, que será publicado na forma do disposto no art. 203,

combinado com o inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este momento, em que iniciamos uma nova legislatura, é particularmente importante para o Legislativo e para o País: com a renovação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, renovam-se também as esperanças do povo brasileiro por dias melhores, esperanças de que o Congresso possa dar o pronto e devido equacionamento às graves questões que tanto afligem a nossa gente. Merecem especial atenção de nossa parte os temas relacionados à segurança pública, à saúde, à educação e ao desemprego.

Sua Excelência, o Presidente da República, recém encaminhou ao Congresso o PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, dando o norte do que pretende fazer em seu segundo mandato. Ele prevê um investimento de quase 504 bilhões de reais no que chama de “infra-estrutura para o desenvolvimento”, assim distribuídos: 275 bilhões para energia, 171 bilhões para saneamento, habitação e metrô e mais 58 bilhões a serem aplicados em rodovias, portos, ferrovias e aeroportos. Além disso, estão previstas também medidas voltadas para o crescimento da economia.

Nesse contexto, gostaria de chamar a atenção desta Casa para um assunto que não tem merecido o devido tratamento por parte do Governo. Refiro-me, Senhor Presidente, à questão das hidrovias, particularmente importantes na região amazônica e no Estado do Amapá. Esse é um tema sobre o qual muito já se falou e que, em 1996, foi objeto, inclusive, de um detalhado estudo pelo então Senador Bernardo Cabral, publicado pelo Senado Federal. O fato é que, lamentavelmente, ainda não avançamos nesse tema. Tanto é verdade que, no mesmo ano de 1996, o Tribunal de Contas da União reconheceu a inoperância e a virtual falência do setor. Neste momento, em que vamos discutir o PAC, em que podemos alterá-lo para o bem do povo brasileiro, creio ser a ocasião mais propícia para que voltemos a discutir a questão das hidrovias em nosso País.

Eu não teria tempo, Srªs e Srs. Senadores, de trazer aqui uma análise aprofundada da matéria, mas trago algumas informações sobre as quais tenho me debruçado nesses últimos tempos, e para as quais convido a uma profunda reflexão desta Casa.

O primeiro ponto a destacar é que o Brasil possui cerca de 40 mil quilômetros de rios navegáveis,

distribuídos em nove bacias hidrográficas. Esse é um potencial fantástico para escoar nossas riquezas, haja vista que a “estrada” já está praticamente pronta, é uma obra da natureza. Atualmente, aproveitamos, de forma precária, apenas 26 mil quilômetros de nossa malha hídrica.

Numerosos são os estudos que apontam as vantagens das hidrovias para o transporte de cargas pesadas. Um exemplo gritante desse fato é a comparação das capacidades de carga dos diferentes modais: enquanto uma barcaça transporta mil e quinhentas toneladas, uma carreta leva apenas 26 toneladas; isso significa dizer que uma barcaça consegue carregar o equivalente a 58 carretas. Apesar dessa incontestável superioridade, registre-se que 60% de nossas cargas são transportadas por rodovias e apenas 13% por hidrovias. Mas, além disso, as hidrovias possuem outros diferenciais favoráveis, como um consumo de energia relativamente pequeno, custo operacional menor do que outros meios de transporte e reduzido impacto ambiental para implantação, se comparado com o modal rodoviário, por exemplo.

Eu pergunto, então: por que não incrementar o uso das hidrovias e, dessa forma, contribuir sensivelmente para a redução do “Custo Brasil”?

Temos que considerar o tema também do ponto de vista estratégico. As hidrovias são fundamentais para a integração nacional, pois sabemos que existem muitos pontos de nosso território somente acessíveis por meio aquaviário. Assim, as hidrovias podem propiciar benefícios adicionais, hoje fora do alcance das populações ribeirinhas, como saúde, educação e cultura. Elas podem servir como um instrumento de promoção da cidadania dessas comunidades.

Há ainda o aspecto militar. Num país de dimensões continentais como o Brasil, detentor de incontáveis riquezas naturais, nunca é demais termos sempre em mente a célebre frase proferida por Thomas Jefferson: “O preço da liberdade é a eterna vigilância”. Sob essa ótica, a hidrovia também possui inegável relevo: ela permite a mobilização de grandes quantidades de material bélico e de efetivos de tropas, não expõe embarcações ao ataque de alto-mar e não é tão suscetível a sabotagens, como uma rodovia ou uma linha férrea.

Finalmente, gostaria de mencionar a importância do modal hidroviário para o turismo. O inegável apelo paisagístico das regiões interioranas, aliado à forte tendência de crescimento do turismo ecológico, faz das hidrovias um meio de transporte bastante atraente para aqueles que desejam conhecer as belezas dos nossos rios e de suas margens. E, como sabemos, o

turismo é um dos setores que mais geram riquezas e empregos em todo o mundo.

Apesar de tudo isso, Senhor Presidente, o Brasil continua “patinando” quando o assunto é hidrovia, o que contribui para naufragar grande parte dos projetos de crescimento para o País. E isso em virtude de diversos fatores.

Começaria por mencionar a ausência de uma legislação específica que regule o setor. Essa situação de verdadeira anomia tem provocado inúmeros conflitos, por exemplo, no que diz respeito à aplicação da legislação ambiental. Um caso típico é o que envolve a Hidrovia do Tocantins-Araguaia, cuja implantação foi interrompida pelo conflito surgido no processo de licenciamento ambiental, no qual ocorreram divergências sobre a consulta ou não aos povos indígenas e ao Congresso Nacional. Da mesma forma, surgem situações em que os órgãos estão proibidos de conceder licenças ambientais, em virtude da falta de regulamentação do artigo 23 da Constituição Federal, que trata da competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A ausência de regulamentação desse dispositivo tem ocasionado grande número de demandas nos tribunais, contestando a competência desse ou daquele órgão para o licenciamento ambiental, o que tem paralisado projetos importantes de hidrovias para o País.

Outro ponto que deve merecer nossa máxima atenção é a elevada carga tributária do setor. Esse, aliás, Sr. Presidente, não é apenas um problema das hidrovias, mas um problema de todo o Brasil e sobre o qual devemos nos debruçar nesta legislatura. Os segmentos produtivos de nossa sociedade encontram-se sufocados por tantos impostos. No caso específico das hidrovias, os diferenciais de ICMS existentes entre os Estados têm como principal consequência o incentivo à realização de transportes desnecessários ou excessivos, prejudicando a economia como um todo.

Precisamos enfrentar ainda a questão dos investimentos decrescentes. Enquanto em 1975 destinávamos quase 2% do PIB aos transportes, aí incluídas também as hidrovias, hoje investimos algo em torno de 0,3% do PIB. Por sua vez, em 2005, o governo investiu apenas 30 milhões de reais em hidrovias, sendo que o próprio Ministério dos Transportes estima que sejam necessários entre 50 e 60 milhões de reais anuais, apenas para a manutenção do sistema; outros especialistas, por sua vez, afirmam que a manutenção e a ampliação de nossa rede hidroviária exigiriam investimentos da ordem de 150 milhões de reais por ano. Os recursos existem, Senhor Presi-

dente, porque apenas por meio da CIDE o Governo arrecada cerca de 8 bilhões de reais por ano, e esses recursos não vêm sendo aplicados na infra-estrutura de transportes como deveriam.

Por fim, porém não menos importante, gostaria de mencionar a necessidade de um planejamento mais eficaz e eficiente, que garanta a integração intermodal de nossa malha de transportes e, ao mesmo tempo, o uso múltiplo das águas, já previsto, aliás, na Lei nº 9.433/97. Precisamos fazer com que os modais rodoviário, ferroviário, aeroviário e aquaviário atuem de forma complementar e não competitiva, para que possamos obter a máxima eficiência de nossa matriz de transportes e, ao mesmo tempo, precisamos maximizar o uso de nossos rios, tanto no que diz respeito à navegação, quanto à geração de energia elétrica.

O meu tempo já vai se esgotando, Sr. Presidente, e por isso já vou concluir meu pronunciamento. Com estas breves palavras, apenas procurei trazer de volta à discussão este tema das hidrovias, tão caro para o desenvolvimento nacional, e tão relegado ao abandono por parte dos inúmeros governos que se sucedem. Precisamos retomar as discussões em torno dessa matéria, discussões que envolvam de forma ampla e democrática, tanto o Governo quanto o Congresso. Creio que este é o momento mais adequado para isso, em que iniciamos uma nova legislatura e um novo mandato presidencial.

Para finalizar, deixo aqui registradas as palavras do acadêmico Vianna Moog, para quem, abro aspas, “os rios sempre conseguiam atingir os seus objetivos porque sabiam contornar os obstáculos que vinham surgindo pela frente”, fecho aspas.

Que o Congresso Nacional seja como um rio, a contornar os obstáculos e a conduzir o povo brasileiro rumo ao mar de prosperidade e de justiça social.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

REQUERIMENTO Nº 94, DE 2007

Votação, em turno, do Requerimento nº 94, de 2007, do Senador Alvaro Dias, que solicita informações ao Tribunal de Contas da

União para a realização de auditoria no Sistema de pagamentos das Loterias da Caixa Econômica Federal, visando verificar a “lavagem” de dinheiro, bem como a possibilidade de manipulação dos resultados.

1

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 64, DE 1999

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 81, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Tasso Jereissati, que *acrescenta o art. 174-A à Constituição Federal, para fixar os princípios da atividade regulatória*.

Pareceres sob nºs 270, de 2004, e 75, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, 1º pronunciamento: favorável; e 2º pronunciamento: sobre as Emendas nºs 1 e 2, de Plenário, acolhimento parcial das Emendas, nos termos da Subemenda que apresenta.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 59, DE 2005

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, que *acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da*

Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios.

Parecer sob nº 1.094, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com a emenda nº 1-CCJ, de redação.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 2004

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera a redação da alínea d do inciso II do art. 93 da Constituição Federal* (torna obrigatória a promoção por antigüidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente).

Parecer sob nº 16, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 23 minutos.)

(OS Nº 10700/2007)

AGENDA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

27-2-2007

terça-feira

12:00 – Senador César Borges, acompanhando o Embaixador Ricardo Peidró, Embaixador da Espanha

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

12:30 – Senhor Joaquim Brito, Diretor Presidente da Companhia Elétrica de Alagoas – CEAL

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

16:00 – Reunião de Líderes de Partidos no Senado

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

16:00 – Ordem do Dia – Sessão Deliberativa

Plenário do Senado Federal

Martha Lyra Nascimento, Chefe de Gabinete da Presidência do Senado.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Antonio Carlos Magalhães *
PFL – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro

PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Regis Fichtner*^S
PP – Francisco Dornelles **

Maranhão

PFL – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
PTB – Epiácio Cafeteira **

Pará

PSOL – José Nery*^S
PSDB – Flexa Ribeiro*^S
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco

PFL – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
PFL – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira*^S
PFL – Eliseu Resende**

Goiás

PFL – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso

PFL – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
PFL – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim*
PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará

BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes*
PSDB – Tasso Jereissati*
PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba

PFL – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata*
PR – Magno Malta*
PSB – Renato Casagrande**

Piauí

PFL – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho *
PFL – José Agripino*
PFL – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto de Conto *^S
PFL – Raimundo Colombo **

Alagoas

PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório*^S
PRTB – Fernando Collor**

Sergipe

PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
PFL – Maria do Carmo Alves **

Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
PR – Alfredo Nascimento**

Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado*^S
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira*^S
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque *
PFL – Adelmir Santana *^S
PMDB – Joaquim Roriz**

Tocantins

PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
PFL – Kátia Abreu**

Amapá

PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney**

Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
PR – Expedito Júnior**

Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
-----------------------------	------------

(Atualizada em 1º.2.2007)

Notas:

¹ Eleito na 3ª Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – PFL

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT

Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. Joaquim Roriz
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Edison Lobão - PFL	2. Antonio Carlos Magalhães - PFL
Eliseu Resende - PFL	3. Demóstenes Torres - PFL
Jayme Campos - PFL	4. José Agripino - PFL
Kátia Abreu - PFL	5. Marco Maciel - PFL
Raimundo Colombo - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya Gomes – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. (vago)
Alfredo Nascimento – PR	7. (vago)
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. Joaquim Roriz
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Kátia Abreu – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Mário Couto – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Shessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Renato Casagrande - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Alfredo Nascimento - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Antonio Carlos Magalhães – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomcej@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Augusto Botelho - PT	2. Alfredo Nascimento - PR
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. (vago)
Inácio Arruda – PC do B	6. (vago)
Renato Casagrande - PSB	7. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	8. (vago)
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Garibaldi Alves Filho	4. Valter Pereira
Valdir Raupp	5. Jarbas Vasconcelos
Paulo Duque	6. Joaquim Roriz
Geraldo Mesquita Júnior	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão - PFL	1. Adelmir Santana - PFL
Heráclito Fortes - PFL	2. Demóstenes Torres - PFL
Maria do Carmo Alves - PFL	3. Jonas Pinheiro - PFL
Marco Maciel - PFL	4. José Agripino - PFL
Raimundo Colombo - PFL	5. Kátia Abreu - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. Sérgio Guerra - PSDB
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eliseu Resende – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Heráclito Fortes – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	4. Raimundo Colombo – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Mario Couto – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
	6. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. Joaquim Roriz
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	3. Jayme Campos – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. (vago)
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
Joaquim Roriz	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Papaléo Paes – PSDB
João Tenório – PSDB	7. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Marco Maciel – PFL
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
Joaquim Roriz	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Marco Maciel – PFL
Jayme Campos – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Heráclito Fortes – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Raimundo Colombo – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : sscomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB	2. Expedito Júnior – PR
Alfredo Nascimento – PR	3. Inácio Arruda – PC do B
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Marco Maciel – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: sscomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Joaquim Roriz - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Alfredo Nascimento – PR
Augusto Botelho – PT	5. (vago)
PMDB	
Joaquim Roriz	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Kátia Abreu – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA -
CCT**

(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Marco Maciel – PFL
José Agripino – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
João Tenório – PSDB	5. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões:

Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025

E – Mail:



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp>** **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 162 PÁGINAS